

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ROSÂNGELA PEREIRA DE OLIVEIRA

**A SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA E A UNIVENS -
PEDAGOGIA DO TRABALHO COLETIVO E SOLIDÁRIO
E SUA ARTICULAÇÃO COM A EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS**

**Cáceres
2012**

ROSÂNGELA PEREIRA DE OLIVEIRA

**A SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA E A UNIVENS -
PEDAGOGIA DO TRABALHO COLETIVO E SOLIDÁRIO
E SUA ARTICULAÇÃO COM A EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Professora Dra. Ilma Ferreira Machado.

**Cáceres
2012**

Oliveira, Rosângela Pereira de.

A Socioeconomia solidária e a UNIVENS – pedagogia do trabalho coletivo e solidário e sua articulação com a emancipação dos sujeitos. / Rosângela Pereira de Oliveira. Cáceres/MT: UNEMAT, 2012.

173 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2012.

Orientadora: Ilma Ferreira Machado.

1. Socioeconomia. 2. Trabalho coletivo. 3. UNIVENS - cooperativa. 4. Emancipação dos sujeitos. I. Título.

CDU: 37.018.51

ROSÂNGELA PEREIRA DE OLIVEIRA

**A SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA E A UNIVENS -
PEDAGOGIA DO TRABALHO COLETIVO E SOLIDÁRIO
E SUA ARTICULAÇÃO COM A EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS**

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Ilma Ferreira Machado (Orientadora – PPGedu/UNEMAT)

Dra. Heloísa Salles Gentil (Membro – PPGedu/UNEMAT)

Dr. Dr. Jaime José Zitkoski (Membro – PPGedu/UFRS)

APROVADA EM 01/03/ 2012

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos, conforme recomendações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) são elementos opcionais do texto acadêmico e se dirigem “apenas àqueles que contribuíram de maneira relevante à elaboração do trabalho”. Mas vou discordar totalmente, só para não perder o hábito, já que no decorrer do texto dissertativo tudo segue totalmente a última versão da ABNT, começo dizendo que o ato de agradecer não se presta a formalidades. Mas, sob o vício de formação, vou tentar alguma historicidade neste ato. Claro, também procuro salvaguardar a memória, pois bem sei, agora, que, como no dizer cuiabano, já estou do meio dia para tarde e corro o risco de não dar conta desse “muitíssimo obrigado” como é merecido, a todos e tanta gente sem a qual não concluiria esta caminhada. Começo agradecendo meu pai, (in memoriam) por todos os “causos” que contou, pelo amor ao outro que me ensinou. Pai, com você aprendi o que é alteridade. Agradeço a minha mãe, por ter me ensinado o sabor do saber, por *ser* minha mãe e mãe dos meus filhos também, por ter me ensinado a força. Oh! Mãe! Quando eu crescer quero ser igual a ti. Agradeço aos meus filhos: Gregory por ser, estar permanecer e tornar-se, por ter sido o elo forte da corrente, misto de ombro amigo e pai cobrador, por todas as vezes que me fez sorrir entre as lágrimas. Valeu, filhotinho de sabiá com olhos de jabuticaba. À Gaia, agradeço por ter sido o presente que a vida me deu, por ter sido mãe também de sua irmã, por todas as renúncias que fez, provocadas por minha ausência. Grata, viu? Agradeço a Gabriella, por todos abraços e sorrisos, por simplesmente ser, e por ter mergulhado comigo nesta louca aventura, pela companhia, pelas viagens, pelas risadas e pela infinita paciência com esta vida de mãe mestrandando. À tia Helena, pela presença amorosa, pelas cartas e telefonemas que tornaram a distância menos difícil. Agradeço a Priscila pela infinita paciência, pela força, por ter sido também mãe de meus filhos, por me ajudar a chorar, por segurar minha mão e minha barra. Ao Fernando, por me ajudar a pensar, por fazer mudança, por ser meu cérebro, às vezes, e também meu advogado. Agradeço ao Léo pelas infinitas consultas tecnológicas, por ter resgatado minha dissertação do limbo virtual. Maria, agradeço a você também por toda a força. Agradeço à Sílvia Araújo sem você eu não teria chegado aqui. Por você fiz história, e continuo fazendo. À Marlene, agradeço amiga-comadre pelo lar, pela assistência sempre pronta: material, afetiva, emocional e espiritual. Você, querida, é a prova de que a amizade não conhece distância. Agradeço a amorosidade freireana do Professor Jaime, seus olhos azuis amorosos e também rigorosos na leitura do pré-projeto, em sua sala escrevemos o problema de pesquisa quando ainda nem

sabia que Cáceres existia. Foi por que fui aceita em sua aula como PEC que conheci Josivaldo. Ah! Josivaldo, como agradecer a você? Uma pessoa tão especial merece um poema, uma toada na viola de cocho, um churrasco baiano, uma canção. Mas estas são qualidades suas. Então: um verso do Roberto para você: “Você. meu amigo de fé, meu irmão-camarada, amigo de tantos caminhos de tantas jornadas. Cabeça de homem, mas o coração de menino, aquele que está do meu lado em qualquer caminhada. Me lembro, de todas as lutas meu bom companheiro, você tantas vezes provou que é um grande guerreiro. O seu coração é uma casa de portas abertas, amigo você é o mais certo das horas incertas”. Obrigada, amigo, não importa a distância. Você me levou para sua casa, me acolheu em sua família, sem você eu realmente, não estaria aqui. Rose, querida obrigada pelos abraços solidários quando a saudade apertava da minha família e dos meus filhotes. Obrigada, Sofia, por passear e brincar comigo. Agradeço a Ana Brum sem a qual não conheceria a UNIVENS, amiga, muito grata por ter percorrido tantas estradas e caminhos e ter feito tantas viagens comigo, viu? Agradeço a Fabi, amiga, ser amiga com 3.000 km de distância não é para qualquer um. Foi com você que finalizei o projeto que enviei para UNEMAT. Obrigada por virar a noite pensando comigo. Marisa, Marisona, Marisinha, obrigada pela comemoração de níver antes da viagem, pelas cartas, pelas mensagens, pelo incentivo, pela certeza que nem eu tinha, por acreditar. Ah! Minha amiga grata por você existir, sou infinitamente grata a você. Tânia, querida, obrigada por todos os momentos, pelo chimarrão, por compartilhar angústias e confissões, pelo ombro, pela presença e pelo incentivo, pelas possibilidades de idas e vindas, pelas passagens, tantas vezes... Ah! Claudete obrigada por me ajudar a ver que vale a pena e que a saudade também passa. Dilson! Obrigada pelas risadas, viu? Por me ensinar a tomar CDB. Obrigada, professora Ilma! Ilustríssima já no nome. Primeiro por me aceitar, depois por me aguentar! Ah! Esta minha ansiedade hiperativa. Aprendi com a senhora muito mais que teoria, aprendi da paciência histórica! Com a academia e com a vida! E que a gente sempre encontra uma brecha no tempo também. Obrigada pela rigorosidade metódica, pelo tempo, por me trazer a sua casa, por confiar, por esperar, por perdoar! Pelos churrascos, (a estes tenho que agradecer também ao Valdemir). Agradeço pelos encontros, pelos livros, por atender ao telefone, responder e-mail e mensagens, pela paciência infinita com sua primogênita! Agradeço também: obrigada João, Caio e Ícaro pelos recados tantos e tão insistentes meus que vocês levaram a sua mãe. Judite, não tenho palavras para agradecer a você. Você compartilhou seu lar comigo, bebidas e sorrisos. É difícil expressar a beleza que foi esse movimento de energias e impulsos que foram chegando. Você, talvez, até melhor do que eu, tem a percepção do sentido de que representou estes dois anos de convívio, mas devo contar

que esta não foi uma caminhada breve, às vezes uma travessia que parecia sem fim, principalmente pelas intercorrências pessoais de toda ordem, que me atropelaram. A motivação foi encontrada em tantas, grandiosas e espontâneas generosidades suas que fizeram possível a transformação dos momentos de angústia e sofrimento em uma estrada larga, margeada de mangueiras! Grata querida amiga por tantos e tão diversos momentos: pelo frango ao Curry, pelos almoços, cafés e jantares, pela infinita paciência com minha teimosia em ser gaúcha. Pelos poemas, pelos livros, por Manoel de Barros e Mia Couto. Obrigada também pelo silêncio. Por me aceitar e por compartilhar, por permitir, por ser, estar e permanecer. Pela amorosidade com a Gabriella. Diana obrigada por seu sorriso, por seu abraço, por sua indignação e por sua fé na vida, a sua alegria transborda e toca a vida de quem te conhece. Helô, obrigada pelo lar, pelas caronas, pelo cafezinho, pelo ombro, por me ensinar a importância da hora do kilo, pela paciência e o respeito ao meu tempo, as vezes acelerado, as vezes lento demais. Obrigada por comer a Rúcula da Gabriella! Júlia, Natália e Larissa obrigada pela cama, pelo quarto, pela partilha, pela aceitação amorosa com tanta invasão. Gentil, de fato é uma marca de família! Jana obrigada pelas caminhadas e pela companhia sempre pronta. Agradeço aos mestres desta caminhada os professores da UNEMAT. Izete, Elizeth, Irton, Emília, Tatiane, Cecília, Beleni, em especial ao Laudemir não só pelas contribuições, e discussões, epistemológicas, mas pelos churrascos, bebidas e sorrisos, por compartilhar sua família, pela acolhida, também pelo trabalho e inspiração e, aos da UFRGS também em especial a professora Carmem Machado. Agradeço a todos meus colegas, pioneiros e desbravadores, cada um do seu jeito compôs esta trajetória coletiva. Sandra obrigada pelo ombro, pela companhia. Valeu Amiga! Obrigada André, para você um também um verso do Roberto: “Às vezes em certos momentos difíceis da vida, em que precisamos de alguém para ajudar na saída. A sua palavra de força, de fé e de carinho, me dá a certeza de que eu nunca estive sozinho.” Obrigada Jane por ter comido panquecas comigo. Obrigada Jocaf, pelo ombro, pela casa, pelas cervejas, passeios e risadas e pelo Suchodolski, viu? Obrigada Diva, por ser minha irmã na chegada, por tantos escritos a várias mãos, por me apresentar a Bolívia, por ir comigo no Fórum Paulo Freire e me trazer café. Rosimeire grata por tantas e diversos momentos e eternidades, pelos jantares, pelo café, pela companhia, pelo peixe, por Quatro Marcos, por toda a assessoria, principalmente na qualificação. Obrigada por ser gente. Amigos a gente não faz, reconhece, por falar e por calar. Renata, obrigada pela companhia e cuidado, por me olhar com olhos de ver, pela solidariedade. Obrigada Eliane, por tantos detalhes, pelas considerações pontuais, pelas risadas. Paulo, obrigada por tantas e tão diversas discussões acaloradas, sem as quais as aulas não teriam a mínima graça. Plíííííio

obrigada! Por ser simplesmente o MacGyver! Obrigada! Obrigada Ana Paula por compartilhar momentos tão íntimos comigo! Obrigada Roseli pela amizade sincera e pronta. Pela ajuda em qualquer hora até aos 46 minutos do segundo tempo, e ainda na prorrogação. Pelas caronas idas e vindas. Lanches das crianças por jantares e sensibilidades. Pela hora do kilo. Iara por ter simplesmente tudo, sempre! Ao Cabral, Mariana, Douglas e Clarinha, obrigada pela acolhida amorosa. Obrigada Valci, por sua organicidade e rigorosidade metódica. Fabi por sua doçura, Kelly, Rosane, Cleusa, Albemary, Guilherme. Aos Eduardos agradeço: Schenini, pelas mudanças que trouxe na minha vida, Nunes pelos diálogos freireanos, e Dal bó pelo apoio acadêmico, pelas tabelas do Excel. As Meninas da Roda de Leituras Paulo Freire, em especial a professora Ana Freitas por ensinar, tão freireanamente, a ser freireana sem precisar dizê-lo, pelo apoio, pelo incentivo, pela confiança pelos diálogos problematizantes, pela rigorosidade metódica, pela disposição. Em especial a Bete (mestre antes de tudo por seu exemplo) pela espera paciente, pela companhia! Ah Meninas da Roda! Fernanda, pela infinita paciência no tumulto da última hora, a Ângela, por tantas histórias... Carol por se aventurar a me ensinar isto de dar comidinha para o lattes. A Ana Felícia pela docilidade... Em nome destas meninas agradeço a todo o grupo: Diana, Mariana, Tarsila, tantas aventuras epistemológicas... Aos colegas da UFRGS, Roque, Ingrid, Grazi, Patrícia, Telmo, a minha Maria Eloá. A Rita de Cássia, pelo ouvido acadêmico amoroso, ao Marcelo e a Cheron, a Eliane Garim, a Negrita que foi a primeira a dizer vai. E, com sua amorosidade construiu o vamos. Aos alunos da pedagogia que me receberam em 2010/2. Aos colegas da UNEMAT e da UFRGS pelos diálogos fecundos. As cooperadas da UNIVENS, esta grande família, pela compreensão, pelo apoio e carinho que me permitiram aprender com seu cotidiano e compartilharam comigo seus saberes e o sabor da partilha: Arno Martins Gouvêa, Camila dos Santos de Leon, Claudinete Gomes dos Santos, Edília Tejada, Elizete Coelho Silva, Edileuza Maria Oliveira, Gladis Terezinha Spotti, Gislaine Bandinelli, Isaurina Alzira da Silva, Idalmara Becker da Silva Almeida, Maria Aparecida Conte Brum, Maria Teresinha de Souza, Maria Helena Tollens, Maria do Socorro Joge Silva, Marília Rocha Chaves, Nilza Liane Dias, Nelsa Inês Flbran Nespolo, Patrícia Bittencourt Ribas, Rosa Elaine Machado Penteado, Rosângela Pires Dos Santos, Osana Carvalho Oliveira Silva, Simone Zanatta Giroto, Rosaline Rodrigues Ramos, Gladis Camargo Morel, Terezinha da Silva Maciel. Obrigada Letícia pelos diálogos fecundos. A Escola Nova Geração, as educadoras e educandos. A UNEMAT, A CAPES pela bolsa integral, que me permitiu realizar com dedicação esse trabalho. A Egeslaine e todos os amigos-irmãos pela amizade e força. A Luciana e Fernanda pela revisão da ABNT e da ortografia. E agradeço ao Arlindo,

por me fazer sorrir de novo, pela amorosa paciência, pelo ombro e pelo ouvido, pelo apoio e pela confiança, “por ser ao meu lado o encontro inesperado um arrepio de um beijo bom, por ser minha paz, a melodia capaz de me fazer dançar”. A todos vocês, sou grata. E, inspirada pelo *I Ching*, agradeço ao poder celestial que é bom, mesmo não facilitando as coisas.

Versos da Canção óbvia – **A Sombra Desta Mangueira**

*Escolhi a sombra desta árvore para
Repousar do muito que farei,
Enquanto esperarei por ti.
Quem espera na pura espera
Vive um tempo de espera vã.
Por isto, enquanto te espero
Trabalharei os campos e
conversarei com os homens
Suarei meu corpo, que o sol queimará,
Meus pés aprenderão os mistérios dos caminhos;
Meus ouvidos ouviram mais;
Meus olhos verão o que antes não viam,
enquanto esperarei por ti.
Não te esperarei na pura espera
Porque o meu tempo de espera é um
Tempo de quefazer.
Desconfiarei daqueles que virão dizer-me,;
Em voz baixa e precavidos:
É perigoso agir
É perigoso falar
É perigoso andar
É perigoso esperar da forma que esperas,
Porque esses recusam a alegria de tua chegada.
Desconfiarei também daqueles que virão dizer-me,
Com palavras fáceis, que já chegaste,
Porque esses, ao anunciar-te ingenuamente,
Antes te denunciam.
Estarei preparando tua chegada
como o jardineiro prepara o jardim
para a rosa que abrirá na Primavera. .¹*

Em memória da doce professora Emília.

¹Versos da Canção Óbvia (Freire, 2000, p. 5 apud REDIN, Euclides. **Dicionário Paulo Freire** – Verbete: Boniteza, p. 68- 69.

RESUMO

Esse estudo analisa a dimensão educativa do trabalho coletivo e solidário nos Processos Coletivos de Trabalho Solidário de socioeconomia solidária de modo específico na cooperativa UNIVENS, que faz parte da cadeia produtiva do algodão solidário, denominada Justa Trama. A metodologia utilizada foi a pesquisa participante, tendo como instrumentos a observação, a análise documental, entrevista e questionários; os questionários foram disponibilizados para a totalidade dos trabalhadores da cooperativa e as entrevistas foram realizadas com 50% dos cooperados. O aporte teórico desse estudo foi buscado em autores tais como: Euclides Mance, Telmo Adams, Itsván Mészáros, Moisey Mikhailovich Pistrak e Karl Marx, entre outros. Os objetivos da pesquisa consistem em analisar a pedagogicidade e a perspectiva de emancipação do trabalho coletivo e solidário desenvolvido na UNIVENS, procurando perceber como estas trabalhadoras encontram estratégias e ações com vistas à emancipação humana. A intersubjetividade existente nos Processo Coletivos de Trabalho Solidário possibilita uma ampliação da percepção destas trabalhadoras como sujeitos históricos em permanente mudança, construção e reconstrução individual e coletiva. Especificamente procuramos: visualizar de que forma acontece a interação entre a prática cooperativa em seu trabalho e sua ação cidadã; registrar as falas destes sujeitos, suas histórias, para que este registro venha a servir como um instrumento a mais no fortalecimento do(s) grupo(s); desenvolver uma metodologia participativa no processo da pesquisa; produzir coletivamente, conhecimento, construindo com o grupo os instrumentos da pesquisa. Na socioeconomia o ser humano é visto em uma dimensão omnilateral, em tudo diverso ao indivíduo capitalista. Os resultados da pesquisa apontam para a percepção de que os sujeitos envolvidos em um movimento de Socioeconomia Solidária apresentam a possibilidade de transformação biófila forjada no trabalho e na ação consciente dos trabalhadores em processos de trabalho coletivos econômicos e solidários, os quais se opõem à matriz de desenvolvimento excludente e insustentável, preconizada pelo sistema capitalista. A socioeconomia solidária integraliza-se como parte de uma cultura intimamente vinculada à economia popular, antagônica à economia do capitalismo; mesmo coexistindo e persistindo dentro desse sistema, pode constituir fendas a serem ampliadas na perspectiva da superação dele modo de produção; constituindo as bases para a emancipação dos sujeitos e para um novo projeto de sociedade.

Palavras-chave: Socioeconomia, Trabalho Coletivo, Emancipação, UNIVENS.

ABSTRACT

This study examines the educational dimension of collective work and solidarity in the Process of Collective Labor Solidarity socio-economy in a specific way in UNIVENS cooperative, which is part of the cotton production chain of solidarity, called Justa Trama. The methodology was based on participatory research, as instruments to observe, document analysis, interviews and questionnaires, the questionnaires were made available to all workers of the cooperative and the interviews were conducted with 50% of members. The theoretical contribution of this study was taken from authors such as Euclid Mance, Telmo Adams, Itsván Mészáros, Moisey Mikhailovich Pistrak and Karl Marx, among others. The research objectives are to analyze the pedagogicidade and the prospect of emancipation of the working collective and solidarity developed in UNIVENS, trying to understand how these workers are strategies and actions aiming at human emancipation. Intersubjectivity in the existing Collective Bargaining Process Outreach enables an extension of the perception of these workers as historical subjects in permanent change, construction and reconstruction of individual and collective. Specifically we seek: see how the interaction happens between the cooperative practice in their work and citizen action, record the speech of these subjects, their stories, so this record will serve as an instrument to further strengthening of the group (s) (s), developing a participatory methodology in the research process, collectively producing, knowledge, building the group with the tools of research. Socioeconomics in humans is seen in one dimension omnilateral, at all different to the individual capitalist. The survey results point to the perception that the subjects involved in a movement of Solidarity Socio-present possibility of transformation biófila forged work and conscious action of workers in work processes and collective economic solidarity, which are opposed to the matrix excluding and unsustainable development, as recommended by the capitalist system. The socioeconomics solidarity completes itself as part of a culture closely linked to the popular economy, antagonistic to the economy of capitalism, even co-existing and persisting in the system, can be slotted to be expanded in view of overcoming his mode of production, constituting the basis for the emancipation of the subject and for a new project of society.

Keywords: Socioeconomics. Work Collective, Emancipation, UNIVENS.

Lista de Siglas:

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CAMOSC: Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo

EJA: Educação de Jovens e Adultos

O.P.: Orçamento Participativo

PCTS: Processo Coletivo de Trabalho Solidário

SES: Socioeconomia Solidária

SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária

UNEMAT: Universidade do Estado de Mato Grosso

UFPR: Universidade Federal do Paraná

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNISINOS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Lista de ilustrações

Gráfico 01 – Tempo de UNIVENS-----	97
Gráfico 02 - Escolaridade das cooperadas ao ingressar na UNIVENS-----	98
Gráfico 03 - Investimento em educação depois da entrada na UNIVENS -----	99
Gráfico 04 - Por que trabalhar cooperativamente -----	103
Gráfico 05 - Prioridade de Consumo-----	105
Gráfico 06 - Consumo da/na socioeconomia solidária -----	106
Gráfico 07 - Por que é importante participar dos eventos da SES?-----	107
Gráfico 08 - Que hábitos e posturas mudaram depois de seu ingresso na UNIVENS?----	109
Gráfico 09 - Palavras associadas ao seu trabalho hoje -----	110
Quadro 01 - Modo de produção dominante e transformação biófila -----	31
Quadro 02 - Descritores da pesquisa no Portal CAPES -----	35
Quadro 03 - Balanço de Produção: descritores iniciais-----	35
Quadro 04 - Descritores duplos para análise-----	36
Quadro 05 - Economia Solidária e Educação -----	36
Quadro 06 - Economia Solidária e Emancipação -----	38
Quadro 07 - Socioeconomia e Solidariedade -----	38
Quadro 08 - Outras Teses e Dissertações:-----	40
Quadro 09 - Por que você começou a trabalhar na UNIVENS-----	112
Quadro 10 - Atividades desempenhadas na cooperativa?-----	114
Quadro 11- Diferença da organização do trabalho na UNIVENS em relação a outros espaços-----	116
Quadro 12 - Intervenção da UNIVENS na comunidade e seu entorno-----	119
Quadro 13 - Influências do trabalho na cooperativa na vida das trabalhadoras fora da UNIVENS-----	122
Quadro 14 - Atividades promovidas pela UNIVENS na comunidade -----	124
Quadro 15 - Dia a dia do trabalho na UNIVENS-----	127
Quadro 16 - Entendimento de socioeconomia solidária -----	128
Quadro 17 - Possibilidade de atuar em outro tipo trabalho -----	129
Quadro 18 - Aspecto diferenciado na gestão e na organização do trabalho na UNIVENS-	131
Quadro 19 - Qual sua concepção de moeda social -----	131
Quadro 20 - Pares dialéticos para análise das categorias elencadas -----	134

Quadro 21 - Outra economia em Geração-----	150
--	-----

Tabela 01 - Produção Acadêmica 1999-2009-----	49
---	----

Tabela 02 – Produção área do Conhecimento e cronologia -----	50
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
-------------------------	----

CAPÍTULO I

A SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA: FUNDAMENTAÇÃO E TEORIA, CAMINHANDO PELO LABIRINTO DO FAUNO	33
1.1 Um Balanço de produção de pesquisas no campo da Socioeconomia Solidária no Brasil.....	34
1.2 Análise de pesquisas sobre a socioeconomia solidária, JUSTA TRAMA e UNIVENS.....	41
1.3 Socioeconomia Solidária - Outra economia em gestação	55
1.4 Intersecções emancipatórias a partir do Trabalho Coletivo e Solidário	67
1.5 O Estado como espaço social em disputa	71
1.6 O princípio educativo do trabalho - a pedagogia do trabalho coletivo e solidário	76

CAPÍTULO II

TRAMAS E DRAMAS DA PESQUISA: A UNIVENS E O CAMINHO METODOLÓGICO	80
2.1 A materialidade do espaço de observação	81
2.2 A pesquisa em ação	86
2.3 O contexto e os sujeitos da pesquisa.....	89

CAPÍTULO III

ANÁLISE DOS DADOS: A SEMENTE NÃO MENTE	96
3.1 O olhar das cooperadas - análise dos questionários	97
3.2 Sistematização das entrevistas às trabalhadoras da UNIVENS.....	111
3.3 Classificação das falas	112
3.4 Principais categorias de Análise.....	134
3.5 Trabalho Alienado - Trabalho Coletivo	135
3.6 Educação para emancipação - educação para a exploração e submissão.....	140
3.7 Consumo Consciente - Consumo Alienado.....	142

CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	146
-----------------------------------	-----

REFERÊNCIAS -----	158
--------------------------	-----

ANEXO I

NOSSA HISTÓRIA: A COOPERATIVA UNIVENS, O DESENVOLVIMENTO LOCAL E O COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL COM JUSTIÇA SOCIAL -----	166
--	-----

INTRODUÇÃO

A produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui como completa exsudação do seu comportamento material. (MARX).

Na construção, manutenção e reprodução do sistema econômico atual, o trabalho alienado, a produção e o consumo cada vez mais supérfluos desta sociedade dita pós-moderna nos fazem andar cada vez mais rápido, como ratos em nossas rodas-giratórias: produzir, consumir, descartar. Ciclo vicioso e viciante profundamente destrutivo tanto no aspecto da reprodução do sistema dominante, quanto em relação à sobrevivência da humanidade. Essa situação nos leva a pensar que:

[...] o que hoje estamos vivenciando não é apenas uma crescente polarização – inerente à crise estrutural do capitalismo atual – mas, igualmente, o que multiplica os riscos de explosão, o colapso de uma série de válvulas de segurança que cumpriam um papel vital na perpetuação da *sociedade de mercado*. (MÉSZÁROS, 2009, p. 48, grifo do autor).

No tocante à sobrevivência da humanidade, observamos que:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior o número de bens que produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz também a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (MARX, 2005, p. 111).

O sistema hegemônico, ainda na sua reprodução metabólica do consumo sem limites, relega apenas ao palavrório midiático a questão do limite do planeta: para a absorção do lixo, as endemias e pandemias, do limite dos recursos naturais, do um bilhão de pessoas que vivem com fome², da poluição; sintomas do colapso deste modo de produção.

Temos consciência que a crise estrutural do sistema do Capital³ não implica em sua

² FAO [Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação], que, em seu último relatório, registrou um aumento de 9% neste índice. A crise econômica, portanto, levou para baixo da linha da desnutrição um sexto da população mundial. Vide entrevista de Vandana Shiva publicado no Brasil Autogestionario de 16/10/09.

³ Capital é uma categoria histórica dinâmica e a força social a ela correspondente aparece – na forma de capital “monetário”, “mercantil” etc. – vários séculos antes de a formação social do capitalismo enquanto tal emergir e se consolidar. De fato, Marx estava muito interessado em apreender as especificidades históricas das várias formas do capital e suas transições de uma a outra, até finalmente o *capital industrial* se tornar a força dominante do metabolismo socioeconômico e objetivamente definir a fase clássica da formação capitalista. MÉSZÁROS, I. (2009) p. 76.

supressão imediata, respeitamos os movimentos históricos. Porém, “O poder do capital, em suas várias formas de manifestação, longe de ter se esgotado, não mais consegue se expandir” (MÉSZÁROS, 2009, p. 57).

Da mesma forma em que a Idade Moderna⁴ (séculos XV-XVI) se caracterizou por um período de transição onde se desenvolveu uma nova classe social, a burguesia, transitoriedade da fase mercantilista para o modo de produção capitalista, concomitantemente, permaneciam conservadas as instituições e as relações sociais do feudalismo, apresentando, portanto, muitos conflitos econômicos, políticos e sociais. Naquele tempo histórico as inovações surgiram na economia e novos métodos e técnicas permitiram o aumento da produção agrícola, o comércio se desenvolveu não só entre os feudos mas em toda a Europa e o Oriente, possibilitando assim o aumento da produção, o acúmulo de riquezas e o ressurgimento das cidades. Foram as contradições do Antigo Regime, em que os limites feudais, ao se chocarem com o desenvolvimento do capitalismo emergente, provocaram o acirramento destas contradições que levaram a mudanças na estrutura do pensamento.

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com relações de propriedade no seio das quais eles haviam se desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transtorna mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. (MARX, 2008, p. 45 - 46).

A sociedade passava por diversas transformações e aconteciam rupturas profundas nas estruturas tradicionais da sociedade medieval desde fins do século XI, quando o renascimento comercial e urbano permite a ascensão da burguesia e dos artesãos, advindo com eles o pensamento leigo. O desenvolvimento do comércio e do artesanato citadinos modificou a vida econômica da Europa, à medida que a interligação cidade-campo fortalecia a economia monetária e as transações financeiras, as atividades comerciais e artesanais entravam em choque com o sistema feudal, de cuja desagregação dependia o progresso do sistema do capital.

Essas mudanças econômicas e culturais gradativamente modificaram o modo de vida das pessoas, correspondendo às transformações materiais que preparavam a ideologia liberal burguesa, característica do mundo ocidental contemporâneo, ou seja, o sistema capitalista em que hoje vivemos. Porém, a burguesia, que representou um papel fundamental na economia

⁴ O processo de transição de modo de produção está descrito sob a concepção do quadripartismo histórico, (discordamos, em parte, desta divisão do tempo histórico, por que eurocentrista, entretanto, no contexto do presente texto é útil para auxiliar na compreensão da construção do pensamento ocidental, sob o qual se constrói o modo de produção capitalista) e foi constituído a partir das leituras de VICENTINO, Cláudio. História, 7 série. São Paulo: Scipione, 2005 – (Coleção Projeto Radix).

dos Estados Modernos, durante muito tempo agiu de acordo com a ideologia do Antigo Regime até que seus limites se esgotaram.

Portanto, para a nobreza, que começava a perder seus privilégios com a desestruturação do feudalismo, o Estado centralizado representou uma forma mais ágil e eficiente de se apropriar da riqueza gerada no campo e no comércio. Ao organizar a máquina burocrática centralizada, o Estado permitiu que a nobreza penetrasse na sua estrutura, ocupando cargos e funções importantes. Dessa forma, a aristocracia se beneficiava dos recursos arrecadados e coletados pelo Tesouro Real, graças às concessões tributárias dadas pela monarquia; inicia-se, assim, um segmento social parasitário repleto de privilégios. Essas eram as contradições de um Estado centralizado que se modernizava e beneficiava; a burguesia e o rei, ao mesmo tempo em que atendiam aos interesses da nobreza, chegavam ao limite no interior dos Estados absolutistas (Idade Moderna).

Entretanto precisamos ter em mente também que:

A dupla revolução (liberal e industrial) que, a partir do século XVII, anuncia a concretização dos ideais iluministas da Razão e do Progresso, concretizando, de um ponto de vista histórico de duração longa, uma nova era de prosperidade e de criação de riqueza, está, de forma concomitante, na origem de uma “questão social” que marcará toda a vida social, econômica e política nos dois séculos seguintes. A criação de condições excepcionais para produzir riqueza traduz-se, num aparente paradoxo, na polarização entre um mundo dos ricos e um novo mundo “sem esperança nem piedade”, de “desemprego e de miséria” que configura para o proletariado emergente uma vida que é “uma imagem perfeita do inferno”: condições de habitações insalubres, fábricas que são, ao mesmo tempo, “prisões e locais de trabalho”, sujeitas ao arbítrio todo poderoso dos respectivos proprietários. (GRIMBERG, 1968, apud CANÁRIO, 2009, p. 21-26).

Dentre todas as transformações da sociedade Feudal, a acumulação de capitais e a liberação da mão-de-obra constituem as mais importantes, pois representam dois aspectos fundamentais dos três que Mészáros (2009) cita como necessários para a reprodução metabólica do atual modo de produção hegemônico: capital, trabalho assalariado e Estado. O Estado foi se constituindo ainda durante todo o período conhecido por Idade Moderna, assumindo seu poder regulatório no decorrer da Idade Contemporânea.

No setor agrícola, a operação ligou-se ao cercamento dos campos em virtude de que a burguesia aumentou suas rendas e passou a controlar gradativamente um dos setores de produção econômica: a terra. Novas técnicas foram introduzidas, aboliram-se os arrendamentos e o proprietário passou a aproveitar racionalmente toda a extensão da propriedade, seja para o cultivo de cereais, de matérias-primas ou para a criação de gado. No setor industrial, o processo deu-se na criação das manufaturas onde os artesãos estavam sujeitos à divisão de trabalho, recebiam a matéria-prima e não ficavam com o fruto de seu

trabalho (o produto industrializado); o artesão passa a trabalhar em troca de um salário e a burguesia inicia o controle do setor da indústria manufatureira. No setor mercantil, a acumulação de capitais não interferiu na produção neste momento, apenas na circulação de riquezas - chamado capital comercial- obtido pela diferença entre o preço de compra e o de revenda da mercadoria.

O processo de liberação da mão-de-obra⁵ representou a criação do proletariado, ou seja, de uma das classes cujos componentes não possuem outra riqueza senão a sua força de trabalho. Ainda que libertos dos laços servis, os trabalhadores tornaram-se mais dependentes, pois estavam despojados dos seus meios e instrumentos de produção (terra, ferramentas e máquinas). O crescimento populacional e o acelerado êxodo rural determinaram o aparecimento das grandes cidades industriais, originando os mais variados problemas de urbanização: abastecimento de água, canalização de esgotos, produção e fornecimento de mercadorias, modernização de estradas, fornecimento de iluminação, fundação de escolas, construção de habitação etc.

No aspecto social, se estabeleceu um distanciamento cada vez maior entre o operariado e a burguesia capitalista - dona dos meios de produção. A mão-de-obra de mulheres e crianças também era explorada e as jornadas de trabalho oscilavam entre 14 e 18 horas diárias. Aumento de horas de trabalho, baixos salários e desemprego culminavam frequentemente em greves e revoltas, a esses conflitos entre operários e patrões convencionou-se chamar de questão social. Os trabalhadores começaram a organizar-se em sindicatos para defender seus interesses: salários dignos, redução da jornada de trabalho, melhores condições de assistência e segurança.

Podemos dizer que, se de um lado a burguesia ampliou seu poderio econômico e sua supremacia social, gerando desigualdades sociais dentro dos países, por outro lado, a partir da segunda metade do século XVIII, cresceram também as desigualdades produtivas e de poderio internacional entre os países, construindo o sustentáculo para desenvolvimento mundial do sistema do Capital.

Decerto, o que estamos vivendo agora foi longamente preparado, e o processo de internacionalização não data de hoje. O projeto de mundializar as relações econômicas, sociais e políticas começa com a extensão das fronteiras do comércio no princípio do século XVI avança por saltos através dos séculos de expansão capitalista para finalmente ganhar corpo no momento em que uma nova revolução científica e técnica se impõe e em que as formas de vida no Planeta sofrem uma repentina transformação: as relações do Homem com a Natureza passam por uma reviravolta, graças aos formidáveis meios colocados à disposição do primeiro. Houve mudanças qualitativas surpreendentes, a mais

⁵ A liberação da mão de obra do homem campesino, que foi para a cidade após o cercamento dos campos, pode ser considerado como um dos fatores para a formação do proletariado fabril, pois aumenta a disponibilidade de mão de obra nas cidades.

notável das quais foi a possibilidade de tudo conhecer e tudo utilizar em escala planetária, desde então convertida no quadro das relações sociais. (SANTOS, 1988, p. 14).

No final do século XX, com os novos impulsos técnico-científicos, a globalização da economia (e a mundialização do capital, representada pela financeirização crescente), a informatização e o avanço das tecnologias da comunicação, podemos afirmar que o mundo conheceu o início de uma nova revolução industrial, ou ainda, as condições históricas para um período de transição, demarcando uma nova fase na história da humanidade; em que o capital industrial transmuta-se progressiva e irreversivelmente para capital financeiro, tal mecanismo de reestruturação do capitalismo acresce e amplia sua hegemonia em nível global.

Obviamente, há limites de comparação entre estes dois períodos transitórios, mas é possível perceber em ambos os ápices das crises sociais, culturais e políticas e a paulatina emergência de uma nova ideologia, forjada por um novo *habitus* em construção, porém:

Hoje, a situação é qualitativamente diferente. Nela a “transição” não pode mais ser conceituada num sentido histórico-social limitado, já que sua necessidade emerge da relação com o aprofundamento da crise estrutural do capital como fenômeno global. É sempre difícil estabelecer com precisão as grandes linhas de demarcação histórica, porque as raízes das novas tendências fundamentais inevitavelmente remetem às profundezas de determinações passadas e porque leva muito tempo antes de elas se desdobrarem em todas as suas dimensões e se afirmarem inteiramente em todos os níveis da vida social. Mesmo terremotos históricos gigantescos como os de 1789 e 1917 – a partir dos quais agora contamos a origem de algumas mudanças históricas subsequentes – somente são inteligíveis em termos de que suas raízes no passado e sua longa e dramática resultante tiveram de superar resistências formidavelmente fortes no propósito de sustentar a afirmação de seu significado como eventos históricos seminais. (MÉSZÁROS, 2009, p. 81).

Mesmo assim, partimos da ideia que “[...] os paradigmas sócio-culturais nascem, desenvolvem-se e morrem. A morte de um dado paradigma traz dentro de si o paradigma que lhe há de suceder” (SANTOS, 2009, p. 15). A “crise de paradigmas” fundamenta-se nas transições delineadas nos processos históricos, como parte da luta para a transformação social. Entendemos que estes momentos são transitórios e os analisamos sob a perspectiva da emancipação humana, na qual o trabalho coletivo na Socioeconomia Solidária pode representar um espaço fundamental na conquista da transformação social, econômica, política e ética; uma nova prática que vá para além da simples denúncia das práticas profundamente desumanizantes do sistema do Capital. Uma transformação da realidade que pode, gradativamente, constituir parte da resistência contra-hegemônica alavancada em um processo educativo de fato popular.

Nessa maneira de conceber o processo educativo-formativo do ser humano, a Educação Popular busca desenvolver uma estratégia militante junto às classes, sem

institucionalizar o seu trabalho político. Este saber construído pelo povo tem sido motivado a estabelecer formas de articulação de redes e unidades populares para o trabalho político ou social. Por resistir a se tornar um exercício pedagógico fechado e/ou institucionalizado, a Educação Popular torna-se a possibilidade prática da crítica dos sistemas hegemônicos e institucionalmente consagrados por serem dominantes. (ZITKOSKI, 2011, p.15 - 16).

Nesta direção, há necessidade urgente de retomar a perspectiva educativa do trabalho em contraposição à ideia do trabalho alienado no qual estamos imersos na sociedade do Capital, percebendo a educação perpassando a própria vida. Dessa forma, cada ser humano, a partir de seu processo histórico, se constitui como um sujeito cognoscente construindo um olhar educativo abrangente que lhe proporcione, além dos conhecimentos cumulativos da humanidade, conhecer o processo produtivo, compreender que consumo também é produção e reprodução dos sistemas econômicos, tal como sustentado por Marx:

O consumo é também imediatamente produção, do mesmo modo que na natureza o consumo dos elementos e das substâncias químicas é produção da planta. É claro que, por exemplo, na alimentação, uma forma de consumo, o homem produz seu próprio corpo; mas isto é igualmente válido para qualquer outro tipo de consumo, que, de um modo ou de outro, produza o homem. [Esta é] a produção consumidora. Apenas – diz a Economia – esta produção idêntica ao consumo é uma segunda [produção] nascida do aniquilamento do produto da primeira. (MARX, 1987, p. 9).

Neste sentido, lutar para que, através da retomada do trabalho como labor consciente, as pessoas possam ter uma qualidade de vida digna, mas também que se percebam na construção das relações sociais, que podem ser diferenciadas: contrapondo, superando, indo além do funcionamento “da “ética” do mercado do capital”, e, se este não possui ética alguma, estabelecendo um novo *habitus* forjado na ética, na solidariedade, na sustentabilidade ecológica e no consumo consciente, ou seja, um *habitus* em tudo diverso daquele da sociedade do Capital.

Para a construção do conceito de “*habitus cultural*” partimos de Bordieu que nos faz refletir sobre o seguinte:

O *habitus* é um princípio de invenção que, produzido pela história, é relativamente arrancado da história: as disposições **duráveis**, o que acarreta em todos os tipos de histerese (de atraso e de defasagem, cujo exemplo por excelência é Dom Quixote). Pode-se pensá-lo por analogia a um programa de computador (analogia perigosa, porque mecanicista), mas um programa de computador autocorrigível. É constituído por um conjunto sistemático de princípios simples e parcialmente substituíveis, a partir dos quais uma infinidade de soluções podem ser inventadas, soluções que não se deduzem diretamente de suas condições de produção. (BORDIEU, 1983, p. 105 - 106).

A constituição deste *habitus* ao qual inferimos, se dá paulatinamente no próprio cotidiano do trabalho cooperado, já que coletivo e solidário, mesmo que muitas vezes os sujeitos não se apercebam disto.

Entendemos que as “[...] consequências não são divorciadas das causas”, (MÉSZÁROS, 2009, p. 59), mas é muito difícil compreender-se como sujeito histórico, ou perceber a potencialidade dos processos coletivos de trabalho solidário como constitutivo de um novo *habitus* cultural em gestação, quando as pessoas receberam uma educação bancária voltada para obedecer e sobreviver no mercado, ou ainda, porque acostumadas a trabalhar de forma individual, solitária, alienada, situação na qual o pensar e o fazer estão completamente apartados do sujeito. Estas pessoas acostumaram-se a repetir vezes sem fim sua atividade, em que o processo reflexivo foi totalmente dispensado.

E neste aspecto o conceito de *habitus* é concernente à perspectiva de educação praticada, vivida, constituída pelo coletivo:

Ora, eu queria insistir na idéia que o *habitus* é algo que possui uma enorme potência geradora. Para resumir o *habitus* é um produto dos condicionamentos mas introduzindo neles uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós “reproduzamos as condições sociais de nossa própria produção, mas de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos. (BORDIEU, 1983, p. 104).

Por isso compreendemos que estes sujeitos, em seus processos coletivos de trabalho solidário, constituem então este novo *habitus cultural* que também é educativo. Mézários (2009), em seu livro *Educação para além do capital*, afirma que a educação concebida pelo sistema do Capital - ao qual estamos subjugados - contém uma concepção tendenciosa e estreita de educação e de vida intelectual, objetivando manter o proletariado “em seu lugar”.

Justamente por isso, a organização societal atual nos induz a todo momento a nada produzir (embora a tarefa de produzir caiba ao trabalhador, que vende sua força de trabalho). *Para que produzir, pensar ou questionar? Vá até a prateleira do hipermercado. Lá encontrará tudo o que precisa mesmo que você não saiba disto.* É o fetiche da mercadoria.

A relação entre produtores assume uma relação entre produtos, de mercadoria com mercadoria, como algo estranho, fora dos sujeitos, tendo a troca como momento supremo de caracterização dos trabalhos sociais, como relação “reificadas” entre as pessoas. O bem produzido, de valor de uso passa a valor de troca, corporificado na mercadoria, alienando dessa relação os sujeitos produtores, fazendo com que seus trabalhos particulares apareçam como totalmente independentes uns dos outros, embora possuam uma especificidade no tocante ao caráter social, e uma identidade como trabalho humano. (MACHADO, 2003, p. 104).

A ideia desta pesquisa, portanto, é pensar nestes processos coletivos de trabalho solidário (PCTS), como sendo parte da construção de uma percepção de que existe um conhecimento, uma pedagogicidade própria, entendendo-se pedagogia em um sentido amplo. Nestes termos, a ‘pedagogia’ do trabalho coletivo e solidário é gestada a partir de um

aprendizado no qual o cotidiano do trabalho coletivo é educativo, caracterizado por um contínuo aprender-ensinar e constitutivo de um novo *habitus cultural* e, portanto, gestor de uma nova cultura, aqui entendida como: “[...] todo arcabouço que as pessoas, grupos e sociedades produzem para representar o seu jeito de viver, de entender e conceber o mundo. A cultura se expressa por meio da linguagem, dos costumes, das tradições, da arte, dos comportamentos, das normas etc.” (PIZZETA, 1999 apud MACHADO, 2003, p. 41).

Construímos nossa análise sob a perspectiva do cotidiano da Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos Ltda (UNIVENS), questionando em que medida o trabalho solidário se constitui como um processo de emancipação dos sujeitos, individual e coletivamente. Procuramos identificar, também, quais estratégias pedagógico-formativas são mais fecundas para o desenvolvimento do trabalho como princípio educativo nos Processos Coletivos de Trabalho Solidário (PCTS) de Socioeconomia Solidária.

Compreendemos que tais PCTS são múltiplos e se encontram em diferentes estágios de construção e perspectiva societal pela própria diversidade *da e na* socioeconomia; dos movimentos sociais; dos sujeitos deste processo. Queremos pontuar também a compreensão de que Socioeconomia Solidária (SES) é uma alternativa de sobrevivência, mas, sabemos que não é a única. Há também o mercado informal, os trabalhos temporários, os estágios (que deveriam servir como um momento de aprendizado, são mais uma forma de representação da precarização das relações de trabalho), os safristas, o aumento alarmante do tráfico de drogas, enfim, são inúmeras as estratégias encontradas para sobrevivência dentro da sociedade capitalista. Enquanto, na sociedade pós-moderna, sob a égide do Capital, é impossível:

[...] incorporar 1,5 bilhão de pessoas da População Economicamente Ativa ao mundo do trabalho digno, com uma remuneração que lhes permita ultrapassar a linha mínima de pobreza, estimada em dois dólares ao dia, tende a abrir-se cada vez mais [...]. Com a perspectiva de recessão mundial apontada para o próximo período – e já verificada nos Estados Unidos, Europa e Japão -, as taxas de desemprego devem elevar-se ainda mais. Não fosse o desalento de parcelas mundiais em procurar emprego, pois crêem que não vão encontrar ocupação, e os milhões de postos de trabalho gerados na última década pela economia solidária em todo mundo, o número de desempregados seria bem maior. (MANCE, 2008, p. 61-62).

No Brasil, principalmente a partir da década de 1990 com os desdobramentos do modelo econômico neoliberal - o processo de privatizações foi facilitado e, muitas vezes incentivado pelo Estado:

Se traçarmos um panorama geral do mercado nacional na década de 90, perceberemos entre 1990 e 1992 o país viveu uma forte recessão, redução do nível de atividade e o aumento de desemprego. A partir de 1993, principalmente em 1994, este processo foi revertido com o crescimento da economia até 1997, mas com o

advento da crise asiática e da crise financeira internacional em meados de 1998, o crescimento econômico foi interrompido. (LACERDA, 2009, p. 36).

Nesta direção, a procura de ganhos de produtividade, com intensivos investimentos em tecnologia, teve como consequências o aumento do desemprego, a supressão de postos de trabalhos e a miserabilidade de grandes contingentes de trabalhadores, no campo e nas cidades. E, ao contrário do que os arautos da modernidade pregaram, as inovações científicas e tecnológicas ampliaram a já enorme distância entre os que têm e os que não têm; entre os que produzem e os que usufruem da produção; entre os que sabem (e sabem que sabem, pois daí resulta seu empoderamento) e os que além de não saber, não sabem do seu não saber, o que resulta na permanência nesta situação. Tal tautologia é muito bem traduzida por Marx:

Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo histórico de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão e, portanto, entre outras coisas, dominam também os pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias de seu tempo; que, portanto, suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX, 2009, p. 67).

Sob outro prisma, podemos afirmar que:

Entre os múltiplos aspectos do período atual, é obrigatório reconhecer as relações entre as condições de realização histórica e a nova revolução científica. Essa revolução histórica e científica atribui às ciências do homem e da sociedade um lugar ainda mais privilegiado no conjunto dos conhecimentos. (SANTOS, 1988, p. 4).

E é neste contexto que o conhecimento permanece também como propriedade de uma elite:

A classe que tem a sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. (MARX, 2009, p.76).

A América Latina e o Brasil já conhecem as consequências dos objetivos desta proposta bem antes da irrupção da crise do sistema econômico a qual tivemos uma breve demonstração em 2008, com dimensões mundiais, que levaram os “excluídos” a engrossar as fileiras dos movimentos sociais - Movimento Sem Terra (MST) e Movimento Trabalhadores Desempregados (MTD) - dentre outros tantos movimentos sociais,

Uma concepção clássica sobre movimentos sociais, embasada na dinâmica social dos anos 70, define estes movimentos como todos aqueles movimentos de coletividade que buscam emancipar-se ou transformar as estruturas vigentes. Os movimentos sociais não objetivam integrar-se na sociedade, os movimentos que

possuem este objetivo não passam de adaptativos, o verdadeiro movimento social busca manter-se a distância que separa o sujeito da máquina social e seus mecanismos de autocontrole. (LACERDA, 2009, p. 40).

Neste contexto, os desafios encontrados pelos trabalhadores como estratégia de sobrevivência são inúmeros. É quando pode buscar unir-se para isto, com diferentes perspectivas, conhecimento e intencionalidades. Geralmente quando chegam até o processo da SES é com o intuito primordial de garantir o seu sustento e de seus filhos - geração de trabalho e renda. Muitas vezes esta busca nasce do desespero, da falta de alternativa. Os trabalhadores se auto-organizam em alguma forma de produção, ou o fazem a partir da falência de uma fábrica – onde por muitas vezes trabalharam por uma vida - na tentativa de preservar seus postos de trabalho buscam a ajuda mútua, assumindo a massa falida destas empresas e as transformando gradativamente, sob um modo de organização autogestionária, em outra forma de inserção econômica e em uma ótica oposta ao do sistema econômico vigente, retomando que:

O conceito de *economia* é radicalmente incompatível com a “economia” da produção do capital, que necessariamente causa um duplo malefício, primeiro por usar com desperdício voraz os *limitados recursos* do nosso planeta, o que é posteriormente agravado pela *poluição e pelo envenenamento do meio ambiente humano*, decorrentes da produção em massa de lixo e efluentes. (MÉSZÁROS, 2009, p.73).

O Capital se apropria de todos os conceitos, os ressignifica, os transforma, absorvendo-os de uma forma que colaborem para seu desenvolvimento sociometabólico. A SES não é uma exceção, entretanto, os PCTS são aqui compreendidos como aqueles que apontam uma resistência, uma perspectiva de construção da emancipação. Mas sabemos que há um imenso contingente de pessoas que vivem e trabalham da exsudação do sistema, cujos empreendimentos não são mais do que uma barreira de contenção social para a sobrevivência do modo de produção hegemônico.

O neoliberalismo (construção ideológica do sistema econômico vigente) descaracteriza o conceito de economia; fomenta a fragmentação e o individualismo; induz a despolitização, desacreditando a vida na polis, criminalizando movimentos sociais, esfalecendo os sindicatos e as conquistas dos trabalhadores; ao mesmo passo em que concentra mais poder e recursos financeiros, defendendo a igualdade dos desiguais. É neste contexto que a socioeconomia solidária desponta e surge também como forma de se contrapor a essas práticas neoliberais, como uma perspectiva de atividade produtiva em direção aos poderes em desenvolvimento dos indivíduos sociais, pautado em uma “[...] estrutura decisória plenamente partilhada” (MESZÁROS, 2004, p. 533).

Dessa forma, mais do que se constituir em alternativa ao desemprego, a Socioeconomia Solidária pode, também, contribuir para a explicitação de uma pedagogicidade própria do trabalho associativo, autogestionário e solidário. Contudo, esse processo é extremamente desafiador:

O desafio que se coloca para “a outra economia” é reafirmar a importância fundamental do trabalho para os indivíduos e para a sociedade, importância, dada pelas dimensões libertárias ou opressoras. Não basta ter orçamento participativo, empoderamento da associação de bairro, uma imensa vida cultural emancipadora e continuar submetido ao trabalho repetitivo, desprovido de sentido, alienado, explorado seja ele executado na empresa capitalista padrão ou nas formas institucionais alternativas. Da mesma forma, o fato das cooperativas e das empresas autogestionárias não constituírem um universo apartado da economia capitalista pode levar a internalização dos mesmos princípios concorrenciais, à intensificação do trabalho executado sob regras hierárquicas e autoritárias, enfim, à auto-exploração (GADOTTI; GUTIERREZ, 1993, p. 27).

Em outras palavras, não basta que estes sujeitos permaneçam apenas centrados nas modificações em suas relações de trabalho cotidianas. “O indivíduo não é apenas aquilo que ele próprio crê nem o que o mundo crê; é também algo mais: é parte de uma conexão em que ele desempenha um papel objetivo, supra-individual, do qual não se dá conta necessariamente”. (KOSIK, 2002, p. 72).

Não há um universo paralelo e, por consequência, apartado da realidade. O trabalho na socioeconomia precisar ombrear-se com processos que promovam a emancipação dos sujeitos *para si e em si*. É neste sentido que a UNIVENS pode nos auxiliar no “desvelar” de um fazer social concernente com a perspectiva emancipatória partindo da própria organização de seu labor, ela atua também na sociedade tanto diretamente na comunidade adjacente, quanto para além dela; econômica, cultural e politicamente. Ou seja, o olhar que direcionamos para a UNIVENS procura compreender que

Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função *dupla*, capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais. Esta recíproca conexão e mediação da parte e do todo significam a um só tempo: os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade. Do mesmo modo, o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo abstrato e vazio. (KOSIK, 2002, p. 49).

A UNIVENS representa nesta pesquisa a concretização das possibilidades emancipatórias dos PCTS, “O concreto só é concreto porque é a síntese de muitas

determinações, isto é unidade do diverso” (MARX, 1987, p. 16). Consiste em uma cooperativa de mulheres, costureiras, localizada da zona norte de Porto Alegre – RS. O início de sua trajetória deu-se em 1996; conta hoje com 25 trabalhadoras⁶, auto-organizadas, e que fazem parte da JUSTA TRAMA, uma cadeia produtiva na qual, desde o plantio da semente do algodão – no Ceará - até a confecção do produto final - em Porto Alegre - o trabalho é organizado por cooperativas de trabalhadores auto-organizados numa perspectiva autogestionária e sustentável. As cooperadas buscam estar integradas com iniciativas que venham reforçar a compreensão do cooperativismo. Em função disso também participam de debates, feiras, encontros, seminários, Fórum Metropolitano e municipal de economia solidária; tentando não centralizar a participação. Acompanham vários grupos e visitam muitas localidades colocando sua experiência em depoimento. Essa experiência já foi divulgada inclusive fora do país e para além da América Latina, o que nos leva na direção da possibilidade de constituição de um habitus que “transborde” (no sentido de não mais poder ser contido pelas paredes e muros dos PCTS embebendo com sua práxis outros sujeitos, em outras instâncias que não ligadas diretamente a SES) dos Processos Coletivos do Trabalho Solidário e que aja do “portão da cooperativa para fora dela”, para além do espaço geográfico onde é exercido o seu labor, e atue em direção à paulatina construção da emancipação humana.

Esta também é a intencionalidade desta pesquisa, contrapor-se a ideia de que:

[...] a ciência se deixa largamente cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia a toda vocação de servir a sociedade. Trata-se de um saber instrumentalizado, onde a metodologia substitui o método. Um saber comprometido com interesses e institucionalizado em função de conhecimentos estritamente delimitados acaba por sofrer uma fragmentação cujo resultado é, não a autonomia desejável das disciplinas científicas, mas a sua separação. A evolução econômica agrava essa distância e nos afasta cada vez mais de um enfoque global e da visão crítica que ele permite. Então, o trabalho do cientista se vê despojado de seu conteúdo teleológico e deve ser feito segundo uma ótica puramente pragmática para atender aos que pedem as pesquisas ou dirigem as instituições de ensino. (SANTOS, 1988, p.7).

Entendemos que cabe aos pesquisadores, também, estabelecer outra forma de fazer ciência, com ferramentas metodológicas que possam contribuir para a constituição omnilateral de todos os sujeitos envolvidos na pesquisa e que vá além de resolver questões restritas (como, por exemplo, a mera obtenção de um título pelo pesquisador, ou ainda a resolução de conflitos do/no local de pesquisa). Já que:

Desse mundo desencantado, os deuses se exilaram, mas a Razão conserva todos os

⁶ São 24 trabalhadoras e um trabalhador que está há 4 anos na cooperativa. Optamos por usar o gênero feminino para destacar o protagonismo destas mulheres. Ressaltamos que nas entrevistas apenas mulheres auto aderiram para respondê-las.

traços de uma teologia escondida: saber transcendente e separado, exterior e anterior aos sujeitos sociais, reduzidos à condição de objetos sócios-políticos manipuláveis (as belas almas e as consciências infelizes dizem, eufemisticamente, “mobilizáveis”) **A racionalidade é o novo nome da providência divina. Talvez tenha chegado a hora da heresia: A CIÊNCIA É O ÓPIO DO POVO.** (CHAUI, 1991, Grifo da autora).

Mesmo que o propósito mais imediato da ação social associada à pesquisa participante seja local e específico, a ideia de que somente se conhece para transformar (MACHADO, 2009)⁷ é transmutadora pois a própria pesquisa se constitui em processo educativo também ao pesquisador, (e, talvez, a este, principalmente) a exemplo da observação, por que participante, que nos educa no diálogo fecundo construído com os sujeitos. Alteridade como práxis, já que o processo de reflexão e análise, também nos educa a olhar aos fenômenos com outras lentes conceptivas, e reeducar nossas ações, em prol de ampliar as brechas deste momento.

Embora assinalado por atividades quase sempre desviadas para preocupações imediatistas e utilitaristas, o atual período histórico encerra igualmente o germe de uma mudança de tendência. Se, por um lado, a ciência se torna uma força produtiva, observa-se, por outro, um aumento da importância do homem - isto é, de seu saber - no processo produtivo. Esse saber permite um conhecimento mais amplo e aprofundado do Planeta, constituindo uma verdadeira redescoberta do mundo e das enormes possibilidades que ele contém, visto ser revalorizada a própria atividade humana. (SANTOS, 1988, p. 8).

Portanto, esta pesquisa surge do entendimento de que se há uma epistemologia que serve ao sistema hegemônico, os pesquisadores podem construir contrapontos epistemológicos contra hegemônicos (SANTOS, 2009) em tudo reverso a epistemologia atual; “[...] os fundamentos dessa nova epistemologia visam aplicar a lógica dialética ao mundo existencial vivido [...]” (ZITKOSKI, 2011, p. 17), por consequência reiteramos a importância da pesquisa qualitativa com caráter participante. “Esse caminho deve ser trilhado para que o povo alcance uma compreensão crítica de sua própria existência e consiga pensar o mundo em que vive e projetá-lo de outra maneira que não a simples repetição de seu cotidiano”. (ZITKOSKI, 2011, p. 17).

Com esta direção e sentido, buscamos construir nossa perspectiva de análise sob a ótica do trabalho coletivo da e na socioeconomia solidária, entendida como uma brecha, (MÉSZÁROS, 2009) ou como uma fenda (MANCE, 2008), produzindo uma pedagogia própria que pode ser dialeticamente aprofundada na construção de um novo *habitus*

⁷ MACHADO, Rita de Cássia Fraga disponível em <http://hdl.handle.net/10183/21859> acesso em 13/02/2010.

(BORDIEU, 1983) social, político, cultural e ético que aponta para uma transformação biófila⁸ (FROMM, 1981) de uma sociedade para além do capital (MÉSZÁROS, 2009).

Literalmente, “necrofilia” significa “amor aos mortos” (assim “biofilia” significa “amor a vida”). O termo é costumeiramente usado para designar uma perversão sexual, qual seja o desejo de possuir o corpo morto (de uma mulher) para relações sexuais, ou um desejo mórbido de estar na presença de um cadáver. Mas, como ocorre amiúde, uma perversão sexual apresenta apenas a imagem mais ostensiva e clara de uma orientação encontrada em muitas pessoas sem mescla sexual alguma. (FROMM, 1981, p.41).

Tomamos tais conceitos para referenciar os processos transformadores nos quais encontramos também a SES, onde os sujeitos têm uma relação respeitosa com a vida em todos os sentidos e direções (a reprodução da vida, não apenas aquela humana, pois o respeito à vida não é especista). Forja outra forma de relacionarem-se com o planeta, com as pessoas, com a produção, com o ambiente, com o consumo. E, contrapor ao desenvolvimento sociometabólico necrófilo do sistema do Capital que leva à morte em todos os sentidos: a extinção de várias espécies para satisfazer o hedonismo humano, a morte de muitos humanos para a que a vida suntuosa de alguns mamíferos de luxo se justifique; um modo de produção predatório que destrói a cada dia mais e mais o meio ambiente; um consumo cada vez mais destrutivo. “A pessoa com orientação necrófila é atraída e fascinada por tudo o que não é vivo [...] é impelido a tratar os acontecimentos mecanicamente e as pessoas como se fossem coisas” (FROMM, 1981, p. 41 e 43). Esta pode ser a descrição literal do capitalismo. “Pois o que está fundamentalmente em causa hoje não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição da natureza.” (MÉSZÁROS, 2009, p. 29).

Em oposição, portanto falamos de uma transformação biófila para um modo de produção que vai para além do Capital. E, incluímos uma percepção em que a SES e os sujeitos com ela envolvidos podem alinhar-se às pessoas e ações com orientação biófila. Nesta direção orientamos nossa pesquisa, nosso olhar e metodologia.

Encontramos o conceito de biofilia também na Pedagogia do Oprimido que Freire utiliza a partir de Fromm. Foi com a intenção de encontrar um termo que abarcasse a oposição em vários contextos do sistema de produção e reprodução do Capital e a busca de seu oposto literal nas ações convergentes das SES e de muitos outros atores e movimentos sociais que construímos o quadro que segue:

⁸ Reiteramos que o conceito de biofilia é pensado aqui a partir de Fromm em sua obra “O Coração do Homem” – 1981. Biofilia significa amor à vida. Para Fromm, biofilia é a essência humana - tema recorrente em seus livros.

Quadro 01 - Modo de produção dominante e transformação biófila

O modo de produção dominante é:	A transformação biófila desenha-se como:
Capitalista	Socialista
Sexista	Alteridade
Valoração do ter	Valorização do ser
Consumo alienado	Consumo consciente
Tóxico	Agroecológico
Modo de vida predatório	Modo de vida sustentável
Globalização do Capital	Planetariedade
Tempo acelerado	Tempo de <i>kairós</i>
Caucasiano	Multiétnico
Monocultural	Multicultural
Necrófilo	Biófilo
Especista	Todas as espécies têm direito a vida

Fonte: Elaborado pela autora

O que representamos aqui é uma simples ilustração, sem a intenção de ser uma classificação fechada ou acabada; cada uma destas diferenças mereceria e necessitaria de um aprofundamento teórico e articulado com a empiria existente, entretanto, não é o cerne desta pesquisa.

Então, conscientes das necessidades reais imbricadas na materialidade do cotidiano do mundo do trabalho, sob a ótica do coletivo, que entendemos a pesquisa participante como metodologia, que articula teoria e prática e que se reveste de grande potencialidade de análise da realidade com toda a complexidade que esta constitui: “O conhecimento-emancipação não aspira a uma grande teoria, aspira sim a uma teoria da tradução que sirva de suporte epistemológico às práticas emancipatórias, todas elas finitas e incompletas e, por isso, apenas sustentáveis quando ligadas em rede”. (SANTOS, 2009, p. 31).

Torna-se relevante frisarmos que, de acordo com a metodologia desenvolvida nesta pesquisa - que busca contrapor-se a um conhecimento elitizado, compartimentado e idealizado - nosso intuito é de desenvolver uma proposta onde as ferramentas científicas favoreçam a aquisição de um conhecimento e de uma consciência crítica do processo de transformação do grupo, em que o pesquisador adota uma dupla (e difícil) postura de observador crítico e participante ativo (BRANDÃO, 1991), para que a própria pesquisa possa ser um instrumento a mais no fortalecimento e emancipação das pessoas como sujeitos históricos.

Nesta direção, a observação participante e o Diário de Campo foram os pontos de partida para a elaboração dos questionários e entrevistas construídos com os próprios sujeitos da pesquisa. Desta forma as falas dos sujeitos e as observações do Diário de Campo estão presentes desde a prospecção do campo de pesquisa e vão sendo “costuradas” com o texto. Assim as perguntas, os questionamentos e também as considerações, provém de muitas vozes, propondo-se a ir além do “meio grito” (BRANDÃO, 1991). Esta pesquisa, parafraseando Brandão, tem a ousadia utópica de propor-se a ser escrita “por várias mãos” (BRANDÃO, 2003).

A dissertação está estruturada em três capítulos, além da introdução e das considerações finais, conforme disposto a seguir:

Balanço de produção, contextualização de produções acadêmicas em nível de mestrado e doutorado - apresentação do referencial teórico e metodológico proposto para produção do presente estudo, juntamente com alguns dados da pesquisa de campo, referentes ao histórico e a apresentação da cooperativa.

Discussão sobre a metodologia e modalidade de pesquisa, bem como sobre elementos constituintes da trajetória da pesquisa.

Apresentação e análise dos dados levantados nas práticas de trabalho coletivo, procurando categorizar os sentidos conferidos pelas cooperadas em relação ao seu trabalho.

Considerações Finais – retomada dos principais elementos discutidos ao longo dos capítulos e apresentação, mesmo que provisória, de uma conclusão dessa pesquisa.

CAPÍTULO I

A SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA: FUNDAMENTAÇÃO E TEORIA - CAMINHANDO PELO LABIRINTO DO FAUNO⁹

*O caminho é longo, porém estamos caminhando com
pés firmes e o olhar sereno e fixo no horizonte.
(Josivaldo Constantino dos Santos)*

Entendemos que os trabalhadores envolvidos na Socioeconomia Solidária desenvolvem Processos Coletivos de Trabalho Solidário (PCTS) e acreditamos que este termo traz o conceito dialético de movimento, alia a questão da coletividade e da solidariedade centralizado pelo trabalho. Alguns pesquisadores e teóricos da socioeconomia solidária utilizam o termo empreendimento para referir-se a estes PCTS, (Paul Singer, Luiz Inácio Gaiger, entre eles), entendemos que tal termo traz “colado” a ele um conceito capitalista de empreender, e trabalhar. E, mesmo compreendendo que os conceitos precisam ser disputados com a ideologia dominante, preferimos PCTS – porque também afasta a perspectiva capitalista da análise que fazemos. Além disso, consideramos que “empreendimento” remete a organizações de trabalhadores organizados em fábricas, mesmo que os teóricos que utilizam tal conceito não diferenciem os PCTS de fábricas recuperadas com outras organizações dos trabalhadores.

Enquanto os sujeitos envolvidos da Socioeconomia Solidária, os acadêmicos e especialistas engajados (DOURADO, 2010) e os militantes, traçam sua própria trajetória em um labirinto de possibilidades e dificuldades, têm em seu entorno as cercas duras do mundo dito “real”. Desta forma, pensando em termos históricos, de onde “se vem” importa sim, pois faz parte do processo de construção do momento atual, e também infere para onde “se vai”. Mas é da perspectiva “para onde vamos” que procuramos resgatar algumas trajetórias de pesquisas acadêmicas com a perspectiva de construções epistemológicas emancipatórias que representam esquinas e encruzilhadas de um mundo também “real”. Neste contexto procuramos manter-nos distantes tanto do ceticismo quando do militantismo.

O processo histórico e dialético traça vários e longos fenômenos novos que se

⁹ Filme escrito e dirigido pelo mexicano Guillermo Del Toro. O Labirinto do Fauno conta a história de Ofélia, uma garota que se muda com a mãe grávida para uma espécie de quartel-general de seu padrasto, um capitão do exército espanhol. Com a Guerra Civil já encerrada, o capitão caça os últimos rebeldes pela região, enquanto sonha com o nascimento de seu filho. Enquanto isso, Ofélia descobre um labirinto perto do local que a leva a um fauno, criatura mitológica meio homem, meio bode. Visto pelos olhos de Ofélia, o mundo de O Labirinto do Fauno é um lugar onde os seres mais ameaçadores e perigosos são os humanos. O reino da fantasia da garota, por mais perigoso que possa parecer, é muito mais seguro do que “mundo real”. O debate neste filme é social, e também político. Disponível em: <http://www.omelete.com.br/cinema/critica-o-labirinto-do-fauno/> e <http://www.cineplayers.com/critica.php?id=867> Acesso 24 de julho de 2011.

interpõem, contrapõem, interrelacionam-se, cobrem e recobrem fenômenos antigos, ou ainda os reinterpretem. Não há uma rota específica e pré-determinada, mas sim, condições sócio-históricas, articuladas ou não, forjando condições para que a organização coletiva dos trabalhadores, paulatinamente, torne-se significativa e provoque uma ação consciente dos sujeitos envolvidos. Nossa pretensão aqui é procurar constituir o corpo do objeto de pesquisa e nesta constituição traçar o caminho para onde “se vai”.

1.1 Um Balanço de produção de pesquisas no campo da Socioeconomia Solidária no Brasil

Consideramos interessante, nesta trajetória, fazer um balanço de produção sobre a socioeconomia solidária, descobrindo outras pesquisas e ainda quais áreas do conhecimento foram entrelaçadas com essa temática. Escolhemos, o portal acesso livre da CAPES, fechando o escopo temporal entre os anos 1999 e 2009. Definimos o marco temporal concernente com o recrudescimento de práticas liberais, a questão da reestruturação produtiva do capitalismo entre o final do século XX e o início do século XXI; o período também marca o início da discussão desta “nova economia” (referendado por autores como Paul Singer e Euclides Mance, que o sinalizam a partir da última década do milênio passado).

Há um consenso por parte da maioria dos estudiosos do fenômeno da Economia Solidária que a sua difusão se deu na crise da sociedade salarial e do estado de bem estar social. Nos anos 90, com o caos do desemprego neoliberal instalado, as iniciativas populares ou projetos alternativos comunitários representavam, portanto, uma aglutinação desse trabalho esfacelado; e o produzir coletivamente, de forma eqüitativa, justa e solidária, o gérmen de resistência a uma situação social instalada com a crise social. (SINGER, 2002 apud SILVA, 2007, p.61).

Tal balanço concentrou-se em pesquisas nos níveis de mestrado e doutorado, porém, é interessante lembrar que existe ainda um significativo número de Trabalhos de Conclusão de Curso em diversas universidades do país que inferem sobre o tema; é o caso do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC 2010/1), da UNEMAT, em que tivemos acesso a cinco monografias nas quais o tema da socioeconomia foi recorrente. Estendendo ainda mais esse levantamento, encontramos pesquisadores da UNISINOS, da UFRGS, da UFMG, UFPR, entre outros, todos de graduação, em áreas diferentes do conhecimento (engenharia de produção, administração, assistência social, educação ambiental, economia, antropologia, comunicação, ciências sociais, psicologia social, entre outros), estudando sobre essa temática.

Além disso, há uma série de pesquisas *com* os movimentos sociais, concebidas,

gestadas e forjadas por eles, pesquisas qualitativas ou quantitativas, buscando respostas para seus conflitos e indagações cotidianas; dos agentes de formação, nas organizações não governamentais, sindicatos, comunidades religiosas, enfim inúmeros envolvidos *na e pela* economia solidária, podendo indicar a possibilidade de um estudo aprofundado nesta direção: levantamento e análise de produção acadêmica e, também, dos agentes diretamente envolvidos. O que apresentamos neste trabalho, portanto, é apenas um pequeno levantamento, um ponto de análise, uma lente escolhida entre tantas outras possíveis. Metodologicamente, é interessante pontuar que os descritores escolhidos foram relacionados com a pesquisa em tela.

Quadro 02 – Descritores da pesquisa no Portal CAPES

Descritor 1	UNIVENS
Descritor 1	JUSTA TRAMA

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 03 – Balanço de Produção: descritores iniciais

Balanço de produção – 1999 e 2009							
	Descritor	Nível	Instituição	Ano	Área	Autor	Título
1.	UNIVENS	MESTRADO	USP	2005	PSICOLOGIA SOCIAL	CRIS FERNANDEZ ANADRADA	O ENCONTRO DA POLÍTICA COM O TRABALHO: HISTÓRIAS E REPERCUSSÕES DAS EXPERIÊNCIAS DE AUTOGESTÃO DAS COOPERADAS DA UNIVENS.
2.	JUSTA TRAMA		UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	2009	ADMINISTRAÇÃO	JOSIANE DE ANDRADE PEREIRA	A REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ALGODÃO AGROECOLÓGICO: UM ESTUDO SOBRE DESENVOLVIMENTO HUMANO, SUSTENTABILIDADE E COOPERAÇÃO ENTRE OS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DO CEARÁ.
3.			UNISINOS	2009	SOCIOLOGIA	LUIZ FELIPE BARBOZA LACERDA	GOVERNAR-SE PARA QUÊ? AS PRÁTICAS DE GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: O CASO DA CADEIA PRODUTIVA DE ALGODÃO ECOLÓGICO JUSTA TRAMA.
4.			UNIVERSIDADE FORTALEZA	2009	ADMINISTRAÇÃO	SILVANA APARECIDA DE AGUIAR	PRÁTICAS COOPERATIVAS EM REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB A ÓTICA DA AÇÃO COMUNICATIVA: O CASO DA REDE JUSTA TRAMA
5.			UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	2007	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	DANIELA GOMES METELLO	OS BENEFÍCIOS DA ASSOCIAÇÃO EM CADEIAS PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS: O CASO DA JUSTA TRAMA CADEIA SOLIDÁRIA DO ALGODÃO AGROECOLÓGICO
	UNIVENS	DOUTORADO	-	-	-	-	-
	JUSTA TRAMA	DOUTORADO	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora

Os descritores escolhidos inicialmente, nos levaram a encontrar dissertações diretamente relacionadas ao objeto estudado, porém, chamou-nos atenção que nenhuma delas está vinculada diretamente a área de conhecimento da educação, nem tão pouco encontramos teses de doutorado (como vemos no quadro 3) em um período de 10 anos! Ampliamos os descritores procurando pesquisas já desenvolvidas unindo trabalho solidário e educação, mantendo o marco cronológico entre 1999 e 2009.

Quadro 04 - Descritores duplos para análise

Descritor 1	Economia Solidária e Educação
Descritor 2	Economia Solidária e Emancipação
Descritor 3	Socioeconomia e educação
Descritor 4	Socioeconomia e solidariedade

Fonte: Elaborado pela autora

Estes descritores foram “testados” com ortografias diferentes com o mesmo tema. Tais descritores resultaram em mais de uma centena de respostas, das quais 43 teses e dissertações poderiam relacionar-se com esta pesquisa.

Quadro 05 – Economia Solidária e Educação

Balanço de produção – 1999-2009							
Descritor		Nível	Instituição	Ano	Área	Autor	Título
6.	ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO	MESTRADO	UFSC	2000	ECONOMIA EDUCAÇÃO	VALMOR JOÃO UMBELINO	SÓCIO-ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR: CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS
7.			UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	2000	EDUCAÇÃO	EDENISE DA SILVA ANTAS	O CARÁTER EDUCATIVO DOS PROFESSORES DE PARTICIPAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS POPULARES: A EXPERIÊNCIAS DE SHANGRILÁ
8.			UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	2001	EDUCAÇÃO	ALEXANDRE MAIA DO BOMFIM	ECONOMIA SOLIDÁRIA E O “FIM DAS UTOPIAS”: ESTUDO SOBRE OS PCTS AUTOGESTADOS PELOS TRABALHADORES NA ATUAL CONFIGURAÇÃO CAPITALISTA
9.			UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	2003	EDUCAÇÃO	JOSÉ DE ALMEIDA AMARAL JÚNIOR	ECONOMIA SOLIDÁRIA: A PROPOSTA DA CUT AO DESEMPREGO ESTRUTURAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO
10.			UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	2003	EDUCAÇÃO	JOSIANE FONSECA DE BARROS	REDE UNIVERSITÁRIA DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPETIVAS POPULARES: PROJETO SOCIETÁRIO E PROJETO EDUCATIVO.
11.			UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	2004	DIREITO	GISELE CARNEIRO BLASIUS	ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DOS CLUBES DE TROCA

12.			UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA	2004	EDUCAÇÃO	ROSÂNGELA ALVES DE OLIVEIRA	A FEIRA AGROECOLÓGICA DA VÁRZEA PARAIBANA: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA UMA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA
13.			UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETROPÓLIS	2004	EDUCAÇÃO	WILSON CARLOS RÂNGEL COUTINHO	ESCOLA, CONHECIMENTO E CIDADANIA: UMA ALTERNATIVA AO MODELO NEOLIBERAL
14.			UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	2005	EDUCAÇÃO	LUIS OSCAR RAMOS CORREA.	AS CONEXÕES POSSÍVEIS E NECESSÁRIAS ENTRE O ENSINO FUNDAMENTAL DE ADULTOS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA.
15.			UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	2004	DIREITO COMERCIAL	MARIA TEREZA FERRABULE RIBEIRO	EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS: ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPRESA PRIVADA
16.			UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – UNIJUI	2006	EDUCAÇÃO	CÉLIA MARIA LANGE	A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM ESPAÇOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA
17.			UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	2006	SOCIOLOGIA	JÚLIA FIGUEIREDO BENZAQUEN	A SOCIALIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO: UMA ANÁLISE DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL
18.			UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	2006	EDUCAÇÃO	MARIA TAMBURRELI	EDUCAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DE VIVÊNCIA DE CIDADANIA
19.			CENTRO UNIVERSITÁRIO O FIEO	2006	DIREITO	PAULA PRADO DE SOUZA CAMPOS	EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO. A EFETIVA TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CONSUMIDOR
20.			UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2007	EDUCAÇÃO	LAURENICO MENDES DA SILVA	ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: OS PROCESSO FORMATIVOS POPULARES E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CULTURA DO TRABALHO
21.			UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	2007	SOCIOLOGIA	LUCAS RODRIGUES AZAMBUJA	OS SENTIDOS DO TRABALHO AUTOGERIDO: UM ESTUDO A PARTIR DOS TRABALHADORES DE COOPERATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
22.			UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	2007	SOCIOLOGIA	ROSANA KIRSCH	INCUBAÇÃO DE PCTS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS IMPLICAÇÕES DAS RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE
23.			UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	2008	EDUCAÇÃO	ADRIANA DEODATO COSTA	AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM ALAGOAS LIMITES E (IM)POSSIBILIDADE DE UMA REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PARA O SOCIALISMO
24.			UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	2008	CIÊNCIAS SOCIAIS	CARLOS DANIEL BAIOTO	EDUCAÇÃO COOPERATIVA SOLIDÁRIA: PERSPECTIVAS E LIMITES
25.			UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	2009	EDUCAÇÃO	KELCI ANNE PEREIRA	ECONOMIA SOLIDÁRIA E APRENDIZAGEM DIALÓGICA: PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO E AUTOGESTÃO E NECESSIDADE DE OUTRA EJA
26.			UNIV. REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - DESENVOLVIMENTO	2009	INTERDISCIPLINAR	ADRIANO MAUSS	AS COOPERATIVAS DE TRABALHO COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO
27.			UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	2009	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	MAURÍCIO ABDALLA GUERRIERI	EDUCAR PARA A COOPERAÇÃO: A NOVA RACIONALIDADE E AS PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO CRÍTICA
28.			UNIVERSIDADE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS	2009	EDUCAÇÃO	VERA REGINA SCHMITZ	MICROGESTÃO E PRODUÇÃO DE SABERES E DESAFIOS PARA A AUTOGESTÃO EM INICIATIVAS DE TRABALHO ASSOCIADO. UM ESTUDO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO CRISTO REI LTDA – COOPEREI

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 06 - Economia Solidária e Emancipação

Balanço de produção – 1999-2009							
	Descritor	Nível	Instituição	Ano	Área	Autor	Título
29.	ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMANCIPAÇÃO	DOUTORADO	PUC-SÃO PAULO	2006	CIÊNCIAS SOCIAIS	SONIA REZENDE CAMARGO DE MIRANDA	CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO: POSSIBILIDADES E LIMITES NO PROCESSO DE “EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NO NÚCLEO COOPERATIVA DE LIXO DO REAL PARQUE
30.			UNIVERSIDADE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS	2007	EDUCAÇÃO	TELMO ADAMS	EDUCAÇÃO E ECONOMIA (POPULAR) SOLIDÁRIA; MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS DO TRABALHO ASSOCIADO, NA ASSOCIAÇÃO DOS RECICLADORES DE DOIS IRMÃOS, 1994-2006
31.			UNIVERSIDADE DO ESTADO DO MATO GROSSO DE CAMPINAS	2008	EDUCAÇÃO	ADAUTO FERNANDES MARCON SIN	POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA POLÍTICA EM CONSTRUÇÃO
32.			PUC-RJ	2008	SERVIÇO SOCIAL	SILVIA NEVES SALAZAR	TRABALHO EDUCAÇÃO NAS PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – UMA SOCIALBILIDADE NA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 07 – Socioeconomia e Solidariedade

Balanço de produção – 1999-2009							
	Descritor	Nível	Instituição	Ano	Área	Autor	Título
33.	SOCIOECONOMIA E SOLIDARIEDADE	MESTRADO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS -	2002	PSICOLOGIA	ANA RITA CASTRO TRAJANO	TRABALHO E IDENTIDADE EM NOVAS CONFIGURAÇÕES SÓCIO-PRODUTIVAS: AUTOGESTÃO, AUTONOMIA E SOLIDARIEDADE EM CONSTRUÇÃO
34.			UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ -	2003	SOCIOLOGIA	MARIA FERNANDA DE SOUSA RODRIGUES	SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA: TECENDO NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS NO CONJUNTO PALMEIRA.
35.			UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA -	2004	ADMINISTRAÇÃO	JEOVÁ TORRES SILVA JÚNIOR	GESTÃO, FATO ASSOCIATIVO & ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DA ASMOCONP/BANCO PALMAS
36.			UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO - CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	2007	TEOLOGIA	SÁVIO SCARRONE	GRAÇA E RECIPROCIDADE EM UM PROJETO ECONÔMICO DE INSPIRAÇÃO RELIGIOSA: A ECONOMIA DE COMUNHÃO
37.			UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - DESENVOLVIMENTO RURAL	2008	EXTENSÃO RURAL MULTIDISCIPLINAR	RUBENS WLADIMIR TESCHE	AS RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE E REDES DE COOPERAÇÃO NO DESEMPENHO SOCIOECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DOS PRODUTORES DE LEITE DO MUNICÍPIO DE SETE DE SETEMBRO/RS

38.	SOCIOECONOMIA E SOLIDARIEDADE		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - EDUCAÇÃO	1999	EDUCAÇÃO	BEATRIZ VOLPATO MACHADO PINTO	VISÕES DE COOPERATIVISMOS: REINVENTANDO UTOPIAS
39.		DOUTORADO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	2005	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	HELOISA HELENA A. B. QUARESMA GONCALVES	A EXPERIÊNCIA DOS PIONEIROS DA ECONOMIA DE COMUNHÃO NA LIBERDADE NO PRIMEIRO DECÊNIO (1991-2001) NO BRASIL: ABSURDO E GRAÇA DA MUDANÇA DE MENTALIDADE DO EMPRESÁRIO
40.			UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ -	2005	EDUCAÇÃO	ZOZIMO FARIAS FILHO	EDUCAÇÃO PARA A COMPETÊNCIA COMUNITÁRIA: PRÁTICAS DE TRABALHO ATIVO NO "PALMEIRAS".
41.			UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO -	2006	EDUCAÇÃO	MARIA NEZILDA CULTI.	O DESAFIO DO PROCESSO EDUCATIVO NA PRÁTICA DE INCUBAÇÃO DE PCTS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS.
42.			UNIVERSIDADE DO ESTADO DO MATO GROSSO DE CAMPINAS -	2006	EDUCAÇÃO	ODILON LUIZ POL	ECONOMIA SOLIDÁRIA E FORMAÇÃO HUMANA: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO E EDUCAÇÃO EM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ASSOCIATIVAS NO OESTE CATARINENSE
43.			PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	2007	SOCIOLOGIA	LUÍS MIGUEL LUZIO DOS SANTOS	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: ENTRE A SOLIDARIEDADE LIBERTÁRIA E A LIBERAL

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 08 - Outras Teses e Dissertações:

Teses e dissertações							
	Objeto de Análise	Nível	Instituição	Ano	Área	Autor	Título
44.	METODOLOGIA DE PESQUISA, FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	DOUTORADO	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO MATO GROSSO DE CAMPINAS – EDUCAÇÃO	2003	EDUCAÇÃO	ILMA FERREIRA MACHADO	A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA DO MST E A PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO OMNILATERAL
45.	CONTEXTO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	DOUTORADO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL.	2009	SERVIÇO SOCIAL	CAROLINE GOERCK	PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO: SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A VIABILIDADE DAS EXPERIÊNCIAS COLETIVAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NO RIO GRANDE DO SUL
46.	METODOLOGIA DE PESQUISA	MESTRADO	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	2005	EDUCAÇÃO	MARIA STEFANI ROCHA	PROFESSORES POLIVALENTES DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: CONCEPÇÃO DA FORMAÇÃO E DO ENSINO DE MATEMÁTICA
47.	METODOLOGIA DE PESQUISA, FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	MESTRADO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	2009	EDUCAÇÃO	RITA DE CÁSSIA FRAGA MACHADO	DEMITIDOS DA VIDA: QUEM SÃO OS SUJEITOS DA BASE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS
48.	METODOLOGIA DE PESQUISA, FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	MESTRADO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	2010	FILOSOFIA	IVAN PENTEADO DOURADO	ECONOMIAS SOLIDÁRIAS: TRÊS NÍVEIS DE REPRESENTAÇÃO E MÚLTIPLOS SENTIDOS

Fonte: Elaborado pela autora

Estas são as dissertações e teses, elencadas no balanço de produção. É importante pontuar que o balanço de produção antecedeu a delimitação do tema contribuindo de forma relevante, para uma maior compreensão do objeto a ser pesquisado. Além daquelas, elencadas inicialmente pelo portal da CAPES, outras foram visitadas e revisitadas durante a pesquisa as quais tivemos acesso nos encontros e seminários, feiras, eventos da própria SES e em outros eventos durante o período de pesquisa.

À tese de doutorado de Ilma Ferreira Machado, tivemos acesso a partir do início da orientação para o mestrado; a tese de doutoramento de Caroline Goerck recebemos por intermédio do Departamento de Economia Solidária do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, durante a pesquisa. A pesquisa de Luís Oscar Ramos Corrêa consta no balanço de produção que fizemos na CAPES, mas tivéramos acesso a ela anteriormente por intermédio do próprio autor com quem dialogamos em disciplina cursada como aluna especial na UFRGS; a pesquisa de Maria Stefani Rocha, foi encaminhada pelo professor Irton Milanesi,

do PRPPGEdu- UNEMAT, para auxiliar na forma de construção e análise das categorias. À dissertação de Rita de Cássia Fraga Machado também tivemos acesso pela própria autora em disciplina cursada como aluna especial na UFRGS. E, a dissertação de Ivan Penteado Dourado, tivemos acesso quanto participamos do evento de antropologia - IX Reunião de Antropologia do Mercosul, *Culturas, Encontros e Desigualdades*, realizada em Curitiba, no campus da Universidade Federal do Paraná, entre os dias 10 e 13 de julho de 2011. O autor participou do mesmo grupo de trabalho, e disponibilizou-nos sua dissertação.

1.2 Análise de pesquisas sobre a socioeconomia solidária, JUSTA TRAMA e UNIVENS

Importante salientar que dezenas de trabalhos foram excluídos porque não tinham ligação direta com nosso estudo, o que pode sugerir outra pesquisa focada no estado da arte do que já foi produzido com relação à economia solidária no Brasil (e mesmo com relação a própria UNIVENS e A JUSTA TRAMA) nos últimos dez anos nas diferentes áreas do conhecimento já que é possível perceber um crescente número de pesquisas com relação ao tema no século que desponta.

Os resultados do levantamento indicam uma produção já não tão recente, e, que, além disto, tem se intensificado nos últimos anos, o que evidencia a importância e o lugar que os debates e pesquisas versando sobre a economia solidária vêm ocupando na academia e fora dela, pois são justamente os espaços galgados por estes trabalhadores que fomentam as pesquisas.

No Brasil, com o avanço do neoliberalismo na década de 90, “emergiu”,¹⁰ o que hoje é denominado economia solidária, mas é provável que tenha permanecido por décadas imerso ou encoberto como economia “informal”. Hoje já existe um mapeamento de PCTS autogestionárias, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Este mapeamento, foi bem sistematizado da seguinte forma:

Segundo a SENAES, além das experiências de geração de trabalho e renda, por meio de cooperativas, associações e grupos informais, a Economia Solidária no Brasil é constituída também por: a autogestão de empresas pelos trabalhadores, agricultura ecológica, consumo solidário, sistemas locais de emprego e comércio, sistemas locais de trocas, Rede Global de Trocas, Redes de Cooperação, Feiras de Economia Popular Solidária, organizações comunitárias, Sistemas de Microcrédito e de Crédito Recíproco, Bancos Comunitários e/ou do Povo, Sistemas Locais de Moedas Sociais, movimentos sociais, assentamentos de trabalhadores rurais e/ou sem-terra, autogestão de empresas falidas, prestação de serviços, cooperativas e

¹⁰ Com relação a constituição histórica dos precursores do cooperativismo e associativismo alavancado pelo processo de reestruturação do Capital; assim como um histórico do cooperativismo-associativismo na Europa e as primeiras experiências cooperativistas e associativistas no Brasil engendradas pelas novas transformações nos processos de trabalho ver GOERCK, 2009.

associações de crédito, consumo, produção, entre outros. (GOERCK, 2009, p. 93).

Procuramos fechar nosso escopo de análise seguindo os critérios da SENAES. Assim, as trajetórias destes pesquisadores tornaram-se nosso “fio de Ariadne¹¹” no desenrolar da presente pesquisa.

A dissertação de Cris Fernandez Andrada, de 2005, durante esta pesquisa, foi muito citada na UNIVENS; a autora publicou o livro que ainda hoje circula entre os sujeitos. Durante a observação, algumas cooperadas se referiam a ele como “nosso livro”, outras diziam: “agora tem de aparecer o nome de outras de nós”. Muitas pesquisas são feitas na UNIVENS, mas aquela pesquisa, se não a primeira, marcou profundamente este processo coletivo de trabalho. Talvez pela metodologia, entrevistas de profundidade, talvez por que foi o momento histórico de início da Justa Trama. Tal dissertação contribui muito para o entendimento das “tramas, dramas e manhas” (FREIRE, 1994) destes sujeitos, além de auxiliar também na questão da aproximação com o objeto de estudo.

Já o trabalho de Josiane de Andrade Pereira, com o enfoque em administração, foi muito ilustrativo para compreendermos a constituição da cadeia produtiva do algodão ecológico da “JUSTA TRAMA”. A pesquisadora focaliza a outra ponta da cadeia (a ADEC - Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá – Ceará), analisando três dimensões encontradas no conceito da Economia Solidária - cooperação, sustentabilidade e desenvolvimento humano - e investiga a influência de cada uma na atividade que caracteriza a primeira etapa de produção da rede JUSTA TRAMA, os membros da Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural (ADEC) no Ceará e chega até a UNIVENS em Porto Alegre. Durante a prospecção do campo de pesquisa percebemos a importância da JUSTA TRAMA, para o fortalecimento da UNIVENS, mas também que a recíproca é verdadeira.

No caso do trabalho de Luiz Felipe Barboza Lacerda - *Governar-Se Para Quê? As Práticas de Gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários: O Caso da Cadeia Produtiva de Algodão Ecológico Justa Trama*, o resgate histórico feito pelo autor é muito interessante, assim como o relato detalhado dos caminhos percorridos para entendimento construção e análise ao que autor se propõe. Como estudo de caso, procura fazer uma

¹¹ Conforme a mitologia grega, Teseu, um jovem herói ateniense, sabendo que a sua cidade deveria pagar a Creta um tributo anual, sete rapazes e sete moças, para serem entregues ao insaciável Minotauro que se alimentava de carne humana, solicitou ser incluído entre eles. Em Creta, encontrando-se com Ariadne, a filha do rei Minos, recebeu dela um novelo que deveria desenrolar ao entrar no labirinto, onde o Minotauro vivia encerrado, e assim encontrar a saída. Teseu adentrou o labirinto, matou o Minotauro e, com a ajuda do fio que desenrolara, encontrou o caminho de volta. Retornando a Atenas levou consigo a princesa. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~hans/mh/fio.html>. Acesso em 24 de julho de 2011.

contextualização da cadeia produtiva do algodão solidário, e visita todos os elos da cadeia, faz um resgate histórico do trabalho como categoria de análise, relacionando trabalho e emprego. Traz, também, algumas referências com relação ao Brasil e o que autor pontua como um panorama geral do mercado do país, (principalmente com relação ao algodão – mercado-consumo- exportação entre os anos de 1980 a 1992), assim como a própria descrição da JUSTA TRAMA, já que o objetivo do autor é “analisar a cadeia produtiva sob três aspectos: desenvolvimento local, gestão da Cadeia Produtiva como um todo e o processo de subjetividade dos trabalhadores, e assim perceber como suas experiências propiciam alternativas objetivas e subjetivas frente à lógica vigente de relações e produção na esfera do trabalho”. O autor pontua a relevância do protagonismo desta cadeia produtiva em vários aspectos: desenvolvimento local, consciência ecológica, amplitude da cadeia produtiva, diversidade de “empreendimentos” (em vários aspectos – da compreensão e integração a economia solidária, a sustentabilidade econômica, militância, gestão e culturais) e principalmente a questão da representatividade da amplitude geográfica que a cadeia tem.

Quanto à reflexão de Silvana Aparecida de Aguiar *Práticas Cooperativas em Redes de Economia Solidária sob a óptica da ação comunicativa: o caso da rede justa trama* traça outro “olhar” com relação à mesma cadeia produtiva a elegendo como forma produtiva pós-capitalista, pontuando como pontos fortes a questão ecológica, a conscientização dos membros com relação ao cooperativismo e a inserção internacional a rede de comércio justo. A metodologia utilizada é interessante: uma pesquisa de campo realizada com cinco “informantes-chave”, e 30 trabalhadores de quatro cooperativas localizadas em quatro estados brasileiros. Inicialmente a autora faz um retrospecto histórico da economia solidária e do cooperativismo no Brasil e no mundo; “[...] dimensões da economia solidária; a temática social e as crises econômicas mundiais; definições da economia solidária; as esferas da economia solidária instituições de apoio aos empreendimentos solidários” (AGUIAR, 2009, p. 27) traça um conceito de economia solidária fundamentado em André Guélin (1988), Mance, (2002), para Laville (1994), que está de acordo com o pensamento de Ortiz Roca, reproduzido por Tauile (2002), salienta que:

No Brasil, o conceito economia de solidariedade foi usado pela primeira vez no Brasil por Gadotti (1993), no livro Economia de Solidariedade e Organização Popular. Esse conceito, por sua vez, foi extraído de Razeto, que determina com a temática sua participação no livro organizado por Gadotti naquele ano. (AGUIAR, 2009 p.27).

E afirma ainda:

A este estudo interessa sobremaneira a denominação economia Solidária, por quanto inclui um tipo específico de empresa que compõe o terceiro setor – as cooperativas que, ao lado das associações, compõem a alternativa ao modo capitalista de produção e meio de humanização do trabalho. (AGUIAR, 2009 p. 27).

A autora ainda relaciona algumas entidades de apoio à economia solidária; um mapa do comércio justo em escala mundial; uma análise detalhada dos “empreendimentos” que fazem parte da cadeia produtiva. A autora:

[...] defende a existência de uma racionalidade substantiva mais acentuada em cooperativas cuja gênese está relacionada à participação de trabalhadores na sua organização e gestão, e mais fraca nas cooperativas que só se organizaram por questão de sobrevivência, sem uma compreensão mais profunda dos processos envolvidos na sua participação neste tipo de rede. (AGUIAR, 2009, p. 8).

Valmor João Umbelino, em *Socioeconomia Solidária e Educação Popular: Contradições e Perspectivas*, analisa as contradições e perspectivas que emergem da discussão teórico-metodológica em torno da Economia Solidária, e faz importante reflexão quanto ao risco desses Empreendimentos, identificados como sendo de Economia Solidária, servirem de meros paliativos ao processo de exclusão inerente à racionalidade econômica do capitalismo atual. Interessante também por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica, que investiga a proposta teórico-metodológica de Empreendimentos Econômicos de Solidariedade e a bibliografia sobre o tema. No decorrer de sua dissertação o autor procura conceituar o que é economia solidária, educação popular, empreendimentos solidários, traça um histórico das reestruturações produtivas nas quais estes processos se inserem. O referencial de análise e a proposta teórico-metodológica do autor (muito relevantes para a construção de nossa pesquisa) partem da Educação Popular que perpassou as práticas de organização popular dos últimos 30 anos e que nos anos 80 e início da década de 90 orientaram os “Projetos Comunitários de Geração de Renda”. O autor justifica princípios da Educação Popular como construção epistemológica para a “leitura” dos “Empreendimentos Solidários”, para que eles possam construir um caminho emancipatório.

A dissertação de Luis Oscar Ramos Correa: *As Conexões Possíveis e Necessárias entre o Ensino Fundamental de Adultos e a Economia Solidária*; analisa a “possibilidade de auto-organização coletiva e solidária das pessoas, com o intuito de produzir sua vida, conectada com uma escola sensível a estas iniciativas alternativa concreta de construção de um mundo melhor”. (RAMOS, 2005, p. 5) A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de Porto Alegre, no ensino noturno, e relata uma experiência de auto-organização de uma cooperativa pelos próprios alunos de educação de jovens e adultos – EJA, a COOPERSOL.

Já a dissertação de Laurenício Mendes da Silva, denominada *Economia popular solidária: os processos formativos populares e a construção de uma nova cultura do trabalho*, se propõe a:

[...] analisar a formação humana no processo de trabalho e as implicações das práticas educativas vinculadas ao processo produtivo autogestionário na Economia Popular Solidária, buscando compreender de que modo contribuem para a construção, disseminação e fortalecimento de uma nova cultura do trabalho. Os sujeitos da pesquisa foram os trabalhadores dos grupos populares autogestionários assessorados pela Pastoral Operária de Minas Gerais, distribuídos por diferentes regiões daquele estado e, em sua maioria, mulheres. (SILVA, 2007, p.6).

Como no caso da UNIVENS, este trabalho nos ajudou bastante tanto na questão da metodologia “observação participante” quanto da fundamentação teórica que se aproxima daquela que utilizamos. Além da aproximação entre educação e trabalho, o autor também parte do trabalho como princípio educativo, levando em conta as contribuições teóricas de Lukács, Marx e Gramsci.

O autor infere que:

[...] essas novas formas de organização do trabalho levam em suas práticas, iniciativas e propostas educativas que contribuem, para a construção de uma nova cultura, constituída por novas relações de trabalho, com repercussões sobre o perfil dos trabalhadores, suas visões de mundo, seu modo de intervir na realidade do próprio trabalho e na sua forma de organização enquanto classe. (SILVA, 2007, p. 145).

Essa pesquisa contribui para compor uma ligação da parte ao todo, fazendo a relação do nosso objeto de estudo, com outras pesquisas que estão sendo feitas com direcionalidades semelhantes. O autor também faz uma análise do trabalho como princípio educativo e fala de uma nova cultura, porém não aprofunda os conceitos nesta direção, direciona sua análise procurando diferenciar economia popular, economia solidária e economia popular e solidária, entende Economia Popular como “uma realidade heterogênea”, (p.45), fundamenta-se em Razeto (1993); Orlando Nuñez (1995); Tiriba (1998); Gaiger (2000); Icaza e Tiriba (2003); e acrescenta que:

No Brasil, em especial nos grandes centros urbanos, uma fatia considerada expressiva da Economia Popular se refere às atividades empreendidas pelos trabalhadores “informais” (os vendedores ambulantes, camelôs, biscateiros...). Algumas das formas assumidas por estas atividades são tidas como ilegais, não só do ponto de vista do caráter comercial (contrabando e sem nota fiscal), e trabalhista (falta de carteira assinada ou contrato registrado, sem perspectivas de uma aposentadoria no futuro ou um fundo de pensão), mas também padecendo de restrições quanto às condições materiais de realização do próprio trabalho. (SILVA, 2007. p. 48).

Sobre a Economia Solidária, expõe que:

O termo Economia Solidária pode assumir diferentes conotações, mas de modo geral refere-se a práticas de produção, comercialização, serviço e consumo nas quais o valor central é a solidariedade, em contraposição à racionalidade econômica estrita, a ênfase dada ao capital e à riqueza acumulada no modo de produção capitalista. Trata-se de uma maneira de gerir a economia caracterizada pela apropriação coletiva dos meios de produção, pela autogestão, cooperação e pelo trabalho associado. (SILVA, 2007, p.50).

Já para Economia Popular e Solidária, infere que:

[...] vale a pena então enumerar os princípios que têm sido consensualmente citados ao se caracterizar a Economia Popular Solidária: valorização social do trabalho humano e não do capital e sua propriedade; satisfação das necessidades cotidianas dos trabalhadores de forma auto-sustentável mediante a agregação de esforços, recursos e saberes; reconhecimento do lugar fundamental da solidariedade nas práticas produtivas; desenvolvimento de redes de comércio a preços justos; busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e todos os valores aos quais fizemos referência anteriormente. O desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias é outra característica. Este tipo de trabalho permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam. Todo esse conjunto nos leva a conceber uma economia a serviço da pessoa e da sociedade e não o ser humano a serviço da economia. (SILVA, 2007, p. 51).

Esse autor pontua que “já se tornou clássica a afirmação de que “nem toda economia popular é solidária e nem toda economia solidária é popular”, (SILVA, 2007, p. 49)”. Em sua dissertação, o autor ainda registra os antecedentes históricos e ideológicos da Economia Popular Solidária até sua chegada ao Brasil.

A construção de Caroline Benvenuti, *Desenvolvimento humano sustentável: um estudo de caso sobre a Cooperativa de Produção Agropecuária Terra e Vida - COOPERVITA Ltda.*-, corrobora nosso entendimento que a pesquisa com relação a SES pode unir áreas diferentes do conhecimento, assim como referenda, a importância de não pensarmos no espaço das cooperativas do campo como divergentes da perspectiva de construção da emancipação humana. A autora critica a “[...] qualidade de vida pensando a partir do modo de produção dominante. Pergunta: como vamos alcançá-la através de um modelo de desenvolvimento tão reducionista, que tem apenas a riqueza material como foco”? (BENVENUTI, 2009, p. 8).

Benvenuti discorre com relação à teoria desenvolvimentista chamada de Desenvolvimento Humano Sustentável e argumenta quanto a um novo modo de ver o desenvolvimento, afirma que ele deve ser: *das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas*, acredita que essa noção possa ser utilizada na formulação de políticas públicas, e uma forma mais justa e equitativa de ver o desenvolvimento. E, daí advém a visão que aplica ao

cooperativismo, tendo como objeto de pesquisa a experiência da Cooperativa de Produção Agropecuária Terra e Vida- COOPERVITA LTDA, localizada em Tapejara, Rio Grande do Sul. Utiliza a fundamentação de Amartya Sen., que fala sobre um desenvolvimento como liberdade, como reflexo da expansão das liberdades substantivas. Enfoca “[...] o processo do Desenvolvimento Humano Sustentável um agente de mudanças, um sujeito autônomo, capaz de influenciar a sociedade, fazer suas próprias escolhas, de acordo com aquilo que ele julga ser importante no seu modo de vida”. (BENVENUTTI, 2009, p.8) A autora infere para uma cidadania planetária que se preocupa com a consequência das suas ações.

Telmo Adams, cuja tese é *Educação e Economia (Popular) Solidária: Mediações Pedagógicas do Trabalho Associado, na Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, 1994-2006*, interessou-se principalmente pela relação com a metodologia aplicada, mas também com as práticas educativas informais ou formais intrínsecas às experiências de economia (popular) solidária. Muito interessante e esclarecedor o enfoque dado que, “embora economicamente frágeis, nestas experiências a educação popular é ressignificada e dispõe de um campo fértil, gerador de possibilidades educativas formadoras de um novo ethos individual e coletivo”, (ele discorre sobre as mediações pedagógicas favoráveis à formação de um ethos emancipador). Nesta pesquisa, foi possível ao autor constituir um processo participativo desenvolvido durante dois anos, valorizando elementos metodológicos e pedagógicos da sistematização e pesquisa participante; a perspectiva teórica assume um método reflexivo que articula dialética e hermenêutica, desde uma “epistemologia do Sul”; portanto a direcionalidade desta tese também é a da construção de uma base epistemológica contra-hegemônica. Aprendemos muito com relação à construção de uma metodologia participante de pesquisa, e nos diálogos com os autores que se propõem a participar da construção de outra base epistemológica, entendendo que tal construção também é coletiva:

Valorizar o coletivo enquanto agente educador. Significa criar condições para que o grupo atue e “pressione” cada um dos participantes no sentido de provocar mudanças de comportamentos pessoais necessárias para a construção das novas relações sócio-políticas, econômicas e culturais que se quer alcançar. Comportamentos compatíveis com o trabalho coletivo e autogestionário. Portanto, comportamentos muito diferentes daqueles herdados da cultura do trabalho assalariado, que é a cultura da dependência, da relação de mando e da obediência; a cultura do relógio-ponto e da reivindicação. (UMBELINO, 2000, p. 61).

Este entendimento do trabalho coletivo dos sujeitos dos PCTS pode muito bem transcender para a questão da pesquisa, pois pesquisadores com uma proposta epistemológica emancipatória forjam também um novo *habitus* em que cada pesquisa torna-se um processo

coletivo, e (salvo raras exceções) não inicia a partir do ponto em que o pesquisador se debruça sobre seu objeto, tem seu início sob outros tantos olhares. A pesquisa se torna um saber também coletivo na medida em que socializamos nossas descobertas, análises, metodologias, reflexões, textos e contextos *com* os sujeitos.

O sujeito se funda na coletividade, ou seja, só é possível constituir-se sujeito pelo outro. O sujeito é individual no sentido de que é um ser singular, único, com sua história, sua personalidade, seus desejos e sua visão de mundo. A Humanidade impressa no sujeito é dada pela coletividade, pelo ato de relacionar-se com seus semelhantes. (BENVENUTI, 2009, p. 12).

O balanço de produção ao qual nos dedicamos, busca, portanto, privilegiar parte dos resumos organizados pelos próprios autores, a partir do olhar do próprio autor. Não temos a pretensão de parecermos isentos ou neutros com relação a tais pesquisas, epistemologias e propostas metodológicas. Quando escolhemos nossas fontes, já tomamos uma posição. Entretanto, não nos propusemos, em nossa pesquisa, a traçar um diálogo profundo com as produções que versam sobre nosso tema. Tal iniciativa demandaria outra pesquisa.

Nossa proposta aqui é demonstrar a amplitude de possibilidades de pesquisa; a diversidade de áreas do conhecimento que se aproximam com o tema; e avançar em outras direções e sentidos daqueles caminhos já percorridos, os quais nos auxiliaram a traçar o nosso próprio. Mesmo muitas vezes discordando do enfoque/abordagem do(a)s autore(a)s; conhecer, ainda que por estas lentes, (as lentes de cada um destes autores) diversas formas e metodologias de pesquisa, assim como, outras organizações de trabalho cooperado associativo, ou ainda do próprio objeto de pesquisa; amplia nossas perspectivas e reforça a ideia de convergência e opondo-se a ideia de antagonia. Pontuamos também a diversidade geográfica, de abordagem e das áreas de conhecimento que encontram convergência no tema. Além de ser possível perceber a dinâmica do processo, o que pode vir a corroborar com o entendimento do movimento de socioeconomia solidária, já que, tomando como exemplo a própria cadeia produtiva da qual a UNIVENS se integra, há mudanças de constituição, cooperativas que aderiram ou que se afastaram e ainda existem outras formas de representatividade e atuação; tanto com relação ao mercado formal quanto a inserção nas redes de consumo solidário.

Reiteramos que não procuramos estabelecer um consenso e sim buscamos auxílio ao entendimento do objeto de pesquisa e, ao iniciar as discussões com algumas dissertações e teses com as quais manteríamos maior diálogo no decorrer da pesquisa, aprofundarmos o entendimento de conceitos, as ideias de outros pesquisadores colaboram para a reflexão sistemática e para o próprio desenvolvimento do fenômeno social que se pretende estudar.

Surgem novas possibilidades de reflexão e análise na dialogicidade deste movimento. Frisamos também: este balanço limitou-se quase que exclusivamente ao acesso virtual. Houve pesquisas que a distância geográfica, ou a impossibilidade de comunicação com os autores, ou mesmo a questão do limite de tempo exíguo destinado à pesquisa em nível de mestrado, impossibilitaram um aprofundamento, e as vezes, até mesmo a acesso, a alguns trabalhos os quais poderiam tornar-se relevantes.

A opção metodológica de incluir na pesquisa o balanço de produção foi de extrema valia não só para a compreensão e delimitação da pesquisa em tela, mas para o avanço em relação ao que já foi pesquisado; corroborando, inclusive, para intensificarmos nosso entendimento com relação a importância da UNIVENS não só como “O empreendimento que organiza e articula a rede” (AGUIAR, 2009, p.120) como também aquele que “difere completamente dos demais em praticamente todos os aspectos” (AGUIAR, 2009, p.120); mas também no próprio movimento de socioeconomia no país (e para além dele).

Procuramos fazer algumas sistematizações a partir do que levantamos. No próximo quadro, podemos perceber o aumento da produção acadêmica relacionado ao tema no final da década e, perceber também que, a partir da metade do decênio começam a surgir pesquisas em nível de doutorado relacionadas ao tema.

Tabela 01 - Produção Acadêmica 1999-2009

	Ano	Mestrado	Doutorado
	1999	1	0
	2000	2	0
	2001	1	0
	2002	1	0
	2003	3	0
	2004	4	0
	2005	2	2
	2006	4	3
	2007	7	2
	2008	3	2
	2009	5	2
Total	44	33	11

Fonte: Elaborado pela autora

Podemos perceber que a pesquisa acadêmica sobre a SES vem se intensificando nos últimos anos em diversas áreas do conhecimento, tal situação nos faz lembrar o que Rui Canário escreve sobre o contexto do século XIX inferindo a partir da:

[...] situação magistralmente descrita na clássica obra de Engels *sobre a situação de classe trabalhadora na Inglaterra*” e pontuando o “combate pela emancipação da humanidade” está longe de ser um caso único e isolado: a partir de meados do século XIX, multiplicaram-se na Europa Ocidental, “livros, brochuras e inquéritos sobre as situação das classes trabalhadoras”. Esta tradição tem continuidade em obras em que se sobrepõem as vertentes literária, jornalística e sociológica que documentam já no século XX as condições de vida dos trabalhadores (CANÁRIO, 2009, p. 130).

Talvez os mesmos questionamentos feitos pelo autor naquele contexto histórico, estejam sendo levantados no início do século XXI, com relação à produção acadêmica sobre a SES.

Podemos visualizar, no quadro a seguir, o crescente em nível de produção acadêmica, como também, a relação das pesquisas por áreas do conhecimento. É possível observar uma concentração na área de humanas, com maior ênfase em educação:

Tabela 02 – Produção área do Conhecimento e cronologia

Área \ Ano	Psicologia Social	Psicologia	Administração	Sociologia	Engenharia de Produção	Economia e Educação	Educação	Direito	Direito Comercial	Ciências Sociais	Interdisciplinar	Filosofia da Educação	Serviço Social	Extensão Rural	Teologia	Total
1999	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
2000	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
2001	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
2002	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
2003	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	3
2004	0	0	1	0	0	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	5
2005	1	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	4
2006	0	0	0	1	0	0	3	1	0	1	0	0	0	0	0	6
2007	0	0	0	3	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	7
2008	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	1	1	0	5
2009	0	1	2	2	0	0	2	0	0	0	1	1	0	0	0	9
Totais	1	2	3	7	2	1	18	2	1	2	1	1	1	1	1	44

Fonte: Elaborado pela autora

Visualizamos que já não são poucos os que percebem a intrínseca ligação entre educação e SES, “[...] os educadores também têm contribuído para fortalecer o movimento por uma economia popular solidária, o que em último termo está requerendo a exposição mais acentuada dessa contribuição” (PICANÇO; TIRIBA, 2010, p. 27).

A relação de pesquisas na grande área de humanas e enfaticamente em educação nos

faz pensar que:

No atual contexto da crise estrutural do emprego, em que o sistema capital apregoa a formação de competências básicas para a empregabilidade e para o empreendedorismo, é necessário insistir na possibilidade de projetos educativos coadunados com projetos societários emancipatórios. Na perspectiva de educação integral da classe trabalhadora, por que podemos dizer que o processo de trabalho é fonte de produção de novos saberes e novas relações sociais? Que lugar ocupa a educação não formal e, em especial, aqueles processos que ocorrem nos momentos em que os trabalhadores tentam romper com a longa história de opressão e exploração do trabalho? (TIRIBA, 2009, p. 155).

As condições sócio-históricas de transformação do “mundo do trabalho” ou das condições das classes trabalhadoras podem ser analisadas transversalmente como podemos perceber no quadro sobre as áreas que pesquisam sobre socioeconomia solidária.

A própria concepção de educação e de construção científica modifica-se dialeticamente no fazer histórico: “Pelo seu caráter dialético, a educação é condicionada mas também condicionante porque pode contribuir para a articulação e a difusão de uma nova concepção de mundo” (ADAMS, 2010 p. 16). A assunção de que não há educação neutra, (FREIRE, 2007) nem ciência neutra (SANTOS, 2009), conduz os pesquisadores à tomada de posição: De que lado se está? Que pesquisa fazemos e com qual direcionalidade? Com qual concepção de homem e sociedade nos identificamos? E, para que e a quem servirá a construção deste conhecimento?

Nesta pesquisa tomamos como referenciais teóricos materiais, fontes primárias: Anais de conferência nacional de economia solidária; atas, relatórios das reuniões, e, principalmente, pesquisas já realizadas e sistematizadas e, como interlocutores teóricos, Paul Singer, Antônio David Catani, Ilma Ferreira Machado, Euclides Mance, Lia Tiriba, Telmo Adams, Antônio Gramsci, Karl Polanyi, Boaventura de Souza Santos, Itsván Mészáros, Erich Fromm, Karl Marx, Paulo Régis Neves Freire, Moisey Mikhailovich Pistrak, dentre outros.

Com a escolha de tais autores compreendemos que, muitas vezes, descendem de raízes epistemológicas distintas, queremos pontuar que nossa fundamentação teórica parte dos pontos de convergência. Entendemos que, se em algum momento, se distanciam, não o suficiente para dar eco à falácia pós-moderna sob a égide neoliberal de sectarizar e fragmentar o todo. Buscando tal aproximação, entendemos que os trabalhadores são os proletários de Marx, os Condenados da Terra de Franz Fanon, os Oprimidos de Freire, os Governados de Gramsci, os Outros de Dussel... Quando pautamos a emancipação, falamos da emancipação humana, o Homo de Arruda; O Sapiens e o Faber de Gramsci, não apenas o:

[...] *homo-economicus* de Adam Smith (1896)¹². Nas propostas de “economia solidária”, existiria uma concepção de “indivíduo solidário”, ou seja, os valores “liberdade” e “igualdade” permanecem, mas agora somados a valores que fazem referência à solidariedade. (DOURADO, 2010, p. 61)

Diferença não é antagonia e, nesta pesquisa optamos por trazer os pontos de convergência epistemológica para a formação omnilateral com vistas à emancipação humana.

Neste sentido, o trabalho é o elemento fundamental de análise desta pesquisa. Substantivo adjetivado por coletivo, solidário, entendido como princípio educativo, e, que desta forma pode libertar-se da algema alienante produzida pelo modo de produção dominante. O trabalho retomando sua essência como característica humana, ligada a própria vida por que percebe o trabalho como fonte de produção e apropriação de conhecimentos e saberes e os “[...] trabalhadores como atores de resistências e aceitações, lutas e negociações não como espectadores dos acontecimentos” (SILVA, 2007, p. 18).

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil a vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e o qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 2008, p. 211).

E ainda por que:

Trabalho é apenas outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para a venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. (POLANYI, 1980, p.85).

Portanto a organização do trabalho que nos leva a percebê-lo como atividade

¹² Segundo Adam Smith (1896) o conceito *homo-economicus* apresenta a definição de homem naturalmente propenso à barganha, um ser egoísta e racional. Para Gramsci o *homo oeconomicus* é a abstração da atividade econômica de uma determinada forma de sociedade, isto é, de uma determinada estrutura econômica. Toda forma social tem seu *homo oeconomicus*, isto é uma atividade econômica própria. [...] O *homo oeconomicus* é a abstração das necessidades e das operações econômicas de uma determinada forma de sociedade. (GRAMSCI, 1989, p.305 - 306).

separada da vida, é uma organização do sistema do Capital, já que, em outras palavras:

Segue-se daí que a organização do trabalho mudaria simultaneamente com a organização do sistema de mercado. Entretanto, como a organização do trabalho é apenas um outro termo para as formas de vida do homem comum, isto significa que o desenvolvimento sistema de mercado seria acompanhado de uma mudança na organização da própria sociedade Seguindo este raciocínio a sociedade humana tornou-se um acessório do sistema econômico. (POLANYI, 1980, p. 87).

Trabalho pode ter outra dimensão organizativa, o que poderá nesta dissertação ser também exemplificado pelas falas dos sujeitos, na representação do significado de trabalho que surge tanto nas respostas aos questionários quanto nas entrevistas, o que foi possível perceber também durante a observação.

De acordo com Marx (1983) o trabalho é um processo caracterizado pela relação do homem com a natureza, que com ela interage, modificando-se a si mesmo ao modificá-la. Esse processo metabólico é controlado, mediado pelo próprio homem por sua característica de idealizador e pela capacidade de tomar decisões, de orientar sua ação para um determinado fim, o trabalho mesmo (MACHADO, 2003, p.101-102).

É importante problematizar que, o contexto sociocultural onde estamos situados: um mundo cada vez mais fragmentado, apático, sem esperanças no futuro, os fundamentos básicos do modelo hegemônico da sociedade na qual vivemos, porém, “É preciso levar em consideração que um período histórico apresenta várias alternativas, que tem diversos graus e dentro dos limites gerais de suas determinações objetivas viáveis para as forças sociais em disputa”. (MÉSZÁROS, 2004, p. 310).

O Capitalismo não tem uma data para lhe conferirmos uma certidão de nascimento, foram as condições históricas que possibilitaram o seu surgimento, como em qualquer outro modo de produção, é importante salientar que, tendo seus alicerces gestados desde a Baixa Idade Média, somente a partir do século XIX começou a consolidar-se em direção a tornar-se um modo de produção hegemônico:

Somente a civilização do século dezenove foi econômica em um sentido diferente e distinto, pois ela escolheu basear-se num motivo raramente reconhecido como válido na história das sociedades humanas e, certamente, nunca antes elevado ao nível de uma justificativa de ação e comportamento na vida cotidiana, a saber, o lucro. O sistema de mercado auto-regulável derivou unicamente deste princípio. (POLANYI, 1980, p 47).

Só a partir deste período é que o progresso econômico passou a tornar-se sinônimo de progresso humano:

A filosofia liberal jamais falhou tão redondamente como na compreensão do

problema da mudança. Animada por uma fé emocional na espontaneidade, a atitude de senso comum em relação a mudança. Foi substituída por uma pronta aceitação mística das consequências sociais do progresso econômico, quaisquer que elas fossem. As verdades elementares da ciência política e da arte de governar foram primeiro desacreditadas, e depois esquecidas. Não é preciso entrar em minúcias para compreender que um processo de mudança não-dirigida, cujo ritmo é considerado muito apressado, deveria ser contido, se possível, pra salvaguardar o bem-estar da comunidade. Essas verdades elementares da arte de governar tradicional, que muitas vezes refletiam os ensinamentos de uma filosofia social herdada dos antepassados, foram apagadas do pensamento dos mestres do século dezenove pela ação corrosiva de um utilitarismo cru, aliado a uma confiança não-crítica nas alegadas propriedades auto-curativas de um crescimento inconsciente. O liberalismo econômico interpretou mal a história da Revolução Industrial porque insistiu em julgar acontecimentos sociais a partir de um ponto de vista econômico. (POLANYI, 1980, p. 51).

Portanto, nem sempre foram estas as lentes teóricas, filosóficas, jurídicas e mesmo econômicas a orientar a sociedade, houve um movimento histórico que principiou esta reelaboração. Nem tão pouco o sentido lato de economia é, de fato, a alienação do trabalhador, a exploração inescrupulosa dos recursos naturais; esta construção transformou a economia no oposto de seu significado, antagônico ao seu conceito. E aqui entra a contextualização do movimento histórico que pode proporcionar a organização do trabalho na e da SES, a possibilidade de retomar o ser humano enquanto centralidade e o trabalho como perspectiva emancipatória, mas não qualquer trabalho, pois o trabalho que aliena não conduz a emancipação: “O trabalho alienado pode ser substituído pelo labor consciente e criativo que propicia a realização humana plena” (CATTANI, 2003, p 10). Neste sentido, entendemos que “[...] a redução do homem à mão-de-obra e da natureza à terra, sob o impulso da economia de mercado, transforma a História em um drama profundo no qual a sociedade, a protagonista acorrentada, finalmente, rompe seus grilhões. (MACLVER in POLANYI, 1980, p. 9).

E é nesta direção que pautamos o trabalho que se constitui na SES: modo de vida, de trabalho, política, sociedade, economia, princípio educativo, ação pedagógica constitutiva de *habitus culturais* que, mesmo existindo no modo de produção dominante, se fortalece nas contradições criadas por ele, aprofunda e amplia as fendas que são frutos de sua própria contradição. Entendemos as modificações proporcionadas pelos sujeitos da SES sob a concepção de *habitus*, a partir de Bordieu que infere:

A noção de *habitus* engloba a noção de **ethos**, e é por isso que emprego cada vez menos esta última noção. Os princípios práticos de classificação que são constitutivos do *habitus* são **indissociavelmente** lógicos e axiológicos, teóricos e práticos (no momento que dizemos branco ou negro, dizemos bem ou mal). Na medida em que a lógica prática é voltada para a prática, ela inevitavelmente engaja valores. Foi por isso que abandonei a distinção a que tive que recorrer uma ou duas vezes, entre **eidós** como sistema de esquemas lógicos e **ethos** como sistema dos esquemas práticos, axiológicos (e mais ainda porque ao compartimentar *habitus* em dimensões **ethos**, **eidós**, **hexis**, corre-se o risco de reforçar a visão realista que leva a

pensar em termos de instâncias separadas). Além do mais, todos os princípios de escolhas são incorporados, tornando-se posturas, disposições do corpo: os valores são gestos, maneiras de ficar em pé, andar, de falar. A força do **ethos** é que se trata de uma moral que se tornou hexis, gesto, postura. (BORDIEU, 1983, p. 104).

Compreendemos que o cotidiano do trabalho coletivo e solidário pode corroborar a formação de um *habitus* cultural dos sujeitos envolvidos na SES que, paulatinamente, “transborda”, para a comunidade em seu entorno e que, através das ações destes sujeitos como protagonistas de um processo que pode forjar um novo *habitus social emancipatório* que se constitui por meio do trabalho coletivo.

1.3 Socioeconomia Solidária - Outra economia em gestação

Gestar outra economia significa encontrar outro marco teórico, societário e econômico que se instale pela sociedade. Forja um movimento em direção ao novo *habitus* (BORDIEU, 1983) cultural, educativo, social, político e econômico.

Entendemos esse movimento a partir do *habitus* que são estruturas adquiridas desde os primeiros contatos familiares que vão modificando-se nas relações sociais. O sujeito é considerado um ser ativo no espaço social e está constantemente interagindo com o outro. Dessa forma, o espaço social é o local da discussão e, portanto, de lutas, com forças diferentes interagindo. Essas forças que se interagem geram conflitos que possibilitam a reflexão. Acreditamos ser esse o caminho para a construção de mudanças significativas. (LIMA, 2010, p.78).

Ampliamos a percepção de ação pedagógica (BORDIEU, 1992) para além do ambiente escolar que, tomado isoladamente (unicamente), torna restritiva a concepção de ser humano em sua omnilateralidade. No entanto, é importante pensarmos também na escola como espaço que possibilita não apenas o diálogo crítico e a análise do sistema produtivo e econômico que vivemos, mas também como espaço indutor para processos senão alternativos, mas, no mínimo, que podem contrapor-se à lógica hegemônica. Nesse sentido, impõe-se como condição a articulação entre trabalho e educação.

O trabalho é um elemento integrante da relação da escola com a realidade atual, e neste nível há fusão completa entre ensino e educação. Não se trata de estabelecer uma relação mecânica entre o trabalho e a ciência, mas de torná-los duas partes orgânicas da vida escolar, isto é, da vida social das crianças. (PISTRAK, 2002, p. 49- 50).

A escola, portanto, além de ser um espaço de conhecimentos, de trocas, pode exercer um processo profundamente social onde todos compartilham saberes, experiências e juntos constroem a sua própria história; e, portanto, tal espaço, não pode ser desprezado na conquista

da transformação social, econômica, política e ética que almejamos.

O problema da educação não pode ser bem compreendido se não for considerado como um problema econômico e social. O erro de muitos reformadores residiu em seu método abstratamente idealista, em sua doutrina exclusivamente pedagógica. Seus projetos ignoram a íntima engrenagem que há entre a economia e a educação e pretendem modificar esta sem conhecer as leis daquela. Consequentemente, não conseguiram reformar nada senão na medida em que as leis econômicas e sociais permitiram. (MARIÁTEGUI, 2007, p.65).

É preciso, entretanto, agir com uma consciência da necessidade de uma nova atitude frente aos educandos e as práticas desumanizantes que são submetidos. Dentro desta lógica, aquele que conduz o outro à criticidade e à busca de novos saberes e que realmente interessa-se pela humanidade, acredita que o homem para atingir o seu bem estar tanto cognitivo, afetivo e social precisa compartilhar e construir novas ideias, tendo presente que a relação entre educação e sociedade é de “[...] determinação recíproca, ou seja, a sociedade sempre determina a educação e ao mesmo tempo é por esta determinada”. (Coelho, 1988, p. 40.).

E é desta forma que entendemos que o espaço da escola também tem de ser disputado, ocupado com o olhar da educação popular na direcionalidade da socioeconomia solidária.

Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (MÉSZÁROS, 2009, p. 25).

Os diálogos do professor/pesquisador intensificam nosso entendimento de que a escola, e ainda a atitude do professor/educador pode, em todas as atividades, áreas de estudos e disciplinas, incentivar o desenvolvimento integral dos educandos, mas não só deles, nossa também, a cada nova perspectiva que podemos dar para o trabalho, a capacidade de observação, de integração com o mundo, sua construção como indivíduo, como cidadão como educador e educandos; construindo, desconstruindo e reconstruindo.

Em termos mais concretos, é preciso que a nova geração compreenda, em primeiro lugar, qual é a natureza da luta travada atualmente pela humanidade; em segundo lugar, qual espaço ocupado pela classe explorada nesta luta; em terceiro lugar, qual o espaço que deve ser ocupado por cada adolescente; e, finalmente, é que cada um saiba, em seus respectivos espaços, travar a luta pela destruição das formas inúteis, substituindo-as por um novo edifício. (PISTRAK, 2002, p. 31).

A organização do trabalho pedagógico da escola precisa ter relação com as condições da vida. E a importância de integração dos educandos às comunidades, para que a escola possa representar um espaço de transformação social, tendo como proposta a possibilidade de

outras formas de organização também das forças produtivas, onde o conhecimento formal através de uma educação popular baseada também nos alicerces da economia solidária tem muito a contribuir na consolidação dessas práticas, porque uma pode retroalimentar a outra.

Como pode ser exemplificado na pesquisa de Luis Oscar Ramos Correa (2005), referimo-nos uma ação pedagógica não impositiva, forjada no trabalho coletivo e solidário que pode contrapor-se à ordem social estabelecida, retomando o aspecto educativo do trabalho coletivo.

Associar-se é tornar-se coletivo. Coletivo toma uma concepção mais visceral do que simplesmente estar junto. Pensar e decidir pelo e com o coletivo é

Um dos pressupostos da pedagogia da produção associada é que a reprodução ampliada da vida requer dos setores populares a *coordenação do esforço coletivo* do conjunto de pessoas que compõe a unidade de produção (seja ela unidade doméstica, da cooperativa ou de qualquer outro empreendimento econômico). Nesse horizonte, se toda a relação envolve pelo menos dois sujeitos individuais ou coletivos, a questão é saber com quem nos associamos (com o vizinho ou com o FMI), e com quais critérios estabelecem as regras do jogo (com relações de dominação ou de igualdade). (TIRIBA, 2010, p.93).

A necessidade de sobrevivência, a dificuldade de inserção no mercado, potencializado pela crise econômica dos anos 90, são justificativas e também causas para que as mulheres da UNIVENS procurassem uma forma de obter renda e trabalho coletivamente. Obviamente não podemos fazer aqui um mero encadeamento dos acontecimentos, e entender cada momento como estanque, não é assim que os fenômenos acontecem. Há uma interação dos fatores, um aprendizado nos e dos caminhos a serem percorridos. É um processo educativo de construção da autonomia dos sujeitos concomitante à construção de seus processos coletivos de trabalho. Na Educação Popular pensada por Pistrak a partir do trabalho coletivo na escola

O coletivo é uma concepção integral e não um simples total referido a sua parte, o coletivo apresenta propriedades que são inerentes ao indivíduo. As crianças e também homens em geral formam um “coletivo” dos quais tem consciência e que lhes são próximos. (PISTRAK, 2002, p. 177).

Relacionamos tal pensamento também para fora da escola, educação forjada no trabalho *coletivo* e solidário. Ou ainda na direção dos pensamentos de Paulo Freire, já que o vovô não vê a uva, nem vovó vê o ovo, mas definitivamente o pedreiro vê a pedra, o varredor a vassoura, e estas trabalhadoras veem sua costura, também viram aquelas pessoas que não tinham trabalho, viram o posto de saúde sem médico, o ônibus que chega sempre atrasado e lotado, e assim sucessivamente, poderíamos seguir fazendo relações. A educação construída

neste contexto é tão abrangente quanto à vida exige. Este é um sentido lato de educação.

Uma educação que se opõe àquela que doutrina para olhar apenas seu cantinho, sua máquina, suas funções, aqui a educação integra saberes, pois não se muda primeiro e agimos depois, tudo acontece junto.

Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas... Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado ninguém amadurece de repente aos 25 anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia enquanto amadurecimento do ser para si é processo, é vir a ser. (FREIRE, 2007, p. 107)

A própria economia solidária é processo em formação que bebe da fonte do cooperativismo e do associativismo,¹³ os sujeitos e o processo se constroem concomitantemente. Não há uma unidade linear nem quanto à percepção dos sujeitos, nem na constituição dos processos, nem mesmo para definir esta outra economia. Podemos encontrar como denominações: economia social, economia de resistência, economia popular, economia popular e solidária, economia do dom, socioeconomia, entre outras.

Não existe consenso sobre o significado da expressão “economia solidária”. Diversos autores engajados na difusão dessa proposta travam debates teóricos em torno das diferentes interpretações. Porém, Paul Singer (2002), Laville e França Filho (2004) e Luiz Inácio Gaiger (2004) apresentam como traço comum, a tentativa de resgatar os princípios cooperativistas formulados no início da Revolução industrial pelos chamados Socialistas Utópicos (Robert Owen, Fourier e Saint-Simon). Essa proposta inicial buscou a criação de cooperativas, geridas pelos próprios trabalhadores, como forma de luta contra as precárias condições de trabalho e o desemprego em massa existente na época. Essas ações deram origem, no início do século XIX, ao movimento Internacional do Cooperativismo¹⁴. (DOURADO, 2010, p.13).

Sendo assim, entendemos que,

{...} centrar-se na discussão dos empreendimentos solidários é discutir e compreender os complexos processos sociais pelos quais se organizam a produção, a distribuição da renda, a ética, a educação, a profissionalização, o cuidado ecológico, a capacidade de sonhar e de humanizar o ser humano desumanizado [...], pela participação e pela esperança de construção da Sociedade Solidária. (ZART, 2006, p.6).

Encontrar outro marco teórico, societário e econômico que se instale pela sociedade. Forjar um novo habitus (BORDIEU, 1983) cultural, social, político e econômico. Trata-se, em seus fundamentos, de uma forma organizativa do trabalho que vai além do aspecto puramente

¹³ Para aprofundar-se neste histórico ver: GOERCK - Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: sua Contribuição para a Viabilidade das Experiências Coletivas de Geração de Trabalho e Renda no Rio Grande do Sul. A autora faz um resgate da história do cooperativismo, especialmente no associativismo no Brasil.

¹⁴ Movimento Internacional do Cooperativismo compreende os seguidores dos princípios de Robert Owen, as chamadas sociedades cooperativas ou também “aldeias cooperativas”. Também baseados nas concepções de Fourier e Saint-Simon. (SINGER, 2002).

econômico. Dessa forma, amplia-se,

[...] a noção de economia como “ciência que trata os fenômenos relativos à produção, distribuição acumulação e consumo de bens materiais ou num sentido mais genérico, da arte de administrar um estabelecimento qualquer... não abarca todo o processo que envolve este fenômeno. Isto é a dita “economia de solidariedade” não pode ficar atrelada apenas a indicadores ou às razões econômicas, de “gerarem novos postos de emprego”, de reintegração de trabalhadores e trabalhadoras ao mercado formal de trabalho, de incentivar empreendimentos solidários (autogestionários ou não) com vistas apenas a vir competir na economia do mercado capitalista, da distribuição de renda”. (CORRÊA, 2005, p 48).

Sob a percepção do trabalho coletivo, os conceitos são problematizados nas vivências dos sujeitos. Mesmo com o entendimento de que existem inúmeras experiências cooperativas que se tornam mais uma ferramenta de exploração do capitalismo, não discutiremos sobre tais PCTS, pois, estas são experiências do Capital, cotidianas na fragmentação e fragilização do trabalho. Os processos coletivos de trabalho solidário, ao qual nos referimos são aqueles que, não sendo ainda uma alternativa ao capitalismo soma-se aos pontos que, paulatinamente funcionam e interagem em direção oposta a este sistema. Utilizando-se das próprias falhas, fendas e brechas deixadas por ele, intensificando suas contradições possibilitando sua superação.

Nesse sentido, tal como Santos (2006), entendemos que:

[...] a sócio-economia solidária, em seu conceito e em suas ações, transcende a esse conceito voltado apenas para a valorização da produção, distribuição, acumulação e consumo, esquecendo-se das relações sociais que tudo isso implica. Tanto o termo economia solidária/ou sócio-economia solidária, referem-se à mesma coisa: à maneira solidária e coletiva de gerir a economia. O acréscimo do termo “sócio” tem como finalidade enfatizar o caráter social, que é próprio do sentido que a economia deve ter. (SANTOS, 2006, p. 40, grifo nosso).

Enfim, a terminologia e os conceitos são tantos e tão diversos quanto os contextos das experiências. A realidade das localidades e das comunidades, a materialidade e a percepção dos trabalhadores de acordo com as concepções e realidades específicas, tanto por quem as constroem no cotidiano de seu trabalho, quanto pelos sujeitos que pesquisam.

Concordamos com Santos (2006) quando afirma que os termos muitas vezes podem ser usados como sinônimos. Entretanto, preferimos o termo Socioeconomia porque, conforme vimos discorrendo no presente texto, entendemos que é a sociedade que organiza a economia e não o contrário; e é grafado junto, tal como na regra da língua portuguesa que não separa por vírgula “sujeito e predicado”, por analogia inferimos: não se separa os sujeitos das suas ações na sociedade. Afinal, separar sociedade e economia também é uma ação artificial que

apenas colabora para o desenvolvimento do metabolismo do Sistema do Capital. “Ao referirmo-nos à sócio-economia solidária, temos em perspectiva a necessidade e a possibilidade de construirmos configurações sociais distintas das formações sociais hegemônicas organizadas sob os auspícios do capitalismo globalizado.” (ZART, 2004, p. 173). Nossa grafia representa um conceito.

O adjetivo: “Solidária” contrapõe-se a ideia de compaixão, comumente disseminada pelas ações de algumas ONGs, ou para a conotação religiosa ou de doação, geralmente atribuída pelos meios de comunicação: “solidariedade com as vítimas das enchentes no Rio”, ou “solidariedade às vítimas do uso de drogas”; a solidariedade, neste caso, basta-se na simples ação monetária (na imensa maioria dos casos), e mesmo quando aliada a ajuda no “corpo a corpo” vem alinhar-se ao conceito de voluntariado, e voluntário conjuga-se a percepção de caridade, e, mais uma vez, corrobora com a propagação dos ideais dominantes. Sendo assim:

O conceito de solidariedade apresenta-se polissêmico, quando principalmente é entendido em contextos ideológicos conservadores. Nestes, a solidariedade é reduzida a momentos de doações de sobras que não desestruturam as estruturas de posições sociais desiguais. A solidariedade conservadora é aquela que cria relações de dependência, de conformismos e de passividade política. Constitui-se em desencargos e descompromissos daqueles que atuam neste campo. É o projeto de manutenção e reafirmação das hierarquias sociais excludentes. (ZART, 2004, p. 78 - 79).

Nesta solidariedade não é pensado de que forma o desmatamento da Amazônia vem produzir chuvas no sudeste, ou porque há um aumento do uso de drogas, a desestrutura familiar, a falta de trabalho, como tais fatores se relacionam e inter-relacionam, ou ainda, qual o papel do Estado em cada caso.

A solidariedade que adjetiva a socioeconomia conjuga-se com o princípio da alteridade, o outro sou eu, ou melhor, só existe o eu por que o outro existe. É uma solidariedade com criticidade, ajudar o outro financeiramente vai além do dinheiro, do voluntariado descompromissado, da ação que se basta nela própria. Solidariedade como força de unicidade maior que aquelas descritas por Émile Durkheim (2004) como Solidariedades Mecânicas ou Orgânicas. Há outra perspectiva:

Apegamo-nos a uma perspectiva de solidariedade que contradiz a concepção conservadora. Por isso já podemos afirmar: ela é desafiadora. É exigente, é compromissada, é histórica, é inserida politicamente, é conscientizadora. Esta concepção fora desenvolvida por Freire (1986), quando explicita que solidariedade é um projeto social que propõe a superação de estruturas sociais dominantes e exploradoras. Neste sentido ela é exigente porque não cede nada a alguém que não tenha compromisso e se insira para superar limites da passividade e da alienação. A solidariedade é provocante porque é politizadora e conscientizadora. Ela é ativa porque gera participação. É democrática porque é o exercício da cidadania. É

autônoma porque nega a tutela e é geradora da renda e do trabalho que consolidam a independência dos indivíduos e dos grupos sociais. A solidariedade é um projeto social que transforma as relações, as representações, as atitudes e as estruturas que escravizam o ser humano, que gestam o “Ser menos”. A solidariedade articula o “Ser Mais”, isto é, a superação da miséria, do analfabetismo, do desemprego, da exclusão social. Ela é desafiante e põe os indivíduos em ação, sabem o sentido da ação e constroem para ela um projeto, uma transcendência. (ZART, 2004, p. 79).

Desta forma a socioeconomia solidária apresenta-se como forma de ver o mundo, mas também de entendê-lo, de planejá-lo, como outra possibilidade de matriz de desenvolvimento fundamentada também na solidariedade crítica, pois “[...] a solidariedade só é viável como conceito tridimensional. Deve ter suas raízes social e materialmente construídas no passado, manter-se no presente e expandir-se com ramificações duradouras rumo ao futuro”. (MÉSZÁROS, 2004, p. 426). Uma solidariedade de classe que, portanto, aponta também para a perspectiva da emancipação humana. Para a transformação da sociedade pautada em outros valores, em “um outro mundo possível”, contra-hegemônico, popular.

A popularidade da economia solidária refere-se a um projeto social que cria um contraponto e a contra-hegemonia. A hegemonia mundial está sob patrocínio do liberalismo burguês, que é a classe social ou elite dominante. Portanto, a contra-hegemonia é um projeto popular no sentido de explicitar um projeto que nasceu do conjunto dos trabalhadores e se estende para as universidades, para os movimentos sociais e populares, para os sindicatos e para os governos. (ZART, 2004, p. 179).

Compreendemos que há, portanto, uma diversidade enorme de práticas, conceitos e trajetórias. Mesmo assim, encontramos princípios comuns, tais como: “[...] as relações solidárias de colaboração, a propriedade coletiva dos meios de produção, a igualdade de direitos e responsabilidades, a economia solidária como práxis pedagógica e a luta contra a subordinação do trabalho pelo capital.” (GADOTTI, 2009, p. 110-111).

Mesmo que tal luta não se dê com a consciência e direcionalidade dos acadêmicos e especialistas engajados (DOURADO, 2010) que teorizam com relação à economia solidária, ela se dá na *práxis*. Uma economia diversa daquela do modo de produção dominante, substantivada por um sistema de valores de direitos e também de deveres que organiza não só a gestão e a produção e o consumo nestes PCTS, mas também o sustento de todos, reinventa o conceito de democracia e de solidariedade, a perspectiva ecológica, com a natureza, que pontua a redistribuição da terra, da água, do trabalho, da vida (e não apenas a vida humana); onde cada um é corresponsável pelo outro, uma relação de alteridade, solidariedade, reciprocidade em tudo oposto ao modo de produção hegemônico. Estes processos estão sendo potencializados pela constituição de redes. Na direção contrária do valor econômico ganancioso do mercado.

Gadotti acrescenta ainda, que:

Certamente um “outro mundo possível” não é um mundo único. Não podemos cair na armadilha do pensamento único. Nosso “outro mundo possível” é formado de muitos mundos. Nós defendemos o mundo como possibilidade e criatividade e ele não se restringe a um só, como pretende o pensamento único capitalista. (2009, p. 111).

Esta economia, portanto, sobre a qual nos referimos e defendemos a necessidade de intervenção, é pública e também privada, é preciso marcar posição com valores éticos, solidários e humanos, contra os princípios do mercado, do sistema do Capital que obedece a lógica da exploração e expropriação sem limites. E este o sentido de fomentar uma transformação biófila, em tudo oposto ao atual modo de produção capitalista, por que:

O modo como os homens produzem os seus meios de subsistência depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de subsistência encontrados e a reproduzir. Esse modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada de exteriorizarem [zu *äußern*] a sua vida, de um determinado modo *de vida* dos mesmos. Como exteriorizam [*äußern*] a sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que produzem*. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. (MARX, 2009, p. 24).

Entendemos que não há possibilidade de pensar em desenvolvimento algum em um sistema de produção absolutamente necrófilo¹⁵. É importante termos presente que a ideia de comércio justo, não é apenas a questão de compra de um produto, mas como escolhemos satisfazer nossas necessidades e de que forma isto intervém na política, na economia, na educação, no ambiente são as relações sociais que se materializam nesta compra, neste produto, nesta mercadoria. Encontrar uma forma de satisfazer as necessidades humanas, que embora passando pelo mercado do Capital, paulatinamente o transforme, expandindo o comércio justo, as trocas solidárias, o trabalho coletivo, a solidariedade, alteridade, cooperação, desde o plantio da semente até o produto final.¹⁶

Cabe pensar a produção e o consumo sob a perspectiva de uma economia centralizada na humanização, na cooperação que pensa também na redistribuição da água, da terra, um pensamento que se constitui a partir da modificação do *habitus* pela própria experiência do trabalho coletivo, cooperado, solidário, ético, na formação e construção

¹⁵ Para Fromm não há distinção mais fundamental entre os homens, psicológica e moralmente, do que a entre os que amam a morte e os que amam a vida, necrófilos e biófilos. A dicotomia entre biofilia e necrofilia é abordada também por Freire na pedagogia do Oprimido.

¹⁶ Um exemplo, dentre tantos possíveis, é o caso do Espaço da Cultura de Consumo Responsável, criado em abril de 2010 em São Paulo, com o propósito de ser “uma vitrine de experiências e práticas”, que possa ser adequada e implementada em outros espaços da cidade. É um lugar de trocas de produtos e saberes da Economia Solidária e da agroecologia. Seus objetivos são promover a cultura (hábitos) do consumo responsável, bem como propiciar a articulação em rede de produtores(as), consumidores(as) e gestores(as) públicos para estimular a prática de comercialização justa e solidária IBASE, 2011

emancipatória individual e coletiva dos sujeitos deste processo educativo forjado nos processos de trabalho coletivo e solidário e que transbordam para além deles.

Uma economia que emerge como ação do e no coletivo rompe a fragilidade da unidade, da individualidade, uma prática real da alteridade que se conhece e reconhece a si e ao outro como parte de si e de tudo que o constitui. Uma economia fundamentada por um sistema de valores e normas de organização, produção e sustento de todos, onde cada um é responsável também pelo outro, pelo todo e pelas partes, pelo ambiente e por suas ações sociais no grupo, na comunidade e por ela. Cabe, portanto, conceber a socialegonomia como um movimento dos trabalhadores pela emancipação econômica, mas, a partir dela pensar em um conceito mais amplo de emancipação, entendendo que “[...] qualquer emancipação constitui uma *restituição* do mundo humano e das relações humanas ao *próprio homem*”. (MARX, 2005, p.37).

O Sociólogo da Nicarágua, Orlando Nuñez Soto, coloca a economia solidária como um processo emancipatório, parte de um processo revolucionário em gestação, Neste sentido registra que:

A grande diferença, em relação às revoluções anteriores, está em que, na economia solidária, não é preciso esperar a tomada do poder político para que os avanços aconteçam – ela mesma é parte da tomada de poder político, ela mesma é parte da revolução, ela mesma é parte da transição e da construção do socialismo. (NUÑES, 1997, p. 7).

E, como Singer, entende que:

[...] a revolução socialista deve percorrer o mesmo caminho da revolução capitalista, ao questionar a velha ordem ainda dentro dela. Trata-se de uma revolução social (ele fala de “revolução no modo de vida”) empreendida de baixo, mediante novas formas de propriedade e de produção, encarnadas no seio da sociedade civil. (SINGER, 2003, p.110).

Nuñez (1997) reforça o caráter revolucionário, de movimento social transformador que a economia solidária possui. Entendemos que neste quesito podemos potencializar o aspecto educativo trabalho coletivo como fundamental para transmissão e internalização dos valores que superem o egoísmo, individualismo, a falta de ética, a competição, o autoritarismo etc., presentes nas relações entre mulheres e homens, decorrentes dos princípios da economia de mercado. Assim como também, resgatar a centralidade do trabalho e do homem para além dos objetivos da atividade econômica. A revolução se dará também nas formas em que se irá organizar a produção nos costumes e valores da vida em sociedade.

Na mesma direção da diversidade de práticas, não há, como já dissemos, uma unidade hegemônica conceitual com relação à economia solidária, o movimento em torno da

cooperação tem crescido em todo o mundo, seja com relação aos trabalhadores auto-organizados, ou com relação aos trabalhadores que assumiram a massa falida de empresas utilizando seus próprios recursos trabalhistas.

Os PCTS podem apresentar-se ainda como possibilidade na qual as mulheres podem construir o trânsito tardio da igualdade formal para galgar alguma igualdade real.

Construir uma reflexão acerca do destaque do trabalho e da ação das mulheres no movimento de Economia Popular Solidária pareceu-nos, então, fundamental; não apenas por causa da importância da constatação acima mencionada e suas implicações para a compreensão do campo da EPS, mas também por se tratar de uma discussão cara ao momento histórico em que vivemos, no qual cresce o questionamento à invisibilidade e desvalorização do trabalho da mulher – invisibilidade esta construída e justificada socialmente ao longo de séculos. Não por acaso, o trabalho das mulheres tem sido um tema central na agenda dos movimentos sociais organizados: todos os movimentos direta ou indiretamente discutem gênero. Entender as mudanças no mundo do trabalho e o impacto delas na vida das mulheres é um desafio constante para os setores que lutam por uma sociedade justa e igualitária. (SILVA, 2007, p. 127).

Os princípios autogestionários, são potencializados nestes espaços e constituem organizações capazes de facilitar a integração e igualdade entre mulheres e homens.

Numa avaliação geral, sob a ótica das relações de gênero e emancipação feminina, a Economia Popular e Solidária pode contribuir de várias formas: a) para aliviar o cotidiano das mulheres, pois estas partilham o peso de suas “obrigações”, contribuindo para uma melhor articulação entre a vida familiar e profissional; b) no contexto de trabalho solidário, as mulheres contam com espaços de discussão privilegiados para expressar reivindicações e pressionar efetivamente as autoridades públicas para a construção de políticas públicas de gênero, ajudando assim, no desenvolvimento da capacidade da mulher contribuir para as mudanças sociais e institucionais mais favoráveis para elas; c) viabiliza o acesso ao crédito e d) proporciona a emancipação financeira da mulher. Enfim, dentro da Economia Popular e Solidária o maior desafio é transformar as relações interpessoais e de gênero, ao mesmo tempo em que se busca mudanças estruturais na sociedade, na economia e na cultura. (FARIA; NOBRE, 1997, p. 28).

No caso específico da UNIVENS, isto é percebido objetivamente, em três aspectos: o protagonismo das mulheres do processo, desde a constituição da cooperativa, na gestão, na própria constituição das relações de trabalho.

Isto aparece na fala dos sujeitos, (como veremos posteriormente na análise dos dados) mas também quando nos aproximamos de seu cotidiano: foram todas mulheres que se auto-organizaram para a formação da cooperativa; estas mulheres não sabiam nada de cooperativismo, autogestão, (como demonstrado nas planilhas, e no histórico da cooperativa em anexo) e foram organizando seu trabalho a partir da vida, é a vida que organiza o tempo e

o trabalho e não o inverso. O horário de seu trabalho tem de adequar-se as necessidades, levar os filhos, acompanhar a família e a partir daí pensar no trabalho.

A gente consegue se organizar para levar um filho no médico, atender a mãe, ir no médico, daí uma ajuda a outra, na produção, como uma família, uma família bem normal, por que no fim todo mundo se ajuda. Se fosse homens não entenderiam isto. (Patrícia, Diário de Campo 31/05/2011).

Quando se apercebem que podem fazer seu trabalho de seu próprio jeito pautam também uma mudança nas relações, outra forma de gerir a economia, pensando também no desenvolvimento com a comunidade e até mesmo nas relações afetivas.

Pessoa que entra na cooperativa se é casada é difícil porque tem de ter desprendimento e participação e as vezes o marido não apóia, os maridos não tem este desprendimento, a gente leva a solidariedade para casa e até muda em casa. (Isaurina, Diário de Campo, 14/09/2009).¹⁷

Podemos exemplificar na própria constituição da “Escola Nova Geração” – uma escola comunitária, e a primeira (se não a única, em Porto Alegre, organizada cooperativamente que mantém vínculo com o município) cuja semente nasceu em discussões internas da UNIVENS com relação às necessidades das mães da cooperativa e da comunidade de ter onde deixar os filhos, o valor exorbitante das “creches no bairro”. (Diário de Campo 13/05/2011).

As questões relacionadas à creche, dificilmente são priorizadas pelo poder público, o cuidado com a criança é responsabilidade da família e especificamente da mulher.

A entrada no mercado de trabalho foi considerada um elemento fundamental para a conquista de uma maior autonomia pessoal das mulheres e a redução da sua dependência e subordinação aos homens no interior da família. Mas este potencial emancipador vem sendo em grande parte limitado, porque as mulheres continuam mantendo seus papéis tradicionais na família, como principais responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos (FARIA; NOBRE, 1997, p. 34).

Houve um protagonismo destas mulheres também nesta direção. Estas trabalhadoras procuraram um meio de viabilizar seu trabalho e o cuidado com os filhos, seja na questão da adequação dos horários, ou possibilitando o trabalho em casa, mas sem com isto tornar seu trabalho alienado, ou alijar-se dos mecanismos participativos e decisórios da cooperativa. Também pode ser percebido, sob um caráter emancipatório, mesmo que estas trabalhadoras permanecem responsáveis pelo “cuidado com os filhos”, são elas quem constituem a forma de

¹⁷ Isaurina - tal fala foi socializada com a pesquisadora ainda em 2009 durante a prospecção do campo de pesquisa.

fazê-lo. Este é o caso das mulheres cooperadas cujos filhos precisam de assistência integral, por exemplo. Estas mães fazem seu trabalho em casa comparecendo diariamente na cooperativa onde entregam sua produção e recebem mais trabalho (Diário de Campo, 12/05/2011).

Esta prática parece diferenciar-se da lógica capitalista, onde “trabalhar em casa” significa um sobretrabalho e a exploração do trabalhador que vê sua vida doméstica/pessoal ser invadida pela produção de mercadorias a serem entregues a um comprador e proprietário de grande empresa, que revende por um preço superior - lucrando com a venda sem qualquer retorno à trabalhadora que produziu. Aqui, o trabalhar em casa vem atender uma necessidade ou um desejo da própria cooperada, ao mesmo tempo em que ela não é apartada da contextualização, do que se passa na e com a cooperativa, pois a cada dia, quando entrega o que fez e recebe mais trabalho, há um momento de socialização, participam igualmente das assembleias e têm “tarefas” com relação ao prédio da cooperativa e também tem um cronograma de atividades nas feiras (são as que trabalham “fora” as responsáveis por limpar e organizar o entorno do prédio; fazem o trabalho de banco quando necessário ou de acordo com suas possibilidades pessoais e também trabalham nas feiras da SES). (Diário de Campo 17/05/2011).

É importante que pontuemos que a Escola Nova Geração atende toda a comunidade e não apenas aos filhos das cooperadas. Também lá está localizado o Ponto de Cultura, onde a UNIVENS foi mais uma vez protagonista de um processo com a comunidade:

Os Pontos de Cultura, criados em 2004, são entidades apoiadas financeiras e institucionalmente pelo Ministério da Cultura por meio da Secretaria de Cidadania Cultural com o objetivo de aproximar a comunidade das ações do Governo Federal. As iniciativas são desenvolvidas pela sociedade civil que, após seleção realizada por meio por edital público, tornam-se responsáveis por articular e impulsionar ações voltadas para a cultura e que já existem nas comunidades. (ANTUNES, 2011, documento *online*).

Várias atividades compartilham o espaço da escola. Além disso, sempre que solicitada, a Cooperativa cede o espaço para as assembleias da comunidade ou para os monitores de arte do Ponto de Cultura realizar suas aulas.

Na cooperativa também é feita a coleta de óleo de cozinha (usado) da comunidade. As trabalhadoras da cooperativa estão envolvidas em várias ações, tanto diretamente relacionadas com a comunidade, como à organização da economia solidária no país, na América do Sul e em discussões com vários outros processos coletivos de trabalho pelo mundo. Pode-se dizer que a UNIVENS procura articular um projeto de geração de renda e desenvolvimento local, incentivando de várias maneiras a comunidade, seja através de

incentivar os membros a “usar seu dinheiro” nos mercados do bairro, movimentando a economia local; ou incentivando a constituição de outras cooperativas, ou “guardando os retalhos para que aquelas senhoras façam fuxico” – alusão a um grupo de três mulheres que se organizaram no bairro para trabalharem juntas; ou disponibilizando os cones de linha para artesãos do bairro na época de natal; (Diário de Campo, 11/06/2011), ou seja criando “redes de proteção” para a sustentação de suas propostas. Membros da cooperativa estão na patrulha ambiental; nas discussões referentes a gênero, criação e fortalecimento de grupos de geração de trabalho e renda para mulheres na América Latina (mais fortemente no Uruguai) nos conselhos municipais. A presidente da cooperativa, por exemplo, é atualmente, também, diretora do Departamento de Economia Solidária do Governo do Estado do RS. Os membros da cooperativa fazem questão de estarem presentes nas discussões do Orçamento Participativo.

Orçamento Participativo (OP) é um processo pelo qual a população decide, de forma direta, a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal. Inicia-se com as reuniões preparatórias, quando a Prefeitura presta contas do exercício passado, apresenta o Plano de Investimentos e Serviços (PIS) para o ano seguinte. As secretarias municipais e autarquias acompanham estas reuniões, prestando esclarecimentos sobre os critérios que norteiam o processo e a viabilidade das demandas. Nas Assembléias Regionais e Temáticas, que se realizam de abril a maio, nas 17 Regiões e seis Temáticas do OP, a população elege as prioridades para o município, seus conselheiros, e define o número de delegados da cidade para os seus respectivos fóruns regionais e grupos de discussões temáticas. (PORTO ALEGRE, 2011, documento *online*).

Enfim, na concretização do trabalho como afirmação humana, o diálogo é tomado como forma de solução para as dificuldades e problemas. Ao mesmo tempo em que se trabalha se discute o dia a dia, desde o preço da comida até o custo da produção, as questões políticas locais e nacionais; participa-se dos processos decisórios mais internos à cooperativa, assim como daqueles ligados à gestão municipal e estadual, num processo pedagógico que forja a autonomia e emancipação dos sujeitos e ainda constitui possibilidades de desenvolvimento econômico em vários níveis: municipal, estadual, nacional, latino e para “além mar”.

1.4 Intersecções emancipatórias a partir do Trabalho Coletivo e Solidário

É necessário resgatar também conceito de emancipação quando se trata da percepção sob a qual compreendemos a construção de interações possíveis, a partir de possibilidades forjadas com os sujeitos dos PCTS na socioeconomia solidária, constituição esta também

processual, visto que precisamos pensar em transformação de todo o tecido social para pensarmos em emancipação.

Sem essa transformação, no sentido mais profundo e mais duradouro do termo que significa nada menos que a necessidade de os indivíduos sociais adquirirem um *controle consciente* sobre suas condições de existência – é inevitável que a velha ordem da dominação hierárquica volte a se impor, mesmo contra as melhores intenções de uma mudança radical. É isso que coloca a questão do socialismo na ordem do dia com uma urgência inegável no século XXI. Uma forma de socialismo em que – e por meio do qual – o povo possa não só *vir a ser*, mas também *se manter* como sujeito soberano do poder em todos os domínios. Só desta forma é possível enfrentar com sucesso os enormes desafios e os perigos cada vez maiores de nosso tempo. Claramente, não pode haver outra forma. (MÉSZÁROS, 2009, p. 102).

Nesta direção, podemos inferir que emancipação também é, pode, e necessita ser aprendida e apreendida na própria constituição de seus PCTS, o que possibilita constituir princípios emancipatórios e, paulatinamente, avançar em diversas direções: a autogestão, por exemplo, exercida cotidianamente infere para a constituição de outras possibilidades de perceber a política, democracia, economia, a cultura e a sociedade. “Emancipar-se significa, na presente análise, livrar-se do poder exercido por outros, aceder à maioria de consciência capacidade de conhecer e reconhecer normas sociais e morais” (ADAMS, 2010, p.43). Bem entendido que tais normas são construídas no coletivo.

Uma série de questionamentos, portanto envolvem a construção da análise de onde partimos quando pautamos emancipação.

A palavra emancipação tem origem no termo latino “*emancipare*”, composto por “*ex*”, que significa: fora de, não mais...; e “*mancipium*”, que significa escravo, indivíduo dependente. Portanto, emancipar significa liberdade concedida, adquirida ou conquistada. (ADAMS, 2010, p 43).

Não mais ser escravos? Somos escravos em que sentido? Econômico? Cultural? Político? A questão da emancipação política é um bom exemplo, na sociedade ocidental e capitalista na qual estamos imersos ninguém possui esta tal emancipação. Portanto, tal como Nuñez, na Nicarágua, e assim como Paul Singer, no Brasil, retomamos a tradição marxista para propor a socioeconomia como parte de um projeto de emancipação da sociedade do Capital:

As relações de trabalho negam o sentido ontológico do mesmo, impedem a emancipação social cujo horizonte é a vida libertada na sua integralidade. Nesta direção, emancipação social, consequentemente, não significa o aperfeiçoamento da cidadania (emancipação política), mas, sim, a sua superação para avançar rumo à “democracia-sem-fim” (ADAMS, 2010, p. 45).

Nesta direção, podemos argumentar que os sujeitos envolvidos em PCTS podem estar gestando também um processo emancipatório social, inter-relacionando as práticas solidárias,

autogestionárias com outros “segmentos” da vida. A questão da emancipação política é uma delas na medida em que buscam uma forma mais participativa de democracia além de procurar “qualificar” a democracia representativa.

Emancipação social vai além da cidadania política – emancipação política – tal como ela é praticada nas democracias formais que se aperfeiçoam na prática da participação política, mas, ao mesmo tempo, geram fossos de desigualdades cada vez mais profundos no interior das sociedades e entre os países. (ADAMS, 2010, p.44).

Esta direcionalidade emancipatória pode ser percebida pela forma em que os trabalhadores se constituem. Nas feiras, por exemplo, ou ainda na relação construída com parlamentares e com pessoas públicas. Existe um tratamento de respeito e cordialidade, porém a interlocução só acontece com sujeitos engajados na mesma direcionalidade dos anseios destes trabalhadores. Candidatos que só aparecem em tempo de eleição não são bem-vindos ao grupo (Diário de Campo, 07/06/2011). Ou, ainda, como aqui representada na fala de Edília em 13 de julho: “aprendi a falar. Se hoje eu tiver que ir lá e falar com o prefeito eu vou!” (Diário de Campo, 13/07/2011).

A própria questão de que hoje a presidente da cooperativa ocupa o cargo de diretora de economia solidária na secretaria de desenvolvimento do Estado, sem deixar de ter um horário de trabalho diário na cooperativa, ou de abrir mão de outras atividades tanto como militante da SES, quanto dirigente pode ser compreendido como uma constituição emancipatória também do Estado. Um processo dialético onde as pessoas são sujeitos na construção de sua emancipação, construídas também no coletivo e amplia o caráter emancipatório que o Estado pode ter. Amplia a percepção de desenvolvimento social para além daquela capitalista. “Para isso, é fundamental o protagonismo da sociedade organizada que induz a uma construção integradora, coerente com a ideia de emancipação social, garantindo uma postura autônoma na relação com o Estado e mercado”. (ADAMS, 2010, p. 45).

Por parte destes trabalhadores existe uma relação de autonomia com relação ao Estado. São os trabalhadores que pautam ao Estado e as suas representações, sejam parlamentares ou institucionais, ações, mediações, políticas públicas, com uma autoridade conferida também pelas ações em que os próprios sujeitos constroem na comunidade, concomitantemente, aprofundando fendas no “tripé que sustenta o Capital”.

Para Mészáros, o sustentáculo do sistema do Capital está alicerçado em: capital, trabalho assalariado e Estado, tripé que possibilita seu desenvolvimento sociometabólico; sendo

a conjuntura a atual é definida pelo autor como característica de uma crise estrutural do sistema hegemônico, onde a produção e o consumo supérfluos: “[...] acabam gerando uma corrosão do trabalho, com sua consequente precarização e o desemprego estrutural, além de impulsionar uma destruição da natureza em escala global jamais vista anteriormente”. (ANTUNES in MÉSZÁROS, 2009, p.11). E, também forjando um outro paradigma de conhecimento e saber:

Proponho o conceito de emancipação social com um sentido mais abrangente (incluindo a relação local-global e a partir de um outro paradigma de conhecimento inspirando-me na ideia de “reinvenção da emancipação” (SANTOS, B., 2002b; 2006). Trata-se do resgate de valores e projetos da modernidade ainda não realizados, mas dentro de uma outra lógica que não a do desenvolvimento ou do progresso ilimitado, linear, de caráter antropocêntrico, característico da concepção de “emancipação” materializada no modelo capitalista e, de alguma forma, igualmente na prática do “socialismo real”.

Por outro lado, a emancipação social continua valorizando o horizonte das concepções e ideais socialistas, como sentido mobilizador da luta contra a opressão e a perspectiva da construção de um “outro mundo possível” que beneficie os 2/3 da humanidade não contemplados nas atuais formas do “deus” mercado” que subjuga as sociedades. Para Tanto, entendo que é possível pensar uma emancipação social como processo contraditório em construção, fora de conceitos do progresso ilimitado alimentado pela ganância do lucro a qualquer preço que tem suas bases filosóficas na monocultura universalista do conhecimento (teoria única e do tempo linear. (ADAMS, 2010, p 45 - 46).

Nesta direção os trabalhadores da SES constroem outras relações de gestão, de organização do trabalho, de interferir nas políticas públicas; e, neste sentido, pensarmos o Estado também como espaço social de disputa em direção a emancipação societal.

Só será plena a emancipação humana quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando o homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas relações individuais, se tiver tornado um *ser genérico*; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política. (MARX, 2005, p. 37).

Então, não estamos falando de uma emancipação especial apenas para estes sujeitos, o que discutimos é a necessidade pensar, trabalhar e produzir pela emancipação social de todos, não apenas a emancipação de grupos, tribos, está em questão. Não pode haver uma emancipação das mulheres ou, dos homens, ou do movimento negro, ou dos indígenas, ou, dos sem-terra, ou daqueles atingidos por barragens, ou ainda apenas dos sujeitos envolvidos pela socioeconomia solidária, porque não há como segmentar a luta emancipatória. É necessário, sim, buscar ações convergentes para emancipação da humanidade.

Na direção de que nos fala Singer, cabe questionar a velha ordem ainda que de dentro dela, revolucionando um modo de vida empreendido de baixo para cima com novas

formas de propriedade, produção, consumo, organização política. Entendemos o PCTS dentro de um movimento social, econômico e político onde a solidariedade e a ação dos sujeitos constituem processos emancipatórios sociais.

Emancipação é o contrário de dependência, submissão, alienação, opressão, dominação, falta de perspectiva. O termo caracteriza situações em que se encontra um sujeito que consegue atuar com autonomia, liberdade, autorealização etc.

No século XIX, a emancipação política e social dos escravos era sem dúvida a transformação de maior importância. No século XX, a emancipação das classes trabalhadoras foi marcada por avanços e retrocessos.

No século XXI, que apenas começou, a emancipação apresenta-se como objetivo mais difuso para todos os indivíduos ou grupos sociais que sofrem algum tipo de discriminação, baseada em condição social, raça, gênero.

Especialmente em contexto educacional, a busca de emancipação diz respeito a pessoas que sofrem as consequências de algum tipo de desigualdade social. Essa busca se concretiza quando as pessoas conseguem superar os obstáculos ligados a sua condição e alcançam níveis de conhecimento mais elevados, a partir dos quais poderão exercer atividades desafiadoras (em qualquer área de atuação específica). (THIOLENT, 2006, p.161).

Emancipação é, também, parte da construção pedagógica para outro marco societário fundamentado em práticas educacionais de fato populares.

1.5 O Estado como espaço social em disputa

O avanço das políticas neoliberais vem corroborar com a teoria de que o Estado é uma propriedade privada do Capital:

A essa propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, o qual, gradualmente, por meio dos impostos, foi adquirido pelos proprietários privados e, por meio das dívidas públicas, ficou completamente à mercê destes, e cuja existência, nas subidas e quedas dos papéis do Estado na Bolsa, ficou totalmente dependente do crédito comercial que os proprietários privados, os burgueses, lhe concedem. Porque é uma *classe*, e não mais um estamento, a burguesia é obrigada, desde cedo, a organizar-se nacionalmente, e já não localmente, e a dar ao seu interesse médio uma forma geral. Pela emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular a par, e fora, da sociedade civil; mas ele nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa quanto internamente, para garantia mútua da sua propriedade e dos seus interesses. (MARX, 2009, p. 111-112).

Assim, o Estado busca solucionar ou minimizar os impactos das crises conjunturais e/ou estruturais deste sistema econômico, à custa de intensificar seu próprio déficit e colocando a máquina estatal em sua função, entendemos que a concepção de Estado é um processo de construção, por que se o Estado *está* a serviço do Capital, usa suas lentes conceptivas. “Na verdade, a cada vez mais densa selva legislativa do Estado capitalista passa a ser o legitimador ‘democrático’ da *fraudulência institucionaliza* nas nossas sociedades.” (MÉSZÁROS, 2009, p. 26).

É preciso mirar com outra lente, dar outra direcionalidade para as suas funções.

A questão não é “se haverá ruptura ou não”, “ por quais meios vão ocorrer”. Ele se romperá por meios militares devastadores ou haverá válvulas sociais adequadas para o alívio das crescentes tensões sociais, que hoje estão em evidência mesmo nos cantos mais remotos de nosso espaço social global? A resposta dependerá de nosso sucesso ou fracasso na criação dos necessários movimentos estratégicos e instrumentos capazes de assegurar uma efetiva transição para uma sociedade socialista na qual a “ humanidade possa encontrar a unidade que necessita para a sua simples sobrevivência” (MÉSZÁROS, 2009. p. 48).

E talvez este seja o cerne da questão: qual é a natureza e a concepção de Estado que se tem como horizonte? Descentralizado, ou mais participativo? Quem são os sujeitos que podem contribuir com ações convergentes nesta construção, que apontarão as ações do Estado? E como farão isto?

Neste processo de construção da concepção de Estado, se busca seu resgate ou sua supressão? Que Estado é este do qual falamos?

Como o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns [gemeinsamen] que adquirem uma forma política, são mediadas pelos Estado. (MARX, 2009 p.112).

E se percebemos o Estado como: “[...] todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados [...]” (GRAMSCI, 1984, p. 87).

E, assim como Hölfing (2001), compreendemos que Estado é também:

O conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exércitos e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo e este é o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (político, técnico, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo [...] (p. 02).

E, as Instituições do Estado, conforme Ham (1993):

[...] compreendem órgãos legislativos, incluindo assembleias parlamentares e instituições subordinadas voltadas à elaboração de leis; órgãos executivos, incluindo parlamentos governamentais e ministérios; e órgãos jurídicos – principalmente tribunais – com a responsabilidade de obrigar ao cumprimento da lei e de aperfeiçoá-la (p.31).

Cabe às pessoas, aos sujeitos, aos movimentos sociais e à comunidade iniciar este processo onde todas as partes que compõem o todo precisam ser consideradas. Essas instituições que fazem parte do processo constitutivo de ampliar o controle social do Estado, também permitem alguma forma de controle ou de participação por parte destes sujeitos? Possibilitam a construção paulatina de outra hegemonia ideológica? (GRAMSCI, 1984) Por

que:

Nenhuma classe da sociedade civil consegue desempenhar este papel a não ser que possa despertar, em si e nas massas, um momento de entusiasmo em que associe e misture com a sociedade em liberdade, identifique-se com ela e seja sentida e reconhecida como representante geral desta mesma sociedade. Só em nome dos interesses gerais da sociedade é que uma classe particular pode reivindicar a supremacia geral. (MARX, 2005, p. 36).

Daí a importância de convergência de ações não só dos agentes da SES ou dos acadêmicos e especialistas engajados (DOURADO, 2010) ou dos movimentos sociais, para buscarmos de fato unidade na diversidade. A construção de uma sociedade para além do Capital não é e não se dará por voluntariedade ou por concessão das classes dominantes, é necessário militância, resistência, ação consciente e convergente de pessoas em diferentes esferas de atuação, pautadas também por uma concepção biófila, transformando a economia, o trabalho e as ações do Estado em direção à manutenção da vida. É preciso uma ação consciente nesta direção e os sujeitos da SES são parte das ações convergentes para o horizonte de um novo marco societal, pois “Nenhuma classe da sociedade civil sente a necessidade ou tem a capacidade de conseguir uma emancipação geral, até que a isso é forçada pela situação imediata, pela necessidade *material* e pelos *próprios grilhões*” (MARX, 2009, p. 37).

Os sujeitos da SES se transformam nas próprias ações e, em um processo dialético, também transformam a sociedade a seu redor, passando a pautar outras formas de produção, consumo, democracia, relação com o meio ambiente. A autogestão aprendida em seus PCTS pode ampliar-se para a construção de uma democracia participativa tanto com relação a participação e gestão do Estado, quanto das instituições que o compõe, assim como dos recursos públicos. Pautando, portanto, a atenção às necessidades e limites dos homens reais. Na medida em que os sujeitos da SES buscam uma maior participação e controle das políticas públicas; participando de fóruns de discussões, debates, feiras, encontros, seminários, fóruns municipais e metropolitanos de educação, de saúde e também de economia solidária, em vários grupos em cidades diversas, descentralizam a participação também interna; colocando sua experiência e seus depoimentos estão ampliando também a perspectiva das ações que precisam ser atendidas, além das necessidades prementes de seus processos de trabalho solidários, vindo a reafirmar a importância da participação:

Todos os fenômenos econômicos ou sociais, todas as chamadas leis da economia e da sociedade, são produto da ação humana e, portanto, podem ser transformados por essa ação. Não são leis eternas absolutas ou naturais. “São leis que resultam da ação e da interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos e, portanto, podem ser transformadas pelos próprios indivíduos num processo que pode

ser, por exemplo, revolucionário”. (LÖWI, 1989, p.15).

É neste sentido que o Estado pode ter um papel indutor no desenvolvimento desta outra economia, pode buscar a partir de políticas públicas sociais que seu projeto de desenvolvimento econômico vá além do emprego direto, ou da geração de emprego através de obras públicas, ou do assistencialismo. Dar um direcionamento oposto àquele dos valores do mercado, que de um lado, inicia reduzindo e condicionando o acesso ao trabalho a partir da satisfação das assim chamadas exigências da “empregabilidade”; e acaba negando à sociedade assegurar a todos o direito ao trabalho.

Nisto fundamenta-se a construção de um saber, de um processo educativo forjado na prática do trabalho coletivo e solidário, calcado em suas próprias ações e alçado em suas vozes, percebendo o Estado como promotor de políticas sociais mais coletivas no âmbito da formação e da cooperação, podendo contribuir na construção de outra matriz de desenvolvimento, também em ações diretas como articulador de políticas da sociedade civil; da mesma forma que tem protegido a economia capitalista com subsídios e toda sorte de benefícios, poderá olhar para economia solidária, dando condições de se ter um marco legal, que incentive e fortaleça o crescimento sustentado desta outra economia.

As políticas públicas podem, portanto, também interferir na economia, com um direcionamento oposto àquele do sistema do Capital, aproveitando e ampliando as fendas criadas por ele. Usar seu poder regulatório para a construção de uma dimensão emancipatória para provocar e incentivar o desenvolvimento sob outras lentes que não as do sistema hegemônico, podendo promover geração de trabalho e renda e a manutenção dos postos de trabalho, sob um aspecto emergencial, mas, também incentivando processos coletivos de trabalho que venham a se constituir como práticas reais de constituição de uma sociedade para além do modo de produção hegemônico. Na corrida pela sobrevivência, em uma sociedade voltada para o consumo predatório, sem limites, as pessoas:

[...] ficam cada vez mais satisfeitas com o comum na vida regulamentada e dirigida, tanto na esfera da produção quanto do consumo, pelo Estado e grandes empresas e pelas respectivas máquinas burocráticas; elas chegaram a um grau de conformismo que eliminou o individualismo em grande parte. Elas são, para empregar a expressão de Marx, imponentes “homens-mercadoria” que servem a máquinas viris. (FROMM, 1975, p. 15).

Neste contexto alienante, torna-se difícil pensar em estratégias que identifiquem possibilidade de qualquer nível de intervenção do Estado para a modificação deste quadro, entretanto consideramos que na modificação das relações de trabalho, os sujeitos das SES, na

reconquista do trabalho como labor consciente, percebem que podem transformar-se em protagonistas de um processo, no sentido de não só modificar e transformar por meio da retomada paulatina do controle social das áreas de intervenção Estatal de maior relevância, mas também de provocar ações com outro direcionamento para o Estado e as instituições que o compõem. Gadotti faz um esclarecimento também quanto à forma que as políticas públicas precisam tomar ainda com relação à SES:

A economia popular precisa de políticas públicas, inclusive de proteção. Isso não é assistencialismo, como dizem os defensores da economia privada. Precisamos inserir a luta pela economia solidária no interior do estado capitalista, mesmo sabendo que ele, para assumir hegemonicamente a economia solidária precisa mudar radicalmente. (GADOTTI, 2009, p. 112).

Esta mudança radical traz outra concepção de Estado, uma reinvenção do público, ou melhor, de uma apropriação do poder político, trata-se um direcionamento pautado pelos próprios sujeitos que são agentes e sujeitos das políticas públicas em questão, por meio de uma ampliação dos processos participativos de decisão. Construção de uma emancipação política, mas também econômica.

Estes processos coletivos de trabalho podem constituir um processo educativo de fato popular, onde a gestão participativa aprendida em seu trabalho coletivo e solidário transborda para uma reinvenção do gerenciamento do público vindo pautar novas ações para o Estado, propondo a elaboração de Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias para fazer investimento em geração de trabalho e renda; através de financiamento para as organizações populares e solidárias e/ou financiamentos de estudos e pesquisas, estimulando o crédito solidário, a construção de incubadoras, a utilização de produtos da SES disputando também o poder de compra do Estado. Os trabalhadores podem vir a encaminhar ações concretas ao legislativo, ampliando o espaço da negociação, construindo paulatinamente uma emancipação política e econômica, com vistas à emancipação humana.

A orientação que percebemos da/na e com a Socioeconomia Solidária é estratégia que atinge o tripé Capital, trabalho e Estado (MÉSZÁROS, 2008). Aprofunda as fendas deixadas pelo Capital e direciona a economia e o desenvolvimento societal em uma direção absolutamente oposta aquela pautada por ele. Onde o trabalho é percebido como característica humana em mediação com a natureza, labor consciente intrínseco ao ser humano.

Tal intencionalidade pode provocar ao Estado a adotar políticas públicas gestadas pela própria sociedade, de uma forma participativa que não apenas indiquem as ações do Estado, mas, também inferiram na própria gestão dele. Uma matriz de desenvolvimento pautado pelos valores da SES orienta-se para uma matriz de desenvolvimento biófila, uma educação

omnilateral para uma sociedade para “além do capital”.

1.6 O princípio educativo do trabalho - a pedagogia do trabalho coletivo e solidário

Pedagogia, segundo o dicionário é: “[...] a teoria e a ciência da educação e do ensino” (FERREIRA, 2000, p. 522). Partindo deste pressuposto: a pedagogia como ciência estuda os ideais de educação, e, como a aplicação de nenhuma ciência é neutra (FREIRE, 2007); quando acrescentamos que é uma pedagogia do trabalho adjetivado por coletivo dizemos como tal ciência se constitui e de onde fala. Em contraposição a educação bancária, elitista, burguesa, segmentada, ao academicismo e ao ensino livresco, a pedagogia do trabalho coletivo bebe das fontes da educação popular por que é do movimento da sociedade, das materiais e objetivas ações e necessidades sociais que ela se constitui. Sabemos que “[...] se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante” (FREIRE, 2007, p. 12).

A pedagogia como ciência e teoria da educação e do ensino que pode aliar o conhecimento acadêmico aquele que realmente torne os sujeitos reflexivos, diferentes em ação e, podemos dizer conscientes, construindo uma estrada com mão dupla onde já não há um que ensine e outro que aprende, e sim as pessoas aprendendo em comunhão mediados pelo mundo (FREIRE, 2007), comprometidos com processos educativos omnilaterais. Em suas relações intersubjetivas e também objetivas construindo educação de forma consciente e emancipadora.

Os conceitos de: Economia, Educação, Pedagogia, Trabalho, Emancipação e Estado não são divergentes, antagônicos, sequer deveriam ser pensados fragmentadamente com relação à manutenção da vida da humanidade e do planeta - *estão divergentes e isolados* (portanto estão na aparência e não são em sua essência) - *fragmentados pelas lentes conceptivas do sistema do Capital*.

Ao pensar educação na perspectiva da luta emancipatória, não poderia senão restabelecer os vínculos - tão esquecidos - entre educação e trabalho, como que afirmando: digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação. Em uma sociedade do capital, a educação e o trabalho se subordina a esta dinâmica, da mesma forma que em uma sociedade em que se universalize o trabalho uma sociedade em que todos se tornem trabalhadores-, somente aí se universalizará a educação. (SADER, 2008, p. 17).

A agenda pós-moderna busca fragmentar as questões de classe e transferi-las para as

lutas das minorias, tais lutas não são emancipatórias porque fragmentam a luta de classe. Se as singularidades passam a ser universais podemos nos tornar relativistas; somos sujeitos singulares e genéricos. Entendemos que as características específicas da vida cotidiana do trabalho na SES, constituem um aprendizado construído nas ações que se inter-relacionam na totalidade do fazer social.

Quanto mais se pulverize a totalidade de uma área em “comunidades locais”, nos trabalhos de “desenvolvimento de comunidade”, sem que estas comunidades sejam estudadas como totalidades em si, que são parcialidades de outra totalidade (área, região, etc.) que, por sua vez, é parcialidade de uma totalidade maior (o país, como parcialidade da totalidade continental) tanto mais se intensifica a alienação. E, quanto mais alienados, mais fácil dividi-los e mantê-los divididos. (FREIRE, 1979, p. 166).

A síntese do processo educativo que emerge das relações sociais do trabalho na SES forja um conhecimento que pode contribuir para a emancipação social. Especialmente a partir nos anos 60 e 70 com a reestruturação do capital e a reação dos modos de produção que são seu metabolismo e sustentáculo, base da expansão sem limites, os novos projetos educacionais se consolidam através das ditaduras na América Latina e gradativamente transformam educação e conhecimento também em mercadoria. Precisamos ocupar o espaço que nos impuseram como regulação com vistas à emancipação e à transformação do *habitus* social.

Portanto o papel da educação é soberano tanto para a elaboração de estratégias como apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. (MÉSZÁROS, 2008, p.65).

É preciso *nos* educar a olharmos para a sociedade, para o trabalho, a educação e também para a economia sob outras lentes que não aquelas utilizadas pelo modo de produção dominante. A socioeconomia está intimamente vinculada à economia. Não com a economia do sistema hegemônico, não pontuamos aqui a economia capitalista ou a economia de mercado, mesmo entendendo que os PCTS existem e persistem dentro deste sistema e que muitas cooperativas não passam de amortecedores sociais às necessidades do capitalismo, mas com a perspectiva de que podem se apresentar como brechas, fendas que podem e necessitam ser ampliadas na direção da superação deste modo de produção.

Se as experiências de trabalho constituem-se como espaço/tempo não formais de produção de saberes, é preciso considerar o trabalho na sua dimensão ontológica, de formação humana, de criação e recriação do mundo. E, além, sua dimensão sociológica, tendo em conta as diversas formas como, ao longo da história da humanidade, os grupos e classes sociais se relacionam na produção da vida social. Nesse sentido, quando falamos em produção de saberes é preciso situar no

espaço/tempo histórico a cultura do trabalho à qual nos referimos. Ao refletir o reconhecimento e valorização do lugar do não formal na educação de adultos, vale pontuar que, no capitalismo, os saberes são tecidos sob relações sociais de produção em que a força do trabalho, enquanto mercadoria, encontra-se, em maior ou menor grau subsumida ao capital. No entanto, a educação de adultos pode ganhar um novo significado nos momentos históricos em que trabalhadores tomam posse ou apropriam-se dos meios de produção. Nesses contextos, como pode se dar a relação entre trabalho, produção e distribuição de saberes? Como os trabalhadores mobilizam e articulam os saberes que o capital fragmentou? (NAKANO; ANCASSUERD; VILLAR, 2009, p. 157-158).

Não é o caso aqui de perpetuar a visão romântica de educação na qual esta responderá a todas as questões levantadas pela sociedade, ideia incentivada pela mídia e direcionada a atender as necessidades da reestruturação permanente do sistema do capital, é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (MÉSZÁROS, 2008, p.27).

Cabe pensar o trabalho como princípio educativo, em sua diversidade, com matrizes geradoras de aprendizado e a necessária construção da igualdade social, aporta em desafios históricos: significa entender a conjuntura dinâmica e dialética no modo com que as interações sociais adquirem forma, significado e, modificam-se à medida que percorrem a práxis social. O significado da educação aqui é entendido como produção e circulação do conhecimento cultural elaborado pelas práticas sociais do trabalho, porque coletivo e solidário, em que os códigos se traduzem em processos que mobilizam os aprendizes no fazer social. “Somado às lutas de outras forças Sociais, o processo educativo poderá qualificar a contribuição das práticas sociais na construção gradativa da emancipação social” (ADAMS, 2010, p. 49).

Emancipação forjada pedagogicamente no cotidiano do trabalho, coletivo e solidário. O processo pedagógico do qual nos referimos e o qual pretendemos nos fundamentar parte de:

Um forte movimento de contraposição de relações sociais à lógica capitalista de produção tem se constituído nos últimos anos. Movimentos sociais, entidades sindicais e instituições educacionais em meio à luta por melhores condições de vida dos trabalhadores da cidade e do campo, travam debates no campo teórico-prático sobre as relações do tipo novo que precisam ser constituídas como forma de forjar, paulatinamente, uma sociedade solidária, igualitária e justa. (MACHADO, 2006, p. 109).

Consideramos oportuno explicitar que entendemos a pedagogia como uma ciência social, e “Em um nível qualitativamente diferente expresso na própria elaboração da teoria educacional e pedagógica em relação dialética com a prática social multifacetada. Este é o papel de uma ciência pedagógica.” (FREITAS, 1995, p. 87). O termo ‘pedagógico’ refere-se ao ato educativo no qual os sujeitos nas relações entre si e com o mundo que os cerca, ensinam e aprendem.

Eis de onde parte o argumento epistemológico de nossa análise para afirmar que existe uma pedagogicidade nas práticas dos trabalhadores da e na SES, pois, “enquanto o Capital está interessado em preparar um novo trabalhador, nós estamos interessados em formar um novo homem” (FREITAS, 1995, p. 127), (o pronome ‘nós’ é entendido nesta pesquisa como o coletivo de educadores populares progressistas, e também cada sujeito e movimento social capaz de convergir na luta emancipatória) e, por consequência, uma nova sociedade, diametralmente oposta aos interesses do Capital. É pela vivência do cotidiano e na busca conjunta das superações que se constroem novas formas de aprendizado, com a democratização das relações de poder, promovida também com a autogestão.

A proposta de Pedagogia Coletiva funda-se nos pressupostos da formação integral do sujeito que, ao trabalhar todas as dimensões do conhecimento e potencialidades do sujeito, busca superar tanto o academicismo, quanto o ativismo, o cientificismo, quanto o subjetivismo, procurando estabelecer uma relação de equilíbrio entre tais dimensões. O aspecto estético possibilita cultivar a sensibilidade e percepção, indispensáveis ao pleno desenvolvimento humano. (MACHADO, 2006, p. 113).

O trabalho perde sua concepção alienante quando adjetivado de coletivo e solidário, exemplificado pela análise dos questionários e entrevistas que expuseram as falas dos sujeitos - germes de um novo *habitus* social, pois enquanto o Capital está interessado em preparar o trabalhador para os novos padrões de exploração, a educação popular retoma o trabalho como princípio educativo e busca demonstrar possibilidades de paulatinamente construir um modelo societal emancipatório.

CAPÍTULO II

TRAMAS E DRAMAS DA PESQUISA: A UNIVENS E O CAMINHO METODOLÓGICO

*Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao
caminhar. (Antonio Machado).*

Esta pesquisa aponta para o método de abordagem dialético que concebe a história como movimento no qual os processos sociais se relacionam e se transformam intrinsecamente. A análise da realidade na perspectiva histórico-dialética busca uma postura crítica e consistente através da ação dinâmica em relação aos sujeitos – material, subjetiva e intersubjetivamente -, como também no que tange à pesquisa e às contradições inerentes ao fenômeno estudado.

Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível. (KOSIK, 2002, p.16).

Compreender o processo de transformação provocado pelas condições materiais também em suas relações intersubjetivas no mundo do trabalho, porque coletivo e solidário, pode representar parte da configuração da luta contra-hegemônica na construção de uma sociedade biófila,

[...] o amor à vida se desenvolverá mais numa sociedade onde houver: *segurança*, no sentido das condições materiais básicas para uma vida digna não estarem ameaçadas; *justiça*, no sentido de ninguém poder ser um fim para os objetivos de outrem; e *liberdade*, no sentido de cada homem ter a possibilidade de ser um membro ativo e responsável da sociedade. O último ponto é de particular importância. Mesmo uma sociedade onde segurança e justiça estejam presentes pode não ser favorável ao amor à vida se auto-atividade criadora do indivíduo não for fomentada. Não basta os homens não serem escravos; se as condições sociais favorecerem a existência de autômatos, o resultado não será amor à vida, porém à morte. (FROMM, 1981, p. 57).

É por esta perspectiva que entendemos o trabalho coletivo e solidário configurando-se como: “[...] uma alternativa de construção hegemônica possível à ordem estabelecida em todas as suas dimensões [...]” (MÉSZÁROS, 2004, p. 354), de maneira que os homens e mulheres sejam protagonistas do processo, finalmente rompendo seus grilhões. (POLANYI, 1980).

[...] Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e com

base no seu processo real de vida apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos desse processo de vida. (MARX, 2009, p. 31).

Este é um dos motivos pelos quais escolhemos utilizar as premissas da pesquisa participante, por acreditarmos que temos um compromisso político, como pesquisadora, e também como cidadã, como ser humano engajado na luta pela emancipação social. Para Brandão e Streck (2006, p. 14-15) a pesquisa é participante porque, como uma alternativa solidária de criação do conhecimento social, ela se inscreve e participa de processos relevantes de uma ação social transformadora de vocação popular e emancipatória. Portanto,

As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação. (MARX, 2009, p. 23 - 24).

É a partir da materialidade dos processos coletivos de trabalho que podemos pensar a pesquisa participante como parte da geração de alternativas de cunho popular que se dão no chamado Terceiro Mundo. Nomes clássicos na discussão sobre pesquisa social, como Karl Marx e Kurt Lewin, Mahatma Gandhi, Camilo Torres, Paulo Freire, Gustavo Gutierrez, Michel Thiollent e Leonardo Boff, mostram como a pesquisa participante se integra numa outra forma de conhecer e, sobretudo, de mudar o mundo. (BRANDÃO, 2006, p. 14). Assim, “Toda a ciência social de um modo ou de outro deveria servir à política emancipatória e deveria participar da criação de éticas fundadoras de princípios de justiça social e de fraternidade humana”. (BRANDÃO, 2006, p. 25).

2.1 A materialidade do espaço de observação

A UNIVENS está localizada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, foi fundada em maio de 1996, por mulheres, entre 18 e 70 anos, que resolveram formar a Cooperativa para ser uma alternativa de trabalho e renda de forma coletiva. Desde o início trabalhou na perspectiva de terem produtos próprios. Atualmente, está com 25 cooperados (as) e, esporadicamente, conta com o trabalho de algumas trabalhadoras que não fazem mais parte da cooperativa formalmente, uma especificamente passará pela aprovação de retorno na próxima assembléia (Diário de Campo, 20/07/2011. Atualmente agregaram-se os serviços de serigrafia e bordado ao da costura, personalizando assim qualquer tipo de produto têxtil. Confecciona peças masculinas e femininas. E, também é a ponta da cadeia ecológica do algodão solidário, da qual participam trabalhadores (as) organizados (as) que integram PCTS da economia

solidária. São homens e mulheres (em torno de 700 trabalhadores) agricultores, fiadores, tecedores, coletores e beneficiadores de sementes e costureiras. Quem está neste processo de produção é também o proprietário da marca JUSTA TRAMA. Uma cadeia produtiva na qual, desde o plantio da semente do algodão, até a venda do produto, o trabalho é organizado por cooperativas de trabalhadores auto organizados numa perspectiva autogestionária e sustentável. Cadeia que se completa com o incentivo ao comércio justo e o consumo solidário.

[...] a Justa Trama se desenvolve como uma cadeia produtiva que atravessa o Brasil de norte a sul, passando por seis diferentes estados (RO, CE, SP, PR, SC e RS). Seu fluxo inicia com os plantadores de algodão ligados a ADEC, em Tauá-Ce, e a comunidade de plantadores de Moreira Sales no Paraná. Este algodão é enviado para Nova Odessa-SP, onde a CONES produz fios de algodão. Posteriormente, estes fios são encaminhados para a Cooperstylus em Santo André-SP, onde são transformados em tecidos para, finalmente, chegarem até os grupos de costura, Fio Nobre em Itajaí-SC e a UNIVENS em Porto Alegre-RS, para serem transformados em roupas. Adereços, botões e miçangas que servem de acabamento para as peças são coletadas por famílias da região amazônica e enviadas para as costureiras do sul. (LACERDA, 2009, p.133).

No final de 2011, agregou-se à cadeia produtiva o estado de Mato Grosso do Sul por meio da Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (APOMES) do Assentamento Itamarati¹⁸. Um dos maiores assentamentos do Brasil. Entretanto, sua aprovação só será oficializada na assembleia da JUSTA TRAMA nos primeiros meses de 2012.

Este é um breve relato do que é, materialmente, o espaço da pesquisa¹⁹. O enfoque nesta pesquisa procura ir além da descrição da subjetividade construída por estes sujeitos e sua relação com a comunidade, e estabelecer um foco de análise que interliga a perspectiva do trabalho coletivo e solidário como fator pedagógico para emancipação dos sujeitos, individualmente, e também do seu entorno, da comunidade, da cidade, no país e fora dele. Além disso, a própria pesquisa, porque participante, passa a ser pedagógico-formativa na constituição emancipatória destes sujeitos.

[...] a pesquisa participante tende a ser concebida como um instrumento, um método de ação científica, ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa. (BRANDÃO, 2006, p. 40).

Como categorias provisórias para o início do processo investigativo, elencamos: trabalho coletivo, processos formativos, reivindicações sociais, construções de alternativas (econômicas, ambientais e de gestão). Porém, dentro das premissas metodológicas que

¹⁸ Ver: http://pt.wikipedia.org/wiki/Assentamento_Itamarati

¹⁹ Para aprofundar-se, ANDRADA, 2005.

estabelecemos, é na dialética do processo de pesquisa que se consolidaram ou se refutaram as categorias, assim como surgiram outras; cuja descrição está mais aprofundada no capítulo três que se refere à análise dos dados.

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram: observação participante, Diário de Campo, questionários e entrevistas procurando investigar a ação dos sujeitos sob os seguintes aspectos:

- a) Socioeconômicos: consumo solidário; melhoria da qualidade de vida; (alimentação, saúde e educação; acesso a bens materiais e imateriais);
- b) Políticos - acesso à informação e participação decisória; mecanismos de participação popular direta nos governos (orçamento participativo, participação na elaboração das políticas públicas, conselhos municipais, estaduais e federais em diferentes áreas de atuação: saúde, educação, etc.);
- c) Culturais - Propagação de valores solidários; relação com o ambiente; Relação com trabalho. Relações com a família, pois são dimensões que agregam valores e expressam as mudanças sociais em relação à família (casa, alimentação, escola, saúde, reunião da família). As relações que possibilitam o cidadão sonhar com melhores condições de vida coletiva, familiar, com a garantia do trabalho.

Embora tenhamos traçado um caminho para a pesquisa, estivemos atentos ao fato de que:

O método, como a complexa trama composta da finalidade e dos objetivos, da realidade e do objeto, dos sujeitos, do tempo e do espaço, não é algo à parte da pesquisa, no sentido de que primeiro se define o método e que, uma vez dominado determinado processo, teríamos a chave mágica para a realidade. O método vai reconfigurando-se constantemente no diálogo com e entre os fatores. (STRECK, 2006, p. 273).

O passo inicial para a construção da presente pesquisa foi “garimpar” os processos coletivos e solidários, assim tivemos o primeiro contato com a cooperativa UNIVENS ainda em 2009, quando uma colega diretora da Escola Municipal Ildo Meneghetti, apresentou uma reportagem do jornal do bairro onde a escola está localizada e compartilha o espaço geográfico de um bairro periférico da zona norte da capital sul-rio-grandense com a cooperativa UNIVENS. Esta professora fez o relato que a escola encomenda suas camisetas e uniformes com estas costureiras, e convida-nos a conhecer a UNIVENS e a Sra. Nelsa²⁰, presidente, deste processo coletivo de trabalho solidário. Consideramos importante descrever

²⁰ Nelsa Inês Fábila Nespola hoje é diretora do Departamento de Economia Solidária do Governo Estadual do Rio Grande do Sul, também Diretora Setorial da Unisol, além de estar a frente da Justa Trama e na presidência da UNIVENS. Mulher, trabalhadora e militante da Economia Solidária.

o entorno, o bairro, o acesso à realidade material onde este PCTS está incrustado, pois, facilita para dimensionar o que pode representar esta iniciativa na comunidade.

Inicialmente fomos até a referida escola de onde partiríamos em direção a cooperativa. O trajeto até a escola foi feito de ônibus, o transporte coletivo desta capital é bem eficiente, e um observador não muito atento pode perceber o contexto desumanizante da vida que insiste, na medida em que o ônibus vai se afastando do centro da cidade e aproximando-se da periferia. Espaço onde o poder público se abstém, o tráfico ocupa o que o Estado nega-se a oferecer. No trajeto, entre a escola e cooperativa, enquanto caminhávamos, a professora relatou o caso de um aluno seu, bom aluno, mas, com a irmã doente, na madrugada, sem transporte, sem médico, sem dinheiro a quem recorrer? Ao traficante. Mesmo sabendo o preço a ser pago. Como escolher entre a vida da irmã e trabalhar de aviãozinho? Como decidir entre a fome diária, entre a vida da irmã, do filho, da mãe, marido, namorada e o tráfico. Estas são escolhas cotidianas das pessoas que vivem neste bairro. Não, não é fácil. A realidade é impactante.

Ainda com o pensamento turgido por estas informações, temos o primeiro contato com a comunidade onde está a UNIVENS, organismo vivo que resiste neste contexto desumanizante. O trajeto da escola até a cooperativa foi feito a pé, o que nos proporcionou perceber quanta necessidade material está posta naquele contexto.

Havia muitas crianças de todas as idades, a música de Renato Russo ocupa minha mente:

[...] O vento forte seco e sujo em cantos de concreto
 Parece música urbana
 E a matilha de crianças sujas no meio da rua
 Música urbana.
 E nos pontos de ônibus estão todos ali: música urbana.
 Os uniformes. Os cartazes. Os cinemas E os lares
 Nas favelas. Coberturas
 Quase todos os lugares. [...]
 E mais uma criança nasceu.
 Não há mentiras nem verdades aqui
 Só há música urbana (RUSSO, 1986, documento *online*).

Esta é a realidade da maior parte das periferias das capitais brasileiras e sul-americanas, sabemos disso racionalmente. Nossa razão, no entanto, opera em uma vibração diferente do nosso olfato, da nossa visão, da nossa audição, esta realidade que grita faz o nosso coração bater descompassado. As vielas são íngremes, não há tratamento de esgoto, a professora vai fazendo um relato sobre o papel da escola neste contexto e a impossibilidade de vagas para todos os alunos, e as primeiras consequências de trazer as famílias da Vila Dique

para este espaço²¹. Na reorganização da cidade, o poder público desapropriou famílias de espaços geográficos e características culturais e econômicas completamente opostas e as colocou neste mesmo espaço, inclusive com grupos de tráfico rivais. Esta prática não tem nada de ingênua, neutra ou desinteressada, nem sequer possui alguma novidade. É prática recorrente no processo “civilizatório”:

Desterrados em sua própria terra, condenados ao êxodo eterno, os indígenas da América Latina foram empurrados para as zonas mais pobres, as montanhas áridas ou o fundo dos desertos, à medida que se estendia a fronteira da civilização dominante. (GALEANO, 1976, p.58).

Os moradores da Vila Dique receberam o mesmo tratamento, assim como outras “vilas” dessa capital. Um processo de “revitalização para a Copa de 2014”, processo que também pode receber o título de higienização ou sanitização, tratamento que recebem também os trabalhadores em situação de rua (aqueles que fazem da rua sua morada, e dela também retiram sua subsistência), e os trabalhadores populares (camelôs). Gradativamente esses trabalhadores vão sendo retirados da “vista” do centro, da urbanidade, mais uma “música urbana” (Renato Russo) sendo tocada aos ouvidos atentos de quem de fato quiser ouvir. Aliás, estas são as primeiras ferramentas do pesquisador: olhos e ouvidos atentos.

Continuando nosso trajeto, fomos aos poucos percebendo uma modificação na materialidade do espaço: encontramos ruas asfaltadas, espaços mais cuidados, não vimos crianças nas ruas, nem esgoto a céu aberto. Avistamos o prédio verde de dois andares ladeado por casas. Ao chegar, conhecemos a Nelsa, e dissemos por que viemos conhecer este espaço de trabalho, ela faz um relato emocionado da trajetória da cooperativa (segue anexo relato que ela enviou posteriormente via correio eletrônico). Fizemos a apresentação da proposta do projeto de pesquisa para a presidente da cooperativa. Ela não apenas permitiu o acesso à cooperativa como objeto de pesquisa, e, mais que isto, se mostrou parceira e feliz com a ideia; mostrou sua paixão não só pela cooperativa, mas, também pela propagação de valores da Socioeconomia Solidária, considerando importante também pesquisas para tal fim.

A partir daí foram sendo realizadas visitas, conversas com as trabalhadoras: às vezes sentando ao lado enquanto elas costuravam; ou faziam o corte; em outros momentos era possível acompanhar as feiras e eventos, ou convidá-las para falar sobre a cooperativa em espaços diversos (pontualmente em uma disciplina na qual a pesquisadora era aluna especial

²¹ O poder Público Municipal retirou as pessoas da Vila Dique (próximo ao aeroporto de Porto Alegre) e as transferiu para a zona Norte, com 1.476 famílias, e paulatinamente as colocou em um loteamento na avenida Bernardino Silveira Amorim, 1.915. O local terá sobrados, apartamentos e casas (20 adaptadas para pessoas com deficiência), 103 unidades comerciais, escola, creche, posto de saúde, unidade de triagem de resíduos recicláveis e sede social, praça e área de preservação ambiental. Desde outubro de 2009, 396 famílias foram reassentadas no loteamento. A previsão é que sejam concluídas as transferências da Dique em dezembro de 2011. A retirada das vilas Nazaré e Dique é uma das obras essenciais para a expansão comercial do Estado e, também, para a Copa de 2014. As casas e apartamentos, com dois pisos, tem 40 metros quadrados incluindo sala, cozinha, banheiro e dois dormitórios. (PORTO ALEGRE, 2010, documento *online*).

na UFRGS); conversar sobre o cotidiano, fazendo anotações de falas e constituindo um espaço para posteriormente poder iniciar uma pesquisa com premissa participante, porque:

Assumir a proposta implica aceitar que existe o natural “diálogo de saberes”, pois nunca o “saber culto” se deve impor e desprezar o “saber natural” da cidadania já sempre existente, mesmo que este possa ser limitado, fracionado ou confuso em seu estado “original”. É necessário superar este enfoque funcionalista, e partir da aplicação da teoria do conhecimento baseada na “lógica dialética”, ou seja, aquela que tem como “ponto de partida” a própria “prática social” dos participantes. Não se trata de partir da teoria ou da abstração que, mesmo sendo válida, normalmente se mostra distante e alheia aos conhecimentos e interesses dos participantes. (HURTADO, 2006, p. 189).

Procuramos, portanto, construir com as trabalhadoras uma proposta de pesquisa em que a socioeconomia solidária constitua-se como parte de um processo educativo que, forjada no saber do trabalho coletivo, alicerça um novo *habitus* social e político.

2.2 A pesquisa em ação

Iniciamos uma observação participante do cotidiano do Trabalho Coletivo e Solidário, as participações em feiras e eventos, encontros no Fórum Social Mundial. Construimos a possibilidade de análise em entrevistas semiestruturadas, questionários, leitura e pesquisa em materiais como atas, relatórios das reuniões, procurando analisar conceitos comuns e/ou divergentes nas ações dos sujeitos envolvidos no processo de trabalho solidário em articulação com o seu entorno, a comunidade, a cidade, outros processos coletivos de trabalho. Com esses procedimentos, pretendemos analisar as estratégias pedagógico-formativas forjadas na prática do Trabalho Coletivo e Solidário, bem como perceber as vivências que possibilitem diálogos com o grupo sobre temas que lhes sejam instigantes: autogestão, educação, construção de projetos, crédito solidário, redes de consumo.

Do planejamento sistemático à ação, procurando abarcar todas as possibilidades, perceber a totalidade, denunciar as contradições, anunciar as possibilidades de ação, ainda no segundo semestre de 2010, começamos a pesquisa como ação investigativa de fato.

Em 11 de abril de 2011 encontramos a Nelsa no Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS) ou Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF)²². O diálogo como de costume fluiu com facilidade. Nelsa faz uma contextualização que dispensa maiores comentários com relação ao momento que a socioeconomia enfrenta não só no Rio Grande do Sul. Ela pontua o contexto brasileiro e mundial as contradições vividas e

²² O Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS) ou Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF)²² é um prédio em forma de pirâmide localizado no bairro Praia de Belas em Porto Alegre, capital do RS. No edifício funcionam diversas Secretarias e outros órgãos da administração pública estadual. (WIKIPEDIA, 2012, documento *online*).

provocadas pela própria crise estrutural do sistema do Capital:

Há tanto que fazer e pouco pessoal, mesmo assim, mas somos dois, fazemos as coisas sem planejamento por que não dá tempo de sentar e conversar... Abrimos várias frentes por que precisava ser assim... Vamos tocar a cadeia PET, então é reunião em Caxias, em Ijuí, com os catadores da Rua. E a gente vai. Hoje e amanhã, e depois vai para Brasília, e volta à noite... E faz... Mas o planejamento fica prejudicado... E tem mais a lei que estávamos querendo aprovar, agora é um decreto: 10% de todas compras do Estado serão feitas por meio da Economia Solidária, mas ainda não temos organização para isto... Quantas cooperativas temos com a legislação em dia para competir na licitação? E quantas cooperativas de móveis temos? A SES no Brasil só não está pior por que a agricultura familiar está segurando, está melhorando. E a gora os trabalhadores estão se associando por que não tem como competir com o agronegócio de outra forma... E também progressivamente na agroindústria A Justa Trama vai bem, mas o nordeste teve a maior seca dos últimos 60 anos! A Fio nobre teve problemas com a questão do algodão por que não tem material para trabalhar por que tudo sendo enviado para a Índia e o Estados Unidos, por causa dos problemas do ano passado. Estão trabalhando meio turno e a gente tá pedindo e torcendo para ver se eles aguentam até junho, mas tá difícil estão trabalhando meio período. Tem licitação, mas é um jogo de cartas marcadas. A Coopertextil teve alguns problemas de gestão. A Justa Trama agüenta por que a ADEC e a UNIVENS são fortes. Aqui na UNIVENS estaremos trabalhando com a nova linha que a designer italiana nos ajudou a criar, fez oficina com as meninas na costura e elas aprenderam muito... (Diário de Campo, 11/11/2011).

O trabalho de campo iniciou-se no dia subsequente, na UNIVENS às 7h40 min. A primeira pessoa vista é a própria Nelsa, todas já estavam trabalhando: corte, costura serigrafia.

Procuro manter o olhar atento, mas estou consciente de que algo se perde neste processo. Penso o quanto é ruim esta posição de observador passivo, onde tudo acontece ao seu redor e você está de fora. Encontro um calendário no balcão em comemoração aos 15 anos da cooperativa, com uma foto de todos/as em um fundo verde, muito bonito. Peço um para mim. Fico meio insegura, me questiono: onde está minha autonomia? O que fazer? Qual caminho seguir? Rostos conhecidos... Mas estão tão concentradas. Fico observando os pôsteres com o histórico e os avanços da cooperativa. (Diário de Campo, 12/04/2011).

Logo na entrada, à esquerda tem um mural onde lê-se:

- a) O regimento da cooperativa, recortes de jornal com referência a acontecimentos com relação à UNIVENS, ou com a Justa Trama, atividades com membros da cooperativa; comprovante de depósito de R\$ 2.000,00: Nossa ação de solidariedade com o Haiti, com a frase – “Não tem fronteiras quando queremos mudar o mundo”!
- b) Outra ação de solidariedade da cooperativa UNIVENS com a ADEC – situação de seca do plantio do algodão R\$ 3.000,00.
- c) Tem também no mural a lista dos responsáveis pela limpeza do pátio – 7 pessoas.
- d) Mais um informativo que o Instituto Ecotece adaptou para o português

o vídeo Fibras Éticas Algodão Orgânico, em parceria com a ONG (Pesticide Action Network – PAN UR).

1. Um texto: O Brasil é um dos cinco países que mais utilizam agrotóxicos, no mundo. - 160g de agrotóxicos são utilizados para produzir algodão suficiente para confeccionar uma camiseta que pesa 250 g; 25% dos inseticidas produzidos no mundo são utilizados na plantação do algodão convencional; - Um hectare de lavoura de algodão utiliza oito vezes mais agrotóxicos do que um hectare de lavoura de alimentos. 1 kg de agrotóxicos contamina 1 bilhão de litros de água. 80% das doenças existentes no mundo resultam da escassez ou da poluição das águas. Brasil: 6% do território mundial; 12% da água doce do mundo.

e) O Lema da cooperativa está no calendário, na parede, no mural: “Comece fazendo o necessário, depois o que é possível e de repente estarás fazendo o impossível”²³.

f) Outra frase no mural: “Se, algum dia, lhe disserem que o seu trabalho não é de um profissional lembre-se: ‘amadores construíram a Arca de Noé, profissionais construíram o Titanic’”

g) Outra: Não tente mudar o que não pode ser mudado: “senhor conceda-me serenidade para aceitar as coisas que não posso mudar, coragem para mudar, aquelas que posso e sabedoria para reconhecer a diferença entre elas”.

Durante esta observação percebemos ainda:

[...] um quadro, com o certificado de 3º lugar entre os concorrentes do III Concurso Latino Americano de PCTS Exitosos liderados por mulheres – 3º Lugar, Novembro de 2002. Chega uma cliente, uma Diretora de uma escola de Viamão (região metropolitana de Porto Alegre) para encomendar os uniformes de sua escola. Entendo como uma deixa, para começar o diálogo participante, ou, dizendo de outra forma, um diálogo com uma perspectiva freireana, uma escuta ativa, um diálogo problematizante: (Diário de Campo, 12/04/2011).

Na pesquisa participante, o diálogo problematizante é extremamente valioso, pois, o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica, em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento da História. (FREIRE, 2007).

Nesta direção o pesquisador que se propõe a uma perspectiva participativa de

²³ Não tem a referência, nem na parede, nem no mural, mas esta frase é atribuída a São Francisco de Assis.

pesquisa inaugura uma atividade epistemológica pautada na construção de conhecimento e saber construído na subjetividade e intersubjetividade do cotidiano, o pesquisador traz o olhar científico, porém com uma caracterização mais humana, onde a ciência não seja letra morta, nem esteja hermeticamente fechada em seus conceitos e ações.

Nelsa, antes de sair, me abraça e diz: sinta-se em casa. Foi bom este tratamento, este jeito dela olhar de frente é um incentivo, e é interessante como existe uma alteridade tão genuína em seus atos, ela sabe exatamente como chegar e falar com cada pessoa²⁴. Resolvi começar pela costura que fica em cima, havia subido poucas vezes até lá. E não sabia muito bem como agir. (Diário de Campo, 12/04/2011).

É chegada a hora. A dialogicidade do pensamento, da fala, do pensar com o outro e não sobre o outro, na construção e transformação conjunta do pensar e do ser enquanto sujeito histórico. Mais do que entender, praticar um diálogo onde a outra pessoa tem ouvidos, mas, também tem (principalmente) boca; na construção da sociedade solidária que buscamos é fundamental aprendermos que o diálogo, “freireanamente” falando, é a prática do ouvir.

2.3 O contexto e os sujeitos da pesquisa

Existe um mezanino onde ficam algumas costureiras, à esquerda, é preciso passar pelo corte, pelas costureiras, subir as escadas. São cinco costureiras, cujo tempo de trabalho na cooperativa varia entre 3 e 15 anos, já havíamos conversado um pouco com uma delas, a que está há menos tempo, vencendo o constrangimento inicial apresentamos a proposta de uma das costureiras se identificou como mato-grossense a partir daí o diálogo já ficou mais fácil, falamos sobre muitos assuntos, elas relataram sobre o seu tempo e cooperativa, um pouco da história de vida entrelaçada com a história da UNIVENS:

Foram receptivas, contaram de suas vidas, também contei da minha, isto nos aproxima. As falas são permeadas pelo cotidiano da cooperativa e a realidade da vida. Gostam da ideia, Uma delas insiste em que agora tem de aparecer o nome de outras cooperadas. Penso: Isto é autoria! Como faço isto? (Diário de Campo 12/04/2011).

Falaram da dissertação e do livro da “Cris” (ANDRADA, 2005). Foi necessário encontrar um ponto de convergência para a aproximação. Depois deste diálogo, fomos até o setor da serigrafia, já havíamos conversado com algumas destas pessoas durante a prospecção do campo de pesquisa, o que auxiliava a explicar a nossa presença. No dia subsequente

²⁴ A atitude militante, a forma direta e objetiva e ainda assim amorosa de Nelsa está muito bem descrita na dissertação ANDRADA, 2005, perpassando todo texto, porém especificamente a partir da página 38.

acompanha-nos Gabriella²⁵, o que facilita o diálogo com algumas pessoas que haviam demonstrado certa distância, há uma alteridade de gênero, uma cumplicidade, principalmente com aquelas também mães, elas explicam tudo e mostram tudo para a menina. Neste dia conversamos muito com Letícia, assessora da Justa Trama através de um convênio do Banco do Brasil, que executa as questões administrativas.

A semana foi de diálogos e construção, apresentação de proposta de pesquisa em cada “setor”, reiteramos a partir deste contato com o campo, a importância da fala delas e da construção dos instrumentos de pesquisa que realmente desvelem esta realidade. É difícil esta construção, muitas pesquisas, dissertações, teses, artigos e reportagens foram feitas, sobre e a partir da UNIVENS, mas esta é a primeira pesquisa com a concepção participante. E é difícil explicar. Vamos sentando ao lado delas nas máquinas, conversando, justificando, mas é como se nossa fala reverberasse: “Olha como ‘elas’ estão agora, querem que a gente faça também o trabalho delas.” (Diário de Campo, 19/04/2011). Esta fala retrata a percepção de que alguém faz ciência, outros trabalham, e que isto não se comunica!

Isto demonstra um certo desconforto gerado pela presença de pesquisadores na cooperativa (só durante esta pesquisa haviam mais três sendo elaboradas, inclusive com pesquisadores de outros países). Esta fala denuncia o conflito, “A reflexividade, para ter algum peso, tem de ser coletiva. Mas, para, além disso, a transformação é propiciada por novas formas de organização da investigação [...]”. (SANTOS, 2009, p. 25).

Com esta direcionalidade, sentávamos ao lado delas enquanto elas costuravam e explicavam como é o seu fazer, enquanto conversávamos também sobre o fazer pesquisa; elas perguntavam o que é “fazer mestrado?”, “para que serve?”, “Por que a UNIVENS?” Na medida em que vamos explicando, expondo, justificando vamos construindo as ferramentas. Há perguntas em ambos os sentidos: Como você aprendeu a costurar “tão retinho”? “Por que você quer escrever sobre a gente”? (Diário de Campo, 13/04/2010).

Então tá. Senta aí que a gente te ajuda. Vamos pensar junto. Então gurias como a gente pode ajudar ela a mostrar como a gente faz aqui. Olha Rosângela é difícil pensar assim viu? A gente tá acostumada das pessoas vir aqui, perguntar as coisas, agente responde e deu... Ajudar a fazer as perguntas... Isto a gente nunca fez não... Mas vamos lá... A gente vai trabalhando, conversando e tu vai escrevendo aí. Depois a gente olha como fica... Pode ser? (Patrícia, Diário de Campo 13/04/2011).

É interessante esta fala. Diz tanto! Diz do *habitus* de construir no coletivo quando

²⁵ Filha da pesquisadora, com 8 anos.

“chama” as gurias para pensar junto; diz do fazer seu trabalho *ao mesmo tempo que a gente pensa e conversa*; tal forma de trabalho já está incorporado ao seu fazer; e diz também que os diversos pesquisadores que se propõem a pesquisar a cooperativa já chegam com suas perguntas prontas e as cooperadas, na maioria dos casos, nem sabem para que ou por que as pessoas pesquisam.

Em algum momento perguntamos vocês acham que o trabalho aqui é diferente? E aí começamos a fazer uma lista com o que é diferente, e assim vão brotando as questões. Nesta construção, uma das meninas fala: Sabe que a gente aqui trabalhando nem pensava nestas coisas... No que é diferente... Mas agora, tu falando... é diferente mesmo (Giz, Diário de Campo, 15/04/2011)

Mas quem tinha falado tudo eram elas mesmas! Nosso trabalho era escrever, ler junto ou perguntar de novo: Como colocamos isto ou aquilo? Estes diálogos foram acontecendo principalmente com as costureiras “da parte de cima” e na serigrafia, que são setores que ficam em “mezaninos” no prédio da cooperativa. Talvez o “estar separado” tenha facilitado o diálogo de forma mais “íntima”. Na serigrafia as pessoas sugeriram deixar para que elas lessem juntas (“[...] e depois a gente vê como fica, bom seria se a gente pudesse dar uma resposta do grupo, né?” Simone, Diário de Campo, 15/04/2011).

Como estratégia para ouvir o maior número de pessoas, depois que discutimos e construímos os questionários e o roteiro de entrevista juntamente com as “gurias do mezanino”, com o “pessoal da serigrafia” e com algumas trabalhadoras da costura que fica na parte térrea do prédio, deixamos questionário e entrevista (juntamente com uma cópia do projeto de pesquisa), pedindo sugestões naqueles instrumentos já construídos e discutidos com algumas pessoas na cooperativa, e também com a orientadora de mestrado. Deixamos uma cópia na costura do térreo - seis pessoas para discuti-lo -, uma cópia na costura “do mezanino” – cinco pessoas para discuti-lo - outra cópia no corte - quatro pessoas - outra na serigrafia – cinco pessoas. Enviamos uma cópia para Nelsa e outra para a assessora administrativa da Justa Trama que trabalha todas as tarde na UNIVENS. Para aquelas que trabalham em casa, optamos por esperar outro momento. Estratégia adotada após conversa com a Nelsa por percepção de um acúmulo muito grande de trabalho, a pesquisa poderia ficar prejudicada pela pressa em que as questões poderiam ser respondidas, justamente por causa do acúmulo de trabalho.

Depois de uma semana de “imersão”, indo todos os dias na Cooperativa, conversando com as pessoas em momentos diferentes, horários e espaços diversificados, optamos por conhecer a Escola Nova Geração, instituição comunitária cuja semente nasceu em discussões destas trabalhadoras da UNIVENS. Pensamos ser necessário conhecer este

espaço, pois é reflexo também dos movimentos articulatórios de emancipação dos sujeitos para além do espaço de trabalho.

A Escola Nova Geração fica a mais ou menos duas quadras da cooperativa. Durante quatro semanas, às quartas-feiras pela manhã, visitamos a Escola. Conversamos com a coordenadora pedagógica, com as professoras, ficamos na sala de aula com as crianças, auxiliamos em tarefas da escola. Tentávamos ver se havia influência dos valores cooperativistas, no cotidiano escolar. Como a escola se comunicava com a UNIVENS? Em que medida é marcada por ela? Entendemos que para tal percepção seria preciso realizar uma pesquisa mais aprofundada. Mesmo assim, a coordenadora pedagógica nos relatou que estão programando refazer Plano Político Pedagógico da Escola e, em uma reunião pedagógica, conversamos sobre maneiras de trazer aos pais para “pensar juntos”. Houve muita receptividade, das professoras, das crianças, da coordenação. A presença da comunidade é bem marcante na escola, inclusive, em 18 de maio os trabalhadores de uma empresa de tintas do bairro vieram fazer um mutirão para pintar a Escola.

Com relação à pesquisa no espaço da cooperativa, ao retornar percebemos que algumas pessoas começavam a responder o questionário, ou tinham uma resistência, como se isto fosse uma tarefa que não lhes pertence, algo alheio, sem sentido. Voltamos a conversar e explicar a ideia de pesquisa participante por que a emancipação como processo histórico é difícil de ser construído. Mesmo que o cotidiano de trabalho tenha proporcionado para estes sujeitos, uma possibilidade de autonomia, e, uma construção paulatina da emancipação: o pensar, o conhecimento e a pesquisa continuam sendo, muitas vezes, objetos percebidos como alheios a estes sujeitos. Elas trabalham, os pesquisadores pesquisam. *Homem faber X homens sapiens*.

Explicamos, conversamos com algumas novamente, mas procurando não intervir muito, caminhando pelo fio da navalha de observador crítico, pesquisador, educador com o intuito de que a pesquisa possa ser um instrumento a mais, em uma transição paradigmática, na direção da emancipação das pessoas, sujeitos históricos:

[...] Não é possível controlar pela ciência ou pela técnica edificante as conseqüências do aumento de conflitualidade que ela promove nesta fase de transição paradigmática; os resultados além de reversíveis podem ser contraproducentes e deixar, por momentos, tudo pior do que dantes. E também não há seguros contra estes riscos. (SANTOS, 2009, p. 25).

Deixamos o material com elas novamente. E, nesta semana acompanhamos a feira de economia solidária que estava acontecendo na praça ao lado da prefeitura municipal, e lá conversamos com aquelas trabalhadoras que geralmente executam seu trabalho nas suas

casas. Apresentamos a pesquisa, diálogo semelhante aquele construído com as trabalhadoras que estão no cotidiano do espaço da UNIVENS.

Seguimos trabalhando e construindo a metodologia participante em outros espaços, também formadores, pois nesta ação há conflito, e o conflito é percebido como algo produtivo:

O conflito serve, antes de mais, para vulnerabilizar e desestabilizar os modelos epistemológicos dominantes e para olhar o passado através do sofrimento humano que, por via deles e da iniciativa humana a eles referida, foi indesculpavelmente causado. (SANTOS, 2009, p. 40).

É preciso registrar que as falas dos sujeitos iam tanto à direção de que se percebiam incapazes para “pensar” desta maneira, quanto no sentido de que “isto não é nossa tarefa”, registrando também a falta de tempo, e a falta de interesse, falta de percepção do sentido disto.

Durante estes dias de “imersão” nossos diálogos foram várias vezes permeados pelo sentido da pesquisa, o que representa, o que significa uma pesquisa para um mestrado, motivos pelos quais as pessoas se disponibilizam a isto enfim, a resposta de várias questões que nem sempre são feitas diretamente. Assim fomos mapeando como construir ferramentas capazes de abarcar estas sutilezas, traduzir suas falas e responder as questões da pesquisa.

Neste momento a estratégia foi dialogar com algumas trabalhadoras que se mostraram mais propensas à discussão e análise, destas ferramentas, bem pontuado, elas deixavam explícito que estas questões e necessidades eram “minhas”, havia uma solidariedade na construção das ferramentas, “mas a pesquisa é tua”. (Diário de Campo, 10/05/2011).

Com estes instrumentos elaborados da forma mais próxima de uma metodologia participante possível, marcamos o início da aplicação dos questionários para dia 17 de maio de 2011.

Infelizmente a experiência também já nos ensinou que até as mais perfeitas e acabadas idéias podem fracassar quando chega a hora de sua execução, seja por hesitações de um último momento, seja por desajuste entre aquilo de que se estava à espera e aquilo que realmente se obteve, seja porque se deixou fugir o domínio da situação num momento crítico, seja por uma lista de mil outras razões possíveis. (SARAMAGO, 1995, *apud* FREITAS, 2009, p, 65).

Não percebemos como fracasso a impossibilidade de construção de forma totalmente coletiva dos instrumentos de pesquisa, entendemos como parte de um processo. A metodologia da pesquisa participante, ainda é nova até mesmo como construção epistemológica. É recorrente na fala delas que não conheciam esta metodologia, assim como a própria postura do pesquisador. Pontuamos como importante a manifestação de alguns sujeitos: “Senta aí, vamos ler juntas, ou lê aí, vamos pensar, ou deixa aí depois a colega lê

para nós e a gente vê o que pensa” (Patrícia e Simone - Diário de Campo 03/05/2011).

Assim, passo a passo. Ombro a ombro. Olhos nos olhos. Foram respondidos vinte e quatro questionários, com dez questões, sendo sete delas com múltiplas respostas. Os questionários foram entregues a todos os membros da cooperativa. Esta metodologia foi escolhida por dois motivos principais: a manifestação dos sujeitos nesta direção (durante a observação participante algumas pessoas manifestaram o desejo de participar do questionário, outras disseram que “o certo” seria ouvir todas, outras que era “preciso ouvir as que não falam”).

Mas, também é preciso aprender a “ouvir” aquela pessoa que não quer responder (uma cooperada, com quem tentamos falar reiteradas vezes, e “o trabalho não deixava”; ou que esquecia em casa, ou não sabia onde havia colocado o questionário), enfim, isto também precisa ser ouvido, o diálogo não acontece só com palavras, os silenciamentos também precisam ser ouvidos e compreendidos.

Além disso, uma das propostas desta pesquisa, enquanto participante, é que também seja um instrumento de emancipação, reflexão e análise pelos sujeitos participantes. Sendo assim, uma opção consciente foi, durante a observação, conversar sobre os instrumentos de pesquisa e, na mesma direção, sobre a forma de aplicação dos mesmos.

Quanto ao roteiro de entrevistas, durante nossos diálogos, conversamos sobre como era difícil responder “assim de marcar, tem coisas que a gente pensa quando pergunta e daí não cabe aí nas respostas né? Era bom se a gente pudesse falar mais... Eu adoro conversar...” (Edileuza. Diário de Campo, 17/05/2011). Então, começamos a construir o roteiro de entrevistas, da mesma forma, conversando com elas de como construir as perguntas. Durante esta fase, algumas pessoas manifestaram o desejo de responder às entrevistas, outras já disseram que não queriam mais ser entrevistadas, (“[...] ontem falei a tarde toda, contei toda a minha vida, fiquei até cansada de tanto falar.” Gis, Diário de Campo, 28/04/2011– mesmo assim foi a primeira a prontificar-se para entrevista.), em alusão a outras pesquisas que estavam sendo realizadas na cooperativa. Definimos, então, que para ser representativo, “deveria” ter pelo menos uma trabalhadora de cada setor né? “E com tempo diferente de trabalho na cooperativa, daí a gente vai vendo como pensa e se muda com o passar do tempo aqui dentro.” (Edileuza. Diário de Campo, 28/04/2011).

Assim, depois de construídos os instrumentos, começamos a aplicá-los. Algumas pessoas levaram os questionários para casa para responder, principalmente aquelas que trabalham em casa, outras responderam em suas “máquinas”, outras disseram: “[...] tu vai perguntando, eu vou trabalhando e tu vai marcando aí tá?” (Patrícia, Diário de Campo,

28/04/2011).

Certo. A pesquisa se movimenta no tempo de cada um.

O processo de sistematização e análise de dados está descrito no capítulo seguinte, processualmente, mais coerente com a metodologia de pesquisa participante.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DOS DADOS: A SEMENTE NÃO MENTE

Se conseguir aquilo que você quer e conseguir manter a nobreza de ser quem tu é, tenha certeza que vai nascer uma planta, que a flor vai ser de esperança, de amor pro que der e vier... (Armandinho).

Os critérios para a escolha dos sujeitos, tanto para responder ao questionário quanto para serem entrevistados foram definidos, principalmente, a partir dos diálogos com os grupos da serigrafia e na costura, durante a observação participante, como especificamos na descrição da metodologia. Entendemos que o fato dos questionários serem disponibilizados para a totalidade dos sujeitos, é representativo das diferentes visões dos participantes da pesquisa, pode contribuir para, de certa forma, construir o perfil destas trabalhadoras e colher alguns elementos para elaborar o roteiro de entrevistas.

Com relação à representatividade dos membros da cooperativa para serem entrevistados, compreendemos ser importante ouvirmos uma de cada setor: serigrafia, corte e costura, pelo menos uma das cooperadas que trabalham em casa e que também se garantisse que a vivência diferenciada com relação ao tempo na cooperativa também fosse levado em consideração. A partir desta decisão, utilizando a estratégia de escolha por autoadesão (participação voluntária). Percebemos que poderíamos dialogar com duas pessoas do corte, três das que trabalham em casa; duas da costura “no térreo”; cinco na “costura do mezanino” e uma da serigrafia. Salientamos que os questionários foram disponibilizados para todas, e que as cooperadas respondiam no tempo e espaço que lhe aprouvessem; algumas em suas casas outras na cooperativa mesmo; outras pediam para que lhe fizesse as perguntas enquanto continuavam seu trabalho. Das vinte e cinco trabalhadoras, vinte e quatro responderam o questionário e destas, treze dialogaram conosco nas entrevistas.

Optamos por apresentar os resultados dos questionários em percentuais, porque a maior parte dos questionamentos é de múltipla escolha, e entendemos que a representação por percentual em gráficos retrata com maior nitidez os dados analisados. Já com relação à análise das entrevistas, optamos por fazer referência apenas à incidência das respostas.

Registramos que, na análise dos questionários, abordamos, ainda que sucintamente em alguns casos, cada questão individualmente e, mais a frente, aprofundamos a análise com os elementos que emergiram das entrevistas. Este mosaico nos auxilia na composição das classes para a necessária articulação dos dados coletados nos diversos instrumentos de

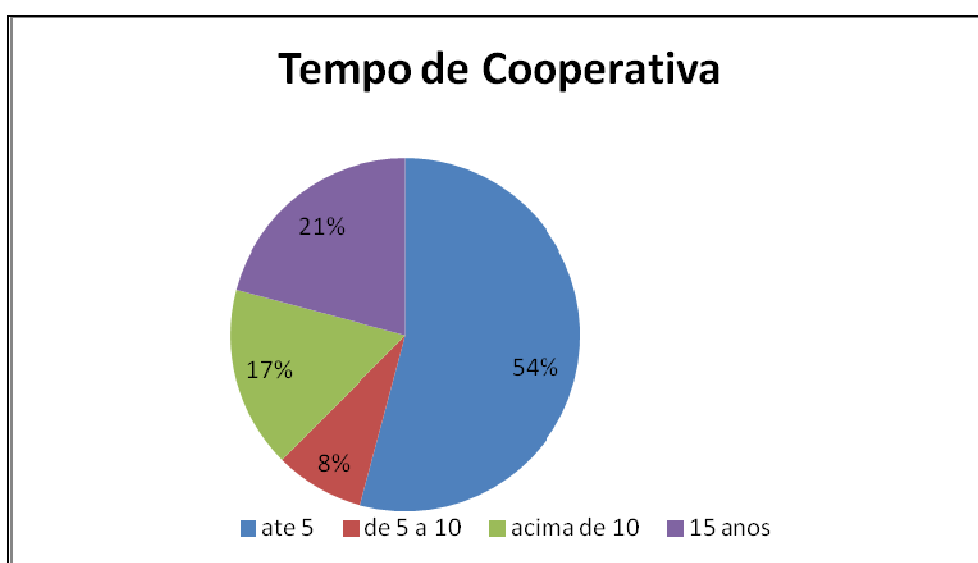
pesquisa: observação participante, questionários e entrevistas. O entrelaçamento de tais instrumentos foi fundamental para a construção das categorias de análise.

Analizamos a seguir os dados dos questionários, tomando por base cada pergunta feita às cooperadas.

3.1 Os olhares das cooperadas: análise dos questionários

Quanto ao tempo de cooperativa, apenas 21% afirmaram que estão na UNIVENS desde o início. Podemos perceber que a maioria das pessoas (54%) faz parte da cooperativa há 05 anos, mas que há ainda uma base de sustentação forte “das antigas” (ou as primeiras, ou as “veinhas”, são denominações que elas se dão entre si para definir as que estão desde o princípio) (Diário de Campo, 31/05/2011).

Gráfico 01 – Tempo de UNIVENS



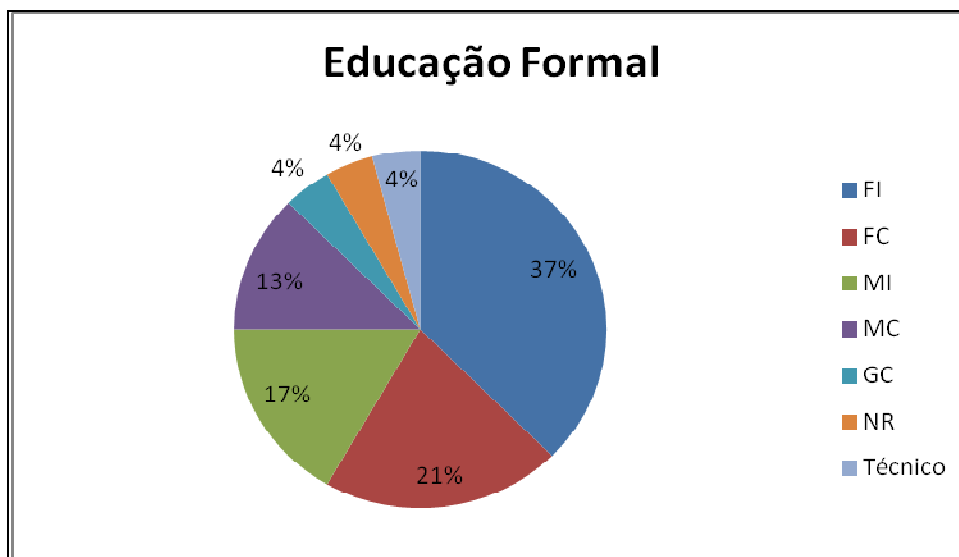
Fonte: Elaborado pela autora

Durante a observação percebemos que há uma valorização do saber daquelas, e que este saber também vai se tornando coletivo: “Eu não sabia, mas daí a Edileuza me ensinou, né? Agora eu sei”. (Fala de Eliane com relação aos consertos simples que elas vão fazendo nas máquinas umas das outras). Patrícia argumenta: “Não dá para ficar chamando o ‘cara’ por qualquer coisinha né? A gente tem de saber fazer por que é dinheiro que sai de nosso bolso para pagar...” (Diário de Campo, 18/04/2011).

A segunda pergunta busca traçar, ainda que indiretamente, uma relação entre o nível de escolaridade das cooperadas ao entrar na cooperativa e o investimento feito,

posteriormente, em educação. Os dados apontam que a maioria das cooperadas possuía o Ensino Fundamental Incompleto.

Gráfico 02 - Escolaridade das cooperadas ao ingressar na UNIVENS



Fonte: Elaborado pela autora.

Legenda: FI - Ensino Fundamental Incompleto; FC - Ensino Fundamental Completo; MI - Ensino Médio Incompleto; MC - Ensino Médio Completo; GC- Graduação Completa; Técnico – Técnico de nível médio; NR – Não Respondeu

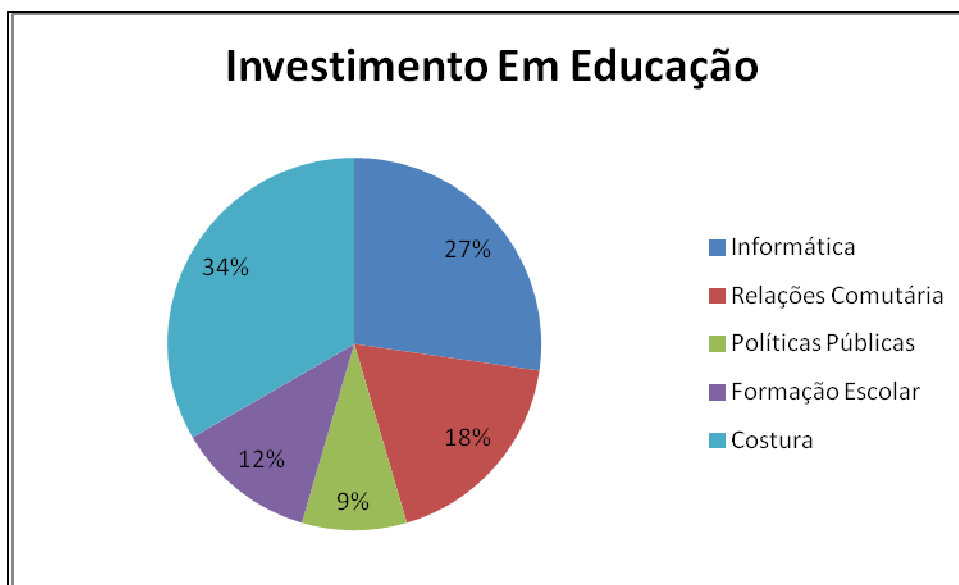
As respostas podem ser analisadas sob dois aspectos: o processo educativo formal e processo educativo em sentido lato, escolhemos a expressão: “investimento em educação” para apreender formação em um sentido ampliado, não se restringindo, portanto, à educação escolar.

As cooperadas, primeiro responderam se ampliaram ou não seu processo educativo e, depois, em que áreas ou aspectos essa ampliação ocorreu; 75% das trabalhadoras afirmaram ter investido mais em educação a partir de sua entrada na cooperativa, contudo o gráfico demonstra que não restringiram esse entendimento à escolarização formal. Entendemos que este é o motivo por “escolarização formal” não ter aparecido explicitadamente como investimento em educação, pois, durante a observação, foi possível perceber que algumas cooperadas estão ampliando seu processo educativo formal como o caso da cooperada que estuda a noite, concluindo seu ensino médio e planeja estudar administração, ou da cooperada que, a partir do envolvimento com os pesquisadores que visitam a UNIVENS e, também relacionado com suas ações envolvidas com a cooperativa e o movimento de mulheres no Brasil e no Uruguai pensa em graduar-se em assistência social.

Entretanto, o investimento em seu próprio “ofício” é o elemento mais significativo,

como vemos no gráfico que segue:

Gráfico 03 - Investimento em educação depois da entrada na UNIVENS



Fonte: Elaborado pela autora

Com relação ao investimento maior em “costura” podemos elencar vários motivos: a opção da cooperativa por estar ensinando pessoas do bairro a costurar; ou ensinar as novas cooperadas que não sabiam costurar e agregaram-se a cooperativa neste período; as necessidades advindas das tentativas de exportação dos produtos da JUSTA TRAMA, conforme fica explicitado nessa fala da Nelsa: “Temos de melhorar a qualidade de nossos produtos para podermos exportar” – referindo-se a possibilidade de exportar para a Itália e a visita da designer italiana que veio “[...] dar um curso para as meninas”. (Diário de Campo, 04/07/2011); a necessidade de usar novas máquinas e aprender, portanto, novas técnicas; os bate-papos nas feiras que possibilitam a troca de conhecimentos nesta direção.

Ao tomarmos a ideia marxiana de trabalho como característica humana natural e o aproximarmos do trabalho coletivo, provocado pela e na SES, como princípio educativo e como condição de gradativa construção da emancipação social, entendemos a UNIVENS como parte constitutiva deste fenômeno. Cabe, também, retornarmos ao conceito de educar, de aprender e ensinar. São possíveis outros arranjos, outras formas de conceber a formação humana omnilateral da qual fomos apartados com a divisão do trabalho durante a constituição do modo de produção hegemônico. Mas como percebemos neste caso:

[...] são possíveis outros modos de produção da existência humana. E, nessa perspectiva, aqueles que buscam apreender a complexidade da formação humana pelo veio que acontece do lado de fora dos muros da escola e do lado de fora da fábrica ou da empresa capitalista, enveredam-se por espaços outros de formação que não circunscrevem à instituição escolar ou à organização capitalista do trabalho.

Esse veio parece ser por demais rico para a compreensão do significado que afirmava Gramsci: o trabalho é princípio educativo” – não apenas nos processos de produção pedagógica que se plasmam no interior da escola, mas, especificamente, em outros processos de produção da vida social. Por tratar-se de uma temática nova e, portanto, comprometedora para quem se atreve a “navegar por mares pouco navegados”, nunca é demais lembrar serem as questões da formação humana – aquelas que dizem respeito à produção e socialização de conhecimentos oriundos da prática social – o objeto mesmo da Educação. (PICANÇO; TIRIBA, 2010, p.19 - 20)

Para analisar o índice apresentado com relação ao investimento nos saberes destinados à informática, entendemos como necessário contextualizar o período histórico no qual todas as pessoas estão inseridas e que provoca a sociedade como um todo, promovendo “maravilhamentos” e, ao mesmo tempo “embasbacamentos”²⁶; ação e reação necessárias ao desenvolvimento metabólico do modo de produção hegemônico, mas, também está relacionado com as mudanças provocadas no mundo do trabalho desde o fim do século passado e intensificadas no século que se inicia.

Na medida em que os trabalhadores das SES apropriam-se de tais conhecimentos, ocupando o espaço virtual como campo de disputa na luta contra hegemônica, caminham em direção à ampliação das fendas deixadas pelo capitalismo na perspectiva de sua superação sistêmica (MANCINI, 2008); ocupar o espaço virtual também para o consumo solidário; ampliar as possibilidades de comunicação e diálogo; propagar os valores solidários, também contribui para a configuração de um fluxo de produção contra-hegemônica;

As perspectivas de integração sistêmica almejada por um grande conjunto de atores da economia solidária: *tudo ao mesmo tempo e agora, de uma só vez*. E, igualmente, apontam horizontes estratégicos, no campo econômico, para que a economia solidária possa crescer sustentavelmente como um novo modo de produção, com a perspectiva histórica de suplantar o capitalismo como sistema global.

A busca da convergência de tecnologias sociais e de suas interoperabilidade nesse horizonte estratégico foi realizada visando justamente explorar, *hackear e crackear*, as fendas sistêmicas do capitalismo atual. Isto é, inserir nessas fendas raízes vigorosas de economia solidária, aproveitando mecanismos do próprio sistema para desencadear ações que lhe subvertem, capazes de desviar fluxo de valores que o realimentam para alimentar circuitos de economia solidária, de modo a viabilizar a expansão sustentável desta, possibilitando o surgimento de sociedades pós-capitalistas, de um novo sistema que compartilhe os meios econômicos para a expansão das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas, de todas as pessoas e da paz entre os povos. A tendência detectada é a de que a multiplicação de

²⁶ Conceitos maravilhamento e embasbacamento são discutidos por Álvaro Vieira Pinto em O Conceito de Tecnologia onde o autor traça a sutil diferença na produção e consumo tecnológicos, quem usa as inovações tecnológicas e os que se alienam pelo consumo. O autor defende que a classe dominante está sempre produzindo novos “maravilhamentos” em inovação tecnológica, enquanto os dominados permanecem em um estado de “embasbacamento”. Enquanto a classe hegemônica domina os novos conhecimentos tecnológicos, os dominados apenas consomem. É interessante pontuar também o próprio desenvolvimento do sistema do Capital, com relação ao incentivo ao consumo que induz a estar sempre trocando de sistemas operacionais para os computadores pessoais; ampliando as redes de relacionamento virtuais; novos computadores pessoais, menores mais “potentes”, enfim, o ciclo vicioso e viciante do consumo sem limites o qual já comentamos no decorrer desta dissertação.

milhares de redes colaborativas, dinamizando fluxos socioeconômicos eco-solidários, dará origem a uma grande constelação solidária de sistemas de intercâmbios justos e colaborativos. (MANCE, 2008, p. 11).

Entendemos que nem todos os sujeitos que compõem o índice que aqui analisamos utilizam as ferramentas tecnológicas com tal intencionalidade, porém, sugerimos com este raciocínio, que aprender a usar os recursos tecnológicos inaugura possibilidades que apontam nesta direção, além de facilitar a comunicação com os outros elos da cadeia produtiva da JUSTA TRAMA. O domínio dessas ferramentas ajuda a promover encontros eventos e feiras da economia solidária e amplia as possibilidades de diálogo com sujeitos e movimentos de interesses convergentes. São as globalizações que vem ao encontro de que Santos argumenta:

Existem diferentes modos de produção de globalização constituídos por diferentes constelações de direitos, conhecimentos e poderes. As lutas subparadigmáticas são precisamente entre formas de globalização contraditórias: a globalização hegemônica, levada a cabo pelos grupos sociais e classes dominadas ou subordinados. A imaginação utópica permite imaginar nestas lutas a reinvenção da tensão entre regulação e emancipação que esteve na origem do paradigma da modernidade e que hoje, nos termos dele, não pode ser pensada senão a título póstumo. (SANTOS, 2009, p. 20).

Consideramos importante analisar também que os índices: *relações com a comunidade e reivindicação de políticas públicas*, somados, equiparam-se ao *investimento em informática*. Compreendemos que tal inferência pode significar que em decorrência da constituição e convivência na cooperativa, os sujeitos passam a considerar a educação em seu sentido lato, não limitado à formação escolar, passando assim a propor ações na comunidade (de forma direta e permanente), reivindicar políticas públicas, representar a comunidade em várias instâncias políticas participativas, (orçamento participativo, fóruns, conselhos municipais, estaduais) além de ter os membros da cooperativa envolvidos em várias ações de economia solidária. Isso pode significar que, percebendo-se como protagonistas, fomentam a constituição de novos processos educativos: “As pessoas envolvidas em um empreendimento autogestionário trazem consigo seus hábitos, suas experiências anteriores, suas qualificações, suas visões de mundo” (SILVA, 2007, p. 35). Ou seja, passam a pautar a:

Realização de uma formação para a autonomia que não se restrinja ao nível individual, mas que exija a democratização da construção do conhecimento intrincado nas dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e espirituais, com vistas a superar as desigualdades e processos de exclusão. (ADAMS, 2010, p. 48).

Pontuamos que na opção “outros” (tipos de investimento em educação) encontramos: duas incidências para reaproveitamento de tecidos e artesanato, três em SES, três em

cooperativismo; três em gestão e modelagem; uma em “cursos” de conhecimento e informação com as pessoas; uma em desenvolvimento comunitário – agente de desenvolvimento local; uma em reciclagem e uma em comunicação e políticas públicas, incidência de políticas públicas para mulheres, educação, contra a violência.

E é muito interessante que, ao serem questionadas se sabiam algo sobre cooperativismo antes de seu ingresso na cooperativa a maioria, 71%, respondeu que não, e 29% disseram que sim, e este segundo índice, em sua totalidade, representa aquelas mulheres que não estão na cooperativa desde o início. Tal dado pode indicar que a presença da cooperativa, e a representatividade que construiu com a comunidade também fizeram “transbordar” os conhecimentos relacionados ao cooperativismo, trazendo mais pessoas para dentro deste processo. É curioso observar que mesmo não sabendo sobre cooperativismo, as trabalhadoras decidiram tentar, arriscar e fazer; e lembremos que lá se vão 15 anos de experiência. Quando a cooperativa começou, a discussão sobre SES estava ainda despontando no Brasil.

O avanço neoliberal por meio da abertura do mercado de importações resultou em uma imensa quebra de empresas e arremessou um grande contingente de trabalhadores para um mercado cada vez mais afunilado. Lembremos ainda que o amparo ao trabalhador desempregado em termos de auxílio desemprego era conquista ainda recente que não atingia um número considerável das pessoas em tal situação:

E com isso novas categorias sociais surgiram: os desempregados, os inempregáveis, os supranumerários, os desqualificados e os excluídos. Estamos vivenciando situações em que muitos já são considerados “inúteis” para o trabalho, e conforme CASTEL (1999): porque não se encaixam nas exigências do mercado. Podemos incluir ainda nesta situação: os jovens das grandes periferias, homens e mulheres, adultos com baixa escolaridade e os idosos. (SILVA, 2007, p. 31).

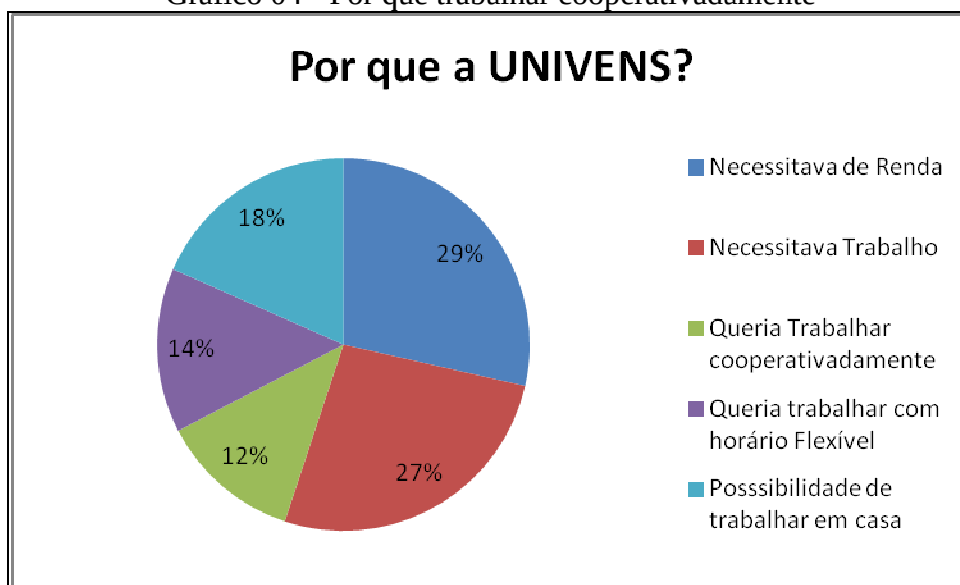
Essas pessoas encontram no coletivo novas formas de sobreviver ao capitalismo cada vez mais selvagem e excludente. E, mesmo que o processo de constituição da cooperativa tenha sido difícil foi também educativo e pode ter construído com estes sujeitos uma aproximação forte com a comunidade, ligação intensificada paulatinamente. Conforme relatam, a cooperativa começou porque houve também uma motivação comunitária:

Foi em 1996 quando aproveitamos o dia em que dois representantes do Hospital Conceição estiveram no posto de saúde da vila e fomos conversar com eles para nós costurarmos para o hospital, e nos perguntaram quantas mulheres estavam interessadas, e nós para animar a proposta falamos que tinha umas vinte interessadas. Eles nos colocaram que era necessário sermos uma entidade: cooperativa ou associação. Chamamos quem conhecíamos e na primeira reunião vieram 19 mulheres, foi então que descobrimos que no Brasil deve ser 20 pessoas

para formarmos uma cooperativa. Então reunimos na segunda reunião 35 mulheres. Decidimos por cooperativa porque tínhamos motivação comunitária e de cooperação. (Nelsa Nespolo, presidente da cooperativa em entrevista para a pesquisa - anexo).

Então, porque trabalhar na UNIVENS? Procurando perceber suas relações com o trabalho e suas motivações, questionamos os motivos que levaram tais mulheres para a constituição deste processo coletivo de trabalho solidário.

Gráfico 04 - Por que trabalhar cooperativamente



Fonte: Elaborado pela autora

As pessoas justificaram (majoritariamente) sua entrada na cooperativa pela necessidade de sobrevivência financeira (caracterizada pela expressão renda), mas podemos perceber que a questão do trabalho é ponto fundamental, pois a maioria das trabalhadoras, com exceção de uma, marcou as duas opções ao mesmo tempo (necessidade de renda e querer trabalhar). Tal situação aproxima-se de questões já apontadas em outras pesquisas e por outros autores, como evidencia Mance: inicialmente tais práticas surgem como “[...] ações concretas e bem-sucedidas de geração de trabalho e distribuição de renda [...]” (MANCE, 2008, p. 110). E ainda a exemplo do que coloca Telmo Adams:

Historicamente, mais do que hoje, era pelo trabalho que, em grande parte, o ser humano construía sua identidade social e profissional no passado. Contudo, cada vez mais, em função das rápidas e profundas mudanças no mundo trabalho, outros elementos começaram a fazer parte das mediações formadoras das identidades dos trabalhadores. (ADAMS, 2010, p.50).

Mas é preciso atentar também, para a importância dedicada à questão da flexibilidade

no horário e possibilidade de trabalhar em casa, a ênfase para a organização da vida é relevante de ser analisada. E, também temos de fazer a leitura de que este PCTS foi planejado, organizado, construído e gestado por mulheres.

Ao destacar essa questão de gênero, não estamos aqui fragmentando a luta de classe. Estas mulheres são mulheres da classe trabalhadora, não temos dúvida alguma disto. Mas submetidas à condição de classe, está sua condição de gênero (discussão já pontuada e que voltaremos na análise das entrevistas, mas que pensamos importante pontuar aqui, pois foram tais respostas advindas dos questionários que suscitaram as discussões na observação participante e que, posteriormente resultariam no roteiro de entrevistas que elaboramos participativamente) e, no protagonismo que lhes caracteriza estas mulheres trazem para a gestão de seu PCTS suas “experiências de muitos saberes” (FISCHER, 2010).

A experiência de gestão da vida comunitária promove o desenvolvimento de muitos saberes. Essa integra todo o trabalho reprodutivo, incluindo criar os filhos, cuidar da casa e, conjuntamente, desenvolver ações na comunidade como organizar grupos, implementar programas de geração de renda, cuidar de pessoas doentes e mais velhas, entre outras atividades do tipo. Essa gestão ocorre, em grande medida, através da sua intensa participação em atividades promovidas pela Igreja Católica e/ou por Organizações não-governamentais (ONGs) e sindicatos; e ainda, no movimento social urbano. E, claro, nas múltiplas relações familiares e de vizinhança. (FISCHER, 2010, p. 57).

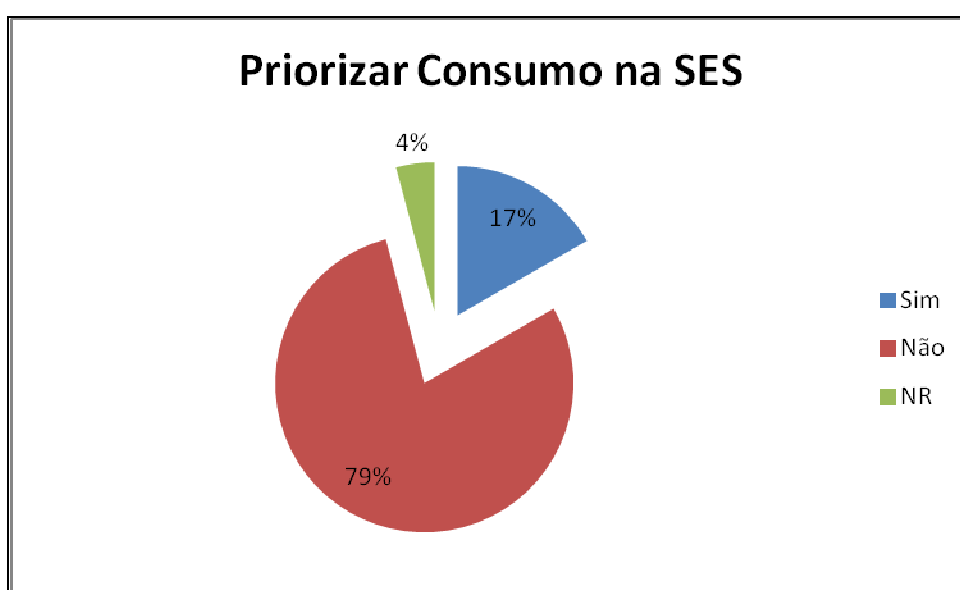
Compreendemos que o trabalho destas mulheres, porque coletivo e solidário, aproxima-se da perspectiva de que ele (o trabalho) é *parte da vida* e, portanto, o natural é organizá-lo a partir da vida e das prioridades que cada pessoa, com suas singularidades e generalidades, lhe confere. Ou, como expõe uma cooperada: “[...] a gente trabalha para viver, mas a gente não vive para trabalhar, né? Tem outras coisas para fazer na vida” (Edi, Diário de Campo, 31/05/2010).

E nestas *outras coisas que temos que fazer na vida*, procuramos identificar se há modificações nas atitudes socioeconômicas: o incentivo ao consumo solidário; e também a propagação de valores solidários; uma relação respeitosa com o ambiente; as relações no e com trabalho, as relações familiares; entendemos que são dimensões que agregam valores e expressam as mudanças sociais em relação às perspectivas à sociedade - relações que possibilitam ao cidadão sonhar com melhores condições de vida, individual e/ou coletiva. E, haveriam modificações relacionadas às formas de consumo?

Quando estamos trabalhando em nosso bairro, compramos na padaria do bairro, no mercado, nosso dinheiro fica aqui e esta proximidade propicia conversas com relação aos problemas daqui, do posto de saúde, da escola, do que está acontecendo com as pessoas isto não aconteceria se a gente estivesse trabalhando no centro, né? (Nelsa, Diário de Campo, 11/04/2011).

Há várias possibilidades de análise a partir desta fala: a ênfase para o desenvolvimento local, a relevância das relações com a comunidade e própria gestão do tempo, a noção de território, o estar na comunidade e não no centro da cidade. Com a importância dada ao consumo na comunidade, questionamos se esta ênfase alcançaria a perspectiva de consumo solidário na SES: questionadas diretamente sobre priorizar o consumo solidário, 79% das trabalhadoras responderam que não priorizam e apenas 17% disseram que sim; enquanto 4% não responderam.

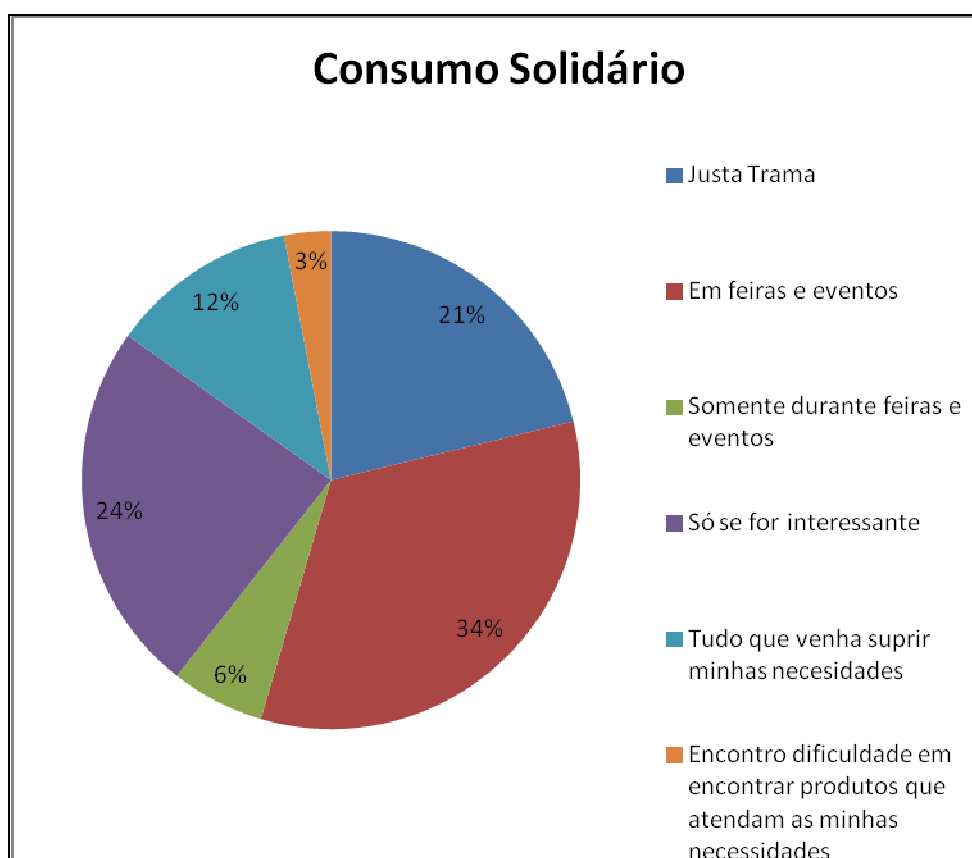
Gráfico 05 - Prioridade de Consumo Solidário



Fonte: Elaborado pela autora

Contudo, percebemos que mesmo pontuando que o consumo não é prioritariamente ligado a SES, estas trabalhadoras buscam produtos na SES. Vejamos em que circunstâncias:

Gráfico 06 - Consumo da/na socioeconomia solidária



Fonte: Elaborado pela autora

A maior parte das pessoas, além de seus próprios produtos, consome apenas quando está participando em feiras e eventos, este é um dado intrigante: na cidade existem alguns pontos de consumo solidário, existe ainda possibilidade de compra virtual,²⁷ portanto, por que estes espaços não são procurados por estes sujeitos? Por que não procuram consumir mais produtos dos PCTS na cidade? Como incentivar estas práticas? Deveriam buscar ampliar estes espaços? Ou seria justamente o aumento da procura que incentivaria a ampliação de espaços de compras solidárias

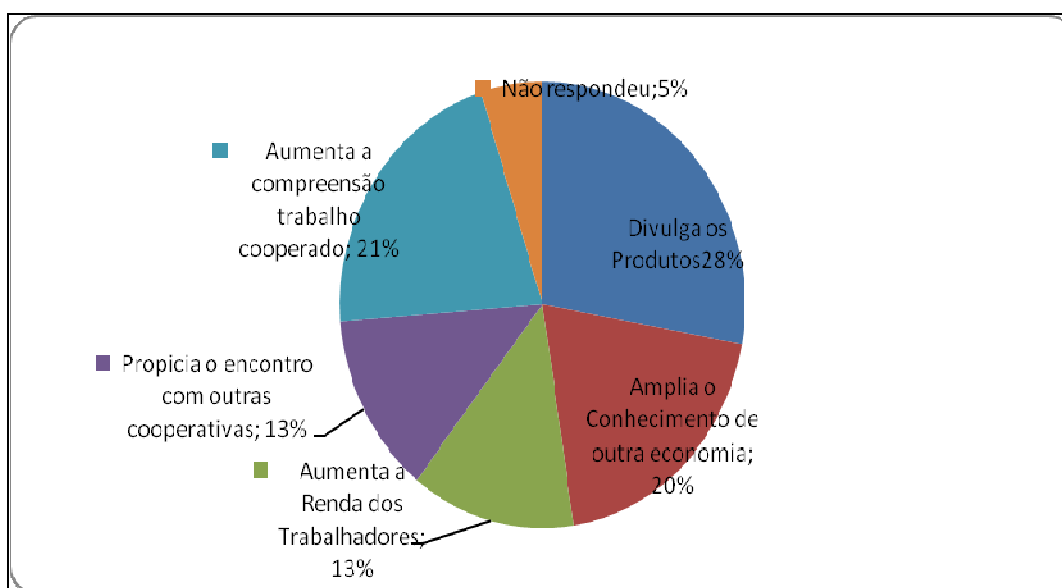
É interessante pontuar também que aquelas que dizem que procuram encontrar dentro da SES produtos que atendam suas necessidades são também as que estão há mais tempo na cooperativa, ou com um envolvimento mais intersticial com a comunidade e com os outros PCTS, o que pode indicar que a própria vivência do trabalho coletivo constrói paulatinamente as possibilidades de consumir produtos da SES; na direção da construção de redes de consumo, por exemplo. E esta direção de pensamento levou-nos a questionar, com as cooperadas, a importância da participação em fóruns, eventos e (principalmente) feiras da Socioeconomia Solidária.

²⁷ A exemplo da constelação solidários (MANCE, 2008).

Este item suscitou debates e reflexões com o grupo, enquanto juntas construíamos o questionamento relacionado ao consumo, houve bastante discussão entre o grupo. Algumas (sete) disseram que não compravam, destas, duas argumentaram não encontrar o que precisam e outras cinco justificaram avaliando que “Os produtos são muito caros”. Enquanto outra contra-argumentava: “Não. Não são caros. A gente é que não se organiza para comprar. Se você diz que é muito caro, diz que a gente tem cobrar menos pelo nosso trabalho? Não mesmo. E assim é para os outros também, né?” (Gis. Diário de Campo. 14/04/2011).

Questionamos, então, quanto à relevância de participação em feira e eventos da SES. A imensa maioria dos sujeitos (88%) considera importante tal participação, uma não considera importante e duas não responderam esta questão, vejamos os motivos – cada sujeito registrou pelo menos duas questões:

Gráfico 07 - Por que é importante participar dos eventos da SES



Fonte: Elaborado pela autora

Percebemos que a questão de divulgação dos produtos, a compreensão do trabalho cooperado e o conhecimento sobre SES tornam-se mais relevante que a renda dos indivíduos; aliás, durante a participação em uma feira, uma das cooperadas comentou: “Em termos de dinheiro, é melhor a gente ficar produzindo lá, né? Por que a UNIVENS tem bastante trabalho, mas a gente também faz parte da JUSTA TRAMA e é aqui que a gente tem de divulgar e vender os produtos, né? As outras cooperativas contam com a gente.” (Rose. Diário de Campo, 4/05/2011).

Por esta fala, depreendemos que o compromisso com os trabalhadores da cadeia produtiva (ou seja, o coletivo) torna-se mais importante que a questão monetária (dos

indivíduos). São questões que revelam indicadores socioeconômicos: o consumo solidário entre os grupos; a melhoria da qualidade de vida para os membros da cadeia produtiva, mudanças culturais - propagação de valores solidários; além disso, a relação com trabalho, saindo de si para pensar no outro. Dimensões que agregam valores da economia solidária e expressam as mudanças sociais relação que possibilita também ao outro sonhar com melhores condições de vida, com a garantia do trabalho.

Nas feiras também os sujeitos envolvidos nos PCTS conhecem outras práticas, cooperativas em tempos diferentes de constituição; têm acesso a um conhecimento gestado na própria SES, como os Clubes de Troca; a Moeda Social. Além de conhecer pessoas com entendimentos diferentes sobre a SES. As feiras também podem mobilizar ações coletivas; por exemplo, na feira de Economia Solidária de Natal de 2010, em Porto Alegre, a institucionalidade queria tirar o espaço da feira que funciona historicamente próximo ao mercado municipal e colocá-la mais longe do centro da cidade. Os trabalhadores se mobilizaram contrariamente e durante a feira promoveram abaixo-assinados com os transeuntes compradores ou não da feira. Provocando discussões entre si e com quem não faz parte da feira, provoca também um processo de discussão, de reflexão social o que nos faz novamente inferir para o princípio educativo do trabalho coletivo e solidário.

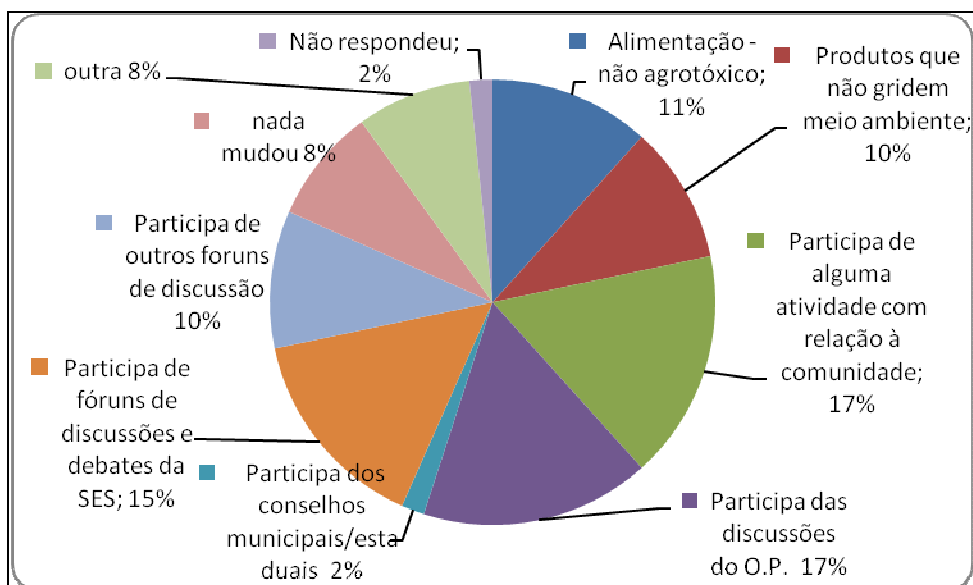
Com a construção destes diálogos, começamos a questionar as posturas dos sujeitos com relação ao modo de vida no sentido de perceber se sua atuação na sociedade modificou-se depois de seu ingresso na cooperativa.

Esta questão foi discutida em muitos encontros, com abordagens e entendimentos diferenciados, na cooperativa e no espaço da feira também; algumas pessoas buscavam estabelecer um consenso; em outros momentos eram promovidos acalorados debates, que levavam as reflexões em outras direções. Eis um exemplo de diálogo entre os sujeitos:

- [...] consumir sem agrotóxico a gente sempre prefere né? Mas onde vou conseguir sequer um tomate?
- Só se plantar na sua casa, e ainda assim, da onde veio a semente? (diálogo na serigrafia, Diário de Campo, 05/07/2011).

Outro exemplo, “[...] a gente já procurava uma alimentação saudável antes de vir para a UNIVENS” (Simone, Diário de Campo, 05/07/2011).

Gráfico 08 - Que hábitos e posturas mudaram depois de seu ingresso na UNIVENS?



Fonte: Elaborado pela autora

Aqui os aspectos políticos aparecem com ênfase. A busca ao acesso à informação e participação decisória, não apenas nas questões diretamente relacionadas à SES, mas em outros fóruns de discussão, conselhos, associações de bairro; mecanismos de participação popular direta nos governos (orçamento participativo, participação na elaboração das políticas públicas, conselhos municipais, estaduais e federais em diferentes áreas de atuação: saúde, educação, etc.); atividades que vão tornando-se mais perceptíveis nas entrevistas. E, também a importância dada à questão do meio ambiente; como já havíamos relatado a partir do mural da cooperativa.

Mas não há consenso ou uma unidade onde todos pensam do mesmo jeito, ou tem a mesma compreensão sobre a importância de participação fora da cooperativa, por exemplo: 2% das pessoas participam dos conselhos municipais/estaduais, 8% afirmam que nada mudou e 8% participam de outras atividades. Em contrapartida, muitas participam em mais de uma das opções elencadas.

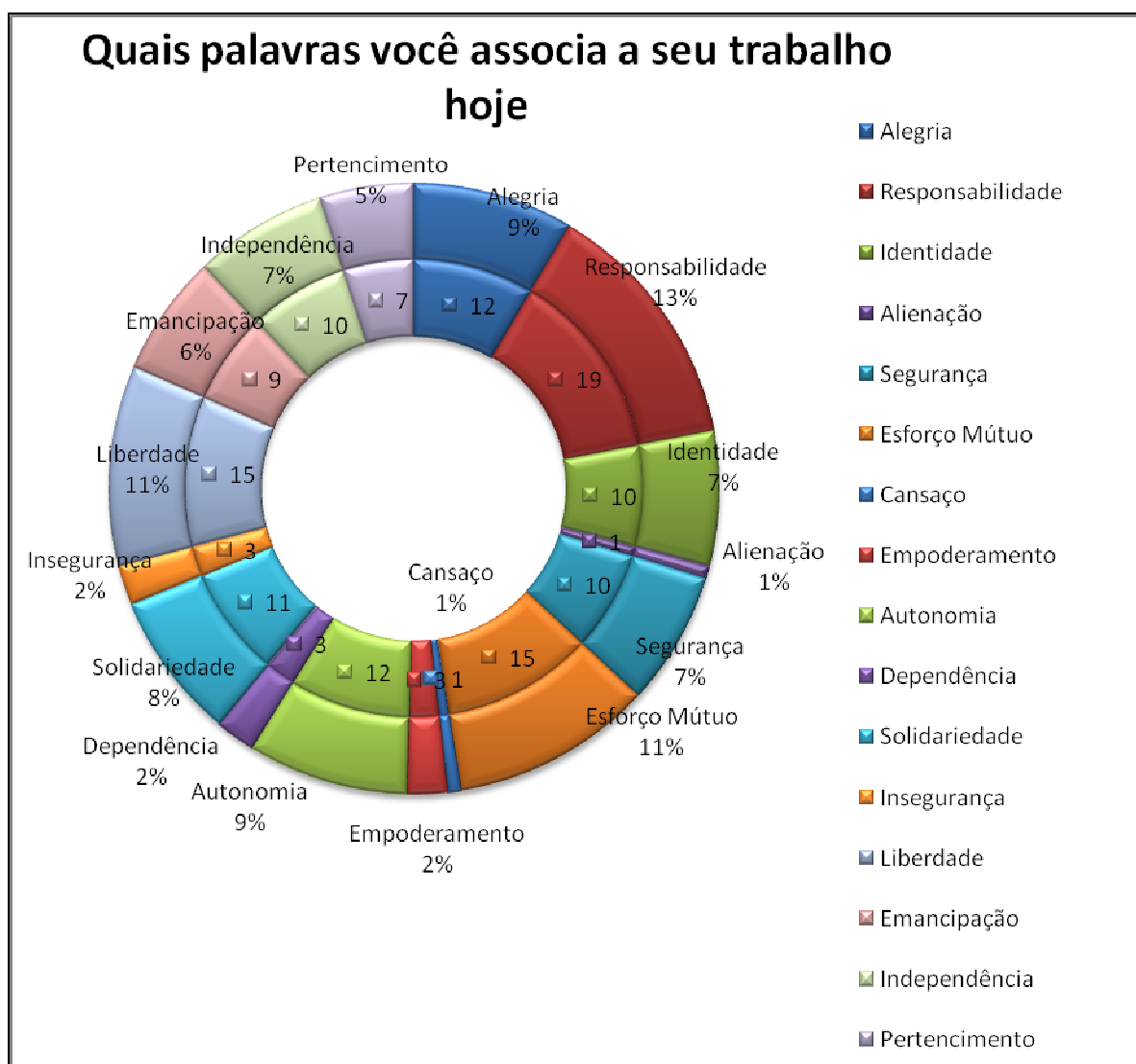
Outras incidências: duas pessoas pontuaram que melhorou o acesso à renda, uma diz que “mudou para melhor”; uma pessoa enfatizou a participação do fórum metropolitano e outra ainda ressaltou o Projeto Nacional de Comercialização e Constituição do Mercado de Consumo Solidário Irmãos Maristas no qual esta inserida, representando a UNIVENS e a JUSTA TRAMA.

O gráfico que segue busca representar a percepção destes sujeitos quanto a si mesmo, em relação ao seu trabalho e foi construído com palavras levantadas por elas mesmas durante

a observação participante e está representado por incidência das respostas.

No questionário colocamos todas as palavras que surgiram de suas falas, mas, no quadro abaixo estão representadas apenas aquelas que tiveram alguma representatividade, lembrando que cada sujeito selecionou (na maioria dos casos) mais de uma palavra. Ressaltamos: um registro com o termo alienação e outra pessoa relacionou cansaço, enquanto duas não responderam.

Gráfico 09 – Palavras associadas ao trabalho coletivo e solidário



Fonte: Elaborado pela autora

Tal concepção com relação à percepção de si e ao seu trabalho pode ser expressa nas falas dos sujeitos durante as entrevistas, descrevendo o cotidiano de seu trabalho na UNIVENS com relação à organização do trabalho. O saber construído em seus processos coletivos de trabalho associa-se em direção à construção de mudança social que traz em seu

bojo a percepção da possibilidade de transformação para construção de um novo habitus, onde a economia solidária seja um meio e não um fim.

A responsabilidade é o ponto convergente, é apontada por 19 das 24 trabalhadoras; podemos relacioná-la quando Rose faz referência à importância da feira para os outros elos da cadeia produtiva (Diário de Campo, 04/05/2011), assim como o comprometimento com seu trabalho sim, mas também com o outro. A palavra liberdade é expressa de várias formas durante as entrevistas: a questão dos horários flexíveis, *de não ter patrão*; o esforço mútuo alia-se a questão do coletivo; mas a incidência da alegria é o fator que nos faz refletir com relação ao resgate do trabalho como perspectiva de autonomia com o enfoque da solidariedade, independência, segurança, identidade.

Sensível diferença em relação aos demais empreendimentos [a autora refere-se aos “empreendimentos” da JUSTA TRAMA] é a forma de organização do trabalho, que foge aos padrões convencionais de produção. A proximidade entre os agentes e a humanização do trabalho imprime um ambiente de alegria contagiante, que predomina em todas as áreas da produção. Como parte do todo, pessoas de várias partes do Brasil, com raízes culturais diversas, tecem o dia a dia dos seus destinos pautadas na ética, nos princípios cooperativistas, na preservação ecológica e, sobretudo, na prática solidária. (AGUIAR, 2009, p.120).

A questão: *Você já ouviu falar de moeda social?* Foi a única que não foi construída com as trabalhadoras, porém teve o fim específico de perceber a inserção desse tema entre estas trabalhadoras: as respostas: 42% das entrevistadas responderam sim, 38% não e 21% preferiam não responder a questão. Esse é um questionamento para ser aprofundado nas entrevistas.

3.2 Sistematização das entrevistas às trabalhadoras da UNIVENS

A partir dos dados coletados com a aplicação dos questionários definimos alguns critérios para a realização das entrevistas visando contemplar a diversidade do universo pesquisado: envolver pelo menos uma trabalhadora de cada setor, ouvir também aquelas que trabalham fora do espaço da cooperativa; procurar abarcar tempos diferentes de trabalho na cooperativa; visões divergentes e convergentes com relação ao trabalho coletivo. À medida que sistematizamos os dados, fizemos também um agrupamento das falas, de modo que falas semelhantes compusessem uma classe para, a seguir, apresentar a análise dessas falas, procurando abordar, também, as contradições que aparecem nesse processo.

Nosso entendimento de categoria procura estar em concordância com o referencial teórico e a metodologia escolhida, nesta direção: “[...] as categorias são o resultado da

atividade de abstração e generalização do homem, ainda que o conteúdo das mesmas seja um conteúdo objetivo, pois nascem de um processo no qual há a união do conhecimento e da prática” (FREITAS, 1995, p. 80).

Partimos do movimento do concreto-empírico ao abstrato (FREITAS, 1995, p. 75). As entrevistadas foram questionadas sobre os motivos que as levaram a trabalhar cooperativamente. As respostas a esta questão estão sintetizadas a seguir. Na perspectiva de análise na qual buscamos encontrar a representatividade elaborando as classes que posteriormente levaram nossa categorização, algumas questões tiveram o aspecto reflexivo mais extenso, outras, onde as respostas das entrevistas nos levaram a classes já anteriormente comentadas, tiveram uma análise mais sucinta. Mesmo assim, procuramos manter a análise das 14 perguntas do roteiro de entrevistas.

No roteiro, as perguntas 1, 2, 3 e 7 buscam compreender a origem dos sujeitos, em termos de tempo de cooperativa e dos motivos que as levaram ao trabalho cooperado, suas compreensões e concepções a este aspecto. As questões 4, 5, 6, 9, 11e 12 procuram a analisar a relação dos sujeitos e a importância dada ao trabalho coletivo, percebida em sua questão objetiva, em sua materialidade. A questão 8 procura compreender como os sujeitos compreendem a relação da cooperativa e como veem o impacto desta na comunidade. As questões 10 e 13 procuram analisar as aproximações com a SES e moeda social, e a percepção do processo como construção possível de uma outra economia e/ou outras concepções sociais construídas pelos sujeitos.

A questão 14 procura apreender algo que possamos ter deixando de abordar e que as entrevistadas consideram relevante para a pesquisa.

3.3 Classificação das falas

Quadro 09 - Por que você começou a trabalhar na UNIVENS

CLASSES	INDICADORES	INCIDÊNCIA
Necessidade de Renda	Estava desempregada, ajuda ao marido, ajudar nas despesas de casa.	4
Conciliar o trabalho com a vida	Porque podia trabalhar em casa, próximo de casa, cuidar dos filhos.	4
Queria trabalhar/experimentar cooperativa	Achava fantástico a UNIVENS, testar como é trabalhar cooperativamente; curiosidade; “propaganda de uma cooperativada”; percepção da solução seria coletiva.	5

Fonte: Elaborado pela autora

Podemos constatar que a necessidade de renda, já pontuada nos questionários, reaparece durante as entrevistas, aliada à necessidade de conciliar o trabalho e manter-se próximo de casa. Tal questão parece determinante para que estas trabalhadoras passassem a integrar a UNIVENS.

Durante a construção dos instrumentos de pesquisa, entendemos que o uso da palavra “atividade” ajudaria ao entrevistado pensar em seu trabalho para além de sua “tarefa”; pensando também em ações na comunidade adjacente e para além dela, provocando uma ação reflexiva e sistematizadora.

Parece que lo má característico y próprio de la reflexión sistematizadora sería el que ella busca penetrar en el interior de la dinámica de las experiencias, algo así como meter-se “por dentro” de esos procesos sociales vivos y complejos, circulando por entre sus elementos, palpando las relaciones entre ellos, recorriendo, tensiones, marchas y contramarchas, llegando así a entender estos procesos desde su propia lógica, extrayendo de allí enseñanzas que puedan aportar al enriquecimiento tanto de la práctica como de la teoría. (JARA, 1997, p.268).

É relevante analisarmos que cinco entrevistadas demonstravam como motivação o desejo de trabalhar na UNIVENS; ou por curiosidade com relação ao trabalho cooperativo, ou por admirar o processo da própria cooperativa, ou ainda, pela “propaganda” de alguma das sócias. Estas últimas entraram depois que o processo de constituição da cooperativa estava completo, quando a retirada financeira já se tornara mais consistente. As discussões referentes ao cooperativismo e à SES surgem não só pela presença da UNIVENS enquanto espaço de trabalho, mas também pela forma participativa como este PCTS se posiciona na comunidade (ações que serão colocadas mais adiante), fomentando também a curiosidade das pessoas. Uma delas é filha de uma cooperada que participa desde o começo, então acompanhou todo o processo, conhecia bem as características, tinha o desejo de trabalhar lá por admirar a organização da cooperativa.

Mais uma vez percebemos aqui a relação de processo em construção e a relação com a comunidade que se expande em um movimento dialético.

Neste sentido, com a próxima questão buscamos apreender a percepção dos sujeitos com relação à sua atividade produtiva assim, buscamos classificar as respostas: que só abarcassem a atividade produtiva em si; aquelas que aliam a questão da gestão, outra onde está entendida também a questão organizativa do processo coletivo de trabalho; a atividade agregada à propagação dos valores da SES – identificamos como atividade militante; e ainda aquelas ligadas à feira, pois, inferem a questão do consumo. E, fomos percebendo que mesmo que “[...] as causas sejam as mesmas, os efeitos são diferentes” (NOVACK, 2008, p. 42).

Cada sujeito também constrói seu processo para si e para fora.

Quadro 10 - Atividades desempenhadas na cooperativa

CLASSE	INDICADORES	INCIDÊNCIA
Atividade Produtiva	Costureira, serigrafia, corte.	2
Atividade produtiva e gestão	Costureira e vice-presidente; costureira e conselho fiscal; costureira e secretária.	3
Atividade produtiva, gestão e organização	Costureira, secretária, limpo o banheiro.	1
Atividade produtiva, gestão e organização	Serigrafia, limpo o banheiro, a cozinha.	1
Atividade produtiva, gestão, organização, e participação em feiras	Costuro, dou curso de corte e costura e sou feirista.	2
Atividade produtiva; gestão e militante na e da SES	Costureira, conselho fiscal, e patrulha ambiental do bairro; Costureira, conselho, serviço de banco, faço feiras e palestras; costureira, diretora financeira, secretaria, corte, organizar o trabalho; presidente da cooperativa, presidente da JUSTA TRAMA, presidente executiva da UNISOL no estado, diretora do departamento de economia solidária do governo do estado do RS.	4

Fonte: Elaborado pela autora

Entendemos pelas respostas sistematizadas acima que o processo de compreensão do papel da UNIVENS do “portão para fora da cooperativa” não é homogêneo. Enquanto nove sujeitos percebem-se apenas em seus afazeres do trabalho cotidiano, sem fazer referência a que as atividades da cooperativa tenham relação com a comunidade, ou sequer indicam entendimento e envolvimento com a SES, trabalho cooperado e da autogestão; outros quatro fazem uma ligação com a cooperativa e a comunidade, a consciência ambiental e as atividades ligadas a SES. E, também, é importante pontuarmos que oito cooperadas destacam a participação na gestão.

A assunção dos valores da SES vai se constituindo conforme os sujeitos vão se envolvendo, seja nas feiras, ou no auxílio a outros grupos em formação, ou “ensinando” sua

atividade produtiva para a comunidade. Neste sentido os sujeitos têm percepções diferentes tanto com relação a sua atividade produtiva, quanto com relação à gestão do PCTS e à participação nas feiras e, ainda mantém níveis diferentes em suas relações com a comunidade e com o movimento de SES.

E, vemos outros sujeitos, como intelectuais orgânicos no processo (GRAMSCI, 1984), construindo organicamente tanto ações para fora dos PCTS, quanto em suas relações intersubjetivas dentro da cooperativa, seja incentivando a participação em feiras, seja promovendo o contato com outros grupos que se encontram em momentos diferentes de organização e constituição de seu PCTS. Tanto ocupando espaços em Universidades (como nos programas de Extensão, quanto trazendo pesquisas para dentro das cooperativas, ou ainda ocupando espaços para venda de seus produtos como é o caso do espaço construído na UFRGS que além de vender produtos alimentícios produzidos agroecologicamente, prioriza também aos PCTS expondo também outros produtos, inclusive da JUSTA TRAMA) quanto com trabalhadores de outros grupos em construção; ou ainda ressaltando a importância da participação de seus membros nas assembleias do O.P. ou em eventos da SES.

A questão subsequente buscava perceber as modificações com relação ao trabalho coletivo na SES. Aqui aparece fortemente a questão da autogestão. Poderíamos definir autogestão como algo que vai além de um modelo administrativo. Os trabalhadores são os que têm o controle de seus PCTS, tomam as decisões coletivamente e para isto seja possível, precisam conhecer todo o processo produtivo.

Por autogestão, em sentido lato, entende-se o conjunto de práticas ou conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um 'coletivo'. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais. O caráter multidimensional do conceito de autogestão (social, econômico, político e técnico) nos remete a pensá-lo muito mais do que uma simples modalidade de gestão. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

Todos os sujeitos da cooperativa participam de uma forma democrática e livre, nas decisões que afetam a todos eles, da mesma forma que se responsabilizam coletivamente pelo encaminhamento das decisões: isso é autogestão. Vejamos as questões:

Quadro 11 - Diferença da organização do trabalho na UNIVENS em relação a outros espaços

CLASSE	INDICADORES	INCIDÊNCIA
Autogestão	A visão do trabalho é bem diferente; a gente sabe por que faz e para onde vai; não exercemos só nossa função, aqui a gente é que se organiza; tudo é dividido cada um faz um pouco; tu pode trabalhar livre; nas outras o patrão é que organiza tudo; temos o direito de reclamar, ir e vir, confiança, liberdade, reconhecimento; aqui a gente se gerencia; a liberdade de fazer o que tem de fazer mas sem a pressão que tem na fábrica, sem câmera para controlar a gente, produzimos muito por que trabalhamos mais tranquilos; aqui a gente participa, organiza; tu pega teu trabalho e vai para tua máquina e tu decide como e o que vai fazer primeiro e se não conseguir é só conversar; a gente é consultado antes de tomar as decisões faz parte da gerência; um olhar de dentro para fora, tem as assembléias uma vez por mês.	9
Divisão de tarefas	Eu não posso dizer. Porque aqui tudo é dividido. Cada uma tem uma função na cooperativa. Uma varre o pátio, outra paga conta, outra vai a feira, cada uma faz um pouco na cooperativa.	1
Liberdade	Totalmente, mas em primeiro lugar a liberdade de fazer o que tem de fazer mas, sem a pressão que tem na fábrica põe a câmera para controlar nosso trabalho e aqui a gente acaba produzindo muito por que trabalha mais tranquilo; Sim, na medida em que tu podes trabalhar livre né? Sim, vários motivos, é diferente. Por que temos direito de reclamar, de ir vir, ou quando a gente fica doente, a gente avisa e ninguém desacredita da gente. Daí serviço é passado para outro, a confiança, a liberdade, o reconhecimento.	3

Fonte: Elaborado pela autora

Como vemos nesses dados, a questão da autogestão perpassa as falas, assim como participação autonomia, liberdade – trabalho livre. Com uma perspectiva autogestionária, vem a necessidade de olhar o todo, conhecer o trabalho e o tempo de cada “setor”, e no caso da UNIVENS com a JUSTA TRAMA, compreender o processo da cadeia produtiva, entender como melhorar o faturamento, o fluxo de produção, melhorar a distribuição da renda. Isto requer educar as pessoas para desenvolver outra visão de mundo.

Antes, era como se o trabalhador ficasse no porão de um navio, (e a imagem que

associamos é a do navio negreiro de Castro Alves) agora, pode subir ao convés, sentir a brisa. Mas isso só não basta, (pois ainda assim permaneceriam escravos – analogia as gestões participativas das empresas capitalistas, ou ainda as “cooperfraudes”) cada pessoa terá de decidir o rumo a ser tomado pelo navio também, e como chegar ao porto escolhido por todos, e ir além, na medida em que também indicam o caminho a outros PCTS, (e esta também é uma dimensão educativa) tornam-se capitães, marinheiros, responsáveis pelos faróis e, ao mesmo tempo viajantes do navio.

Educação, no âmbito da SES, tem um sentido lato: “A aprendizagem é a nossa própria vida desde a juventude até a velhice, de fato ninguém passa dez horas sem nada aprender” (PARACELSO apud MÉSZÁROS 2008, p. 21). Significa a formação do ser humano, não com uma visão iluminista, mas dentro de um processo de assunção enquanto trabalhador. Ou seja:

Educação para participação, porque não adianta nada ter a informação se o trabalhador não consegue interpretá-la. Nesse sentido é importante capacitar esse trabalhador, para que ele seja capaz de analisar um orçamento, possibilitar que todos sejam capazes de entender e definir o processo e o produto, de tal forma a poder planejá-lo e de pensar alternativas, saber que é o cliente, o fornecedor e o concorrente. Numa empresa convencional. Ocorrem casos que o próprio setor comercial da empresa não conhece o produto que vende. (PONTE, 2000, p. 136).

O terreno da autogestão é muito fértil para pensarmos um diálogo diferente que tente superar algumas dicotomias que foram instauradas na educação com o desenvolvimento do capitalismo. Ou seja, falamos da separação entre o trabalho e formação humana e ainda, da separação entre trabalho manual e o intelectual, da separação entre construir/conceber conhecendo a totalidade não apenas da produção e não simplesmente executar.

Quando a entrevistada afirma: “a gente sabe porque faz e para onde vai” (e seguindo a analogia do navio, ela torna-se e percebe-se como marinheira e também responsável pelo farol tanto para o navio de seu PCTS como também para os outros navios) vem ao encontro da afirmação de Marx da diferença do trabalho “[...] da melhor aranha e do pior artesão” (MARX, 2008, p. 212). Estas trabalhadoras *sabem o que e porque fazem*. A autogestão colabora para a supressão da alienação do trabalho. Não há separação entre a teoria e a prática e nem a separação hierárquica que divide as pessoas entre quem pensa e quem faz, entre quem planeja e quem “trabalha”. “[...] são os homens que desenvolvem a sua produção material que, ao mudarem essa sua realidade, transformam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX, 2009, p.32). Com autogestão *todo mundo faz tudo* é isto que se vê refletido nas falas dos sujeitos: limpar o banheiro, ou pagar as contas no banco; ou participar

das assembleias, ou ir a uma feira ou uma reunião da JUSTA TRAMA.

O todo e as partes é responsabilidade do sujeito coletivo e cada sujeito faz valer também a vontade coletiva: “[...] implica indagar como se formam as vontades coletivas permanentes, e como tais vontades se propõem objetivos imediatos e mediatos concretos, isto é uma linha de ação coletiva” (GRAMSCI, 1984, p. 90). A SES acontece no tempo histórico presente com todas as marcas históricas da construção deste processo. Tomamos aqui, por analogia, a consideração de Gramsci para a formação de um partido e o comparamos com os PCTS da SES:

Trata-se de um processo molecular, miudíssimo, de análise extrema, capilar, cuja documentação é constituída por uma quantidade incrível de livros, opúsculos, artigos de revistas e de jornais, de conversações e debates verbais que se repetem infinitas vezes e que no seu conjunto gigantesco representam este trabalho do qual nasce uma vontade coletiva com um determinado grau de homogeneidade, grau necessário e suficiente para determinar uma ação coordenada e simultânea no tempo e no espaço geográfico em que o fato histórico se verifica. (GRAMSCI, 1984, p. 91).

Além disso, ao seguir e propagar os princípios autogestionários evita-se outro problema: as cooperfraudes (SINGER, 2000), que seriam as empresas escondidas sob o arcabouço jurídico de cooperativas, na verdade, terceirizam a mão-de-obra, geralmente demitem seus funcionários e os contratam como trabalhadores autônomos para executar a mesma tarefa de enquanto empregados naquela empresa. Essas empresas continuam com gestão tradicional, com um dono e patrão que continua lucrando e guardando este lucro só para si, e ainda não pagam os direitos trabalhistas.

Ainda assim, mais uma vez, torna-se pertinente ressaltar que nem todos os sujeitos percebem ou tem segurança para pontuar tais diferenças. Encontramos respostas onde, na mesma fala, a entrevista avalia que “a diferença é pouca,” e completa dizendo: “aqui a gente sabe por que faz e para onde vai”. É importante pontuar aquelas que dizem que não saberiam dizer (objetivamente, não podem comparar por que não trabalharam em outro lugar!), mesmo assim, conclui dizendo: “diferente de alguma forma é por que aqui tudo é dividido”. Esta trabalhadora, mesmo não tendo uma experiência de trabalho “tradicional” (poderíamos pensar capitalista, ou alienada) percebe que na cooperativa tudo é dividido, e divisão é entendida como partilha, cooperação. Ressaltamos também para a incidência que relaciona o trabalho com liberdade.

Uma entrevistada avaliou que a diferença era pouca, mas no decorrer da entrevista, deixou transparecer sua comparação com relação aos direitos trabalhistas, acrescentando que “[...] na cooperativa também tem férias e 13º, quando recebem as sobras no fim do ano”.

A próxima questão busca analisar a propagação dos valores da SES do *portão para*

fora da cooperativa.

Quadro 12 - Intervenção da UNIVENS na comunidade e seu entorno

CLASSE	INDICADORES	INCIDÊNCIA
UNIVENS como Referência Social, Política, Econômica e Ambiental	Serve de exemplo para outros grupos; A percepção do que se pode fazer; projetos sociais; a incubadora; a recicladora; projetos de incentivo a economia solidária; o centro social; a escola; Serve de exemplo para outros grupos; A percepção do que se pode fazer; O que a gente ganha aqui, gasta aqui; mais serviço para quem queira trabalhar; a renda para as trabalhadoras; o óleo usado da comunidade é entregue aqui; membros da cooperativa fazem parte da patrulha ambiental.	13
Educação Formal	A nova geração; a escola; a creche; atendimento as crianças carentes do bairro;	5
Questão de Gênero	Proximidade da família; dos filhos; a creche;	4
Autonomia	Sim. As próprias sócias se modificam, a autonomia delas;	1
Solidariedade entre as pessoas	Se alguém tem dificuldade procura a UNIVENS até para se informar. O azeite para fazer o sabão, os cones para fazer os arranjos. Os retalhos para fazer os fuxicos, outras pessoas que se reúnem para também se beneficiar e ter melhoria de renda ou para o grupo, a gente sede o nosso espaço também. Se querem sala, para reuniões ou o telefone ou ajuda para fechar uma rua; esta solidariedade de todos para permitir, ensinar, ajudar	9
Geração de trabalho e renda	A questão do trabalho só não trabalha que não quer; os cones para fazer os arranjos. Os retalhos para fazer os fuxicos, outras pessoas que se reúnem para também se beneficiar e ter melhoria de renda ou para o grupo; sim mais serviço para quem queira trabalhar; Geração de emprego para muita gente;	6

Fonte: Elaborado pela autora

Queremos atentar para dois enfoques: a representatividade de falas que apontam para uma conscientização da comunidade; a entrevistada que diz não lembrar como era o bairro antes da cooperativa; mas especificamente a entrevistada que diz: “Sim. Vou falar por mim. Tem a creche, a questão do trabalho, só não trabalha quem não quer tem este amor, esta solidariedade de todos para permitir, ensinar, ajudar.”

O trabalho como princípio educativo bebendo na fonte da educação popular; formador de outro *habitus* aparece quase textualmente: “esta solidariedade de todos para permitir ensinar ajudar”. E a dialética mudança do sujeito que muda e interfere na sociedade: “vou

falar por mim” e em seguida fala de mudanças na comunidade; demonstrando uma relação intrínseca entre eu e o outro dialeticamente, mudando, mudo o meu entorno, em construção de minha autonomia forja-se emancipação social, pois:

A socialização acontece nos processos permanentes que se realizam em diversos espaços da vida cotidiana através dos quais a sociedade organiza a integração entre os membros. Em toda parte existem redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra. A educação como socialização – este conjunto de formas vivas e comunitárias de ensinar-e-aprender acontece em casa, na rua na escola, na igreja, no trabalho, no lazer, enfim, em todas as relações que estabelecemos com os demais seres e ambientes humanos e naturais [...]. (ADAMS, 2010, p. 30).

É nesta direção e sentido que viemos falando do “transbordar” (dos valores e das concepções) do *portão para fora* da cooperativa. Tais movimentos emancipatórios, preenchem o cotidiano das cooperadas, os espaços internos do PCTS, a comunidade em seu entorno, cresce em uma “trama justa” disputa e ocupa cada espaço social possível.

A UNIVENS, como unidade produtiva ou por intermédio de suas sócias, torna-se presente em todos os aspectos da comunidade, por exemplo, na *patrulha ambiental* do bairro, tornando-se referência nesta questão; outras são chamadas para conversar com pessoas que queiram seguir o exemplo da UNIVENS e *juntar-se* também, “[...] mesmo que não queiram ser grandes como nós, elas estão lá ganhando o dinheirinho delas, trabalhando junto” (Nelsa, Diário de Campo, 28/06/2011 Referindo-se ao grupo de senhoras que utiliza os retalhos doados pela UNIVENS com os quais fazem fuxico).

Outro enfoque é a perspectiva de intervenção da UNIVENS na educação formal, pontuado por algumas entrevistadas como a Creche. Quando estivemos na Escola Nova Geração e participamos da reunião pedagógica com as professoras, um dos encaminhamentos foi levantar ações e projetos para que a comunidade escolar entenda que é uma Escola, não uma creche. Talvez fosse necessária uma pesquisa mais aprofundada para perceber esta relação em duplo sentido: como as cooperadas da UNIVENS percebem a Escola e se os valores construídos na cooperativa chegam a influenciar de alguma forma a escola, seus professores. Quando lemos o Plano Político Pedagógico da escola não encontramos uma referência pontual aos valores da economia solidária. E, em outro sentido seria importante também compreender de que forma os professores cooperativados da Escola se relacionam com a UNIVENS e a sua relação com a SES. Analisar tal relação não foi foco desta pesquisa, entretanto, pontuamos a importância de estabelecermos esta percepção em pesquisas futuras.

É importante pontuarmos novamente que submersa a condição de classe está a condição de gênero. E, voltamos a frisar, não estamos segmentando a luta de classe, já

pontuamos aqui que, sob a vigência do paradigma dominante, a mulher é responsável pelo cuidado com os filhos. Não há um discurso feminista latente, entre as cooperadas, pelo menos, não percebido durante a pesquisa, mas um enfoque que entendemos aproximado da autogestão e autonomia, solidariedade ou ainda uma alteridade de gênero, também na constituição do tempo, na organização da vida. “Por isso é interessante entender como a mulher enquanto ser social está revisando seu espaço organizacional e passando a fazer parte do mundo do trabalho, em tensão permanente com a família no ambiente doméstico.” (LIMA; SOUSA, 2011, p. 104).

E como neste aspecto também a emancipação social pode ser forjada. O trabalho da mulher sempre existiu. A exploração da mão de obra feminina pelo Capital também, na medida em que, a força física foi sendo cada vez menos importante para o desenvolvimento metabólico do sistema, ou ainda na relação exploratória da mais valia, ou, dos rearranjos conjunturais e estruturais do capitalismo que também não é tema inovador. Mas pontuamos a perspectiva forjada pelo trabalho coletivo e solidário na SES que possibilita autonomia (financeira, principalmente, mas também na gerência de seu tempo, e ainda na vida afetiva); apreender temas sociais; e mesmo temas que antes eram tratados de forma reservada como a questão da sexualidade, do aborto; ou a violência doméstica, enfim um processo constitutivo e representativo do ser em si e para si. Na construção da identidade de gênero também pode se construir a identidade de classe.

Como inferimos já nesta pesquisa, estas mulheres se preocupam com o bairro em que moram *e* com a questão do Haiti; com os clientes da UNIVENS *e* com a ajuda financeira para membros da JUSTA TRAMA; com o tempo para sua vida *e* a organização do seu trabalho; com a organização de *sua* costura *e* o tempo dedicado a formação de outros grupos e cooperativas na SES, *e* atender a loja de Economia Solidária no mercado público de Porto Alegre, *e* participar das reuniões dos grupos que expõe no espaço alternativo de comércio solidário construído na UFRGS.

Tudo acontece junto e ao mesmo tempo, (MANCE, 2008) mas, não de uma maneira que traga sobrecarga, ou estresse, e sim alegria, prazer, aliás, voltamos a relacionar que a palavra alegria foi indicada 12 vezes nos questionários quando estas trabalhadoras se referiam ao seu trabalho na UNIVENS.

Com a intencionalidade de analisar mudança dos sujeitos constituída a partir do cotidiano de seu trabalho; construímos o próximo questionamento. Você levou alguma das características e aprendizados do trabalho na cooperativa para a sua vida fora da UNIVENS? Quais?

Quadro 13 - Influências do trabalho na cooperativa na vida das trabalhadoras fora da UNIVENS.

CLASSE	INDICADORES	INCIDÊNCIA
Solidariedade	Ajudar os outros; Justa Trama, Justa Lana.	6
Consciência de Classe	A gente tem de olhar os outros com outros olhos, as coisas aqui não são o que prega na TV. A gente tem de olhar para outro nível, a gente não é os ricos. Nós temos que consumir o que nós produzimos e não o que eles querem por que estaremos fazendo eles enriquecer mais e mais. A gente quer que olhe para nós não como coitados. A gente tá na luta, ta na estrada; lutar pelos direitos	5
Liberdade no Trabalho	Conhecer outras cooperativas; a Justa Trama; aprender a fazer os acabamentos; costurar ara a família; Aqui o trabalho é dividido; a gente tem uma cooperativa organizada	4
Perspectiva de vida	Até em casa em com o marido muda; fiz tanta coisa eu nunca pensei que faria na vida; representar a UNIVENS é adrenalina; relação com a comunidade que antes u não via	3
Nada mudou	Nada que eu note, às vezes a gente faz as coisas por costume.	1

Fonte: Elaborado pela autora

Apenas uma das cooperadas fez menção a não haver mudança alguma em sua vida associada diretamente a seu ingresso na UNIVENS. Também atentamos que o que elas chamam de trabalho livre, pela forma como responderam, não tem a perspectiva marxiana, mas sim relacionado a uma liberdade relativa, mais associada à perspectiva de autonomia e autogestão.

A questão da solidariedade mais uma vez surge com insistência, aqui associada tanto à questão comunitária como a uma visão mais macro, a “JUSTA LANA” no Uruguai surge com uma influência direta e participante de membros da cooperativa (referenciamos novamente a questão do Haiti, como já pontuamos, está exposto no mural o comprovante do depósito financeiro de ajuda aos cidadãos haitianos; como também o comprovante da ajuda financeira a uma cooperativa da cadeia produtiva da JUSTA TRAMA que passa por dificuldades econômicas em função do refluxo do mercado mundial do algodão como “rescaldo” da crise estrutural do sistema do Capital que teve um prenúncio econômico em 2008). O que vem reforçar nosso entendimento que “Apesar de suas multifacetadas origens e objetivos esses movimentos tem na solidariedade um valor que orienta e organiza sua dispersão identitária equacionando interesses e reivindicações” (LABALE, 2006, p. 22) o que corrobora com:

A essência da concepção materialista da história. Ser social e consciência. O fato é, portanto, este: o de determinados indivíduos, que são produtivamente ativos de um determinado modo [*auf bestimmte Eise produktiv tätig sind*], entrarem em

determinadas relações sociais e políticas. A observação empírica tem de mostrar, em cada um dos casos, empiricamente e sem qualquer mistificação e especulação, a conexão da estrutura social e política com a produção. (MARX, 2009, p. 30).

Seguindo este raciocínio, a produção da vida material objetiva destes sujeitos e o modo como conduzem sua vida pessoal, comunitária, política, cultural, enfim, socialmente atuam de maneira concomitante, manifestando-se intersubjetivamente em várias direções e sentidos podendo corroborar para a constituição de uma consciência de classe.

É interessante a percepção que alguns sujeitos construíram com relação ao que é necessário para ser cooperativado. Em síntese: três apontaram que não há “pré-requisitos” determinantes; em contrapartida, outros três argumentaram que precisa de uma “inquietação” representada nas falas como inquietação; vontade; querer trabalhar; querer aprender, acreditar nas pessoas. Solidariedade volta a aparecer em três falas, mesmo número que pondera a falta de perspectiva de trabalho no mercado; e duas pessoas que pontuam a questão da autonomia.

Atualmente, as “meninas” procuram pessoas que já saibam costurar, pois a demanda de trabalho é muito grande. Tal situação pode ser indício de uma contradição que se aproxima no horizonte e que breve precisará ser respondida. Um dos critérios para a entrada na cooperativa é pertencer ao bairro, justificado pela promoção do desenvolvimento local, a intrínseca relação comunitária, então a cooperativa não precisa subsidiar o transporte para as cooperadas, mas se não encontrarem costureiras na comunidade como será? E sem mais mão-de-obra será difícil dar conta não só dos produtos JUSTA TRAMA, cuja produção ainda pode ser balanceada e planejada, mas e a produção da UNIVENS em si, de acordo com aumento de demanda. A cooperativa costura ainda, camisetas para sindicatos, uniformes para colégios, sapatos para *pet-shops*. E, ainda, duas cooperadas estão em um projeto de ensinar as pessoas da comunidade a costurar, (o que pode em período relativamente curto trazer mais pessoas para trabalhar na cooperativa, como também trazer perspectiva de trabalho para aquelas pessoas); porém, neste momento, são menos costureiras produzindo na cooperativa e, mesmo que isto aconteça de uma forma planejada, e ainda que não haja um decréscimo substancial na produção e na renda destas pessoas, ainda assim, também não possibilita uma expansão já possível e latente.

Ressaltamos que no início da observação participante, abril e maio, a demanda de trabalho foi tanta que algumas cooperadas levaram trabalho para casa no fim de semana para dar conta do volume de trabalho. Em reunião ordinária da cooperativa, foi decidido pelo grupo estabelecer um prazo possível de entrega, onde não houvesse o sacrifício dos fins de semana. Mas a responsável por esta reflexão foi a presidente da cooperativa, “[...] não é para

isto, não é assim que a gente trabalha” (Nelsa, Diário de Campo), ou ainda como já colocamos antes: “[...] a gente trabalha para viver, mas a gente não vive para trabalhar né? Tem outras coisas para fazer na vida” (Edi, Diário de Campo, 31/05/2010). Contudo essa situação é contestada pelas próprias trabalhadoras, que justificam sua submissão ao aumento a carga de trabalho para atender aos clientes e não perdê-los.

A contradição, a pressão do mercado está sempre presente, é preciso uma decisão consciente destas pessoas, forjada na própria caminhada para resistir em permanecer em seus valores, decisão que encontra respaldo na reflexão e decisão do coletivo.

Na próxima questão mais uma vez escolhemos a palavra atividade para questionar a relação da cooperativa com a comunidade, com a idéia de apreender se estes sujeitos percebem um protagonismo da UNIVENS e complementa as reflexões descritas no quadro 14 como intervenção da UNIVENS na comunidade.

Quadro 14 - Atividades promovidas pela UNIVENS na comunidade

CLASSE	INDICADORES	INCIDÊNCIA
Educação Formal	Creche; Nova Geração	5
Centro Social/Associação de moradores/Relações culturais, lúdicas e políticas	Lazer, fechar a rua, ônibus brincalhão, festa junina, festa de fim de ano, arrecadação de alimentos e roupas, auxiliar a associação de moradores; atividades no Centro Social.	5
Meio ambiente	Patrulha ambiental, troca de óleo usado; arroio vida	2
Relações ampliadas	JUSTA TRAMA, justa Lana, Projeto nacional de comercialização solidária, auxílio a montar outras cooperativas; UNISOL no Estado.	3

Fonte: Elaborado pela autora

Essa questão serviu para provocar uma reflexão a respeito da relação do trabalho das cooperadas com a comunidade. Percebemos que os sujeitos consideram que a UNIVENS é protagonista no processo, de constituição do Centro Social e da escola, como ponto convergente para reivindicações do bairro e se colocam nestas ações, tomando, muitas vezes a responsabilidade para si: “[...] antes eu tinha vergonha de tudo, agora se precisar ir ao prefeito para pedir qualquer coisa eu vou” (Diário de Campo, 02/08/2011), elas vão à associação de bairro, promovem a reunião com relação a importância de manter limpo o arroio (córrego,

riacho) que atravessa bairro; passam de porta em porta panfleteando sobre a importância de não colocar o lixo no arroio: “Daí no sábado a gente ia na casa das pessoas, né? Por que tem de conversar com todo mundo, elas não se davam conta que jogando lixo lá, inundava tudo aqui” (Edi, Diário de Campo, 31/05/2011). Nesse sentido, constroem a idéia da ação pessoal e coletiva.

Com relação a chamada Creche, a Escola Nova Geração, percebemos que esta é onde a materialidade da ação da UNIVENS na comunidade é percebida com maior relevância, mesmo para quem não tem filhos lá.

Há, portanto, um envolvimento com a comunidade em várias instâncias de representatividade: enquanto alguém faz uma reunião com mulheres no Uruguai para discutir gênero, outra vai, também, no mesmo país participar e promover reuniões para relatar, como funciona a JUSTA TRAMA e, em moldes semelhantes, reproduzir o processo por lá; (a JUSTA LANA), outra participa das discussões do Projeto Nacional de Comercialização Solidária (“[...] e a gente vai do Oiapoque ao Chuí”, Liza, Diário de Campo); outras ensinam pessoas da comunidade a costurar; outra participa da UNISOL no Estado; das reuniões do fórum de Economia Solidária; ou vão representar a cooperativa em seminários em Universidades “[...] tem de falar para eles lá também; dá uma vergonha no início, mas depois [...] É bom falar”, Gis. (Diário de Campo).

Mais uma vez percebemos a questão do trabalho educando em articulação com a vida.

Na tarefa de organização de seu modo de vida, seja pelo trabalho ou pelas relações sociais e interpessoais em sua vida cotidiana na família, na escola, na comunidade da qual fazem parte, o homem e a mulher vão descobrindo e apreendendo habilidades, acumulando experiências que expressam um modo de agir, de falar e de pensar. (MACHADO, 2006, p. 110).

E com relação à SES poderíamos acrescentar ainda, produzir, consumir, viver de uma maneira sustentável, forjar emancipação social; “[...] em que a formação do ‘novo homem’ subentende uma mudança de valores e hábitos, e a conformação de uma identidade coletiva cunhada na dimensão cultural, dentro da qual a linguagem dos sujeitos é fator preponderante” (MACHADO, 2006, p. 110).

Essas ações e reflexões que temos defendido nesta dissertação são fundamentais para a formação de um novo *habitus cultural* associado à construção de uma transformação social biófila com vistas a emancipação social, a exemplo da forma como foi trabalhada a questão do meio ambiente com a comunidade local, cuja discussão começou por que “inundava tudo com qualquer chuvinha” , começou no bairro, atravessou a cidade e chegou do “outro lá do

rio, lá na ilha dos marinheiros” (Edi, Diário de Campo). E é neste aspecto que tomamos o conceito de biofilia associada a uma transformação social em favor da vida, e não há especismo em nossa defesa, não falamos apenas da vida humana.

Quando inferimos que o capitalismo é necrófilo, entendemos que leva à morte em vários aspectos: a morte social (para a sobrevivência do capital, as pessoas, as relações humanas não são levadas em consideração), a morte da alteridade, pois, já não percebemos que o outro sou eu e é parte de tudo que me constitui enquanto ser humano; a morte pelo consumo alienado em bens, mas também, pelo uso indiscriminado e cada vez mais potencializado de venenos, a poluição das águas, da terra e do ar; a morte de várias espécies por extinção direta e indireta; a morte das relações humanas que se tornam apenas relações de consumo, onde tudo pode ser comprado, consumido e substituído rapidamente.

O tempo da vida humana restringe-se ao aparentar uma felicidade que é representada pela eterna juventude; pela sexualidade desenfreada, restringe-se ao prazer efêmero. Não há tempo para a construção das relações humanas afinal *Time is Money*. Porque:

Na estrutura temporal da civilização moderna, geralmente se emprega uma só palavra para significar o "tempo". Os gregos antigos tinham duas palavras para o tempo: *khronos* e *kairos*. Enquanto o primeiro refere-se ao tempo cronológico, ou seqüencial, o tempo que se mede, esse último é um momento indeterminado no tempo em que algo especial acontece, a experiência do momento oportuno. É usada também em teologia para descrever a forma qualitativa do tempo, o "tempo de Deus", enquanto *khronos* é de natureza quantitativa, o "tempo dos homens". (WIKIPEDIA, 2012, documento *online*).

Quando apontamos para a SES como parte constitutiva da construção de outro *habitus cultural* e pontuamos uma transformação biófila, indicamos a possibilidade em gestação da construção de um modo de vida que respeita o tempo não apenas para a manutenção da vida, mas para a produção e reprodução dela em todos os aspectos não apenas humanos. É a reprodução ampliada da vida; é o bem viver; é o entendimento que a terra também tem direitos e que existe vida para além do capitalismo.

A SES não responde a todos os aspectos para a construção deste outro modo de vida, mas alinha-se com as lutas dos movimentos sociais que reivindicam terra e trabalho e uma vida digna; com a reivindicação dos povos indígenas para a preservação de suas terras e seu modo de vida; a *práxis* da educação popular na preservação de outros saberes, onde educação é fator de emancipação e não doutrina para melhor formar indivíduos alienados mais facilmente adaptados e adaptáveis a exploração; constrói uma democracia participativa forjada em valores como a autogestão, participação, solidariedade, alteridade. Enfim, inaugura

possibilidades de construção para outra perspectiva de vida em sociedade.

A próxima questão se propõe a provocar uma reflexão a respeito do cotidiano das trabalhadoras, trabalho e vida, assim como sobre as relações intersubjetivas. Da mesma forma, serve para percebermos a articulação existente entre o que pensam sobre o trabalho na cooperativa e a materialidade desse trabalho.

Quadro 15 - Dia a dia do trabalho na UNIVENS

CLASSE	INDICADORES	INCIDÊNCIA
Trabalho “funcional”	Chega mais ou menos as 7. Péga o serviço, toma café, conversa, o corte separa o serviço, atende cliente, vai para casa volta; Faz sua produção, trabalha das 7 as 11 e de 13 e 30 as 18.	3
Trabalho criativo	A gente cuida da atividade, costura, auxilia na organização e na administração da cooperativa, participa de reuniões. Atende os clientes, o telefone, toma decisões, faz pagamentos, cuida do prédio; é muito serviço, muita brincadeira, muita diversão, a gente ri, a gente brinca, se precisa ir ao médico vai; costura, divide a limpeza, tem as reuniões.	10

Fonte: Elaborado pela autora

Podemos perceber pela sistematização acima, que mesmo aquelas que fazem relação apenas à atividade produtiva em si, o fazem com conhecimento da totalidade do processo e, como expõe Aguiar (2009), estas trabalhadoras demonstram o conhecimento para analisar toda a cadeia produtiva da JUSTA TRAMA e a UNIVENS nesta cadeia, as trabalhadoras percebem o processo produtivo como um todo e seu trabalho contextualizado no fluxo de produção, além disso, entendem, em sua maioria, que seu trabalho envolve perspectivas mais amplas que o fazer da produção.

A divisão do trabalho, conforme podemos perceber nos indicadores, não é reduzida à mera separação mecânica entre aqueles que pensam e aqueles que executam, constitui-se em uma divisão de responsabilidades e tarefas com uma finalidade comum, pois o princípio é de um trabalho coletivo: todos trabalham e têm a dimensão de totalidade do processo de trabalho. Mesmo dentro dos parcos limites compreendidos nas brechas do Capital, podemos perceber as possibilidades para que estes sujeitos, de alguma forma, possam começar a compreender e forjar possibilidades onde, “[...] cada homem não tem um círculo exclusivo de atividade, mas pode formar em todos os ramos que preferir” (MARX, 2009, p. 49). Do todo às partes e vice-versa.

A questão a seguir propõe analisar como estes sujeitos percebem a SES e sua relação e de seu trabalho com ela.

Quadro 16 - Entendimento de socioeconomia solidária

CLASSE	INDICADORES	INCIDÊNCIA
Autogestão	Não ter patrão.	2
Socialização do trabalho e da produção	Ajudar os outros, uma economia justa, trabalho coletivo que envolve a vida, os valores; O rico tem o produto dele, eu entendo que SES é ficar com o dinheiro para nós, para isto a gente tem de se unir, uma andorinha só não faz verão, tem de ser um bando de andorinha; nós somos os patrões.	11

Fonte: Elaborado pela autora

Mais uma vez aqui aparece a questão da percepção do todo, economia, trabalho, relação com as pessoas. Mesmo que os trabalhadores na socioeconômica solidária não conheçam o conceito acadêmico para autogestão, educação, ajuda mútua, solidariedade, consciência de classe, economia solidária pontuado pelo autor **y** ou **z**, eles sabem **o que** é, pois fazem cotidianamente, com alteridade, solidariedade e ética. Dessa forma, constroem um saber coletivo que supera a denúncia da desumanidade do sistema, forjando, com a participação consciente, ou não, dos sujeitos, a superação da dicotomia do trabalho manual – trabalho intelectual.

A importância dada à propagação de valores que forjem uma economia justa, como vemos, é tema recorrente, mesmo que não expressa textualmente, assim como a questão do trabalho coletivo e da solidariedade. “Essa atividade transformadora ocorre pelo movimento dinâmico de ação-reflexão-ação, que é própria do ser humano, e cujo fundamento básico de humanização é o trabalho”. (MACHADO, 2006, p. 110).

Não há uma unanimidade de conceitos e entendimento com relação ao trabalho coletivo entre as trabalhadoras, ou uma coesão absoluta de intencionalidades.

A complexidade das relações de caráter coletivo impõe a necessidade de pensá-las, articuladas com uma mudança da sociedade, ou seja, com um projeto histórico. É ele quem dará sustentação ao pensar e agir coletivo que em estreita sintonia, constitui-se em práxis transformadora do contexto sócio-político-econômico e cultural. O desenvolvimento desse tipo de relações não tem uma finalidade em si mesmo. Se assim fosse, estaria condenado a perecer rapidamente, sucumbido às pressões de ordem político-econômica e às antigas práticas individualistas e exploradoras típicas da sociedade capitalista. (MACHADO, 2006, p. 111).

Talvez este seja mais um desafio na SES que os trabalhadores percebam-se para além de suas atividades, como temos justificado, do “portão para fora” de seu PCTS colaborar para a formação omnilateral das pessoas: “A formação do sujeito acontece em diversos espaços e contextos, que embora tenham conteúdos diferenciados, e por vezes, contraditórios, complementam-se.” (MACHADO, 2006, p. 110). Apesar de algumas dificuldades e

contradições, percebemos, nos indicadores dessa pesquisa, que há sementes de mudança. E sementes são possibilidades, ou referendando o título deste capítulo “a semente não mente”, mesmo que sofra a influência do clima, do solo, da ação de parasitas e insetos, a possibilidade está lá, latente e pulsante. Sabemos que:

A possibilidade não é a realidade, mas é, também ela, *uma* realidade: que o homem possa ou não possa fazer determinada coisa, isto tem importância na valorização daquilo que realmente se faz. Possibilidade quer dizer “liberdade”. A medida da liberdade entra na definição de homem. Que existam as possibilidades de não se morrer de fome e ainda assim se morra de fome, é algo importante, ao que parece. Mas a existência das condições objetivas – ou possibilidade, ou liberdade – ainda não é suficiente: é necessário “conhecê-las” e saber utilizá-las. Querer utilizá-las. O homem neste sentido, é vontade concreta: isto é, aplicação efetiva do querer abstrato ou do impulso vital ao meios aos meios concretos que realizam esta vontade. (GRAMSCI, 1989, p. 47).

Na questão a seguir, procuramos perceber o quanto da vivência na SES reflete na perspectiva de emancipação social destes sujeitos com vistas à construção do trabalho como labor consciente, ou, pelo contrário, se há o desejo de voltar ao “mercado de trabalho” formal.

Quadro 17 - Possibilidade de atuar em outro tipo trabalho

CLASSE	INDICADORES	INCIDÊNCIA
Prefere o trabalho na UNIVENS	Só se for noutra cooperativa; prefiro trabalhar na cooperativa; aqui tem umas ‘mordomias’ e liberdade; não tem ninguém para mandar; acredito que isto aqui tem muito futuro; não exatamente por ser como é e de carteira assinada nem morta!	10
Sairia para ganhar mais	Só se for para ganhar o dobro do que ganho aqui	3

Fonte: Elaborado pela autora

As respostas das entrevistas vão confluindo em direções semelhantes. Como já foi possível observar na construção da sistematização das respostas anteriores, as contradições estão presentes do desejo de ganhar mais, porém, mesmo assim, percebemos que este valor monetário tem de ser muito mais, o dobro, para compensar, perder o que tem ali. Mas a contradição está sempre presente, “[...] somos seres inacabados, em processo de vir a ser; em algum aspecto estaremos alienados em algum momento” (FREIRE, 2007). Nesta direção, houve uma entrevistada que respondeu que teria o lado bom de voltar a ter patrão, porque ele é que se preocuparia, “ele que branqueasse os cabelos” – analogia com ter que “pensar em dar conta da produção, atender os clientes e ainda pensar na organização da cooperativa: Ainda tenho o meu trabalho para fazer”! (Diário de Campo).

Nesta resposta quer nos parecer que a cooperativa, trabalhando em “uma empresa tradicional”, poderia ficar tranquila, sem ter no que pensar e só dar conta de seu trabalho.

É importante pontuar que, mesmo que o nível de estresse e cobrança seja menor, justificado pela forma diferenciada com que as pessoas procuram se relacionar entre si e com o trabalho, como relata Aguiar (2009), ainda assim ele existe. E a relação entre as pessoas também passa por contradições e desavenças. “Tem bastante trabalho. É cansativo às vezes, mas é gostoso trabalhar aqui. O aconchego das companheiras supera o estresse do serviço.” (Patrícia, Diário de Campo). E, como já frisamos anteriormente, todos *nós* vivemos sob a égide do Capital, os PCTS não acontecem em uma ilha paradisíaca.

Ao mesmo tempo, ouvimos também: “aqui tem umas mordomias e liberdade”, que em outro trabalho não tem. É interessante esta consideração, podíamos avaliar como se estas conquistas ainda fossem consideradas como além do que qualquer trabalhador merece (já que são consideradas mordomias):

[...] ao considerar como padrão e, sem dúvida, padrão universal (porque se aplica à massa de homens) a vida *mais pobre possível*, faz do trabalhador um ser despojado de sentidos e de necessidades, da mesma maneira que transforma a sua atividade em simples abstração de toda atividade.. Por conseguinte, todo o luxo do trabalhador lhe surge como reprovável [...]. (MARX, 2005, p. 151).

Também podemos entender esta questão como potencialidade de compreensão de um direito conquistado e o qual não se quer perder, ou já não se considera ser possível viver sem: a perspectiva financeira, em que não ganharia o que ganha lá, a autonomia em seu tempo e em seu trabalho. Percebemos também a negativa a trabalhar nos moldes “convencionais”: “Não vou trabalhar por ser o que é; trabalhar de carteira assinada? Nem morta”! Ou: “Já me acostumei a ser livre”. (Diário de Campo).

A concepção de que trabalhar de carteira assinada está associada ao trabalho escravo também está presente nas falas das trabalhadoras. Assim como, a ideia de que a UNIVENS traz perspectivas do cooperativismo para o futuro “[...] acredito que isto aqui tem futuro” (Gis - Diário de Campo).

O questionamento a seguir busca avaliar a perspectiva autogestionária do processo, foi feito com o intuito de potencializar esta reflexão (03) que questiona a diferença da UNIVENS em comparação a outros lugares em que a entrevistada tenha trabalhado: O que você considera com aspecto diferenciado na gestão e na organização do trabalho na UNIVENS.

Quadro 18 - Aspecto diferenciado na gestão e na organização do trabalho na UNIVENS

CLASSE	INDICADORES	INCIDÊNCIA
Autogestão	As assembléias; aqui todo mundo faz tudo;a forma de gerir sem ter alguém responsável recebendo para isto;	9
Trabalho como conhecimento e característica humana	As pessoas são tratadas como pessoas e não como robôs; aprender o trabalho e sobre a cooperativa.	4

Fonte: Elaborado pela autora

A importância da autogestão volta a aparecer. Liberdade e reconhecimento como seres humanos também. Há um entendimento de *que trabalho é uma característica humana*, onde as pessoas não são robôs.

O último questionamento do roteiro de entrevistas não foi elaborado com os sujeitos, e visa perceber se estes sujeitos entendem a SES como alternativa ao Capital. Seria possível pensar a perspectiva de outra economia, representada pelos trabalhadores dos PCTS que se apresente como modo de produção alternativo ao capitalismo e que seja latente entre os sujeitos. Até que ponto a Moeda é percebida como tendo o objetivo de facilitar trocas que podem também ser solidárias?

Quadro 19 - Qual sua concepção de moeda social

CLASSE	INDICADORES	INCIDÊNCIA
Moeda social: algo desconhecido	Nada. Na verdade não é algo familiar para mim;	2
Moeda social: pouco conhecimento e uso	É um aspecto que se tem muito o que crescer, muito todas as iniciativas, parece ficar faltando. A postura presente o consumo precisa mudar; Nas feiras tem de trocar nosso dinheiro pela moeda social. Mas nunca usei, escuto, mas não sei como é. Aqui tem um bairro que usa; Gera uma renda, tanto para nós quando no fundo podemos ajudar na sociedade; ser gasta entre a comunidade que é gasta ali e fica ali. A Justa Trama não consegue entrar por que é muita gente na cadeia. Além do produto ser diferente trocar camiseta por chaveiro o custo sairá alto e a gente tem de pagar e como mostrar para os outros lá do outro lado?	11

Fonte: Elaborado pela autora

Tais respostas nos levam a inferir que saber da existência da moeda social não é o suficiente para apropriar-se de seu conceito e da metodologia de uso. Lembremos que nos questionários 42% das entrevistadas responderam que conheciam a moeda social, 38% não

conheciam e 21% preferiam não responder a questão (se somarmos este índice aquele relacionado ao desconhecimento, teremos mais da metade das cooperadas desconhecendo a moeda social). Percebemos que nas entrevistas, algumas trabalhadoras disseram conhecer e que existe um bairro em Porto Alegre que utiliza a moeda social, outras tiveram acesso nas feiras e eventos da SES. Mas, queremos pontuar uma fala interessante de uma das entrevistadas, (lembremos que ela está na cooperativa desde o início, e como já inferimos, hoje é diretora do Departamento de Economia Solidária do Governo Estadual do Rio Grande do Sul, também Diretora Setorial da Unisol, além de estar a frente da Justa Trama e na presidência da UNIVENS) sobre a questão das possibilidades para adotar uma moeda social:

[...] um aspecto que se tem que crescer muito, crescer no sentido das pessoas pensarem melhor o que fazem com seu dinheiro, mas ao mesmo tempo eu acho que a gente ainda não tem uma dinâmica muito legal sabe? Todas as iniciativas parecem que ficam faltando alguma coisa. A troca é interessante mas, nem tudo a gente pode trocar, você precisa da moeda por que a gente não vive num mundo socialista a gente vive num mundo capitalista, antes da questão da moeda é pensar na postura perante ao consumo então se você não reflete sobre isto não adianta, por que você vai ter uma moeda e vai continuar tendo uma postura incoerente com relação ao consumo. (Nelsa em entrevista para a pesquisa. Diário de Campo, 18/08/2011).

O consumo é a mola propulsora do sistema do Capital. Escolher o que consumir é pensar em si e no coletivo, termos uma postura crítica perante ao que consumimos torna-se essencial para a manutenção da vida no planeta, porém esse tipo de análise só é possível quando as pessoas compreendem que produção também é consumo (Marx); e é neste aspecto que pensar o consumo solidário passa a ser incluso na cadeia produtiva.

Não é por acaso que a JUSTA TRAMA infere que o consumidor é o último elo da cadeia produtiva de seus produtos: “Assim ao comprar uma roupa da **Justa Trama** estamos contribuindo para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário, em que a cooperação vai do primeiro ao último elo da cadeia: **você**” (JUSTA TRAMA, [20--], documento *online*). A concepção é que o último elo da cadeia produtiva é o consumidor.

Analisando tanto os questionários como as entrevistas percebemos que as trabalhadoras, parecem compreender a importância do fortalecimento de uma moeda social, entretanto, coerentemente, percebem que existem muitos passos nesta caminhada. E que ainda não é algo profundamente conhecido e amplamente difundido. É um desafio suplantarmos a moeda capitalista e o modo parasitário de viver neste sistema, romper com os bloqueios econômicos.

Michael Linton, conhecido como "el pionero del dinero alternativo", fue quien ideó los *LETS* (*Local Employment and Trade System*, Sistemas de Empleo y Comercio

Local) en 1982. Este dinero local surgió en Canadá y pronto se extendió a Inglaterra, Nueva Zelanda y Austria; posteriormente, a Estados Unidos, Australia y a Europa, constituyendo el sistema alternativo más difundido en la actualidad; en forma independiente apareció en Francia el *SEL* (*Système d'Échange Local*), en Japón el *Fureai Ticket*, entre otros sistemas que se han vuelto muy populares, como en Estados Unidos los *Time Dollars* y los *Ithaca Hours*, por mencionar algunos (Lietaer, 2005). Es importante señalar que también la gran empresa capitalista ha explorado formas de dinero alternativo, para atraer y conservar a su clientela. Por ejemplo, las llamadas "millas" que se otorgan a cambio de haber comprado boletos previamente en una línea aérea, no son en rigor dinero, pero han atraído cada vez a más "viajeros frecuentes"; ahora las 'millas' también sirven para pagar hoteles y restaurantes, de modo que se trata de "otro tipo de dinero", sin que la gente lo perciba de ese modo. La idea se ha extendido a muy diversos servicios en forma de regalos a los clientes frecuentes. Asimismo, los grandes almacenes lanzaron las tarjetas de 'puntos' o 'monederos electrónicos', para pagar parte de la siguiente compra en la misma cadena de almacenes y así sucesivamente. Por eso, si la gente acepta estas otras formas de dinero ¿por qué se habría de extrañar que en nuestro tiempo surjan monedas locales? (ECHEAGARAY, 2011, documento *online*)

Então se:

A invenção da moeda visava resolver um grande problema no sistema de trocas. As pessoas nem sempre encontram o que desejavam no mercado e portanto não tinham como trocar produtos – muitas vezes perecíveis ou que davam muito trabalho para transportar – pelos bens que necessitavam ou desejavam. O intercâmbio de mercadorias por moedas agilizou imensamente o comércio, pois estas poderiam ser transportadas com facilidade para trocas futuras. Neste caso, o dinheiro operava como outra mercadoria qualquer, (MANCE, 2000, p. 96).

Existem, portanto, possibilidades prementes e possíveis de serem construídas por cada sujeito, e por cada PCTS concernente com seu momento histórico, que na perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado possibilita um movimento que contribui para um controle econômico exercido sob várias formas: os clubes de trocas, as redes de consumo solidário, a busca de uma gestão mais participativa também do Estado, uma integração de estratégias nas diversas modalidades da *SES costurando tecidos de outra trama social*.

Las relaciones sociales recíprocas, han constituido una estrategia de sobrevivencia en las sociedades rurales de todo el mundo" afirmó Polanyi (2000[1947]: 74) hace más de medio siglo [...] también en las sociedades urbanas tales relaciones han sido y siguen siendo imprescindibles. Si bien Polanyi se refiere a que las relaciones recíprocas son un asunto de sobrevivencia desde el punto de vista material, ahora algunos académicos proponen que además de las necesidades biológicas, existen necesidades psico-sociales básicas (Natale, 1994), por ejemplo la identidad, el conocimiento, la expresión, la libertad, el reconocimiento, la participación en grupos, son necesidades humanas fundamentales (Elizalde, 2005) tan importantes para el desarrollo de la persona, como la alimentación y el cobijo. Elizalde argumentan que las personas no siempre racionalizan sus necesidades, pero las satisfacen al participar en comunidades donde se sienten reconocidas y se identifican con una meta común, donde no sólo se quiere recibir, sino también 'dar', porque la reciprocidad produce satisfacción. (ECHEAGARAY, 2011, documento *online* para El Futuro)

Zart (2004) pontua também a possibilidade para construir uma sociedade alternativa

em direção da constituição de uma sociedade solidária; precisamos pensar em como cunhar uma Moeda Social, já que “[...] com o advento do capitalismo o dinheiro deixou de ser um instrumento de facilitação das trocas, para se converter na mercadoria por excelência” (MANCIE, 2000, p. 96). Para tal é preciso mais que confiança entre as pessoas e seus PCTS, tal desejo precisa vir alicerçado em uma ação consciente de contrapor-se ao capitalismo:

Estas acciones permiten ir haciendo realidad una Economía Solidaria que funcione de manera alterna a la sociedad de Mercado, lo cual constituye un reto a largo plazo. El tiempo actual se anuncia de mayores crisis económicas a las que hemos visto y de nuevas catástrofes financieras. Los grupos locales que se otorguen ayuda mutua e intercambien bienes entre sí, sufrirán menos y gozarán de mayor autonomía que quienes insistan en defender su coto de poder económico, individualmente y a costa de los demás. (ECHEAGARAY, 2011, documento *online in* Cartografias para El Futuro).

Ressaltamos, entretanto, a ênfase de Zart: “[...] A economia solidária é um projeto subterrâneo, isto é, ele está sendo elaborado pelos trabalhadores em movimento e se encontra nos lugares e nos espaços que não são evidentes para a grande massa populacional.” (ZART, 2004, p. 180).

A construção de uma moeda social é também parte deste processo.

3.4 Principais categorias de análise

Sob a perspectiva do materialismo histórico pretendemos construir uma análise das categorias levantadas em par dialético. Como Freitas (1995) compreendemos que “A fixação de categorias por pares facilita apontar algumas relações dialéticas que desejamos estudar” (p. 143). Consideramos a “[...] contradição como elemento constitutivo da realidade pela qual entendemos como conceitos fundamentais que refletem os aspectos mais gerais da realidade” (FREITAS, 1995, p. 80).

Quadro 20 - Pares dialéticos para análise das categorias elencadas

Trabalho coletivo	Trabalho alienado
Educação para emancipação	Educação para a exploração
Consumo consciente, solidário	Consumo alienado

Fonte: Elaborado pela autora

Provavelmente é possível encontrarmos ainda outras categorias, entretanto, nesta dissertação vamos nos dedicar aquelas que mais se salientaram no decorrer da pesquisa. Não temos a pretensão de esgotar o assunto, apenas de iniciar um diálogo.

3.5 Trabalho Alienado – Trabalho Coletivo

Alienação é separação. Afastar o que é naturalmente próximo. Separar prática e teoria, intelecto e ação, homem e natureza; é também estar sozinho, individualizado, apartado, solitário:

No trabalho alienado o homem aliena-se em relação aos outros homens, cujas relações se antagonizam entre os que trabalham e aqueles que fazem com que os outros trabalhem, entre proprietários e não proprietários. Ao alienar-se, o homem fica privado da “essência genérica humana”, isolando-se cada vez mais do gênero, como se a capacidade de produção fosse uma luta individual e não respeitante a outros homens. Portanto, a alienação caracteriza-se pelo fato de os homens não perceberem a realidade como processo que constroem cotidianamente, mas sim algo exterior a eles, que os domina, pois embora a produzam concretamente, não participam de sua organização de forma consciente. (MACHADO, 2003, p. 104 - 105).

Opõe-se, portanto, literalmente a idéia de coletivo, que nos remete a conjunto, a grupo. “Coletivismo se opõe a individualismo. Esta é uma conclusão, de certa forma, óbvia, mas, numa perspectiva dialética, cabe analisar a relação de contradição e complementaridade que esses aspectos encerram” (MACHADO, 2006, p. 111). Por que:

Por consequência, o homem, por meio do trabalho alienado, não só produz a sua relação com o objeto e com o ato de produção como com homens estranhos e hostis, mas produz ainda a relação entre ele mesmo e com os outros homens. Do mesmo modo como ele cria a sua produção e o respectivo produto. Assim como aliena a própria atividade, também confere a um estranho a atividade que não lhe pertence. (MARX, 2005, p. 119).

Contrapor trabalho coletivo e trabalho alienado significa, no contexto sob o qual nos debruçamos, pensar nas possibilidades de transformação encontradas na força do coletivo. O trabalho exercido coletivamente proporciona uma reflexão muito difícil de ser alcançada individualmente. Os trabalhadores da SES descobrem-se a cada dia nas potencialidades desta relação. É no coletivo que encontram as soluções, no pensar e no agir.

Enfim, na obtenção do trabalho como afirmação humana, o diálogo é tomado como forma de solução de cada novo entrave. Ao mesmo tempo em que se trabalha se discute o dia a dia; o preço do pão e do leite; a criação dos filhos; o custo da produção; a capacitação para o trabalho; as questões de saneamento; do transporte público; do posto de saúde; a reivindicação através de processos como o orçamento participativo; administrando, legalizando, sempre por caminhos desconhecidos, mas perfeitamente “aprendizáveis”; conquistando autonomia. (OLIVEIRA, 2011, p. 196-

197).

Coletivo não é um simples amontoado de pessoas, disforme, sem ação ou reflexão. Quando falamos de trabalho coletivo nos PCTS queremos diferenciá-lo do trabalho cooperado capitalista no qual: “Os trabalhadores são indivíduos isolados que entram em relação com o Capital, mas não entre si. Sua cooperação só começa no processo de trabalho, mas, depois de entrar nesse, deixam de pertencer a si mesmos, incorporam-se então ao Capital.” (MARX, 2008, p. 386).

O que procuramos distinguir aqui como potencialidade de mudança do processo histórico em construção é que estes trabalhadores buscam soluções para o coletivo *a partir de seu trabalho coletivo* e não findando nele. E, aí retomamos o aspecto educativo do trabalho para a formação omnilateral dos seres humanos, uma formação antagônica àquela que visa a exploração no modo de produção vigente.

O indivíduo não se forma alienado pelo fato de objetivar-se enquanto *individualidade em si*, mas sim quando isto se constitui a atividade principal de sua vida ou quando transforma “essência em simples meio de existência” (Duarte 1993, p 177). A *individualidade para si* não se dá no plano individual e sim coletivo, pela superação das relações sociais e econômicas alienadas. (MACHADO, 2003, p. 116).

Nestes PCTS os trabalhadores também inauguram outras ações coletivas: para apropriação dos modos de produção; para a compreensão do processo produtivo em sua totalidade; para a aproximação com a comunidade; para pautar as ações do Estado. E, entrelaçadas com estas ações constroem emancipação social.

No entanto, a diferença substancial da individualidade para si reside no fato de o indivíduo para si procurar manter uma relação mais consciente com sua própria alienação, e mudar a forma de pensar e agir no âmbito da vida individual e social, preocupando-se menos com a satisfação de necessidades de uma vida humana no plano individual e coletivo. (MACHADO, 2003, p.116).

Coletiva também se torna: a produção do saber, a participação na política, a partilha econômica de uma forma justa a todos os membros da cadeia produtiva onde a divisão do ofício não é uma divisão social. Coletiva é a distribuição das responsabilidades expressas nas falas: “aqui todo mundo faz tudo” ou mesmo na fala da cooperada que diz que “ele é que branqueasse os cabelos” referindo-se as preocupações da gestão, o atendimento aos clientes. Refletir sobre isto é também educativo e emancipador. Ponderar as dificuldades de ser seu *próprio patrão*, ao mesmo tempo em que, a mesma cooperada, se orgulha de dizer de suas mudanças pessoais “se precisar ir hoje lá falar com o prefeito eu vou”; as conquistas são valorosas mesmo que para sair da dormência a semente tenha encontrado dificuldades e seja

difícil elaborar que cada semente tem seu tempo para desabrochar.

A distribuição das responsabilidades abarca a noção de solidariedade como preocupação com o outro (seja no Haiti ou com a comunidade ou ainda com as outras cooperativas - da própria cadeia produtiva ou não), o respeito às capacidades e às necessidades de cada sujeito, entender que o trabalho da cooperativa e da cadeia produtiva é responsabilidade de todos e de cada um. Auxilia na percepção do que acontece na comunidade e no mundo, propicia o surgimento da alteridade e colabora para ações humanitárias, mas não é só isto, beneficia a própria constituição de uma noção de classe, podemos perceber isto quando, nas entrevistas, registramos que “A gente quer que olhe para nós não como coitados. A gente tá na luta, tá na estrada; luta pelos direitos” (Eliane, Diário de Campo).

Estas trabalhadoras percebem o trabalho como forma de exercer criatividade e ser também feliz: “Aqui a gente atende os clientes, o telefone, toma decisões, faz pagamentos, cuida do prédio; é muito serviço, muita brincadeira, muita diversão, a gente ri, a gente brinca”. (Patrícia, Diário de Campo). Reiteramos o índice representado nos questionários para alegria e responsabilidade. Retirar o caráter alienante do trabalho, reconfigura o “[...] ato de trabalhar como um castigo, algo desonroso, ligado à escravidão e ao sofrimento físico e mental [...]” (SILVA, 2007, p. 18 - 19). Encontramos alegria, satisfação, autonomia, emancipação na fala da cooperada “[...] aqui fiz coisas e estive em lugares que jamais imaginei, representar a UNIVENS é pura adrenalina”. (Liza, Diário de Campo).

Coletiva é a luta para conseguir o prédio onde funciona a cooperativa e também pelo saneamento no bairro, pelo acesso a educação pública, pela constituição da creche, por uma alimentação saudável, pela qualidade do atendimento no posto de saúde, pela melhoria do transporte público, pelo meio ambiente, pela constituição de um comércio justo e solidário.

É a partir de seu trabalho, *porque coletivo*, que os trabalhadores da SES podem perceber-se na coletividade da unidade na luta universal dos trabalhadores por dignidade na forma de viver, de produzir e de trabalhar. É na constituição de conquistas coletivas de seus PCTS, da sua comunidade, de seu bairro, de sua cidade que podem obter essa percepção; é tornar-se sujeito da história: “A história total é história da preparação e da evolução para que o ‘homem’ se tornasse o objeto de percepção dos *sentidos* e para que as necessidades do ‘homem como homem’ se transformassem em necessidades humanas”. (MARX, 2005, p. 146).

Um “Operário em Construção” como sujeito coletivo compreendendo:

Que o operário faz a coisa

E a coisa faz o operário.
 De forma que, certo dia
 à mesa, ao cortar o pão
 O operário foi tomado
 De uma súbita emoção
 Ao constatar assombrado
 Que tudo naquela mesa
 - Garrafa, prato, facão
 Era ele quem fazia
 Ele, um humilde operário
 Um operário em construção.
 Olhou em torno: a gamela
 Banco, enxada, caldeirão
 Vidro, parede, janela
 Casa, cidade, nação!
 Tudo, tudo o que existia
 Era ele quem os fazia
 Ele, um humilde operário
 Um operário que sabia
 Exercer a profissão.

Ah, homens de pensamento
 Não sabereis nunca o quanto
 Aquele humilde operário
 Soube naquele momento
 Naquela casa vazia
 Que ele mesmo levantara
 Um mundo novo nascia
 De que sequer suspeitava.
 O operário emocionado
 Olhou sua própria mão
 Sua rude mão de operário
 De operário em construção
 E olhando bem para ela
 Teve um segundo a impressão
 De que não havia no mundo
 Coisa que fosse mais bela.

Foi dentro dessa compreensão
 Desse instante solitário
 Que, tal sua construção
 Cresceu também o operário
 Cresceu em alto e profundo
 Em largo e no coração
 E como tudo que cresce
 Ele não cresceu em vão
 Pois além do que sabia
 - Exercer a profissão -
 O operário adquiriu
 Uma nova dimensão:
 A dimensão da poesia.

E um fato novo se viu
 Que a todos admirava:
 O que o operário dizia
 Outro operário escutava.
 E foi assim que o operário

Do edifício em construção
Que sempre dizia "sim"
Começa a dizer "não" (MORAES, [S.d.], documento *online*).²⁸

E nesta direção que compreendemos que “[...] no lugar da sociedade burguesa antiga, com suas classes e antagonismos de classe, teremos uma associação, na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos”. (MARX; ENGELS, 1997, p. 46).

Com respeito ao processo histórico queremos reiterar o apontamento de Zart (2004) de que a SES *é um movimento subterrâneo*, mas que pode aumentar as fendas (MANCIE, 2008) do Capital e contribuir para a aceleração e aprofundamento de sua crise estrutural (MÉSZÁROS, 2008), mas temos consciência de que não implica, como já inferimos no início deste estudo, na supressão imediata deste sistema produtivo atual. Porém, a SES pode ser parte constitutiva deste processo porque além de outras inferências e relações que fizemos no decorrer do presente estudo, pode colaborar também para a apropriação coletiva dos modos de produção, pois:

Da relação da propriedade privada com o trabalho alienado percebe-se ainda que a emancipação da sociedade quanto à propriedade privada, à servidão, adquire a forma política da *emancipação dos trabalhadores*; não na acepção de que somente está implicada a emancipação dos últimos, mas porque tal emancipação inclui a emancipação da humanidade como totalidade, uma vez que toda a servidão humana se encontra envolvida na relação do trabalhador com a produção e todos os tipos de servidão se manifestam exclusivamente como alterações ou consequências da referida relação. (MARX, 2005, p.121).

Assim partimos das falas dos sujeitos (representado nos indicadores) para podermos inferir que, o que hoje entendemos por SES encontra uma raiz possível na necessidade de sobrevivência - advém de uma realidade social tangível, são as condições sociais dos sujeitos imbricados em seu cotidiano que podem também ser compreendidas como parte da luta pela superação do sistema do Capital. Não é uma invenção teórica e abstrata, “[...] as suas necessidades e condições de existência que devem ser constantemente reproduzidos com os meios e possibilidades disponíveis” (MÉSZÁROS, 2004, p. 235-236).

A SES pode representar, hoje, uma das novas mobilizações sociais em torno da tomada de poder da sociedade civil e do controle social do Estado, do mercado, da vida cotidiana e da maneira de relacionar-se com a natureza, avançando sobre um projeto de socialização da economia desenvolvido com base no trabalho coletivo e solidário como

²⁸ <http://www.casadobruzo.com.br/poesia/v/operario.htm>

princípio educativo.

Podemos perceber tanto nas observações, quanto nos questionários, como na classificação das falas, pela própria expressividade em que alegria aparece no gráfico nove, ou ainda no interesse em aperfeiçoar-se em seu “ofício” apresentada quando referem-se ao investimento em educação; trabalho não é visto como penoso ou frustrante, como estamos acostumados a ver nas relações de trabalho alienado, nas quais:

Certas facetas da história têm nos mostrado que o trabalho pode remeter a condições aviltantes da existência humana, associado à tortura, sofrimento, labuta, como a própria etimologia da palavra *trabalho* indica (do latim *tripalium*, aparelho de tortura formado por três paus, ao qual eram atados os condenados). Considerado uma atividade de pouco valor, um castigo, um desprezo, como algo desonroso, ligado à escravidão e ao sofrimento físico e mental [...]. (SILVA, 2007, p. 18 -19).

Trabalho, como demonstrado por estas trabalhadoras, pode ter outras significações, mesmo que sua produção possa não ser imediatamente visível, pode ser mensurável na intencionalidade de suas ações, e tal concepção também pode ser educativa.

3.6 Educação para emancipação - educação para a exploração e submissão

Compreendemos a educação em um sentido lato e entendemos que o trabalho na SES na medida em que seja coletivo e solidário pode assumir o caráter de princípio educativo, de formação omnilateral dos sujeitos. Não há aqui uma depreciação da educação formal, muito pelo contrário, defendemos que a educação formal beba nas fontes da educação popular para que conjuntamente se proporcionem as condições constitutivas para emancipação social.

É uma concepção de educação que busca construir-se na relação direta com a proposta transformadora da sociedade. O homem aprende desde as suas origens e a relação da idéia de aprendizagem à de conscientização passa a ser o fundamento da Educação Popular, pois o processo de co-produzir o saber a partir da lógica da própria cultura é pedagogicamente mais importante do que o produto de tal saber. (ZITKOSKI, 2011, p. 16).

Nesta pesquisa, portanto, focamos nosso olhar para os processos formativos que acontecem em outros espaços que não os espaços escolares: nas feiras da SES, no cotidiano de seu trabalho em seu PCTS, momentos que proporcionem a formação e propagação dos valores solidários que possibilitem a formação de um novo *habitus cultural*, que aponte para as possibilidades constitutivas da emancipação humana.

É com este direcionamento que buscamos constituir o entendimento de que há uma pedagogia própria forjada nestes PCTS por estes trabalhadores, que podem constituir

processos educativos capazes de contribuir para a formação dos sujeitos, (como discorremos no item 2.6 - O princípio educativo do trabalho - a pedagogia do trabalho coletivo e solidário) e também para a constituição de outro modo de produção em tudo diverso do modo de produção hegemônico atual, cuja única preocupação é dotar aos alunos de conteúdos, métodos e técnicas (depósitos) suficientes para reproduzir o metabolismo do sistema (e daí resultam as retiradas) práticas manipulativas que condicionam os sujeitos a alienação. Em uma educação que visa a exploração, basta a instrução, a prática "bancária", o fundamental é, no máximo, amenizar a situação opressora, mantendo, porém, as consciências imersas nela, uma educação que promove práticas educativas em favor da manutenção de uma sociedade conservadora, funcionalista, fragmentada, alienante, setorizada, descontextualizada, enfim uma educação necrófila, como prática dominante.

Educação para a exploração e submissão, que visa capacitar os indivíduos atender as necessidades do mercado, aprender técnicas, formar-se em métodos, responder estatísticas, idealizada na maior parte dos livros didáticos. Não podemos nos furtar de colocar aqui o descaso dado ainda a esta educação "dita" formal, pois tal prática não tem nada de neutralidade ou desprovida de intencionalidade dentro do sistema em que vivemos isto está claro e é o objetivo, está posto, através de seus reguladores e propagadores, quaisquer seja, os governos neo-liberais, no poder da mídia, dos métodos de ensino, da degradação da educação, da desqualificação e desmonte subjetiva e objetivamente da educação, que paulatinamente submete aos homens e mulheres a idéia de que está finda a história. Induz o pensamento de que não há mais nada a ser dito, feito ou almejado; de que todas as utopias são impossíveis, inviáveis e inalcançáveis. Desta forma nos anestesiemos, pensamento, ação, linguagens e sonhos. Passamos a ignorar nossa sabedoria, a riqueza de nossas diferenças e potencialidades.

Em contraposição: "O antídoto a esta manipulação está na organização criticamente consciente, cujo ponto de partida, por isto mesmo, não está em depositar nelas o conteúdo revolucionário, mas na problematização de sua posição no processo. Na problematização da realidade nacional e da própria manipulação". (FREIRE, 1987, p. 84). Ao contrário dos fundamentos da educação bancária, Freire pensava uma educação problematizadora, crítica, consciente, libertadora e humanizadora que possibilitem ao homem interagir enquanto "seres no mundo e com o mundo". Enfim,

A formação é o centro. A forma (escolar ou não) que esta formação receberá é uma questão aberta. Cada período histórico se apropria desta tarefa de uma maneira diferente. A *formação* supõe a *educação* e a *instrução*. A educação é dona de um raio de ação mais amplo, onde o meio, natural e social, é a linha estruturante (onde o trabalho é a base da vida). A instrução tem um raio de ação mais limitado ao

conhecimento e habilidades. Categorias como cultura, trabalho, atualidade, autogestão, desenvolvimento multilateral, movimentos ou organizações sociais, fazem parte da educação. (PISTRAK, 2009, p.80).

Por isto mesmo que falamos que uma educação para emancipação perpassa a vida, fundamentada no trabalho coletivo e solidário. É na organização de seu trabalho, nas necessidades materiais da comunidade, nos diálogos fecundos promovidos em seu cotidiano, nos encontros e eventos da SES, que se forja paulatinamente tal educação com possibilidades emancipatórias, uma educação para além dos espaços formativos formais, (mas que também podem contemplá-los, haja vista a própria escola Nova Geração), cuja intencionalidade abarca o omnilateralidade dos sujeitos.

3.7 Consumo Consciente – Consumo Alienado

A importância do consumo permeia este estudo realizado com a UNIVENS desde a formulação dos questionários. Percebemos que os sujeitos consideram importante o consumo solidário, a disputa do poder de compra do Estado, a participação nas feiras para divulgar os produtos e “esta outra economia”, mas tal relevância, na maioria dos casos não se reflete em seu cotidiano, em sua prática, em seu próprio poder de compra. Na maioria dos casos elas produzem e pensam uma forma de vender sua produção e inclusive de atender as exigências de um mercado internacional²⁹. Mas a maior parte destas trabalhadoras, pelos dados analisados na presente pesquisa não se coloca na condição de consumidoras, nem de seus produtos (da UNIVENS) nem de produtos da SES.

Para Mance (2000), podemos buscar justificativa desta atitude pelas práticas de consumo alienante e do consumo compulsório. O consumo alienante, segundo o autor, seria praticado “[...] massivamente na atual sociedade” (MANCE, 2000, p. 26), e materializa-se em mercadorias nas quais “qualidades de conduta, desejos, anseios, medos e necessidades são modelizados de tal modo que o consumo de certos produtos e marcas passa a ser considerado como melhor opção para alcançar a felicidade, a realização humana” (idem, ibidem). Mesmo que conscientemente digamos que tais marcas e produtos não têm tanto poder assim, todos nós estamos submetidos às campanhas midiáticas massivas, aos *merchandisings*, a ditadura da moda, da beleza, juventude, realização e poder.

Carentes de uma formação educativa que lhes permita a apreciação crítica das publicidades e semioses que os atingem, e estando desprovidos de um conjunto de

²⁹ Exportar para a Itália, por exemplo, como é pretensão da JUSTA TRAMA, implica em atenção a uma série de exigências, se for por exemplo colocar os produtos em uma das mais de duzentas lojas dedicadas a prática deste comércio naquele país. (MANCE, 2000, p. 109)

outras informações relevantes para a sua tomada de decisão, quando das ações de consumo, estes consumidores são facilmente enredados pelo consumo alienante. (MANCE, 2000, p.26).

Face essa situação cabe pontuar novamente a importância do trabalho coletivo e solidário como princípio educativo para a formação omnilateral dos sujeitos em outra direcionalidade de construção social. Conforme já destacamos também nas falas dos sujeitos entrevistados, que representa outra direção de pensamento e consciência, como vimos nos indicadores do quadro 5: “As coisas aqui não são o que prega na TV. A gente tem de olhar para outro nível, a gente não é os ricos. Nós temos que consumir o que nós produzimos e não o que eles querem por que estaremos fazendo eles enriquecer mais e mais”. (Diário de Campo, 28/06/2011).

Podemos destacar, também, a importância dada ao consumo que potencialize o desenvolvimento local e o próprio debate das trabalhadoras em torno do tema, como registrado na análise das entrevistas, assim como na representação no Projeto Nacional de Comercialização e Constituição do Mercado de Consumo Solidário Irmãos Maristas no qual esta inserida uma cooperada representando a UNIVENS e a JUSTA TRAMA. Entre aquelas que consomem produtos da SES, há um percentual importante que compra da JUSTA TRAMA. E o que significa vestir a JUSTA TRAMA? Durante as feiras podemos perceber que existe um discurso coerente quanto ao entendimento da importância da cadeia produtiva do algodão ecológico solidário, registro que também é recorrente nas falas, representado também na própria ajuda financeira entre os membros da cadeia produtiva. Porém, este discurso nem sempre encontra eco entre as cooperadas.

Tal inferência aponta para a percepção de que “brota” (Isaurina, Diário de Campo, 14/10/2009) um entendimento de que existe uma produção e um consumo de classe, e a compreensão da necessidade de consumo entre os PCTS.

Os dados apontam que germina um consumo **solidário**, porém tal iniciativa não atinge todos os sujeitos da cooperativa.

Com relação à prática do consumo compulsório “[...] trata-se dos pobres e excluídos, subempregados, desempregados e populações de rua que não dispõem de recursos para consumir os produtos de grife ou as marcas famosas e caras”. (MANCE, 2000, p. 27). Na falta de recursos para comprar os produtos proposto pelas mídias “jogam” com a possibilidade de compra de produtos de qualidade inferior e adquirir a quantidade necessária para compra mensal de mantimentos e buscar, em alguma medida, realizar também o desejo de consumo pelo “simples prazer de consumir”. “Se tivessem recursos para isso, fariam questão de exibir

roupas de grife, jóias, relógios cartões, automóveis, etc., para destacarem-se socialmente como importantes e especiais” (MANCE, 2000, p. 27).

Então, de uma forma ou de outra, consumir além de atender as necessidades para a vida, é representar uma posição, uma situação, uma escolha, um modo de vida. Nesta direção, contextualizamos o:

[...] *consumo como mediação para o bem-viver* é uma outra modalidade de consumo – menos importa aqui as aparências e imaginários produzidos pelas mídias do que a satisfação das necessidades pessoais, a preservação da saúde e do bem-estar, e o refinamento dos prazeres por ele possibilitado. (MANCE, 2000, p. 27, grifo do autor).

Mais que compreender, praticar o *consumo como mediação do bem-viver* requer conhecimento, informação que por dentro das potencialidades singulares de consumo de cada um é possível contribuir com o bem-estar social das pessoas, a preservação ambiental; apropriar-se da ideia marxiana que produção é consumo demanda um exercício de análise reflexiva para superar tanto as formas alienantes quanto as formas compulsórias de consumo e nos direcionarmos para o consumo solidário.

O *consumo solidário* ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não apenas considerando o nosso bem-viver pessoal, mas igualmente o bem-viver coletivo. Esse tipo de conduta somente se torna possível quando as pessoas compreendem que a produção encontra sua finalidade – ou o seu acabamento – no consumo e ele tem impacto sobre todo o ecossistema e sobre a sociedade em geral. Em outras palavras, o consumo é a última etapa de um processo produtivo e as escolhas de consumo – feitas pelos indivíduos em particular e pela sociedade como um todo – podem influenciar tanto na geração ou manutenção de postos produtivos em uma dada sociedade, na preservação de ecossistemas, na reciclagem de materiais, no combate à poluição, na promoção do bem-estar coletivo da população, de sua comunidade, de seu país e do planeta, quanto podem, também, gerar desemprego, colaborar na destruição de ecossistemas e na extinção de espécies vegetais e animais, na produção cada vez maior de lixo não biodegradável, no aumento da poluição e na piora da qualidade de vida da população, de sua comunidade, de seu país e do planeta como um todo. (MANCE, 2000, p. 28)

Tais concepções e entendimentos manifestam-se muitas vezes na fala das cooperadas. Nem sempre em suas práticas. Parte da sedução mediática encontra-se na construção de uma identificação com valores da classe dominante. Mas é importante inferir para os índices representados nos gráficos dos sujeitos que se manifestam dizendo que: compra tudo o que encontra pra satisfazer suas necessidades.

Ao mesmo tempo, a ênfase dada a potencialização do comércio local (no bairro) não facilita compra na SES e em produtos agroecológicos. Para fazer tais compras é necessário deslocar-se até o centro da cidade o que demanda tempo e custo. Então inferimos para outra discussão é preciso aumentar os pontos de comércio para ampliar as consumo solidário, ou é o

aumento do consumo solidário que pode potencializar o aumento de pontos de compra? Seria possível ampliar estas compras por meios de compras virtuais? E como seriam as entregas? Como fomentar a articulação de redes de consumo?

Não encontramos tais respostas. Apenas percebemos que há um processo em construção que aponta para que haja uma confluência no consumo solidário de vários grupos, entidades e movimentos, além da formação de uma massa crítica de indivíduos que procuram estes produtos. Há um desejo latente:

[...] porque quem dera que um dia tenhamos tantas cooperativas que possamos construir uma grande rede, porque nós os trabalhadores que sabemos produzir tudo que existe nessa sociedade e alguns nos exploram, concentram e enriquecem. Já imaginou nós administrando nossa produção, de sapatos, de roupas de comidas, de fogões [...] Os consumidores somos nós, e podemos viver uma reeducação. (Nelsa, extrato do documento anexo).

É possível. Está acontecendo. Paulatinamente. Silenciosamente. Subterraneamente. Planetariamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do mesmo modo que a sociedade feudal passou por profundas e diferentes transformações e rupturas com as estruturas tradicionais da sociedade medieval que foram gestadas por quase dois séculos, também a sociedade atual passa por modificações e crises estruturais em seu modo hegemônico de produção. Hoje há profundas mudanças sociais e também uma interligação cidade-campo possibilitando o fortalecimento de uma economia as transações financeiras do sistema capitalista. Da mesma forma que as atividades comerciais e artesanais, daquele período entravam em choque com as características econômicas e sociais do sistema feudal, cuja desagregação possibilitou o progresso do sistema do capital, atualmente, as forças sociais se conjugam dando mostras visíveis da crise estrutural deste sistema o que nos ajuda a confirmar que uma outra organização é possível e uma forma de produzir e reproduzir a vida por um caminho não capitalista:

A idéia deste projeto é que esta forma de globalização, apesar de hegemônica, não é única, e de fato, tem sido crescentemente confrontada por uma outra forma de globalização alternativa, contra-hegemônica, constituída pelo conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos, redes e alianças locais/globais, lutam contra a globalização neoliberal mobilizados pela aspiração de um mundo melhor, mais justo e pacífico que julgam possível e ao qual sentem ter direito. Esta globalização é apenas emergente e teve no Fórum Social Mundial de Porto Alegre em janeiro de 2001 a sua manifestação mais dramática até hoje. (SANTOS, 2005, p. 15).

Da mesma maneira em que, mudanças econômicas e culturais paulatinamente modificaram o modo de vida das pessoas daquele momento histórico correspondendo às transformações materiais que preparavam a ideologia liberal burguesa na formação do modo de produção do Capital e que, caracterizou o sistema capitalista em que ainda hoje vivemos, mas que dá mostras de uma crise estrutural (MÉSZÁROS, 2009) em todo mundo inclusive nas manifestações populares em Wall Street (ícone do modo de vida capitalista) onde pessoas com formações e entendimentos tão diferentes protestaram em 2011; percebemos ainda as manifestações na Grécia, na Espanha,

Depois da intensificação do quadro crítico dos Estados Unidos e demais países capitalistas centrais, estamos presenciando profundas repercussões no mundo do trabalho em escala global. No meio do furacão da crise que agora atinge o coração do sistema capitalista, vemos a erosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado, herdeiro da era taylorista e fordista, modelo no século XX [...]. (MÉSZÁROS, 2009, p. 13).

Enquanto naquele período histórico o desenvolvimento do rodízio de plantações, do uso da ferradura, de arados melhores, dos moinhos de vento, o aumento da produção, da população, o impulso do comércio e surgiram novas cidades. No período histórico atual há modificações na maneira de perceber o campo. Se, o sistema capitalista incentiva uma agricultura de monocultura, no latifúndio, o uso venenoso dos agrotóxicos, o modo de vida necrófilo o qual já inferimos, existe um movimento pungente em favor da agroecologia, da agricultura familiar, da diversidade na plantação, no plantio consorciado de culturas.

Podemos ainda, traçar outras linhas comparativas: a constituição de feiras agroecológicas e/ou de SES, por exemplo, podem ser comparadas ao surgimento das feiras, das trocas entre os feudos, as organizações de ofício podem ser comparadas as organizações de trabalhadores dos PCTS, a origem dos burgos que pode ser comparado a auto-organização dos trabalhadores em cadeias produtivas (como é o exemplo da JUSTA TRAMA).

Da mesma forma que as relações com o Estado se modificaram, onde os nobres passaram a se locupletar na burocracia estatal que redundou no sistema corrupto que infesta a democracia representativa, servindo tão somente aos interesses privados do Capital, avizinham-se condições sócio-históricas cuja vontade consciente dos sujeitos tem um papel de suma importância desde as formas pelas quais pautaram ao Estado, reivindicando ações alinhadas com uma democracia cada vez mais participativa e, também com relação às atitudes frente ao consumo, ao ambiente, ao modo gerir a vida e também ao Estado.

A burguesia naquele período representou um papel fundamental na economia dos Estados Modernos, e durante muito tempo agiu de acordo com a ideologia do Antigo Regime até que seus limites se esgotaram, da mesma forma, hoje em dia, setores da classe média, que costumavam se identificar com a ideologia dominante tem cada vez mais, percebido a inviabilidade do modo de produção hegemônico compreendendo o impasse do fundamento deste sistema e sua forma de desenvolvimento predatória. Tais comparações podem ser discutidas com maior grau de profundidade teórica e empírica.

O alarido está grande. Mídia, políticos de esquerda, direita e de centro, personalidades financeiras e acadêmicas abordam, em diferentes países, as mais variadas questões sobre a crise atual. As soluções apresentadas, no entanto continuam impotentes.

As reedições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre e em outras cidades pelo mundo a fora. O próprio tema do Fórum Social temático de Porto Alegre na edição de 2012: *Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental*, é um exemplo atualíssimo das mostras de um momento histórico de transição comparativamente às crises (guardada as devidas proporções como já referendadas nesta dissertação) da transição do feudalismo para o capitalismo.

Na construção deste texto dissertativo, no registro das falas dos sujeitos anotadas no Diário de Campo, nos questionários e nas entrevistas, a autogestão desponta como ponto de confluência de vários aspectos. Extrapola a gestão do PCTS. Autogestionar-se torna-se sinônimo de autonomia, de liberdade. Começa por *não ter patrão* que refere-se a questão de que não há um para “mandar” ou para “lucrar”. Em oposição completa à gestão capitalista, mesmo que na presidência da cooperativa oficialmente não haja uma rotatividade por motivos muitas vezes burocráticos, a gestão não é totalmente centralizada em uma única pessoa, mesmo que o seja em termos de representação para fora. Existe uma direcionalidade alcançada por uma liderança que já pontuamos como intelectualidade orgânica do PCTS, não por uma imposição. Neste contexto: “Entende-se por autogestão o conjunto de práticas sociais que se caracterizam pela natureza democrática das tomadas de decisão que irão proporcionar a autonomia da unidade doméstica ou do seu conjunto (coletivo).” (LAFORGA; SENN, 2011, p. 61).

Quando as trabalhadoras afirmam que “[...] não exercemos só nossa função, aqui a gente é que se organiza; tudo é dividido cada um faz um pouco; tu pode trabalhar livre”; a importância das assembleias e da gestão de seu tempo percebemos que autogestão, na prática, para elas, é mais que a “gestão de seu PCTS”.

Ao enfatizar o peso atribuído pelas cooperadas à autogestão, queremos retomar o questionamento inicial desta dissertação que pergunta sobre a pedagogia do trabalho coletivo e solidário e sua articulação com a emancipação dos sujeitos. E, nesse sentido, queremos evidenciar as categorias de análise emergiram dos dados trabalhados: trabalho coletivo e trabalho alienado; educação para emancipação e educação para a exploração, e consumo consciente, solidário e consumo alienado.

Durante esta pesquisa percebemos que é no cotidiano do trabalho coletivo, na participação das feiras, nos diálogos com outros trabalhadores em construção de seus processos coletivos de trabalho solidário ou ainda nas palestras que fazem nas universidades, na medida em pautam ações ao Estado que se constrói e constituem estratégias possíveis que visam a transformação social. Espaços cuja ocupação forja outro habitus.

[...] Há a interpretação sociológica histórico-crítica que concebe a prática social contextualizada na sociedade contemporânea cuja formação social configurada na base desigual das classes sociais. [...] a estrutura social de classes gesta atitudes e *habitus* que têm correlação, no dizer de Bordieu (1996), com as “estruturas estruturadas”. Numa perspectiva dialética, não podemos permanecer no momento do estruturado, faz-se mister avançar, como autor indica, para o tempo e o espaço das “estruturas estruturantes”. Esse processo requer uma leitura da dinâmica da historicidade, portanto, da presença dos agentes e das práticas sociais. (ZART, 2006,

p. 117).

As estratégias pedagógico-formativas podem não ser explicitadas nas falas das trabalhadoras da UNIVENS, entretanto, demonstram intencionalidade, há uma pedagogicidade que permeia o processo do trabalho coletivo gestado na cooperativa e que “transborda” em diversas ações, como referendada nas falas que relacionam a inserção da cooperativa na comunidade e para além dela: “A Patrulha ambiental, a creche, os eventos no Centro Social que tem bastante cursos promovidos pela cooperativa: dança, teatro, curso de desenho, pintura, salgados e doces, todos existem por que a cooperativa existe” (Edi, Diário de Campo, 31/05/2012) ou ainda no Projeto Nacional de Comercialização Solidária, nos projetos e palestras que estas trabalhadoras realizam em todo o país e mesmo fora dele, atividades de conscientização ambiental que extrapolam os limites de sua comunidade, a participação nos fóruns não apenas ligados a SES mas nas questões ligadas a mulher, a saúde a educação, o incentivo ao Ponto de Cultura, as relações que vão sendo construídas também com o Estado.

Uma ação educacional com propósito emancipatório é um desafio às leis de reprodução social do sistema do Capital, gerando transformações sociais a partir do fato de a classe trabalhadora (e falamos de trabalhadores, não de empregados) ter acesso à educação, não apenas acesso ao vigente conhecimento elitizado, mas, sobretudo, à condição de construir conhecimentos novos e o respeito aos seus saberes, em termos de conteúdos, formas e usos. Um mesmo conhecimento tem usos diferenciados que “dependem dos referenciais de classe, dos campos de atuação e dos meios sociais envolvidos”. (THIOLENT, 2006, p. 162-163).

Houve um momento transitório na construção do modo de produção capitalista entre os séculos XVI e XVIII, cujas raízes podem ser encontradas ainda na baixa idade média (séculos XI e XII), onde emerge o que “acostumamos a chamar de progresso” (POLANYI, 1980) o início da aliança nobreza e burguesia com a intencionalidade de “sucesso financeiro”, da mesma maneira em que paulatinamente, o comércio foi se desenvolvendo, a princípio dentro da própria cidade, depois entre duas ou mais cidades e, por fim, entre países. A transformação que apontamos no modo de produção dominante,

Trata-se de uma revolução econômica, política e cultural. Revolução econômica porque as relações sociais de produção feudal foram suplantadas por novas relações sociais capitalistas. Revolução política porque institui-se uma nova configuração de poder através do Estado, o qual, na figura do parlamento e do judiciário, legitima a nova ordem de exploração econômica e que, na figura do executivo, a impõe por sobre o conjunto da sociedade. Revolução cultural não apenas porque uma nova ciência suplantou as concepções antigas, mas porque surgem novos conceitos artísticos, filosóficos e religiosos que também subvertem noções vigentes. (MANCE, 2000, p.33).

Com aquele período histórico, que hoje podemos perceber como transitório, podemos traçar uma analogia com o desenvolvimento de outra economia que se engendra hoje por dentro do sistema atual. Também pode ser percebido uma modificação na organização dos artesãos, na constituição e propagação de feiras, de redes de consumo solidário e eventos da SES, nas exigências de posturas e ações do Estado; mas atentando que neste movimento (assim como aquele) germina um outro modo de vida, contextualizado nas ações com os movimentos sociais, na conjuntura de crise estrutural do sistema econômico hegemônico. O que inferimos no presente histórico é que:

Neste exemplo paradigmático, são transformações econômicas nas relações de produção que, conectadas a transformações culturais, provocam movimentos de revolução política. Há, todavia, casos distintos na história, quando revoluções políticas promovem revoluções econômicas - introduzindo novas relações de produção – conectadas a transformações culturais. (MANCE, 2000, p.33).

Em contraposição ao sistema político, social, econômico do capitalismo podemos traçar algumas diferenças:

Quadro 21 - Outra economia em Geração

Economia do sistema hegemônico	Outra economia – SES
Propriedade privada dos meios de produção	Posse coletiva dos meios de produção
Produção voltada para os mercados	Produção voltada para o consumo consciente
Relações monetárias	Relações solidárias
Lucro	Partilha
Acúmulo de capitais;	Distribuição de renda
Livre iniciativa	Iniciativas coletivas
Relações assalariadas de produção	Relações autogestionárias de produção e consumo

Fonte: Elaborado pela autora

São estas algumas ações aliadas à outra forma de perceber também a democracia, onde a participação é aprendida como algo fundamental pelos sujeitos no cotidiano de seus PCTS, que vem pautar as ações do Estado; e também apropriar-se de ações junto à comunidade em um processo educativo dialético.

Entendemos ser este o sentido que a educação pode ser pensada: um espaço em que os trabalhadores possam realmente tentar construir essa nova cultura de classe, a partir da relação diferenciada com o trabalho que perde sua concepção alienante e forja outros valores, tais como: democracia, solidariedade, participação, cidadania, ética, autogestão, ou ainda

como define Makarenko referindo-se a colônia de Gorki, novas relações sociais baseadas em uma nova atitude de “subordinação entre iguais”:

Eu somente saberei ordenar a um camarada, pedir-lhe algo, despertar sua atividade, obter sua resposta, quando sinto minha responsabilidade ante a coletividade, quando sei que, ordenando-lhe, cumprio a vontade coletiva. Se não sinto isto em mim, somente haverá espaço para o predomínio pessoal, para a ânsia do poder, para a ambição e para todos os demais sentimentos e tendências alheio ao nosso modo de vida. (LEUDEMANN, 2002, p. 151).

São iniciativas que podem contribuir para acelerar, aperfeiçoar e consolidar o processo de transformação social para uma sociedade para além do capital (MÉSZÁROS, 2009). É por este caminho que entendemos uma educação com direcionalidade biófila e, por isso, solidária, ética, ecológica, emancipatória. Uma educação também constitutiva de um novo habitus concernente com a luta emancipatória humana. “[...] é nesta globalização alternativa e no seu embate com a globalização neoliberal que estão sendo tecidos novos caminhos da emancipação social”. (SANTOS, 2005, p. 15).

Entendemos, portanto que os processos coletivos de trabalho solidário da e na SES, configurados nesta pesquisa pela experiência da UNIVENS, podem assumir a condição de trabalho como princípio educativo. Os PCTS caracterizam-se como educação no sentido lato e, por isso, de fato popular, exercendo um papel contra-hegemônico, potencializando as contradições no sistema do Capital, forjado com os sujeitos de uma mudança, a partir de suas organizações e movimentos, com a incidência na objetividade material dos sujeitos e na subjetividade do espaço social (BOURDIEU, 1992) através de metodologias coerentes para uma organização permeável a mudança. No bojo dessas contradições oriundas do próprio sistema, emerge o trabalho pensado na perspectiva do labor consciente, redimensionando os saberes, gestando um novo senso comum (SANTOS, 2009) e uma pedagogia social implícita em ações educativas que contém a intencionalidade de superação sistêmica. Essas contradições suscitam, também, o exercício da alteridade, como parte da humanização, onde as pessoas buscam encontrar um equilíbrio como seres humanos, consigo mesmos, entre si e com a natureza, encontrar liberdade, segurança, responsabilidade, sentimento de pertença ao grupo, alegria e satisfação no trabalho com perspectiva de desenvolver-se como ser humano.

Nessa perspectiva, cabe “[...] pensar a educação do homem para o trabalho e pelo trabalho numa esfera nova na qual os homens, igualmente, se convertem em produtores independentes e responsáveis” (MACHADO, 2004, p. 102).

Na mesma medida em que a burguesia representou um papel fundamental na economia dos Estados Modernos, mesmo que durante muito tempo tenha agido de acordo

com a ideologia do Antigo Regime até o esgotamento de seus limites, os trabalhadores da socioeconomia solidária por meio das feiras, dos clubes de troca; pela constituição de redes de consumo e produção solidária, proporcionam um debate e uma percepção para além dos sujeitos diretamente envolvidos nesta “outra economia” - não apenas dos acadêmicos e especialistas engajados, mas de pessoas que escolhem o consumo solidário por razões próprias, nem sempre com a identificação de classe ou com o desejo de constituição de uma rede consumo solidário.

As pessoas que circulam e compram na feira são muito diversas: o jovem que busca formas alternativas para consumir; pessoas que busca a Justa Trama porque ecológico e sem agrotóxicos; a senhora que busca um presente “diferente” para as amigas; a jovem que procura um presente para a mãe; o turista; as próprias pessoas que trabalham na feira; os curiosos que entraram “para ver do que se tratava”; aqueles que já conheciam outras edições da feira e voltam por que gostaram do que compraram. A maioria destas pessoas não sabe e não quer saber nada de SES; mas consome. E consumindo entra em uma outra lógica de produção e consumo, incentivando também esta outra economia em gestão (Diário de Campo- síntese da feira na semana dos dias das mães/2011).

Neste sentido, podemos perceber a SES e neste contexto, a UNIVENS, agindo no tripé elencado por Mészáros (capital, trabalho assalariado e Estado): transformando progressivamente a economia; modificando a forma como percebe o trabalho e, nesta direção transformando trabalho em labor consciente que pode conduzir a emancipação, e, ainda, apropriando-se do Estado – uma Secretaria Nacional, um Departamento Governo do Estado. Pode ser um exemplo, as aprovações de leis de incentivo a SES pode ser outro, tais ações vão também ocupando a política e, por conseguinte disputando concepção e forma do Estado, ampliando, também, esta brecha, colaborando para a corrosão deste sistema.

Não é tudo, ainda há *tudo por fazer*. Porém, é possível, necessário e urgente entendermos que para a supressão do modo de vida hegemônico é preciso forjar um modo de vida diametralmente oposto ao vigente. Esta foi uma das motivações para a construção desta pesquisa, porque pensamos o trabalho na perspectiva coletiva e solidária, o consumo consciente, uma relação de respeito com a natureza, o ser humano como centro da sociedade, em detrimento de uma sociedade do consumo desenfreado e destrutivo do sistema hegemônico e um Estado que venha realmente a serviço às pessoas, que legisle com as pessoas, e cujas políticas públicas sejam construídas com as pessoas, a partir de suas necessidades reais, de modo que as pessoas venham a direcionar o papel do Estado da forma mais participativa possível.

Para a sua reprodução o sistema do Capital impõe uma deterioração dos postos de emprego (e trabalho) e uma flexibilização cada vez maior do modo e das relações de

produção, uma das consequências é o desemprego em massa. Historicamente, todas as vezes que o emprego entrou em crise, os trabalhadores buscaram alternativas de sobrevivência. Nesta pesquisa percebemos que a precarização das relações de trabalho, o desemprego crescente provocado pelo neoliberalismo, muitas vezes força os trabalhadores a buscarem alternativas para a sua sobrevivência, uma delas é a SES. Existem ainda muitas contradições percebidas no seio deste movimento: a economia solidária é parte da economia capitalista, e se submete a lógica do capital ao mesmo tempo procura recuperar recursos da economia capitalista. O Capital, através de sua lógica de ressignificação de conceitos e práticas que são subvertidas para a manutenção de seu desenvolvimento sociometabólico, disputa também a SES, apropriando-se através de ações assistencialistas de instituições não governamentais envernizadas sob o “charme do voluntariado” (GADOTTI, 2009) - o terceiro setor faz com que a muitas vezes os trabalhadores que se aproximam da SES façam com que seus PCTS funcionem como mecanismo de contenção social, pautando apenas a eficácia econômica dos grupos de trabalho. O sistema apropria-se de todos os conceitos, os re-significa, os transforma segundo seus interesses, e este é mais um

[...] desafio a ser enfrentado pela economia popular e solidária é a demarcação precisa entre as verdadeiras alternativas e as práticas conservadoras do chamado terceiro setor. As elites dominantes vêm desenvolvendo uma ardilosa estratégia para assegurar a hegemonia nesse campo. Sob o charme cativante do trabalho voluntário, das parcerias cidadãos das empresas sociais, observa-se a tentativa de preservar privilégios, assegurando legitimidade elitista na condução de processos sociais. Os estragos do capitalismo foram tão grandes que se nada for feito, a exclusão, a marginalização e o empobrecimento de largas faixas da população trazem o risco de convulsão social ou direcionamento da violência contra os poderosos. Como demonstrou Bronislaw Geremek em a piedade e a força (1978), ao longo da história ocidental, para frear essa ameaça, as elites se valem hora da força, hora da piedade. Atualmente, a ofensiva caritativa conservadora disputa terreno com as verdadeiras iniciativas do solidarismo emancipador, mas se não der resultados, a estratégia poderá ser outra. (CATTANI, 2003, p. 12-13).

Entretanto, percebemos que na própria prática dos PCTS; os encontros; as participações em feiras e eventos da SES; se constituem também, como fatores emancipatórios, é por isso parte do processo de transformação social, é na práxis que os sujeitos se transformam e, nesta medida modificam sua relação com o seu entorno, com a comunidade, com a sociedade; sua relação política e sua relação com o mundo. Cujo novo pode ser representado, talvez, principalmente pela assunção dos princípios autogestionários para além da gestão de seus PCTS. Tal posicionamento pode realmente diferenciar tais organizações de trabalhadores e fomentar rupturas cada vez mais profundas no capitalismo.

Cada Processo Coletivo de Trabalho Solidário encontra-se em momento diferenciado de luta e conscientização em direção à emancipação, e, tomando a história como processo, faz

também parte do período de transição no mundo do trabalho, suscetível à construção de novo habitus cultural, social e político. Em maior ou menor grau, com maior ou menor intencionalidade, contrapõem-se à perversa universalidade deste discurso construído do fim da história. Aqui tomamos a ideia do desenvolvimento desigual e combinado, sem, no entanto, determo-nos na análise aprofundada que tal conceito pede, nem sequer pontuaremos as raízes biológicas, ou históricas para constituição do enquadramento processual, damos ênfase ao alcance profundo de sua aplicação com relação aos processos coletivos de trabalho solidário:

Embora se tenha originado do estudo da história moderna, a lei do desenvolvimento desigual e combinado tem raízes em acontecimentos comuns a todos os processos de crescimento, tanto na natureza quanto na sociedade. Os investigadores científicos enfatizaram o prevalecimento das desigualdades dominantes em muitos campos. Todos os elementos constituintes de um objeto, todos os aspectos de um acontecimento, todos os fatores de um processo de desenvolvimento não se realizam na mesma proporção ou em igual grau. Mas ainda, em diferentes condições materiais, as mesmas coisas exibem diferentes proporções e graus de crescimento. Qualquer camponês ou trabalhador urbano sabe disso. (NOVACK, 2008. p. 24).

Tal relação pode ser percebida se compararmos as respostas tantos nos questionários quanto nas entrevistas desta pesquisa, e se tivermos presente que tais falas são manifestações da materialidade de um processo maior submerso nas chamadas “mudanças no mundo do trabalho”, porém tais PCTS se inserem na perspectiva do trabalho com direcionalidade emancipatória, criativa, fundamentada, dialeticamente, na autotransformação. Portanto:

[...] o trabalho em seu sentido ontológico, deve ser entendido como atividade livre e consciente (Manacorda, 1991). O trabalho é processo de criação de valores, de transformação e de desenvolvimento da natureza, da sociedade, e de autodesenvolvimento e autotransformação do próprio homem. (MACHADO, 2003, p. 102).

Como representação disto, podemos registrar ações das próprias trabalhadoras da UNIVENS e incentivo a ações da e na comunidade, como expressa na seguinte resposta à seguinte questão do roteiro de entrevistas: Você considera que a UNIVENS trouxe mudanças para a comunidade e seu entorno? Que tipo de mudanças? Destacamos uma resposta de uma das entrevistadas:

Sim. As próprias sócias se modificam, a autonomia delas, por ter uma renda por sair o centro social, outro grupo de recicladoras na incubadora popular a parte de desenvolvimento local, gastam aqui e em nível maior a Justa Trama. Muda no entorno e fora e para outros grupos, a nossa é a mais antiga e serve de base para outras. (Diário de Campo)

A fala dessa entrevistada encontra eco na seguinte afirmação:

Desde que a cooperativa foi fundada sempre participamos do orçamento participativo, sim porque o poder público tem que atender as necessidades de seus cidadãos. Qual é a maior necessidade hoje? O desemprego é gritante, mas as saídas nunca foram atribuições da administração municipal, então começamos a participar deste debate, entramos em 1997 demandando a necessidade de cursos e capacitação e empréstimo de equipamentos de trabalho. Participamos na região e na temática de desenvolvimento econômico também. Foi onde encaminhamos a necessidade de um espaço que se definiu como a primeira Incubadora Popular. Um dos caminhos, acredito ser uma nova forma de pensar nossa vida, nossa mão de obra, pois conforme conquistamos as demandas de infra-estrutura (saneamento e pavimentação) o desafio cada vez mais será no social, e o social vai cada vez mais estar ligado a vida difícil das pessoas frente a falta de trabalho. O orçamento participativo fará esse debate de forma cada vez mais aprofundada. Quem sabe além de máquinas, cursos, conquistemos políticas de incentivo a esses grupos alternativos de geração de renda perante tantos impostos, quem sabe fazemos uma inversão de propriedades pois os incentivos e isenção fiscal ficam para as grandes empresas e geralmente multinacionais. Consigamos mudanças para que as licitações facilitem a participação das cooperativas alternativas.³⁰

Compreendemos que, mesmo não explícitas, as ações pedagógicas dão-se no cotidiano, na forma como se relacionam com o outro e também com a sociedade, na constituição de feiras e, mesmo pela própria constituição da Escola Nova Geração. Quando exigem do Estado ações que impulsionem a SES, é por que compreenderam, aprenderam, apreenderam e também ensinam outros nesta direção. Isto é educativo e corrobora para que as pessoas se percebam como sujeitos da mudança social.

Podemos ainda relacionar ações educativas intencionais, com relação ao meio ambiente, por exemplo, a Patrulha Ambiental do bairro, a ação de conscientização frente a situação do riacho, levou as pessoas do bairro atravessar a cidade e planejar ações conjuntas de preservação do rio para ambos lados da margem, em cidades diferentes; isto é um processo educativo intencional. Ou ainda, a constituição dos Pontos de Cultura no bairro, ou constituir a escola, ou uma representante ir até ao Uruguai falar sobre as questões de gênero, ou a outra cooperada que participa do debate nacional sobre o comércio justo. Tudo isto tem intencionalidade, e, apesar da presidente da cooperativa muitas vezes destacar-se, talvez por ter assumido o departamento de economia solidária no Estado, talvez por que suas funções tenham uma maior visibilidade, muitas outras trabalhadoras estão atuando em várias frentes, com uma percepção objetiva de onde querem chegar com suas ações como expresso pelas nas falas dos sujeitos: “eu entendo que SES é ficar com o dinheiro para nós, para isto a gente tem de se unir, uma andorinha só não faz verão, tem de ser um bando de andorinha”. (Eliane, Diário de Campo 28/06/2011).

³⁰Nelsa - Tal fala ainda descrita no relato socializado com a pesquisadora ainda em 2009 durante a prospecção do campo de pesquisa e que segue anexo.

Temos a percepção de que fragmentar o sentido da educação e a forma como o sistema a configura é parte da imposição para o desenvolvimento metabólico do capitalismo, intencionalmente vindo a corroborar com sua sobrevivência, este é um dos motivos para termos pontuado a educação. Porque disputamos cada conceito que é ressignificado palmo a palmo pelo sistema hegemônico. A educação, historicamente, e cada vez com mais ênfase, deteve a tarefa de formar pessoas adaptadas à irracionalidade do modo de produção capitalista, à lógica da exploração do homem pelo homem, da mercantilização do ser humano, da destruição do planeta; este tem sido o papel chave da educação e do ensino. Consequentemente, “uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes, funções de mudança” (MÉSZÁROS, 2008, p.25).

Trata-se, portanto, de uma nova prática educativa, compatível com os valores do trabalho coletivo, da solidariedade, cooperação, democracia, liberdade e autonomia, que necessariamente devem compor um projeto formativo de sujeitos que vislumbram a transformação social como processo que se possa denominar de emancipatório.

Urge apropriar-se das ferramentas e ações do capitalismo com o fim de aprofundar suas contradições e ampliar as brechas geradas pela crise estrutural do sistema (MÉSZÁROS, 2008); buscando práticas e processos educativos que resgatem a humanidade perdida, esquecida, roubada, diminuída, apontando para a “emancipação da sociedade da propriedade privada, da servidão, assume a forma política de emancipação dos trabalhadores que vem abranger toda a comunidade” (FROMM, 1975, p. 100).

Nessa condição, o homem passa a ver-se naquilo que produz e o produto de seu trabalho lhe pertence; o trabalho assume um caráter de desalienação. Nessa perspectiva coloca-se, também, a superação das relações de exploração entre os homens, na medida em que a responsabilidade pelo trabalho não recai apenas sobre alguns trabalhadores, mas é assumida como tarefa social e coletiva. No contexto da relação com o trabalho, cabe pensar em uma formação pautada no coletivo, em contraposição ao individualismo e à competitividade arraigados no seio de nossa sociedade.

Um processo educativo forjado no trabalho coletivo apresenta um enorme potencial emancipatório. “Os trabalhadores são a humanidade, e praticamente toda servidão humana está enredada na relação do trabalhador com a produção” (FROMM, 1975, p.100). Junto com a necessidade de mudança nas bases da produção, coloca-se a necessidade de transformação

de valores e atitudes. Desse modo, corroboramos o pensamento marxista de que a transformação social demanda um amplo processo formativo. Assim, educação é concebida como o todo que transforma informação em conhecimento, e conhecimento em ação. Educação como atividade humana na construção de si como pessoa e da sociedade na qual está inserido. Tal entendimento de Educação com uma realidade e prática diferenciadas fundamenta também outro conhecimento epistemológico.

Produzir a mudança nesta percepção é um ponto chave para assimilar este novo *habitus* forjado com a socioeconomia solidária. Entendemos o processo educativo de forma ampla e percebemos os seres humanos em sua omnilateralidade, na gestação de um novo senso comum. A SES pode tornar-se teoria e prática pedagógica e por isso mesmo apresentar-se como parte constitutiva de um outro *habitus cultural*. Entretanto, “estamos tão habituados a conceber conhecimento como um princípio de ordem sobre as coisas, que é difícil imaginar uma forma de conhecimento que funcione como princípio de solidariedade” (SANTOS, 2009, p. 30).

Este conhecimento só poderá fazer sentido e solidificar-se a partir da auto-organização, da solidariedade, da relação intersubjetiva destes sujeitos, *com* e *na* sociedade forjando um “conhecimento-emancipação” (SANTOS, 2009, p. 29). Caso contrário, os processos cooperativos solidários podem representar uma simples exsudação do tronco do Capital. Vendemos nossa força de trabalho para simplesmente sobreviver, entretanto, as pessoas podem trabalhar sob outro enfoque que não o do modo de produção dominante, e, forjar ações educativas gestadas nas práticas da economia solidária. Constituir bases para que a assunção dos princípios do cooperativismo potencialize iniciativas na comunidade e para além dela; uma transformação gestada a partir da vida e do que ela exige.

Enfim, podemos inaugurar possibilidades de construção de outra perspectiva de vida em sociedade, uma transformação biófila que aponta para a vida que existe para além do Capital.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Educação e economia solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida: Ideias e Letras, 2010.

AGUIAR, Silvana Aparecida de. **Práticas Cooperativas em Redes de Economia Solidária Sob a Ótica da Ação Comunicativa**: O Caso da Rede Justa Trama. Universidade Fortaleza. 2009.

ALBUQUERQUE, Paulo. **Autogestão**. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ANDRADA Cris Fernandez de. **O encontro da política com o trabalho: história e repercussões da experiência de autogestão das cooperadas da UNIVENS**. São Paulo, 2005 (Dissertação de Mestrado/Psicologia Social). Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-22092005-123014/pt-br.php>. Acesso em: agosto de 2011.

ANTUNES, Nemésia. **Pontos de Cultura**. 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2011/05/16/pontos-de-cultura-13/>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

ARRUDA, Marcos. **Tornar Real o Possível - a formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho**. Vozes. RJ, 2006.

BENVENUTI, Caroline. **Desenvolvimento humano sustentável: um estudo de caso sobre a cooperativa de produção agropecuária terra e vida – coopervita ltda- tapejara-rs**. 100 f. Mestrado. Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma– Ciências Ambientais, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A.1991.

_____, Carlos Rodrigues **A experiência da pesquisa no trabalho do educador** São Paulo: Editora Cortez, 2003

_____, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. A pesquisa participante e a partilha do saber: uma introdução. (Orgs.). **Pesquisa Participante: o saber da partilha**. 2. ed. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.

_____, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 2006

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução** Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CANÁRIO, Rui. **Associativismo e educação popular in Mundos do trabalho e aprendizagem**. CANÁRIO, Rui, RUMMERT, Sônia Maria. (Orgs.) – Lisboa: EDUCA. 2009.

CATTANI, Antônio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CANIATO, Rodolfo. **Com ciência na educação: ideário e prática de uma alternativa brasileira para o ensino da ciência**. . Campinas: Papirus. 1989.

CHAUÍ, Marilena. Epígrafe. In.: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Editora Brasiliense S.A.1991.

CARTOGRAFIAS para el futuro. doi: 10.4067/S0718-65682011000200012 Polis, **Revista de la Universidad Bolivariana**, Volumen 10, N° 29, 2011, p. 261-280. Disponível em: <http://polis.revues.org/971>. Acesso em 09/12/2012

COELHO, Ildeu Moreira. A Questão Política do Trabalho Pedagógico. In: **O Educador Vida e Morte**. Brandão, Carlos Rodrigues Brandão. São Paulo: Editora Graal. 1988.

CORRÊA, L. Oscar. Ramos. **Revista do Programa de Ensino Fundamental para Jovens e Adultos Trabalhadores**. Porto Alegre: UFRGS. 1997.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária** in, **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária/ André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcanti Cunha, Regina Yoneko Dakuzaku (orgs.)** – São Paulo: Contexto, 2003.

CRÍTICA: O Labirinto do Fauno. Disponível em: <http://www.omelete.com.br/cinema/critica-o-labirinto-do-fauno> Acesso 24/07/2011

DEMHAB. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_noticia=136884. Acesso em 01/05/201.

DESENROLANDO o fio de ariadne. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~hans/mh/fio.html>> Acesso em 24 de julho de 2011.

DOURADO, Ivan Penteado Dissertação de mestrado: **Economias solidárias: três níveis de representação e múltiplos sentidos**. Banco de teses PUCRS http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3204. Acesso em 20 de julho 2011.

DURKHEIM Émile . **Da divisão do trabalho social**. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **Gênero e Desigualdade**. São Paulo: SOF: 1997. (Coleção Cadernos Sempreviva).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda **Mini-Aurélio, Século XXI Escolar: O Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2000.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e

Terra. 1979.

_____, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____, FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra. 2007

FREITAS, Ana Lúcia de Souza. **Contra o Desperdício da Experiência. A pedagogia do conflito revisitada.** FREITAS Ana Lúcia de Souza. MORAES, Salete de Campos. Porto Alegre. Redes Editora. 2009.

FREITAS, Luis Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e didático.** Campinas: Papirus, 1995.

FISCHER, Maria Clara Bueno, ZIEBELL, Clair Ribeiro. Saberes da Experiência e o Protagonismo das Mulheres: Construindo e Desconstruindo Relações entre esferas da Produção e da Reprodução In: PICANÇO, Iracy Silva; TIRIBA, Lia; (Orgs.) **Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia solidária.** São Paulo: Ideias e letras, 2010

FROMM, Erich. **Conceito Marxista do Homem.** Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1975.

FROMM, Erich. **O coração do homem: seu gênio para o bem e o mal.** 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GADOTTI, Moacir e Francisco Gutiérrez orgs. **Educação comunitária e economia popular.** São Paulo: Cortez 1993 (Coleção questões da nossa época).

_____, **Moacir Economia Solidária como práxis pedagógica-** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina.** São Paulo, Paz e Terra. 1976.

GOERCK, Caroline. **Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: Sua Contribuição para A Viabilidade das Experiências Coletivas de Geração de Trabalho e Renda no Rio Grande do Sul.** Tese de Doutorado Disponível em http://verum.pucrs.br/F/FX3BLG9GCBGY13PNB74CYVJ46QU1QNN3MI26PLTYC9ANGU3YDU-83033?func=full-set-set&set_number=008391&set_entry=000001&format=999

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da História.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____, Antônio. **Maquiavel e o príncipe moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HAM, Cristopher; HILL, Michael. **O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderno.** (tradução: Renato Amorim e Renato Dagnino. Adapção e revisão: Renato Dagnino). Material exclusivo nos programas de capacitação do GAPI-UNICAMP nas disciplinas ministradas pelo DPCT- UNICAMP

HÖLFING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais in: **Cadernos CEDES**, ano XXI, nº 55, novembro/2001. P.30-41

HURTADO, Carlos Nuñez. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs). **Pesquisa Participante O Saber da Partilha**. Aparecida. SP: Idéias e Letras. 2006.

IBASE Fluxo e Informações na Economia Solidária Consumo Responsável e Compras Públicas. Caderno 2 Rio de Janeiro 2011

JUSTA TRAMA. **Cadeia ecológica do algodão solidário**. [2011]. Disponível em: <<http://www.justatrama.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 24 abr. 2011.

KAIROS. Disponível em : <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Kairos> acesso em 09/12/2012>. Acesso em: 29 set.2011.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LACERDA, L. F. **Governar-de Para Quê? As Práticas de Gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários: O Caso Da Cadeia Produtiva De Algodão Ecológico JUSTA TRAMA**. São Leopoldo, RS, Brasil. Dissertação de Mestrado 2009. Unisinos.

LAFORGA, Gilmar; SENN, Adriana Vanderlei Pommer. **Limites e oportunidades existentes para os integrantes dos empreendimentos econômicos solidários do assentamento Antônio Conselheiro em tangará da serra – MT**. In: Educação E Socioeconomia Solidária Perspectiva Para O Desenvolvimento Local. Borges, Juliano Luis; Senger; Neuri Eliezer; Sguarezi Sandro Benedito. (Orgs) Série Solidária Volume 6 Editora Crv Editora Unemat, 2011.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. **Avaliação Institucional: o uso dos resultados – estratégia de (re)organização dos espaços de discussão da universidade**. Campinas, Editora RG. 2010.

LÖWI, Michel, **Ideologia e Ciência Social**. São Paulo, Cortez, 1989. Cap. 1 Ideologia – p11 a 32.

LUEDEMANN, Cecilia da S. **Anton Makarenko vida e obra - a pedagogia na revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MACHADO, Antonio (poeta espanhol). Disponível em: http://pensador.uol.com.br/autor/antonio_machado_poeta_espanhol Acesso 30 de Setembro de 2010.

MACHADO, Ilma Ferreira. **A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral**. Campinas, SP. Tese de Doutorado. 2003.

_____, Ilma Ferreira. Educação Solidária e formação Omnilateral. In: ZART, Laudemir Luiz (Org.). **Educação e Sócio-economia Solidária: paradigmas de conhecimento e de sociedade**. Cáceres: UNEMAT, 2004. (Série Sociedade Solidária, 1).

_____, Ilma Ferreira. **Por uma pedagogia coletiva**. In: ZART, Laudemir Luiz;

MACHADO, Rita de Cássia Fraga. **Demitidos da vida: quem são os sujeitos da base do Movimento dos Trabalhadores Desempregados?** Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1/filter-search> Acesso 13/02/2010

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Mariátegui sobre Educação**. Seleção de textos e tradução de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo:Xamã, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural.1987. (Os pensadores)

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret. 2005.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular. 2007.

_____. **O Capital. Crítica da economia e política**. São Paulo. Civilização Brasileira. 2008.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

MANCE, E. A. **Constelação Solidarius as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica**. Passo Fundo: IFIBE. 2008.

_____; Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MÉSZÁROS, Itsván. **O poder da Ideologia**. São Paulo. Boitempo, 2004.

_____. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo. Boitempo, 2009.

MANACORDA, Mário A. **Marx e a pedagogia Moderna**. Trad. Newton Ramos de Oliveira. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1991.

NAKANO, Marilena; ANCASSUERD, Marli Pinto; VILLAR, Maria Helena Villar e. Educação autogestionária: entre a experiência e o mito da administração científica o projeto de educação da ANTEAG. In: PICANÇO, Iracy Silva; TIRIBA, Lia; (Orgs.) **Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia solidária**. São Paulo: Ideias e letras, 2010

NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

NÚÑEZ Soto, Orlando. **El Manifiesto Asociativo y Autogestionario**. Manágua: 1998.

NÚÑEZ Soto, Orlando. **Os caminhos da revolução e a economia solidária**”. Proposta, nº 75, dez./fev. 1997/98.

OLIVEIRA, Rosângela Pereira de. A Pedagogicidade das Práticas de Economia Solidária em diálogo com a Educação Popular como construção da emancipação dos sujeitos: a experiência de uma cooperativa de mulheres costureiras da zona norte de Porto Alegre – UNIVENS. In: RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; RIBEIRO, Marlene. **Redes de Pesquisa: Trabalho, movimentos sociais e educação**. São Leopoldo: Instituto Itapuy, 2011.

PICANÇO, Iracy Silva; TIRIBA, Lia. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”. _____. (Orgs.) **Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia solidária**. São Paulo: Ideias e letras, 2010

PILAU, Silvio .**O Labirinto do Fauno** (Laberinto del Fauno, El, 2006). Disponível em: <http://www.cineplayers.com/critica.php?id=867> Acesso 24/07/2011.

PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005. v I e II.

PISTRAK, Moysey Mikhaylovich **Fundamentos da Escola do Trabalho**. Expressão Popular, 2002.

PISTRAK, Moysey Mikhaylovich **A Escola Comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009

POLANYI, Karl. **A Grande Revolução**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTO ALEGRE. **Orçamento Participativo**: funcionamento geral. 2011. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=15>, Acesso em: 21 set. 2011.

PORTO ALEGRE. **Histórico**. Disponível em :< http://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_Alegre>. Acesso em: 30 jun. 2011.

PORTO ALEGRE. Departamento Municipal de Habitação. **Intensificadas ações para reduzir déficit habitacional**. 2010. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_noticia=136884>. Acesso em: 01 maio 2011.

RUSSO, Renato. Música Urbana 2. In: LEGIÃO URBANA. **Dois**. [S.l.]. EMI: p1986. 1 disco.

SADER, Emir. Prefácio. In MÉSZÁROS, Itsván. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática - Volume I. A Crítica da Razão Indolente contra o desperdício da experiência São Paulo: Cortez 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Josivaldo Constantino dos. Educação ambiental e sócio-economia solidária: a persistência nas maneiras alternativas de entender a vida. In ZART, Laudemir, SANTOS, Josivaldo Constantino dos. (Orgs). **Educação e Sócio-Economia Solidária**: Interação Universidade – Movimentos Sociais. Cáceres: Unemat, 2006. (Série Sociedade Solidária, 2).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Laurenício Mendes da, **Economia Popular Solidária**: os Processos Formativos Populares e a Construção de uma Nova Cultura do Trabalho Belo Horizonte. Dissertação de mestrado. 2007.

SINGER, P. **Uma Outra economia é possível: Paul Singer e a socioeconomia solidária**. / André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcanti Cunha, Regina Yoneto Dakuzaku (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUSA, Lucas Gomes de; LIMA, Ana Maria de. **A relação trabalho/família e a possibilidade de geração de renda para as mulheres nordestinas: um estudo de caso no Centro de Tradições Nordestinas (CTN) Gonzagão**. In: BORGES, Juliano Luís; SINGER, Neuri Eliezer; SGUAREZI, Sandro Benedito (Orgs.). **Educação e socioeconomia solidária**: perspectivas para o desenvolvimento local. Curitiba: CRV; Cáceres: UNEMAT: 2011.

STRECK, Danilo Romeu. Pesquisar é pronunciar ao mundo: notas sobre método e metodologia. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs). **Pesquisa Participante O Saber da Partilha**. Aparecida. SP: Idéias e Letras. 2006.

_____, Danilo Romeu, REDIN, Euclides. e ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.), **Dicionário Paulo Freire**. - 2.ed.- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

THIOLLENT, Michel. A Inserção da Pesquisa-Ação no Contexto da Extensão Universitária In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs). **Pesquisa Participante O Saber da Partilha**. Aparecida. SP: Idéias e Letras. 2006.

TIRIBA, Lia. Ciência Econômica e saber popular: reivindicar o “popular” na Economia e na Educação. In: PICANÇO, Iracy Silva; TIRIBA, Lia; (Orgs) **Trabalho e Educação**: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia solidária. São Paulo: Ideias e letras, 2010

TIRIBA, Lia. Processo De Trabalho e Processo Educativo Notas sobre O “Período de Ouro” da Educação de Adultos em Portugal In: CANÁRIO, Rui, RUMMERT, Sônia Maria. (Orgs.). **Mundos do Trabalho e Aprendizagem**. Lisboa: EDUCA, 2009.

UMBELINO, Valmor João. **Sócio-economia solidária e educação popular**: contradições e perspectivas. Florianópolis. 2000. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação. 2000. Florianópolis.

UNISINOS. **Grupo de Pesquisa em Economia Solidária** do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/txt.htm>>, acesso em 12/05/2011.

VICENTINO, Cláudio. **História, 7 série**. São Paulo: Scipione, 2005 – (Coleção Projeto

Radix).

ZART, Laudemir Luiz (Org.). **Educação e Sócio-economia Solidária**: paradigmas de conhecimento e de sociedade. Cáceres: UNEMAT, 2004. (Série Sociedade Solidária, 1).

_____, Laudemir Luiz; SANTOS, Josivaldo Constantino dos. (Orgs). **Educação e Sócio-Economia Solidária**: Interação Universidade – Movimentos Sociais. Cáceres: Unemat, 2006. (Série Sociedade Solidária, 2).

ZITKOSKI, Jaime José. **Horizontes da Refundamentação em educação popular**. Frederico Westphalen, Ed. URI, 2000.

ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ZITKOSKI, Jaime José. **Educação popular e movimentos sociais na América Latina**: perspectivas no atual contexto. In: ZITKOSKI, Jaime José; MORIGI, Valter. Educação Popular e Práticas Emancipatórias: desafios contemporâneos. Porto Alegre: CORAG, 2011.

ANEXO I

NOSSA HISTÓRIA: A COOPERATIVA UNIVENS, O DESENVOLVIMENTO LOCAL E O COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL COM JUSTIÇA SOCIAL³¹

Foi em 1996 quando aproveitamos o dia em que dois representantes do hospital Conceição estiveram no posto de saúde da vila e fomos conversar com eles para nós costurarmos para o hospital, e nos perguntaram quantas mulheres estavam interessadas, e nós para animar a proposta falamos que tinha umas vinte interessadas. Eles nos colocaram que era necessário sermos uma entidade: cooperativa ou associação. Chamamos quem conhecíamos e na primeira reunião vieram 19 mulheres, foi então que descobrimos que no Brasil deve ser 20 pessoas para formarmos uma cooperativa. Então reunimos na segunda reunião 35 mulheres. Decidimos por cooperativa porque tínhamos motivação comunitária e de cooperação.

Éramos mulheres variando entre os 18 e 76 anos, tivemos uma reunião sobre cooperativismo, como funciona a partir de algumas experiências positivas que existiam nos assentamentos dos sem terra.

Buscamos então o estatuto de uma cooperativa habitacional (COOTEPa) e o adaptamos para nossa realidade, todas participaram de sua formulação debatemos artigo por artigo, decidimos então o nome de nossa cooperativa “Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos Ltda.” e mais tarde UNIVENS que é abreviatura de Unidas Venceremos. Sempre acreditamos no real sentido deste nome. Foi um período tão difícil porque entramos para regularizá-la na junta comercial, e o estatuto voltou várias vezes para ser reformulado. O serviço demorou para iniciar, pois achávamos que era mais simples. E muitas desistiram. Nosso primeiro trabalho foi difícil, pois o valor era pouco e complicado para quem estava começando. Muitas de nós, nem nos conhecíamos e estávamos trabalhando juntas.

Ao mesmo tempo formamos outro grupo produzindo multimistura (complemento alimentar, composto de folha de aipim, farelo de arroz, casca do ovo, sementes e farinha de milho. Indicado para desnutrição e prevenção de doenças diversas...) no começo era um trabalho voluntário, mas depois se transformou numa fonte de renda e desde 96 participamos das licitações do hospital Conceição que adotou a multimistura, e a distribuía-a temporariamente aos postos de saúde. Com o tempo a cooperativa, passou a ter três frentes: da

³¹ Este é texto na íntegra que foi Enviado por correio Eletrônico em 12 de outubro de 2009, por Nelsa Nespolo. Durante a prospecção do campo de pesquisa

costura, da multimistura e por último a serigrafia que estampa e personaliza os produtos da confecção. A costura iniciou com facção que é quando as peças de roupas já vêm cortadas, o que pagam é muito pouco, é a continuidade da exploração que vivíamos nas fabricas.

Avaliamos e repensamos, então decidimos buscar a produção de um produto por completo, comprarmos a matéria prima (o tecido), e fazermos nós o corte e a confecção. Então começamos a produzir camisetas para sindicatos, colégios e aos poucos fomos produzindo também para fora de Porto Alegre. Mas o primeiro trabalho foi a tomada de preço do sindicato dos metalúrgicos de POA para 500 camisetas: compramos o tecido com cheque pré-datado, cortamos, confeccionamos, mandamos serigrafar e em 15 dias tínhamos recebido. Foi nossa grande realização e então decidimos que trabalharíamos dominando todo o processo de produção.

Nem todas tinham máquinas então fizemos projetos para o CAMP (ONG) e conseguimos três máquinas e mais tarde fizemos um projeto para a Cáritas e compramos mais duas máquinas além de nos ajudar para criarmos um fundo de giro para a matéria prima. Com o grupo da multimistura também não tínhamos quase nada e fizemos um projeto para a fundação IOSPH e equipamos com 1 fogão industrial, liquidificador industrial, bujão de gás e mistura para torrar o farelo.

Buscamos nos capacitar também profissionalmente e neste sentido a SMIC (Secretaria Municipal da Indústria e Comércio) teve uma importante parceria. Fizemos curso de costura, de culinária, pois só a multimistura e as bolachas de multimistura geravam uma renda instável, então começamos a produzir cucas, roscas, panetones, folhados e outros. Tivemos também curso de serigrafia onde por várias vezes formamos uma equipe, mas que teve dificuldade em se consolidar.

Com o orçamento participativo e SMIC, conseguimos também o empréstimo de algumas máquinas, e isso foi nos abrindo para a importância de participar deste fórum para outros desafios.

Gostaria de realçar alguns aspectos da cooperativa que nos deram referência de muitas cooperativas tradicionais e que afirma em toda nossa caminhada, princípios de autonomia, autogestão e solidariedade.

A administração da cooperativa sempre foi um trabalho voluntário, nos primeiros anos tivemos um contador que nos apoiava mais do que o que nós poderíamos remunerar-lo. Alias todo processo foi feito por nós, sem termos o mínimo de experiência sobre isso, tivemos sempre quem acreditou em nós mas, nós tiramos as barreiras do caminho, fomos em repartições públicas que nunca imaginávamos. Fizemos todo o processo legal e burocrático

como um aprendizado de vida. Talvez essa seja, a primeira barreira a superar, acreditar que somos capazes, pois sempre nos disseram que a nossa função era vender a mão de obra, e que outros com o acúmulo de conhecimento universitário é que fariam a parte administrativa.

No cálculo do valor de nosso produto não prevemos nem sobras nem lucro, a diferença geralmente é porque às vezes o tecido rende mais. Calculamos o valor do tecido, do nosso trabalho e o valor de notas (ICM, ISQN, INSS, confins e PIS). Ou seja, o tecido para uma camiseta custa x, nosso trabalho custa y mais os impostos. O valor de uma camiseta produzida por nossa cooperativa significa que ninguém está enriquecendo com nosso trabalho. Fizemos com amor e com prazer porque é um produto nosso e a qualidade garante nosso futuro. A cooperativa nos repassa as sócias um valor acima do mercado, porque a cooperativa não existe para se tornar uma empresa com uma concentração de capital, mas para contribuir com 3% do que produz, para papéis, passagens, contribuição ao contador e etc... E a partir de 2002 mais 2% para buscarmos um novo local.

Na costura cada uma recebe conforme o que produz, de certa forma a divisão das peças é igualitária respeitando as realidades de cada uma. Já na multimistura e na serigrafia é por horas trabalhadas, e portanto a divisão igualitária entre as pessoas deste setor.

Sempre buscamos estar integradas com todas as iniciativas que viessem reforçar nossa compreensão do cooperativismo por isso sempre participamos de debates, feiras, encontros, seminários, Fórum Metropolitano e municipal de economia solidária, tentando não centralizar a participação, mas abrir para que todas possam participar. Participamos em vários grupos e cidades colocando nossa experiência e depoimento. Essa experiência já tem várias divulgações em televisão como na TV COM, Bandeirantes, TVE, RBS e TV Futura, e documentos e o nosso sentimento é de orgulho, mas também de responsabilidade, porque quem dera que um dia tenhamos tantas cooperativas que possamos construir uma grande rede, porque nós os trabalhadores que sabemos produzir tudo que existe nessa sociedade e alguns nos exploram, concentram e enriquecem. Já imaginou nós administrando nossa produção, de sapatos, de roupas de comidas, de fogões... Acredito mesmo que este caminho pode nos levar ao início de uma sociedade de valores novos. Não precisamos nos degladiar em nossos fundos de quintais para sobreviver. O cooperativismo rompe os laços do individualismo, e nos faz sonhar de novo. Os consumidores somos nós, e podemos viver uma reeducação.

Desde que a cooperativa foi fundada sempre participamos do orçamento participativo, sim porque o poder público tem que atender as necessidades de seus cidadãos. Qual é a maior necessidade hoje? O desemprego é gritante, mas as saídas nunca foram atribuições da administração municipal, então começamos a participar deste debate, entramos

em 1997 demandando a necessidade de cursos e capacitação e empréstimo de equipamentos de trabalho. Participamos na região e na temática de desenvolvimento econômico também. Foi onde encaminhamos a necessidade de um espaço que se definiu como a primeira Incubadora Popular.

Um dos caminhos acredito ser uma nova forma de pensar nossa vida, nossa mão de obra, pois conforme conquistamos as demandas de infra-estrutura (saneamento e pavimentação) o desafio cada vez mais será no social, e o social vai cada vez mais estar ligado a vida difícil das pessoas frente a falta de trabalho. O orçamento participativo fará esse debate de forma cada vez mais aprofundada. Quem sabe além de máquinas, cursos, conquistemos políticas de incentivo a esses grupos alternativos de geração de renda perante tantos impostos, quem sabe fazemos uma inversão de propriedades pois os incentivos e isenção fiscal ficam para as grandes empresas e geralmente multinacionais. Consigamos mudanças para que as licitações facilitem a participação das cooperativas alternativas.

A primeira “incubadora popular” conquistada pôr nós no orçamento participativo, é um prédio que abriga grupos de produção formais ou não e ficarão neste lugar pôr um tempo e depois deixarão lugar para outros. A nossa grande expectativa e responsabilidade é que realmente esse projeto se afirme, porque se espalhando em toda a cidade, será um incentivo para esta forma alternativa que gerara futuras cooperativas. E dessa forma será um grande desafio de organização pois organizara a vida, a economia e apontara para essa alternativa de viver uma sociedade nova com novos valores. E no futuro não longínquo construiremos a grande rede de produção e consumo cooperativado ...

A primeira fase da cooperativa aconteceu no salão capela, em parceria com a fundação Iosphi reformamos, azulejamos toda a cozinha, ficou em condições de conseguirmos o alvará da secretaria da saúde, mesmo sabendo que a cooperativa não poderia permanecer na capela permanente todas entendemos ser um benefício que ficaria para a comunidade e também uma contra – partida pelo uso do espaço. No salão estendíamos duas ou mais pranchas de compensado e cortávamos o tecido, malha, brim ou moletom e assim cada uma levava sua quantidade para costurar em casa, e trazia de volta para embalarmos. Não tínhamos trabalho permanente e o telefone usado sempre era de uma das sócias. Nem todas permaneceram nesse projeto, algumas se juntaram em grupo menor e foram buscando serviço, sem que retornasse para todas. Também nem todas aceitaram todos os serviços que conseguíamos. O temperamento de cada uma trazia discussões acirradas nos momentos de reunião. Até encontrarmos o caminho e também um grupo mais definido que se afinasse com a mesma compreensão e forma de trabalhar. Acredito que esse seja o lado mais difícil de avaliar, pois

não podemos afirmar que quem se afasta de um projeto como este seja pôr menos compreensão, ou dificuldade de convivência. Mas poderíamos afirmar que uma equipe de incansável e profunda persistência permanece até hoje. A motivação não é só financeira, criamos relações de família, de amizade, do dia a dia que vai ficando difícil não estar ao lado deste coletivo. E romper com uma história de vida, e de muitas dificuldades e conquistas. Em 1998 quando no orçamento participativo, na temática do Desenvolvimento, Econômico, conquistamos a incubadora popular e porque percebemos que não podíamos continuar no salão da capela, pôr causa das muitas atividades que aconteciam no mesmo espaço da capela. E sabíamos que aquele espaço era provisório apesar do sempre apoio da diretoria da capela e do Padre Osmar. Em 1999 nos transferimos para a incubadora popular, um prédio público, ocupamos 3 módulos e os demais foram ocupadas pôr outras cooperativas.

A incubadora para nós transformou-se num porto seguro, onde poderíamos ficar até 4 anos. Não conseguimos aprofundar a capacitação nem em formação pessoal, nem profissional. Tivemos a ajuda do COEP (Comitê de luta contra a fome) onde reequipamos todos os 3 setores (galoneira, reta, máquina de corte, frizer, batedeira industrial, amassadeira elétrica, liquidificador industrial, mesa de serigrafia com berços, secador, mesa de gravação, telas de alumínio, e computador com impressora). A alimentação teve mais cursos em parceria com a Embrapa. Em 2000 criamos uma parceria com a artista Plástica Cristiane e lançamos uma coleção de camisetas de Porto Alegre. A fundação Luterana apoiou o projeto e em um ano retornamos com o dinheiro investido. Tivemos 2 desfiles públicos (Asteca e outro no Mercado Público). Lançamos um catálogo divulgando as camisetas que na verdade elas é que criam um fundo com sobra para girar a matéria prima com prazo. Marcou profundamente a todos, neste período, a relação com pessoas de fora do Brasil, o mundo foi ficando pequeno para todas e todos, a realização do primeiro, segundo e terceiro Fórum Social Mundial e o primeiro e segundo Fórum mundial da educação foram marcantes para a cooperativa. Financeiramente um retorno inigualável, mas encontrar pessoas do mundo todo que nos visitavam e, afirmaram nosso projeto nos fez bem a todos, além de nossos produtos (camisetas) serem espalhado pelo mundo. Os contatos locais, nacionais e internacionais eram permanentes. Sempre a cooperativa foi convidada para dar testemunhos em reuniões, debates, encontros locais, Santa Catarina e São Paulo. Por último no final de 2002 a cooperativa ficou em terceiro lugar no concurso latino americano de empreendimentos exitosos liderados pôr mulheres.

Nossas decisões sempre foram tomadas em assembleias mensais, sempre em torno do dia 23 de cada mês, e todos participam das assembleias. Todas as discussões são feitas e

quando não há consenso, votamos e cada um é um voto.

O desafio da conquista de um local definitivo para a cooperativa. Sempre tivemos o sentimento de encarar as dificuldades ou necessidades como desafios, conseguimos durante o passar dos anos acumular certa economia para a busca de um local definitivo para a cooperativa. O ano de 2003 marca também a oportunidade de conhecer o outro lado do mundo que foi um intercâmbio proporcionado pela articulação da Unisol de São Paulo com a Fesalc de Barcelona e a cidade de Badalona na Espanha, através Do Gabriel Abascal, de fato abriu horizontes para novos conceitos, hoje sei que é profundamente necessário repensarmos as diversas formas de trabalho, pois as grandes fábricas não retornarão mesmo com crescimento econômico e nossa mão de obra desqualificada, porque os patrões de ontem só nos sugaram e hoje não tem compromisso nenhum com o desemprego que esta aí, e muito menos os sucessivos governos que sempre estiveram ao lado desta visão de mundo de beneficiar tão poucos, transformando o Brasil num país de tão poucos ricos e de tantos e tantos pobres e miseráveis.

A conquista de um local para construirmos nossa sede, tem uma marca profunda na cooperativa, pois é a economia de vários anos, ocasionada muito pôr estarmos na Incubadora Popular da prefeitura, somada com uma complementação do Fundo de miniprojetos e da Avesol somamos o valor de R\$38.500,00 que foi o valor do terreno. CONSTRUIR... Não esperávamos mais esse desafio, e lá vamos nós, o engenheiro Everton doou o projeto arquitetônico, hidráulico, elétrico e sanitário... E vamos somando tantos parceiros... Da Espanha ACSUR veio o financiamento para a construção, e isso vem de fato ao encontro de tudo o que acreditamos, não há fronteiras para a solidariedade... O limite esta nas forças do que nossos sonhos possam ter a ousadia de buscar, e de construir relações que ampliam uma visão de mundo, dos problemas, das dificuldades, de aonde queremos chegar.

Um intercâmbio como o que aconteceu em Barcelona abre tanto os horizontes de que existem múltiplas formas de nos organizarmos, de criarmos alternativas novas, e que existe acima de tudo NÓS, as pessoas como o que existe de mais importante na terra. O trabalho deve nos realizar como pessoas, dar motivação para nossas vidas, o Estado-governo deve ter o papel de cuidar proteger o Cidadão, pois as pessoas são a maior riqueza de um país, por isso que políticas com crianças, com os idosos, com a saúde é ter uma sociedade saudável, um povo que não se recuse em pagar imposto pois vê ele revertido na proteção que lê precisa para uma vida decente.

Temos um grande projeto, participando dos Fóruns locais, estaduais e nacionais assim como das coordenações da economia solidária, ampliamos também a articulação e a

importância de estarmos integrados. Mas com a Agência de desenvolvimento da CUT estamos refazendo o que já devia ser dos trabalhadores, pois não podemos mais concordar que alguns trabalhem brutalmente e ganhem pouco ou quase nada e outros ganhem dinheiro e mais dinheiro. Hoje existe de fato uma CADEIA PRODUTIVA de algodão agroecológico, de forma toda cooperativada e também Ecológica. Isso nos faz transbordar, pois, poderemos oferecer um produto 100% cooperativado, cultivado pôr pequenos agricultores ou assentados do MST, que passa pôr cooperativas de massa falida e fazemos aqui a ponta ou em outros PCTS da Economia Solidária. Essa cadeia se chama JUSTA TRAMA. O algodão agroecológico, um PRODUTO ECOLOGICO E COOPERATIVADO, com isso ganhamos o mundo, conseguimos agregar valor no produto e oferecer um produto diferenciado que defende a natureza, a vida...

A cooperativa Univens hoje esta na cadeia do algodão ecológico: Justa Trama onde participam 761 trabalhadores desde o Ceará com o plantio do algodão, São Paulo com a fiação e tecelagem, Sta. Catarina com as roupas mais artesanais, RS com roupas mais em escala, e Rondônia com as sementes da Amazônia que fazem os detalhes das peças, em todos os elos há um valor agregado que de fato faz a distribuição justa de renda. A Justa Trama é a marca e também é a cooperativa central de 2º grau que agrega as cooperativas que fazem parte deste processo.

Estamos no desenvolvimento local com a parceria de mais uma cooperativa de papel reciclado Reciclando pela Vida e por último com o centro Social Nova Geração sob a responsabilidade da Cooperativa Nova Geração, que criou a creche- escolinha de educação popular Nova Geração que atende em torno de 70 crianças de 2 á 10 anos é um espaço onde ficam os filhos das 2 cooperativas e crianças da mesma comunidade que necessitam. Essas duas iniciativas também tiveram o apoio da ACSUR e CONOSUD.

Somos em 26 sóci@s.

Estamos nos fóruns municipal, estadual e nacional da Economia Solidária. Fazemos parte da direção executiva da UNISOL BRASIL pois temos que Ter nossa central que nos represente por nós mesmos e abra relações com todo o movimento social nesta luta pela construção de outra sociedade mais justa e verdadeiramente mais solidária na economia e nas relações humanas. Todos os envolvidos da Justa Trama são filiados a UNISOL Brasil, nossa central onde nos articulamos e facilitou essa construção bem como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária- FBES.

Dá para vibrar muito com tudo isso e da para não parar de sonhar, sem jamais tirar os pés do chão, isso motiva a levantar todos os dias e transformar cada dia num dia diferente,

pois conseguimos enxergar mais longe.

Sentimos talvez o que sentiram os trabalhadores do início da era industrial, vendo seus postos de trabalho sendo substituídos por máquinas, e nós hoje pela informática. É então um desafio criarmos novas formas de trabalho, nos prepararmos para termos PCTS capazes de enfrentar quem está com a concentração de riqueza e então não importa o que seremos, se cooperativas, microempresas solidárias, sociedade anônimas laborais ou associações, o que é fundamental mesmo é termos nossos princípios sólidos, princípios de uma ECONOMIA SOCIAL com relações SOLIDÁRIAS que fortaleçam um novo tipo de mercado, que reparta renda, que nossos produtos não destruam nosso planeta, que preservem a vida e, sobretudo, a vida Humana, pois senão que sentido tem tudo isso senão a busca da profunda realização do ser humano, sua felicidade. E que as mulheres cada vez mais descubram e se convençam deste papel inovador e com diferencial especial de construir outra economia e outros valores. E ainda dizem que uma nova sociedade é só um sonho... .